

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022-2023



**Instituto
Rui Barbosa**

A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas

Presidente

Edilberto Carlos Pontes Lima

Vice-Presidentes

Cristiana de Castro Moraes
Vice-presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas

Inaldo da Paixão Santos Araújo
Vice-presidente de Auditoria

Ivan Leis Bonilha
Vice-presidente de Relações Institucionais

Mario Manoel Coelho de Mello
Vice-presidente de Desenvolvimento Institucional

Sebastião Helvecio Ramos de Castro
Vice-presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão

Algir Lorenzon
Primeiro Secretário

Fabrcio Macedo Motta
Segundo Secretário

Severiano José Costandrade de Aguiar
Tesoureiro

Suplência da Vice-Presidência

Domingos Augusto Taufner
Felipe Galvão Puccioni
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Naluh Maria Lima Gouveia
Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

Conselho Fiscal

Carlos Thompson Costa Fernandes
Celmar Rech
José Valdomiro Távora de Castro Júnior
Luiz Eduardo Cherem
Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço

Suplência do Conselho Fiscal

Cilene Lago Salomão
Estilac Martins Rodrigues Xavier
Fernando Ribeiro Toledo
Inácio Magalhães Filho
Patrícia Lúcia Mendes Saboya

Equipe Técnica

Juraci Muniz Júnior
Coordenador-Geral

Ana Perpétua Ellery Corrêa
Gerente de Políticas Públicas

Izabelli Lima
Gerente Supervisora

José Wesmey da Silva
Gerente Financeiro

Sandra Valéria de Morais Santos
Gerente Administrativa e Planejamento

Assessoria Técnica

Alisson Sousa Maciel
Fernanda Ferreira Aguiar
Geovana dos Santos Teixeira Ferreira
Iolanda Piancó Amorim
Lia Skaty Pinheiro

Colaboração na Editoração

Maria Teresa Pinheiro da Frota

Projeto Gráfico e Diagramação

R.Santos Alves
Cecília Lima

Revisão Ortográfica

Aida Medeiros Santos

SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE	7
1 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	10
1.1 EVENTOS IRB	10
1.1.1 SEMINÁRIOS IRB 2022: INTEGRAÇÃO, DIÁLOGO E CONHECIMENTO	10
1.1.2 CURSO DE ESTUDOS AVANÇADOS	11
1.1.3 VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLE E POLÍTICAS PÚBLICAS....	18
1.1.4 ENCCO	27
1.1.5 CURSO TÓPICOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSELHEIROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	28
1.1.6 50 ANOS DO IRB - AÇÕES COMEMORATIVAS	29
1.2 EVENTOS EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES	39
1.2.1 CURSO INSTRUMENTOS NÃO TRIBUTÁRIOS DE FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E CONSTRUÇÃO DE MORADIAS SOCIAIS	39
1.2.2 MBA EM INOVAÇÃO E AUDITORIA PARA O SETOR PÚBLICO	40
1.2.3 SEMANA DE AVALIAÇÃO EM ESCOLAS DE GOVERNO	40
1.2.3.1 - V SAEG	41
1.2.3.2 - VI SAEG	41
1.2.4 SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE DIREITO E CONTROLO	47
1.2.4.1 VI SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE DIREITO E CONTROLO	47
1.2.4.2 VII SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE DIREITO E CONTROLO	48
1.2.5 SEMINÁRIO RESÍDUOS SÓLIDOS: TERRAS, RIOS E OCEANOS – BRASIL E PORTUGAL	49
1.2.6 SEMINÁRIO TRIBUNAIS DE CONTAS E A NOVA LINDB	50
1.2.7 CURSO COMPLETO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	52
1.2.8 VIII ENCONTRO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (ENTC)	53

1.2.9 CONGRESSO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	54
1.2.10 FIBE REALIZOU O FÓRUM “FUTURO DA GOVERNANÇA FISCAL” REALIZADO EM LISBOA COM A PARCERIA DO IRB.....	54
1.2.11 IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLE PÚBLICO E LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO	55
1.2.12 SEMINÁRIO CONTROLE EXTERNO E O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO	57
1.2.13 II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO FINANCEIRO E CIDADANIA	59
1.2.14 SEMINÁRIO ICMS EDUCAÇÃO	61
1.2.15 III CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (CITC)	62
1.3 EVENTOS E INICIATIVAS APOIADOS PELO IRB	67
1.3.1 WORKSHOP “TRIBUNAL DE CONTAS E A PERSPECTIVA DE NOVOS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”	67
1.3.2 XXXIV FÓRUM NACIONAL DO INAE (ESPECIAL – PERSPECTIVAS)	70
1.3.3 IV SEMINÁRIO NACIONAL EDUCAÇÃO É DA NOSSA CONTA	71
1.3.4 CAMPANHA DO STF EM DEFESA DA DEMOCRACIA	72
1.3.5 V SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - SINED.....	74
1.3.6 XXXV FÓRUM NACIONAL DO INAE	78
1.3.7 CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA E NOVAS ECONOMIAS.....	79
1.3.8 SEMINÁRIO “COMBATE À DESINFORMAÇÃO E DEFESA DA DEMOCRACIA”	81
1.3.9 SEMINÁRIO TRANSPARÊNCIA EM FOCO	82
1.4 PARTICIPAÇÃO DO IRB EM OUTROS EVENTOS	83
1.4.1 FOMENTA 2022 E BRASIL MAIS SIMPLES.....	83
1.4.2 SEMINÁRIO DE GESTORES PÚBLICOS PREFEITOS CEARÁ	84
1.4.2.1 SEMINÁRIO DE GESTORES PÚBLICOS PREFEITOS CEARÁ 2022	84
1.4.2.2 XI EDIÇÃO SEMINÁRIO DE GESTORES PÚBLICOS PREFEITOS CEARÁ 2023.....	86
1.4.3 IV SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SINED) E O III ENCONTRO DE PROMOTORES E PROMOTORAS DE JUSTIÇA DA EDUCAÇÃO... ..	90
1.4.4 ENCONTROS DA ASUR	92
1.4.4.1 ENCONTRO DA ASUR 2022.....	92
1.4.4.2 ENCONTRO DA ASUR 2023.....	94
1.4.5 FÓRUM NACIONAL DE CONTROLE	96
1.4.5.1 FÓRUM NACIONAL DE CONTROLE 2022	96

1.4.5.2 FÓRUM NACIONAL DE CONTROLE 2023	98
1.4.6 ESTRUTURAÇÃO DE CURSO DE INTELIGÊNCIA APLICADA AO CONTROLE EXTERNO	100
1.4.7 17º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO E CONTROLE - CONIP	101
1.4.8 IMERSÃO AO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO EM BARCELONA.....	102
1.4.9 19º ENCONTRO INTERNACIONAL DE JURISTAS	103
1.4.10 CONGRESSO NACIONAL DE LIDERANÇA E GOVERNANÇA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS	106
1.4.11 IV SEMINÁRIO DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DO TCE-CE	107
1.4.12 SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA EURORAI.....	108
1.4.13 CURSO DE INTELIGÊNCIA APLICADA AO CONTROLE EXTERNO	109
1.5 PUBLICAÇÕES	111
1.5.1 LIVRO PRIMEIRA INFÂNCIA.....	111
1.5.2 LIVRO OS TRIBUNAIS DE CONTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS - CHAMADA DE TRABALHOS	111
1.5.3 ARTIGO NA REVISTA TCMRio	111
1.5.4 LIVRO 50 ANOS DO IRB	113
1.5.5 LIVRO “OS TRIBUNAIS DE CONTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS”	115
1.5.6 REVISTA TÉCNICA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - 6ª EDIÇÃO	116
1.5.7 COLEÇÃO TRILOGIA DO RUYZINHO	117
1.5.8 CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA A REDE BIBLIOCONTAS: PORTFÓLIO DE FERRAMENTAS E PRÁTICAS	117
1.6 BANCO DE ARTIGOS.....	117
1.7 BANCO DE TALENTOS.....	118
1.8 PORTAL DAS REVISTAS TÉCNICAS.....	119
1.9 SITE: IRB TERRITÓRIO BIBLIOTECA E VIDEOTECA.....	119
1.10 PREMIAÇÕES IRB.....	120
1.10.1 PRÊMIO IRB DE MONOGRAFIA	120
1.10.2 PRÊMIO IRB DE JORNALISMO.....	121
2 DESENVOLVIMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	124
2.1 REDE INDICON (IEGE/IEGM).....	124
2.2 GAEPE BRASIL (GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL).....	125
2.3 REDE INTEGRAR.....	125

2.3.1 AUDITORIA OPERACIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DO SEMIÁRIDO.....	126
2.3.2 PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.....	128
2.3.3 LANÇAMENTO DO SUMÁRIO EXECUTIVO DO NOVO ENSINO MÉDIO – CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA COORDENADA.....	131
2.4 REDE CAPACITA COMPRAS.....	132
3 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	134
3.1 ACORDO ENTRE IRB E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ.....	134
3.2 CONSELHEIROS VALDOMIRO TÁVORA E EDILBERTO PONTES OFICIALIZAM SUBSEDE DO IRB NO TCE CEARÁ.....	134
3.3 ACORDO ENTRE IRB, IETel e ASUR.....	135
3.4 OLACEFS.....	135
3.5 PARCERIA IRB E SEBRAE.....	136
3.6 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICO - CONACI.....	137
3.7. CNPTC, ATRICON E IRB.....	138
3.8 AMBRA UNIVERSITY.....	138
3.9 TERMO ADITIVO FEA-USP e IRB.....	140
3.10 ACORDO DE PARCERIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E O IRB.....	140
3.11 ADESÃO AO PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	140
3.12 SENSE - CONTROLE DO FUTURO.....	141
3.13 IRB e ABEL.....	142
3.14 COMISSÃO ESPECIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	143
3.15 CONIP GESTÃO PÚBLICA.....	145
3.16 PARCERIA ENTRE IRB E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	145
3.17 ACORDO USTDA E ENTIDADES PARA MELHORIA DAS AUDITORIAS OPERACIONAIS EM COMPRAS PÚBLICAS.....	146
3.18 PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES.....	152
3.19 PARCERIA COM EDITORA FÓRUM.....	152
3.20. ADESÃO DO TCU ÀS NBASP.....	153
3.21 IBRAOP.....	155
3.22 DIRETORIA DA ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS DO TCU RECEBE VISITA INSTITUCIONAL DO PRESIDENTE DO IRB.....	155
3.23 ACORDO ENTRE IRB E O FIBE.....	156

3.24 ACORDO ENTRE IRB E FGV EAESP	158
3.25 IRB, ATRICON e GAEPE.....	160
3.26 SNT, ATRICON E IRB	160
3.27 TCM-SP e IRB.....	161
4 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	163
4.1 AÇÕES DOS COMITÊS TÉCNICOS.....	163
4.1.1 COMITÊ TÉCNICO DAS CORREGEDORIAS, OUVIDORIAS E CONTROLES INTERNO E SOCIAL	163
4.1.2 COMITÊ TÉCNICO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL.....	174
4.1.3 COMITÊ TÉCNICO DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO.....	185
4.1.4 COMITÊ TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO PÚBLICA - IEGE/IEGM	192
4.1.5 COMITÊ TÉCNICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	199
4.1.6 COMITÊ TÉCNICO DE CONCESSÕES, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E PRIVATIZAÇÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	213
4.1.7 COMITÊ TÉCNICO DE EDUCAÇÃO	222
4.1.8 COMITÊ TÉCNICO DE ESTUDOS E ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO	230
4.1.9 COMITÊ TÉCNICO DE ESTUDOS E SISTEMATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	230
4.1.10 COMITÊ TÉCNICO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	248
4.1.11 COMITÊ TÉCNICO DE GESTÃO DE PESSOAS	254
4.1.12 COMITÊ TÉCNICO DE GOVERNANÇA DOS TCS.....	272
4.1.13 COMITÊ TÉCNICO DE INOVAÇÃO, TRANSIÇÃO DIGITAL DE GOVERNOS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	274
4.1.14 COMITÊ TÉCNICO DE JURISPRUDÊNCIA, SÚMULA E PROCESSO.....	278
4.1.15 COMITÊ TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....	285
4.1.16 COMITÊ TÉCNICO DE SAÚDE.....	295
4.1.17 COMITÊ TÉCNICO GESTOR DA CATEGORIA DE DOMÍNIO DOS TCS	297
4.1.18 COMITÊ TÉCNICO DE TECNOLOGIA, GOVERNANÇA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DOS TCS.....	297
4.1.19 COMITÊ TÉCNICO DE OBRAS E ENGENHARIA	302
5 MONITOR FISCAL NACIONAL	304
6 PROCESSOS INTERNOS	305





PALAVRA DO PRESIDENTE

O presente Relatório sistematiza as atividades desenvolvidas pelo Instituto Rui Barbosa, no período de 22 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023, mandato da nossa Diretoria nessa gestão 2022-2023.

O propósito do referido documento consiste em apresentar o direcionamento e os principais resultados da atuação do IRB na sua missão de auxiliar os Tribunais de Contas no controle externo, por meio da disseminação do conhecimento, nas mais diversas formas de atuação, visando a qualificação dos atores que atuam na missão de garantir a efetiva concretização das políticas públicas.

Conhecedor do relevante papel desempenhado pelo IRB nas gestões anteriores, e considerando o honroso legado que nos foi confiado, assumi o compromisso de dar prosseguimento às iniciativas exitosas, cujo formato e alcance demonstravam a necessidade de continuidade, ampliando a rota com novos caminhos e ideias.

Neste sentido, destacamos o Curso de Estudos Avançados, os prêmios IRB de Monografia e de Jornalismo, o VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, as ações comemorativas aos 50 anos do IRB, as publicações e, ainda, as participações do IRB em eventos nacionais e internacionais, como realizador ou apoiador, assim como as diversas parcerias e cooperações realizadas.

O percurso trilhado até então contou com a significativa participação dos Membros da Diretoria, dos Presidentes, Coordenadores e componentes dos Comitês Técnicos do IRB, bem como da Equipe Técnica, cujo trabalho, dedicação e comprometimento permitiram o desenvolvimento de múltiplas ações que culminaram no que se apresenta neste Relatório.

Não podemos deixar de registrar a importância dos que atuaram conjuntamente na concretização dos objetivos propostos, em que contamos com a confiança e parceria dos Presidentes, Conselheiros e Servidores dos Tribunais de Contas de todo o Brasil e que, em distintas circunstâncias e oportunidades, somaram esforços para robustecer a função estatutária do IRB.

Para nortear os trabalhos vindouros, realizamos o Planejamento Estratégico 2023-2027, que permitirá o melhor direcionamento das ações e projetos, possibilitando ao Instituto Rui Barbosa o aprimoramento de suas atividades, fortalecendo experiências com foco no futuro.

Edilberto Carlos Pontes Lima
Presidente



1 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

1.1 EVENTOS IRB

1.1.1 SEMINÁRIOS IRB 2022: INTEGRAÇÃO, DIÁLOGO E CONHECIMENTO



Com o objetivo de promover reflexões acerca de temas estratégicos, proporcionando o fortalecimento das discussões e dos debates em torno de novas perspectivas, associadas aos desafios da sociedade contemporânea, o Instituto Rui Barbosa realizou os "Seminários IRB: integração, diálogo e conhecimento".

A iniciativa promove a ampliação dos debates acerca de temas estratégicos por meio de palestras e painéis, exposição de estudos e compartilhamento de experiências, fomentando o intercâmbio de conhecimentos entre os participantes.

A região Nordeste do país foi a primeira contemplada com as ações do Seminários IRB, tendo como sede o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), em Fortaleza-CE, no dia 29 de julho de 2022, abordando como tema central: Governança e Monitoramento Fiscal de Entes da Federação.

O momento contou com a exposição de sete palestras temáticas ministradas por representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Diretoria do IRB e dos Tribunais de Contas do Brasil. Foram compartilhados estudos e reflexões sobre a relevância da governança e do controle fiscal, bem como de experiências exitosas em sistemas de transparência de dados públicos desenvolvidos pelas Cortes de Contas dos estados do Ceará e Espírito Santo.

A realização do Seminário na Região Nordeste contou com o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), do Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC) e da Rede Governança Brasil (RGB). O evento registrou, ainda, como parceiros institucionais, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

1.1.2 CURSO DE ESTUDOS AVANÇADOS

O “Curso de Estudos Avançados” é uma ação educacional idealizada pelo Presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Edilberto Pontes, com o objetivo de fomentar a discussão em torno dos grandes desafios nacionais contemporâneos em temas relevantes, que vão além do Controle Externo stricto sensu, com a participação de personalidades de referência nacional e internacional.

A coordenação acadêmica do curso ficou a cargo do Professor Doutor Ignácio Maria Poveda Velasco, Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), grande expoente do pensamento jurídico brasileiro, autor de inúmeros trabalhos de referência, o qual já ocupou, entre outros cargos, a Superintendência de Assuntos Institucionais e a Procuradoria-Geral daquela importante universidade; já a vice-coordenação do curso foi conduzida pela Professora Doutora da USP, Ana Carla Bliacheriene.

Tendo como público-alvo os Conselheiros dos Tribunais de Contas de todo o Brasil, foram realizados 10 encontros presenciais, sediados na Capital Federal (Brasília-DF), totalizando 40 horas-aulas, com certificação expedida pelo IRB em parceria com a Universidade de São Paulo (USP).

Todos os encontros foram contemplados com palestras proferidas por renomadas personalidades no contexto jurídico, político, econômico e social do país.



I Encontro



O Palestrante convidado para o primeiro encontro do Curso de Estudos Avançados, realizado no dia 26 de agosto de 2022, foi o professor, médico, cientista, Ex-reitor da Universidade de São Paulo e Presidente do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Marco Antonio Zago, que abordou o tema: A importância da Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento do Brasil.



II Encontro

Realizado no dia 30 de setembro de 2022, o segundo encontro teve como palestrante a Embaixadora Maria Luiza Viotti, diplomata com formação em economia, representante permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), Embaixadora do Brasil na Alemanha e ex-chefe de gabinete do Secretário-Geral da ONU (2007 a 2021), que discorreu sobre o tema "Geopolítica Mundial, Conflitos, Perspectivas e o Papel do Brasil".



III Encontro



Como palestrante, no terceiro encontro, o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Antonio Anastasia, discorreu em sua apresentação sobre "As desigualdades e assimetrias brasileiras – desafios para tornar o Brasil mais inclusivo e equilibrado". O momento foi realizado no dia 21 de outubro de 2022."



IV Encontro

“Aquecimento Global, Agenda Ambiental e Desenvolvimento Econômico” foi o tema abordado durante o quarto encontro, realizado no dia 25 de novembro de 2022, tendo como palestrante a professora doutora e pesquisadora (INPE e FAPESP), com atuação na área das ciências da Terra e Mudanças Climáticas, Thelma Krug.



V Encontro

Realizado no dia 10 de janeiro de 2023, o quinto encontro abordou como tema dos debates “Governo digital, novas tecnologias de big data, blockchain e inteligência artificial: como aproveitar os ganhos de produtividade e promover a inclusão digital”, com a palestra do professor e pesquisador do Departamento de Ciência da Computação do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME- USP), Dr. João Eduardo Ferreira.





VI Encontro

Doutor em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Presidente do Conselho Superior da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei), do Conselho Superior de Inovação e Competitividade da FIESP e do Conselho de Administração do Grupo Ultrapar, Dr. Pedro Wongtschowski foi o palestrante do sexto encontro, realizado no dia 31 de março de 2023, abordando o tema "Desenvolvimento econômico: por que o Brasil parou de crescer e o que fazer para destravar o país".



VII Encontro

Realizado no dia 28 de abril de 2023, o sétimo encontro teve como tema "A ética e a integridade como elementos fundantes da atuação das instituições", com palestra ministrada pelo Professor Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Diretor e Professor Titular de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP).



VIII Encontro

Discorrendo sobre o tema “Federalismo, centralização e descentralização: as vantagens de ser grande sem sufocar as preferências locais”, o Professor Elival da Silva Ramos, Chefe do Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi o palestrante do oitavo encontro, realizado no dia 26 de maio de 2023.



Na oportunidade, o evento foi prestigiado pelo Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Vital do Rêgo.





IX Encontro

Linamara Rizzo Battistella, Professora Titular de Fisiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), foi a palestrante do nono encontro do curso, realizado no dia 30 de junho de 2023, discorrendo sobre “Políticas Públicas de saúde para reduzir o impacto da incapacidade na produção de bens e riquezas do país.



X Encontro

O décimo encontro, realizado em 25 de agosto de 2023, marcou o encerramento do primeiro ciclo do Curso de Estudos Avançados com a palestra do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, abordando como tema “Democracia, populismo, informação e desinformação: riscos e possibilidades”.



1.1.3 VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLE E POLÍTICAS PÚBLICAS



O Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, considerado um dos mais importantes eventos na área do controle e fiscalização da Administração Pública, é um programa de capacitação de grande porte promovido anualmente pelo Instituto Rui Barbosa (IRB). O evento reúne palestrantes nacionais e internacionais, chamada de trabalhos, oficinas e cursos voltados à produção e difusão do conhecimento.

O objetivo do Congresso, já consolidado no cenário nacional, se situa na melhoria contínua da gestão pública por meio da apresentação de estudos sobre avaliação das políticas públicas, proporcionando um intenso networking entre profissionais da área, para compartilhamento e intercâmbio de experiências, configurando-se como uma oportunidade única para o aprimoramento do conhecimento, a partir de vivências globais. O evento foi destinado aos gestores e servidores públicos, integrantes de Tribunais de Contas, especialistas em Governança e Políticas Públicas, professores e estudantes.

O VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas ocorreu nos dias 1, 2 e 3 de março de 2023, em Salvador-Bahia. O evento foi promovido de forma conjunta pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA) e contou com apoio institucional das entidades representativas do Sistema de Controle Externo, tendo como patrocinadores o Sebrae, Banco do Nordeste do Brasil/Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia.

Essa edição do Congresso foi realizada em comemoração ao centenário de morte de Ruy Barbosa, jurista baiano e patrono dos Tribunais de Contas brasileiros, e abordou como tema central do evento "Desenvolvimento e controle:



um diálogo a favor da cidadania”, tendo reunido 25 palestrantes, nacionais e internacionais, em conferências e painéis temáticos, feira com expositores, dentre outras atividades. O evento contou ainda com 24 apresentações de trabalhos científicos, 04 reuniões de entidades representativas do sistema de controle externo brasileiro e do Mercosul, 11 reuniões de Comitês Técnicos do Instituto Rui Barbosa, apresentações de boas práticas de Tribunais de Contas brasileiros, entrega do I Prêmio IRB de Monografia e momentos de homenagens e reconhecimento a personalidades que contribuem para o controle externo e fortalecimento da administração pública. O Congresso contou com um total de 1.812 participantes, sendo 966 presenciais e 846 por meio virtual.

Abertura

Os Anfitriões do evento foram o conselheiro Edilberto Pontes, presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e vice-presidente do TCE Ceará, e os conselheiros Marcus Presídio (presidente do TCE-BA) e Plínio Carneiro Filho (presidente do TCM-BA), compuseram a mesa de honra ao lado de demais autoridades como o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e o prefeito de Salvador, Bruno Reis.



“Precisamos ter confiança nas instituições. Isso contribui para o desenvolvimento e o progresso. Quanto maior o grau de confiança, maior o capital social. Precisamos orientar o gestor e punir quando houver irregularidade. Rui Barbosa, em Haia, disse que, ao ver todas as nações do mundo reunidas, aprendeu a não se envergonhar da sua. Devemos construir um país decente para todas as pessoas. Temos que ter orgulho da nossa energia, das nossas raízes. Devemos ter orgulho do nosso País”. Conselheiro Edilberto Pontes – Presidente do Instituto Rui Barbosa.





“Este evento tem o intuito de pensar no aperfeiçoamento da gestão pública, oportunidade para cada Tribunal de Contas trazer experiências positivas no controle externo. Corrigir sempre será melhor do que punir. Estaremos todos mais capacitados para avançarmos nas transformações necessárias ao desenvolvimento da sociedade”. Conselheiro Marcus Presídio – Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.



“Este congresso é de grande relevância para construirmos caminhos e instrumentos que garantam a efetividade dos investimentos públicos para a crescente demanda da população, para que melhore a vida do cidadão” Conselheiro Plínio Carneiro Filho – Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Joaquim de Castro, presidente da Abracom, discursou que “O objetivo desse evento é fazer com que a vida do cidadão possa cada vez mais sentir a presença



do estado, dos Tribunais de Contas, colocando o diálogo sempre à frente. Que possamos zelar e guardar o dinheiro público, levando conhecimento aos gestores e aos nossos jurisdicionados”. Conselheiro Joaquim de Castro – Presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

“Este congresso é marcado pelo êxito já caracterizado, por auditórios lotados e pelo acompanhamento à distância expressivo, numa data que marca o centenário de morte do patrono dos Tribunais de Contas, em defesa da legalidade. Os brasileiros podem contar com os seus Tribunais de Contas”. Conselheiro Cezar Miola – Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

“Ruy Barbosa foi um ilustre baiano que merece todas as nossas homenagens. Estamos num encontro que vai servir para os Tribunais aprimorarem ainda mais os seus trabalhos, que vão muito além de analisar, fiscalizar e processar as nossas contas, mas que fazem o trabalho preventivo. Quando os recursos públicos são bem aplicados, quem ganha é a sociedade”. Bruno Reis – Prefeito de Salvador.



Ao lado do vice-governador, Geraldo Júnior, o governador Jerônimo falou que “O papel dos órgãos de controle, na verdade, são estratégias recentes, e o conceito que a sociedade tem é de um sujeito apenas da punição - que tem esse papel -, mas é importante o novo conceito de que esses órgãos possam fazer parte do avanço que as políticas públicas têm na vida das pessoas, para fazer o bom uso dos recursos públicos e que chegue até cada brasileiro o objetivo central, seja na educação, na saúde, na segurança pública, na cultura, com expectativa que avance cada vez mais”. Geraldo Júnior – Governador do Estado da Bahia.



O ponto alto da abertura foram as entregas de oito placas em homenagem a seis ex-presidentes do IRB, Ivan Bonilha, Sebastião Helvecio, Severiano Costandrade, Salomão Ribas, Sérgio Quintella e Antonio Roque Citadini; uma placa ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Sérgio Rossi; e uma placa ao Presidente do TCE Ceará, Conselheiro Valdomiro Távora, pelo fundamental apoio para instalação e funcionamento da subsede do IRB no prédio do Tribunal de Contas cearense.

O jovem Antônio Pietro, ator do vídeo em homenagem a Ruy Barbosa, apresentou a revista em quadrinhos, “Ruy – do sonho à realidade”, lançada durante o evento. Na sequência, o professor emérito das Universidades Federal da Bahia e da Presbiteriana Mackenzie (SP), Edvaldo Pereira de Brito, palestrou sobre a “Atualidade da Obra de Ruy Barbosa”.

Programação científica

“Tribunais de Contas e desenvolvimento social, econômico e sustentável: um pilar da essencialidade do Controle Externo”, foi o tema da Conferência de Abertura, mediada pelo conselheiro Edilberto Pontes. O conferencista foi o jurista, professor e escritor, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes.

Patrocinador do evento, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) ressaltou, em seu painel, os “Dez anos de efetividade da Lei Complementar nº 123/06: a exitosa parceria Sebrae – Tribunais de Contas”. O diretor técnico do Sebrae Nacional, Bruno Quick; o representante do Sebrae de Minas Gerais, Nilo Raposo; os conselheiros Antônio Joaquim (TCE-MT) e Sebastião Helvecio (TCE-MG) foram os palestrantes. O painel foi mediado pelo conselheiro Ivan Bonilha (TCE-PR).

O segundo dia do VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas foi marcado por discussões com especialistas internacionais e nacionais sobre inovação, desenvolvimento, políticas públicas e primeira infância.





A diretora de Informação, Ambiente de Trabalho e Inovação do Tribunal de Contas Europeu, Magdalena Cordero, ministrou a conferência sobre auditoria do futuro. Ela falou sobre a transformação digital das organizações. “O mundo da eficiência e transparência também tem novos riscos”, alertou ao tratar sobre inteligência artificial, desinformação, cibersegurança e a desigualdade digital. E destacou o papel dos auditores públicos neste processo. “Os auditores públicos terão a responsabilidade de gerar confiança nesta nova realidade, neste mundo de dados, algoritmos e sensores em que ‘tudo está registrado’. Assim, os auditores públicos têm a oportunidade de mudar a forma como trabalham para obter os benefícios da transformação digital”, apontou. A mediação foi do conselheiro do TCM Goiás, Joaquim de Castro Neto.

O combate à corrupção em prol do desenvolvimento foi tema da conferência da juíza conselheira Anna Papapanagiotou, do Tribunal de Contas da Grécia. Ela compartilhou as experiências da corte de contas grega e ressaltou a imputação do benefício patrimonial injustificado através do controle das declarações do patrimônio. “A contribuição do Tribunal de Contas da Grécia, para o combate à corrupção no país, desfruta da confiança dos cidadãos e desempenha um papel crescente em prol do desenvolvimento”, afirmou. A mediação foi feita pelo vice-presidente do IRB, conselheiro Sebastião Helvecio, que ressaltou o direito ao desenvolvimento, os objetivos do desenvolvimento sustentável e a competência jurisdicional.



No painel sobre primeira infância, a secretária-executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela, apresentou ações de políticas públicas em educação que contribuem para a garantia dos direitos das crianças na primeira infância. “Não existe zona de conforto, mas temos alguns avanços muito significativos.

Um deles é a continuidade da política. O Ceará não teria conseguido traçar uma linha ascendente no resultado de políticas educacionais se não tivesse continuidade. É preciso estimular essa mentalidade da continuidade política e do foco no resultado”.



A representante do Unicef, Helena Oliveira Silva, fez uma abordagem sobre as ações desenvolvidas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância. Já o conselheiro do TCE Goiás e presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, Edson Ferrari, mostrou como o Tribunal de Contas tem lançado foco sobre a temática. “Cabe a cada um de nós, como agentes públicos ou cidadãos, a parcela de responsabilidade social que exige de todos nós e de alguma medida de contribuição para a mitigação desse vergonhoso quadro em que se encontram milhões de gestantes e crianças pelo Brasil”, afirmou. O painel foi mediado pela conselheira do TCE São Paulo, Cristina de Castro Moraes.

Na ocasião, houve o lançamento do livro “A Primeira Infância e os Tribunais de Contas”, produzido pelo Instituto Rui Barbosa e Tribunal de Contas de Goiás. A publicação está disponível para download no site do TCE Goiás.

A professora doutora da USP, Ana Carla Bliacheriene, falou sobre inovação e melhorias de processos, incremental, na gestão e governança, no processo de auditoria e no julgamento. “Quando falamos em inovação em gestão é necessário fazer uma verdadeira revolução comportamental dentro da estrutura do órgão para que os servidores se sintam confortáveis em desapegar”. Já o sub-procurador geral do Ministério Público de Contas de Alagoas, Ricardo Scheneider, discutiu a resolução on-line de controvérsia e apontou a transparência como proposta de uso da ODR nos Tribunais de Contas. “A Online Dispute Resolution (ODR) passa a utilizar a tecnologia de maneira mais ativa e atuante, no sentido mais específico, seria a resolução online de controvérsia por meio do uso da tecnologia, da inteligência artificial, da mineração de dados, que possa otimizar o resultado final, solucionando ou pacificando a controvérsia”, resumiu.



Em seguida, foi apresentado o projeto TCE na Comunidade, pelo conselheiro do TCE Amapá, Michel Houat Harb. A boa prática está em sua quinta edição e é considerado o maior projeto de controle social do Estado do Amapá.



O desenvolvimento como valor democrático também foi tema de painel, composto pelo vice-presidente do IRB, conselheiro Sebastião Helvécio; pelo vice-presidente do Fórum de Integração Brasil-Europa (Fibe), José Roberto Afonso; e pelo presidente do Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), Raul Velloso. A mediação foi do conselheiro do TCM Bahia, Plínio Carneiro. "Todos nós que trabalhamos em auditoria, em avaliação das políticas públicas, o primeiro passo é fazer da informação uma coisa", destacou Sebastião Helvécio, durante apresentação do Guia de Avaliação de Políticas Públicas.

A programação contou ainda com o painel Políticas públicas, desenvolvimento e cidadania. O pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcos Antônio Carvalho, abordou as políticas públicas no âmbito do desenvolvimento econômico; a professora doutora da USP, Cristiane Kerches, trouxe reflexões sobre participação social; e o professor da Escola de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), Paulo Jannuzzi, tratou sobre os avanços e os desafios da avaliação de políticas. A conselheira do TCE Acre, Naluh Gouveia, fez a mediação.



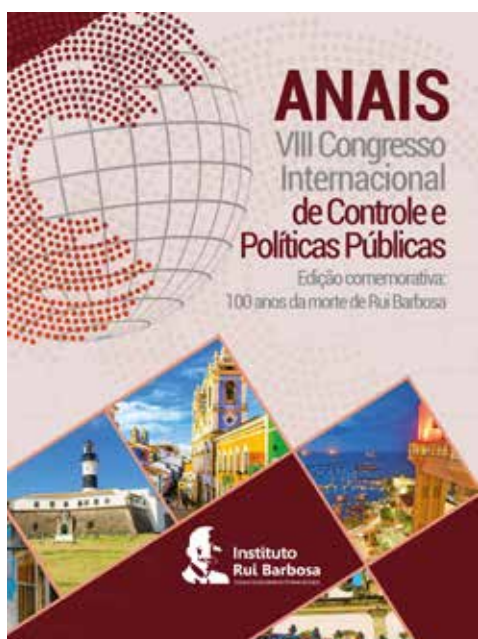
Apresentação de trabalhos científicos

Vinte e quatro trabalhos científicos, aprovados pela Comissão do Instituto Rui Barbosa (IRB), foram apresentados durante o Congresso. As exposições ocorreram em salas temáticas de forma paralela à programação principal do evento. Os trabalhos, de um total de 42 submetidos, foram selecionados a partir de uma análise dos pareceristas 'às cegas'.



Compuseram a Comissão de Pareceristas do VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, do Instituto Rui Barbosa, para analisar e avaliar os trabalhos científicos dos inscritos: Prof. Dr. Gleison Mendonça Diniz (presidente), Prof^a. Dra. Ana Perpétua Ellery Corrêa (membro), Prof^a. Ms. Renata Maria Silva Ramos de Castro (membro) e a Prof^a. Ms. Sandra Valéria de Moraes Santos (membro).

Conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores de contas acompanharam as apresentações e destacaram a qualidade dos artigos apresentados.



“Isso mostra muita vitalidade dos Tribunais de Contas brasileiros, muita gente pesquisando sobre temas do dia a dia, como administração pública, controle externo, a nova Lei de Licitações. O TCE Ceará, pra nossa felicidade, tem nove dos trabalhos apresentados. Isso mostra que as pessoas estão entusiasmadas, o trabalho sério, o nível técnico e a qualificação dos servidores que formam o Tribunal de Contas do Ceará”, ressaltou Edilberto Pontes, Presidente do IRB.

Os 24 trabalhos apresentados integrarão os Anais do evento, publicados em formato de e-book.

1.1.4 ENCCO

O Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCCO - a sigla ganhou uma referência nova em 2023 com inclusão da temática voltada aos Controles Internos – é um evento promovido anualmente pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social, presidido pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), Gilberto Jales.

Realizado desde 2018, o ENCCO tem por objetivo fomentar e disseminar o conhecimento na área de Controle Externo e Controle Social, promovendo o compartilhamento de ideias, informações e experiências, na busca pelo aprimoramento e fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do país e, com isso, a melhoria crescente e contínua dos resultados efetivos das instituições.



No último biênio (2022-2023), foram realizadas duas edições do Encontro. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais sediou o evento em 2022, no período de 19 a 21 de setembro, com uma programação composta por reuniões técnicas, palestras temáticas e mesas redondas de debates e estudos.

Na ocasião, foi realizado o lançamento do “Manual de Orientações Técnicas para a Criação do Conselho de Usuários nos Tribunais de

Contas”. Editado pelo IRB, o material conta com 92 páginas, divididas em 11 capítulos, que explicam todas as etapas de instituição dos conselhos de usuários, que têm o objetivo de acompanhar a prestação dos serviços, avaliá-los e propor as melhorias necessárias.

O ENCCO 2023, foi realizado de 11 a 13 de setembro, em Natal-RN, e teve como anfitrião o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN). Nessa edição, o evento abordou como tema central: Ética, Participação e Controle.

A programação trouxe como palestrantes Conselheiros dos Tribunais de Contas de todo o país, além de servidores de Corregedorias e de Ouvidorias e de Controles Internos, entre outros especialistas nos temas propostos.

Ao final da programação, foram aprovadas as “Cartas de Natal-RN”, documentos que apresentam os princípios e metas a serem adotados pelas Corregedorias, Ouvidorias e Controles Internos dos Tribunais de Contas até 2024.

1.1.5 CURSO TÓPICOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSELHEIROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS



O Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizaram, no período de 16 a 19 de outubro de 2023, o curso “Tópicos de Avaliação de Políticas Públicas para Conselheiros dos Tribunais de Contas”,



sediado na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP), e voltado aos Membros das Cortes de Contas de todo o país.

Presencial e imersivo, o conteúdo programático do curso proporcionou aos Conselheiros, participantes da ação, mapear as características e os principais desafios das políticas públicas brasileiras, especialmente no plano do monitoramento e avaliação, possibilitando a compreensão dos diversos tipos de avaliação de processos, resultados e impacto de políticas públicas levadas adiante por governos e terceiros que as executam com recursos públicos.

A capacitação foi a primeira ação executada no âmbito do Acordo de Cooperação firmado entre o IRB e a FGV com o objetivo de promover o intercâmbio e a cooperação mútua didático-científico e cultural, incluindo a realização de ações integradas, formativas, intercâmbio de conhecimento, troca de experiências com vistas à produção de conhecimento e o aprimoramento de atividade de interesse público e do controle.

1.1.6 50 ANOS DO IRB - AÇÕES COMEMORATIVAS

“Uma fundação incrustada nos Tribunais de Contas, por isso mesmo sob seu controle, direcionada para pesquisa, estudo, investigação sobre métodos e controle na fiscalização orçamentária e financeira na órbita de competência dos Tribunais de Contas.”

A partir dessa declaração do Conselheiro Nelson Marcondes do Amaral, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), há exatamente meio século (50 anos), em 12 de outubro de 1973, durante a realização do VII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, no histórico Theatro da Paz, em Belém, capital do estado do Pará, na presença de representantes de todas as Cortes de Contas do país, nascia o então Instituto Ruy Barbosa (posteriormente denominado Instituto Rui Barbosa).

Ao longo desses 50 anos, o Instituto Rui Barbosa trilhou um virtuoso e vitorioso caminho construído colaborativamente por todos aqueles que se empenharam para tornar o IRB uma instituição de relevância no aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas do Brasil e melhoria das Políticas Públicas em benefício da sociedade, integrando os debates nacionais e internacionais em temas afeitos à administração pública, controle externo, consolidação do Estado Democrático de Direito e das garantias sociais.

Para dar concretude a sua missão institucional de auxiliar os Tribunais de Contas no desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas atividades de Controle



Externo, o IRB possui em sua estrutura organizacional 20 Comitês Técnicos que atuam na produção de obras e conteúdos técnico-científicos, promoção de ações de educação continuada e realização de eventos (seminários, congressos, workshop) que favorecem o intercâmbio de conhecimentos nas mais diversas áreas como: educação, saúde, primeira infância, auditoria, indicadores de gestão pública, aperfeiçoamento profissional, gestão de pessoas, tecnologia, meio ambiente, sustentabilidade, concessões, privatizações, parcerias público-privadas, obras, controle social, dentre outras.

Chegar aos 50 anos faz do Instituto Rui Barbosa uma instituição relevante e consolidada, que se desenvolve diante das mudanças e desafios contemporâneos e perseguindo, sempre, a missão de construir, juntos aos 33 Tribunais de Contas e a toda sociedade, um futuro promissor com horizontes visíveis no progresso, com justiça social e fortalecimento da democracia.

Artigo alusivo aos 50 anos do IRB

50 anos do Instituto Rui Barbosa

Edilberto Pontes

Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB)

Neste mês de outubro, o Instituto Rui Barbosa (IRB) comemora 50 anos de existência e de contribuições para o sistema de controle externo brasileiro. Reconhecido como "A Casa do Conhecimento" dos Tribunais de Contas do país, o IRB desempenha um papel fundamental para essas instituições, atuando no fortalecimento institucional, na padronização de procedimentos, na defesa dos interesses comuns, como fórum permanente de discussões e debates e no apoio técnico a esses órgãos de controle e acompanhamento das finanças públicas.

Por meio dos seus 20 Comitês Técnicos, o Instituto Rui Barbosa abrange os mais

variados aspectos das políticas públicas nos Estados brasileiros – a exemplo de Saúde, Educação, Primeira Infância, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Auditoria do Setor Público, Aperfeiçoamento Profissional, Estudos e Acompanhamento Legislativo, entre outros – trabalhando em consonância com as tendências internacionais de gestão para garantir que as políticas públicas tenham efetivos resul-

Reconhecido como "A Casa do Conhecimento" dos Tribunais de Contas do país, o IRB desempenha um papel fundamental

tados para a vida dos cidadãos.

Para o sucesso do trabalho do IRB ao longo destas cinco décadas, tem sido vital a realização de parcerias, inclusive internacionais, com universidades e órgãos públicos e privados, que resultaram na realização de estudos, pesquisas, seminários, congressos, conferências e uma vasta produção de conhecimento, que tem impactado positivamente no dia a dia dos Tribunais de Contas. Um exemplo é a intensa troca de experiências, capacitações e desenvolvimento dos servidores, contribuindo para o aprimoramento da atuação dessas instituições em favor da transparência e da eficiência na gestão pública, fazendo com que o IRB se torne a cada dia mais uma referência no campo dos Tribunais de Contas.

Também podem ser destacadas as discussões para estabelecer normas e diretrizes para a atuação dos Tribunais de Contas, buscando a uniformização dos

procedimentos e boas práticas de controle externo, além do suporte técnico e das orientações, pareceres e estudos especializados sobre temas específicos relacionados às atividades de controle externo.

Esse conjunto de ações só tem sido possível graças à participação efetiva de todos os Conselheiros, servidores, auditores e funcionários do sistema de controle externo brasileiro. Pode-se afirmar que a força da atuação do IRB é a força da união de seus integrantes, nas diversas instâncias, contribuindo para a convergência de conhecimentos em benefício de toda a sociedade.

Ao completar 50 anos, o Instituto Rui Barbosa também é impulsionado a se preparar para os próximos desafios, vislumbrando as oportunidades para avaliar e aprimorar ainda mais seu trabalho, visando ao fortalecimento contínuo dos Tribunais de Contas do Brasil.

O Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, teve seu artigo, em homenagem aos 50 anos do IRB, publicado na versão digital do dia 25 de outubro de 2023, no jornal baiano, "A Tarde".

Intitulado "50 anos do Instituto Rui Barbosa", o artigo destaca a abrangente e relevante atuação do IRB nos mais variados aspectos das políticas públicas, por meio das ações desempenhadas por seus 20 Comitês Técnicos que trabalham em total consonância com as tendências internacionais de gestão, para garantir que as políticas públicas tenham efetivos resultados para a vida dos cidadãos.

Edilberto Pontes destaca, ainda, os esforços empreendidos no sentido de se estabelecer normas e diretrizes para a atuação dos Tribunais de Contas, visando à uniformização dos procedimentos e boas práticas de controle externo brasileiro.



O trabalho colaborativo e efetiva participação de todos os membros, servidores, auditores e colaboradores do Sistema Tribunais de Contas, nas ações desenvolvidas pelo IRB, foram ressaltadas pelo Conselheiro Edilberto Pontes como a força vital do Instituto.

Por fim, o Presidente da “Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas” reforça o compromisso do IRB com a convergência de saberes e a ampliação do conhecimento.

O Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) e Vice-Presidente de Auditoria do IRB, Inaldo da Paixão Araújo, também publicou artigo em comemoração aos 50 anos do Instituto. O texto foi publicado na versão digital do jornal baiano, “Tribuna da Bahia”, na edição do dia 09 de outubro de 2023.

Em seu artigo, Inaldo Araújo ressalta as relevantes contribuições do Instituto Rui Barbosa no decorrer deste meio século de atuação no Sistema Tribunais de Contas do Brasil.

Ele destaca, no decorrer da sua homenagem, a atuação do IRB no processo de modernização e fortalecimento do Controle Externo brasileiro como instrumento de cidadania, incluindo o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e interinstitucionais.

As recentes ações do IRB para aperfeiçoamento técnico-profissional de membros e servidores das Cortes de Contas de todo o país, também foram contempladas pelo Conselheiro Inaldo em seu artigo, com destaque para realização periódica de seminários e congressos internacionais, bem como a realização do curso de estudos avançados, que debateu, com personalidades, nacionais e internacionais, os temas relacionados com os desafios nacionais contemporâneos.

Sessão comemorativa ao cinquentenário do IRB

Como parte da programação do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), foi realizada no dia 30 de novembro de 2023, a sessão comemorativa alusiva ao cinquentenário do Instituto Rui Barbosa (IRB). O momento foi oportuno para assinatura de Acordos de Cooperação Técnica entre Cortes de Contas internacionais, reconhecimento dos vencedores do Prêmio IRB de Jornalismo, lançamento de edição especial de selo dos Correios e de livro sobre a atuação dos Tribunais em relação às políticas públicas.

Fizeram parte da solenidade o vice-presidente do IRB, Sebastião Helvecio, e o conselheiro Inaldo da Paixão (TCE-BA) – que compõem o comitê do Prêmio IRB de Jornalismo. Os Acordos de Cooperação Técnica firmados durante a sessão



visam ao intercâmbio de tecnologia, à troca de experiências e ao fortalecimento dos laços institucionais entre o IRB e as Cortes de Portugal e de Angola.

Lançamento do Selo Comemorativo



Durante a Sessão Comemorativa aos 50 anos do Instituto Rui Barbosa, foi realizado o lançamento do Selo e Carimbo comemorativos do Correios, símbolos que irão personalizar a obliteração das correspondências enviadas pelo IRB.

Lançamento do Livro “Os Tribunais de Contas e as Políticas Públicas”

A obra coletiva, “Os Tribunais de Contas e as Políticas Públicas”, publicada em parceria com a Editora Fórum, coordenada pelo Conselheiro Edilberto Pontes, também foi lançada no dia 30 de novembro de 2023. O livro possui artigos sobre temas como empoderamento social, blockchain, plano plurianual de políticas públicas, dentre outros assuntos.



Prêmio IRB de Jornalismo

O Prêmio IRB de Jornalismo teve como tema “A atuação dos Tribunais de Contas para a melhoria das políticas públicas do país”. Foram submetidos trabalhos de reportagem em três categorias: Telejornalismo, Radiojornalismo e Webjornalismo.

Os trabalhos foram analisados e avaliados por uma Comissão Julgadora composta pelos Conselheiros Edson Ferrari, Membro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), representando as Cortes de Contas do Brasil; Inaldo Araújo da Paixão, Membro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), como representante do IRB; os jornalistas Salomão de Castro, representando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e Inês Aparecida, representando a Associação Cearense de Imprensa (ACI).



Após a análise de critérios como a adequação dos trabalhos ao tema, multiplicidade e qualidades das fontes, bem como a inovação e criatividade das informações, a Comissão Julgadora homologou o seguinte resultado, por categoria:

a) Telejornalismo

1º lugar – “Obras do Canal do Frágoso ainda estão pela metade depois de dez anos”, autoria de Wagner Sarmento (PE);

2º lugar – “Mulheres no Controle: TCE-RN faz auditoria sobre violência de gênero e rede feminina de apoio”, autoria de Sérgio Henrique Santos (RN).

b) Radiojornalismo

1º lugar – “A fiscalização dos Tribunais de Contas nos Planos de Educação”, autoria de Mateus Bitencourt (SC);

2º lugar – “O enfrentamento dos Esgotamentos Sanitários”, autoria de Kayo Passos (CE).



c) Webjornalismo

1º lugar – “Maria vai à creche: com 30 mil crianças na fila por escola em MS primeira infância vira prioridade”, autoria de Mateus Bitencourt (SC);

2º lugar – “Água e esgoto: como os Tribunais de Contas irão fiscalizar o novo Marco do Saneamento”, autoria de Alessandra de Oliveira (CE).

Lançamento da Trilogia Ruyzinho

“Precisamos valorizar a memória desse grande brasileiro e fazer com que as novas gerações tenham orgulho desse grande baiano que foi Rui Barbosa”, declarou o presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes ao realizar o lançamento oficial da Trilogia do Ruyzinho, composta por três livros paradidáticos, durante o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), com a presença dos Presidentes do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, do Tribunal de Contas de Portugal, Juiz Conselheiro José F.F. Tavares, e da Atricon, Conselheiro Cezar Miola.

Os livros, que são dirigidos a crianças matriculadas entre o segundo e o quinto ano do ensino fundamental, contam três histórias: “Rui, o silêncio do fogo”, de Demitri Túlio; “Rui, o homem que vestia palavras”, de Kelsen Bravos; e “Rui, o menino-águia que tinha um vulcão na cabeça”, de Efigênia Alves.



Solenidade Comemorativa aos 50 anos do IRB



A solenidade Comemorativa aos 50 anos do Instituto Rui Barbosa foi realizada no dia 30 de novembro de 2023, na Estação das Artes, importante equipamento cultural do estado do Ceará, momento prestigiado por representantes dos Tribunais de Contas de todo o país, além de autoridades dos Poderes Judiciário, Legislativo e do Ministério Público.

Durante a solenidade, foi realizada a entrega de homenagens a personalidades do Sistema Tribunais de Contas que têm contribuído para o alcance da missão institucional do IRB.

O livro "Instituto Rui Barbosa: 50 anos de Educação, Conhecimento e Transformação", obra que narra o legado histórico do IRB, nestas cinco décadas de atuação, promovendo o contínuo aperfeiçoamento técnico-profissional do Sistema Tribunais de Conta do Brasil, também teve seu lançamento oficial realizado durante a solenidade comemorativa.

A obra é assinada pelo renomado escritor Francílio Dourado Filho, a partir de relatos narrados por 36 personagens que contribuem para construção desse relevante trabalho desempenhado pelo IRB.



“O livro que lançamos é mais do que uma retrospectiva; é uma afirmação de nosso compromisso com um futuro em que os Tribunais de Contas continuem a ser sustentáculos de justiça e integridade. É uma promessa de que permaneceremos incansáveis na busca pela excelência e na promoção de práticas que assegurem a boa gestão dos recursos públicos”. Conselheiro Edilberto Pontes – Presidente do Instituto Rui Barbosa.



“O livro, Instituto Rui Barbosa – 50 Anos de Educação, Conhecimento e Transformação, que eu tenho a honra de assinar, é o resultado dessas conversas com 36 personagens cujas histórias traduzem a alma, a essência do que é o fazer controle de contas nesse país. Que essa obra possa animar outras pessoas a quererem conhecer melhor essa instituição à qual devemos tanto e da qual sabemos tão pouco”. Francílio Dourado Filho – Escritor.

Obra de arte “Marias do Brasil”

Durante a solenidade comemorativa aos 50 anos do IRB, os renomados artistas cearenses Mino Castelo Branco, Totonho Laprovitera e Mano Alencar pintaram simultaneamente a obra de arte “Marias do Brasil”, simbolizando a presença feminina na busca por justiça, destacando-se por olhares sensíveis e abordagens humanizadas nos tribunais. Sua representação reflete a importância da diversidade de perspectivas na formação de decisões justas. Essas mulheres são guardiãs da igualdade e promotoras da equidade, contribuindo para um sistema jurídico mais aberto e compassivo. A obra irá compor o arcevo cultural do IRB.



Mino Castelo Branco,
Totonho Laprovitera e
Mano Alencar – Marias
do Brasil – 2023 –
Acrílica sobre tela –
80 x 180 cm.



Ação Carbono: distribuição de papel semente e plantio de árvores

O Instituto Rui Barbosa (IRB) realizou no dia 07 de dezembro de 2023, na sede do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE, Ceará) a "Ação Carbono", iniciativa que tem por objetivo principal a compensação da emissão dos gases de efeito estufa decorrentes das ações comemorativas aos 50 anos do Instituto, por meio da distribuição e do plantio de mudas de árvores nativas da flora cearense, promovendo a sustentabilidade dessas ações e reafirmando o seu compromisso socioambiental.

A ação foi conduzida pelos Conselheiros da Corte de Contas cearense, Rholden Queiroz e Soraia Victor, que realizaram o plantio simbólico de uma muda de árvore na sede do TCE Ceará.



A empresa Here Is Green foi contratada pelo IRB para realizar o estudo técnico sobre a "pegada de carbono" das ações comemorativas dos 50 anos do Instituto, ou seja, mensurar quanto de gases poluentes foram lançados na atmosfera, por decorrência dessas ações, e quantas árvores deverão ser plantadas para que, no prazo de até dois anos, essa compensação seja completa.





As mudas de árvores, distribuídas na “Ação Carbono” do IRB, serão monitoradas por meio do aplicativo da Here Is Green, gerando as informações que irão compor o relatório final de sustentabilidade, onde estarão contidos os impactos econômicos, sociais e ambientais da compensação dos gases poluentes emitidos nas ações dos 50 anos do IRB.

1.2 EVENTOS EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

1.2.1 CURSO INSTRUMENTOS NÃO TRIBUTÁRIOS DE FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E CONSTRUÇÃO DE MORADIAS SOCIAIS

O curso “Instrumentos não tributários de financiamento da infraestrutura urbana e construção de moradias sociais” se destinou aos servidores dos Tribunais de Contas de todo o Brasil.

A capacitação trata-se de uma parceria entre o Instituto Rui Barbosa – IRB e o Lincoln Institute of Land Policy, com colaboração institucional da Escola de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM- SP e Instituto Plácido Castelo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE.

O objetivo se refere a disseminação do conhecimento sobre os instrumentos disponíveis de obtenção de recursos não tributários, simulando a sua utilização no financiamento de investimentos em infraestrutura e construção de moradias sociais.

A coordenação do curso foi realizada pelo professor Paulo Henrique Sandroni, mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com vasta experiência na área de Economia, com ênfase em Economia e Recursos Humanos.

As aulas foram realizadas totalmente a distância, em plataforma institucional. O curso realizou-se entre os meses de abril e maio e teve carga horária de 16 horas, com metodologia teórico-aplicada.

Foram disponibilizadas, ao todo, 45 vagas gratuitas, em que cada Tribunal pôde designar um servidor e um suplente.



1.2.2 MBA EM INOVAÇÃO E AUDITORIA PARA O SETOR PÚBLICO

A parceria entre o Instituto Rui Barbosa-IRB, a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, a Universidade de São Paulo e a Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo-FEA USP estabeleceu condições para a realização do curso de especialização:

MBA em auditoria e inovação no setor público, com início em maio de 2022, destinado prioritariamente a servidores dos Tribunais de Contas de todos o Brasil, servidores de outros órgãos municipais e estaduais de Controle Interno, gestores, agentes públicos estaduais e municipais e interessados. visando a capacitar esses agentes públicos num ambiente de aprendizagem de excelência, que assegurem os seguintes objetivos:

- Aproximar e trazer a presença da Universidade de São Paulo e da FEA-USP para as atividades do IRB, viabilizando a capacitação de excelência da burocracia pública nacional, em EAD, de forma a qualificar os processos da administração pública, como aspecto educativo e preventivo a ser valorizado pelas Cortes de Contas, sem que os servidores necessitem se ausentar de seu local de trabalho, o que contribui para a realização da capacitação;
- Possibilitar a apropriação de conhecimentos sobre controle da administração pública e auditoria das políticas públicas a partir de uma visão interdisciplinar e do impacto das novas tecnologias na administração pública, administração, contabilidade pública, direito, serviços públicos e controle do Estado;
- Oferecer uma visão atualizada dos temas de fronteira para administração pública e o controle interno e externo da atividade administrativa.

1.2.3 SEMANA DE AVALIAÇÃO EM ESCOLAS DE GOVERNO

A Semana da Avaliação em Escolas de Governo é um conjunto de eventos interligados que constroem um espaço de diálogos e trocas de saberes entre governo, academia, sociedade civil e entes privados sobre estratégias, metodologias, experiências e resultados de avaliação para o contexto do setor público.

Desde 2018, a SAEG integra o maior evento sobre Avaliação do mundo e faz parte da agenda global da "Local Evaluation Week", organizada pelo CLEAR (Banco Mundial).

A iniciativa é voltada para gestores e profissionais de escolas de governo, oficiais do governo, formuladores de políticas públicas, acadêmicos, agentes públicos e demais interessados, que podem fazer a inscrição por meio do site.

1.2.3.1 - V SAEG

V SAEG

SEMANA DA AVALIAÇÃO EM ESCOLAS DE GOVERNO

1º DE JUNHO
Manhã: Híbrido / Tarde: Presencial

“Tecnologia, Avaliação e Crises: interfaces de um ecossistema de aprendizagem no serviço público”

Transmissão: Youtube/InstitutoRuiBarbosa **Inscrições:** siged.ipc.tce.ce.gov.br

Acesse: <https://abre.ai/saeg2022>

Logos: IPC INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Instituto Rui Barbosa, Instituto Serzedello Corrêa Escola Superior do Tribunal de Contas da União

Apresentar e discutir os principais resultados das Redes de Escola de Governo do Brasil foi um dos principais objetivos da V Semana de Avaliação em Escolas de Governo, que ocorreu, no dia 01 de junho de 2022, com o tema: “Tecnologia, Avaliação e Crises: interfaces de um ecossistema de aprendizagem no serviço público”.

A V SAEG discutiu os assuntos de institucionalização da rede, cooperação técnica, troca de experiências, melhoria e eficiência das organizações participantes decorrentes do trabalho da rede. Além disso, a proposta de incentivar a reflexão sobre a necessidade de mecanismos avaliativos para a construção, manutenção e transformação das redes de escolas de governo.

Essa quinta edição do evento foi realizada conjuntamente pelo Instituto Plácido Castelo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (IPC/TCE-CE), pelo Instituto Rui Barbosa e pelo Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União (ISC/TCU).

1.2.3.2 - VI SAEG

A atuação do IRB para fortalecimento da democracia e cidadania no Brasil foi apresentada durante a 6ª edição da Semana da Avaliação em Escolas de Governo (SAEG), que aconteceu no dia 14 de setembro de 2023 na Universidade de Genebra – Suíça.



O evento abordou como tema central: "Cooperação para a capacitação e avaliação da Agenda 2030 no serviço público" e contou com uma série de atividades, incluindo capacitação, compartilhamento de experiências, rodas de discussão e acordos de cooperação entre a comunidade internacional e as escolas de governo do Brasil.



Os objetivos desta edição incluiu a discussão sobre como a cooperação internacional pode contribuir para alcançar a Agenda 2030, no serviço público brasileiro e global, a orientação de gestores públicos na avaliação institucional de suas organizações à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a evidenciação do papel das escolas de governo na disseminação da Agenda 2030, no serviço público brasileiro e global, a facilitação de negociações para acordos de cooperação entre escolas de governo do Brasil, escolas de governo estrangeiras e organismos internacionais, e a promoção de uma agenda de cooperação



nacional brasileira entre escolas de governo para o desenvolvimento de capacidades técnicas, tecnológicas e científicas no aprimoramento profissional de agentes públicos.

Painel

O Painel 1 do evento abordou como tema central “Cooperação, Democracia e Cidadania no Brasil”, onde foram compartilhadas quatro experiências de Entidades brasileiras, entre elas, o Instituto Rui Barbosa (IRB).



Considerando o amplo debate mundial sobre a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselheiro Edilberto Pontes ponderou que o IRB tem atuado em total sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e suas metas contidas na Agenda. Ele destacou como exemplo os acordos de cooperação com Universidades e Entidades Internacionais para aprimoramento e aperfeiçoamento técnico-profissional do Controle Externo brasileiro.



Ainda nessa questão, o Presidente do IRB abordou os trabalhos desenvolvidos pelos Comitês Técnicos nas áreas do Meio Ambiente e Sustentabilidade, Saúde, Educação e Primeira Infância.

Ao final de sua explanação, Edilberto Pontes parabenizou os Conselheiros dos Tribunais de Contas brasileiros presentes no evento, enfatizando a importância do Controle Externo para o progresso do país.

Dentre os participantes, estiveram presentes os Membros da Diretoria do IRB: Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro, Vice-presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão e Presidente dos Comitês Técnicos da Saúde e de Gestão da Informação e do Conhecimento; Conselheiro Érico Xavier Desterro (TCE-AM), Presidente do Comitê Técnico de Governança dos TCs; Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello (TCE-AM), Vice-presidente de Desenvolvimento Institucional; Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (TCE-PI), Presidente do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional; Inaldo da Paixão Araújo (TCE-BA), Vice-Presidente de Auditoria e Presidente do Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público; e o Conselheiro Rholden Botelho de Queiroz (TCE-CE), Membro do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Relatos de Experiências

No dia 15 de setembro de 2023, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra-Suíça, foi realizado o segundo, e último, dia de programação da 6ª edição da Semana da Avaliação em Escolas de Governo (SAEG), com um espaço para o compartilhamento de relatos de experiências exitosas das entidades brasileiras para comunidade internacional presente, com a finalidade de se firmar acordos de cooperação técnica entre as instituições.





O “Curso completo sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos – Teoria e Aspectos Práticos da Nova Lei 14.133/2021”, realizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), por meio da sua Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC/TCM-SP), foi o estudo de caso apresentado pelo Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, aos representantes da comunidade internacional.



A realização da Capacitação Técnica da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, atende ao disposto no art. 173, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que atribui às Escolas de Contas a promoção de ações de capacitações para os servidores efetivos e empregados públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei, incluídos cursos nas modalidades presenciais e a distância, redes de aprendizagem, seminários e congressos sobre contratações públicas.

O curso, realizado de forma virtual, possui atualmente um total de 24.016 participantes, de 2.806 municípios brasileiros, abrangendo 100% dos Estados da Federação.



Na oportunidade, os Conselheiros Membros da Diretoria do IRB, Inaldo da Paixão Araújo (Tribunal de Contas do Estado da Bahia), Vice-Presidente de Auditoria e Presidente do Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público; e Lilian Martins (Tribunal de Contas do Estado do Piauí), Presidente do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional, também integraram a mostra de experiências exitosas.

A conselheira Lilian Martins apresentou o Plano de Logística Sustentável (PLS) implementado no TCE Piauí. Já Inaldo da Paixão compartilhou a experiência exitosa do Programa Casa Aberta, executado pela Corte de Contas do Estado da Bahia.

A VI SAEG foi realizada pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (ABC/MRE), pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), pela Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Administração (CONSAD).



1.2.4 SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE DIREITO E CONTROLO

1.2.4.1 VI SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE DIREITO E CONTROLO



O Instituto Rui Barbosa – IRB, em parceria com a Faculdade de Direito de Lisboa e com apoio do Tribunal de Contas de Portugal, realizou no período de 5 a 9 de setembro de 2022, na Faculdade de Direito de Lisboa, o VI Seminário Iberoamericano de Direito e Controlo.

O evento abordou como tema central “O Estado Democrático de Direito e o Uso da Tecnologia da Informação”, com carga horária de 20 horas, desenvolvida por Professores da Faculdade de Direito de Lisboa, Conselheiros dos Tribunais de Contas do Brasil, Juízes Conselheiros do Tribunal de Contas de Portugal e Professores da Universidade Europeia de Lisboa.

1.2.4.2 VII SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE DIREITO E CONTROLO



A sétima edição do Seminário Ibero-Americano de Direito e Controlo foi realizada na Faculdade de Direito de Lisboa, durante os dias 18 a 21 de setembro de 2023, em Portugal, com atividades voltadas aos debates e estudos sobre o fortalecimento da democracia, modernização do controle externo e avaliação de políticas públicas.

Nesta edição, o Seminário está sendo realizado em comemoração ao cinquentenário do Instituto Rui Barbosa (IRB), com uma programação de 20 horas, a ser desenvolvida por Professores da Faculdade de Direito de Lisboa, Conselheiros dos Tribunais de Contas do Brasil, Juízes Conselheiros do Tribunal de Contas de Portugal e professores da Universidade Europeia de Lisboa.





O evento é resultado da parceria entre o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Faculdade de Direito de Lisboa, com o apoio do Tribunal de Contas de Portugal, da Instituição de Investigação Interdisciplinar (IURIS) e do Fórum de Integração Brasil-Portugal (FIBE) para construção de ambientes voltados ao intercâmbio de estudos e conhecimentos para o aprimoramento do sistema de controle externo, o qual abordou como tema central desta edição: "A verdade material, a jurisdição e os valores democráticos nos Tribunais de Contas".



1.2.5 SEMINÁRIO RESÍDUOS SÓLIDOS: TERRAS, RIOS E OCEANOS

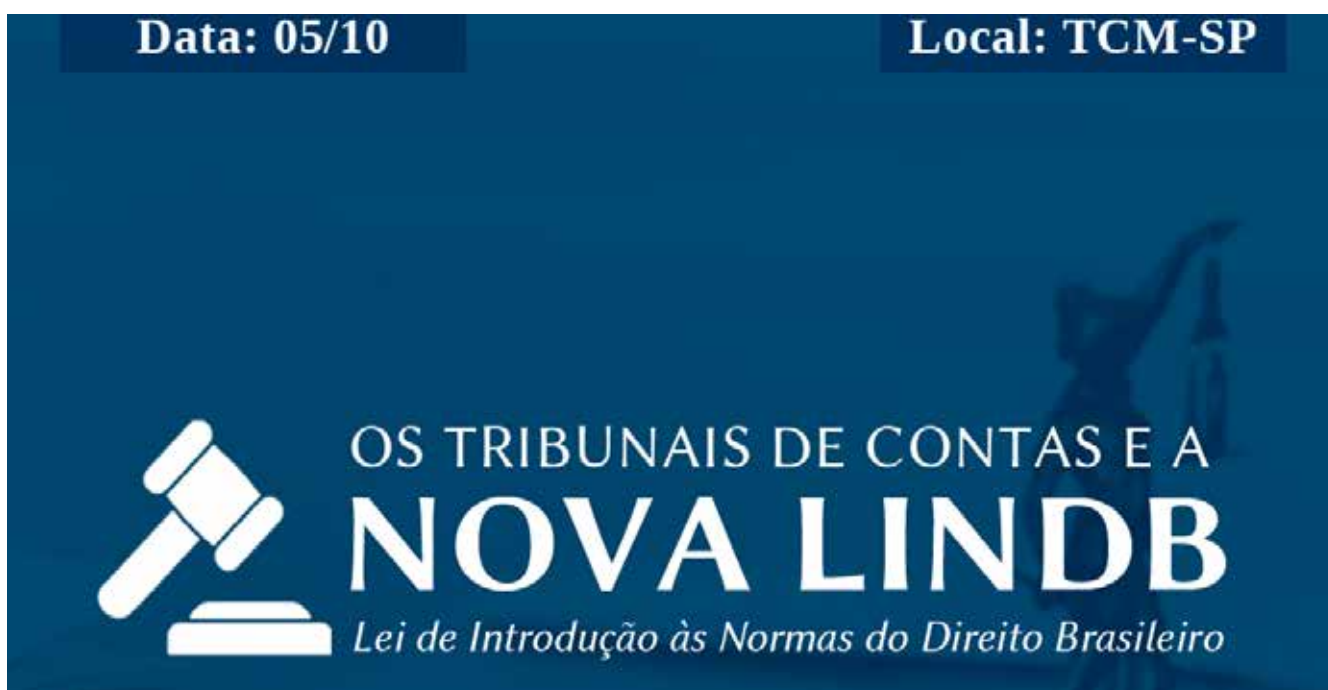
– BRASIL E PORTUGAL

Realizado no dia 12 de setembro de 2022, no auditório do Tribunal de Contas de Portugal, o "Seminário Resíduos Sólidos: Terras, Rios e Oceanos – Brasil e Portugal", tratou acerca dos desafios do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas brasileiros e o de Portugal sobre a questão ambiental. O evento foi promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) conjuntamente ao Tribunal de Contas de Portugal e a Embaixada do Brasil em Lisboa.



As políticas públicas ambientais desenvolvidas pelo Governo Federal do Brasil foram destacadas durante a explanação do Ministro Raimundo Carreiro, Embaixador do Brasil em Portugal, que elencou iniciativas como o Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020); a redução em 20% dos lixões a céu aberto, nos últimos três anos; a limpeza de rios, praias e manguezais por meio do Programa Pátria Voluntária; e a liberação de linha de crédito para cooperativas de reciclagem. "O Seminário de hoje é mais uma oportunidade de promover um intercâmbio de experiências entre autoridades e especialistas, brasileiros e portugueses, e de reforçar a sinergia e possibilidade de cooperação entre os dois países".

1.2.6 SEMINÁRIO TRIBUNAIS DE CONTAS E A NOVA LINDB



O Seminário "Os Tribunais de Contas e a Nova LINDB", promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), abordou temas relacionados aos objetivos e alcance da Nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB); a estabilidade jurídica da nova legislação; as responsabilidades previstas pelos artigos 22, 27 e 28, inclusive quanto à previsibilidade na interpretação e aplicação do Direito.

O objetivo do evento consistia em fomentar o debate acerca das principais alterações decorrentes desta Lei. O Seminário foi transmitido de forma simultânea pelo canal da EGC/TCM-SP, no YouTube, e contou com audiência de aproximadamente 300 participantes on-line.



O Seminário aconteceu no dia 05 de outubro de 2022, no Auditório da Escola de Gestão e Contas do TCMSP - Av. Prof. Ascendino Reis, 1130 - Vila Clementino - São Paulo.

A cerimônia de abertura foi realizada com a presença das autoridades representantes das instituições que promovem o Seminário: o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes; o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), Conselheiro João Antônio; o Diretor da Escola de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), Conselheiro Nelson Pellegrino; e o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Antonio Anastasia, que participou de forma virtual. Em suas falas, os Conselheiros, bem como o Ministro Anastasia, discorreram sobre os objetivos e alcance da nova LINDB.



A programação foi encerrada com o painel “Previsibilidade na interpretação e aplicação do Direito (artigos 20, 21 e 30)”. Palestraram sobre o tema: o Professor Doutor do IDP, Marçal Justen Filho; o Professor adjunto de Direito Administrativo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), José Vicente Mendonça; e a Professora de Direito Administrativo da FGV, Vera Monteiro. A mediação foi realizada pelo Conselheiro Plínio Carneiro da Silva Filho, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA).

1.2.7 CURSO COMPLETO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



O Curso trata-se de uma realização conjunta pelo Instituto Rui Barbosa com a Escola Superior de Gestão e Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - EGC-TCMSP, e com o apoio de outras Escolas de Contas de todo o país, iniciado em agosto, visa atender à determinação do art. 173 da Lei Federal nº 14.133/2021, que atribui às Escolas de Contas a função de promoção de “eventos de capacitação para os servidores efetivos e empregados públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução desta lei”.

A capacitação se destina aos servidores públicos, pessoas físicas, estudantes, representantes de empresas que participam de processos de licitações e contratos e todos aqueles que se interessam pelo tema. Esta é disponibilizada de modo gratuito e se desenvolve em formato online, utilizando um Ambiente Virtual de Aprendizado inovador e interativo, em que são realizadas lives com professores da Universidade de São Paulo e outros especialistas.

1.2.8 VIII ENCONTRO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (ENTC)



A oitava edição do Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (ENTC), realizada no período de 16 a 18 de novembro de 2022, deste ano, no complexo do Hotel Windsor da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, teve como tema “Os Tribunais de Contas como indutores da boa gestão e guardiões da democracia”.

O evento foi organizado pelas entidades representativas do Sistema de Controle Externo: Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM), Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon); e os Tribunais de Contas do Estado (TCE-RJ) e do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ), anfitriões do Encontro.

Nessa edição, o evento buscou fomentar entre os participantes, o debate acerca da democracia sob uma perspectiva que perpassa o cenário de preferências político-partidárias. Dentre os temas, destaca-se a importância do controle externo no fortalecimento das instituições, a partir da aferição do efetivo impacto das políticas públicas e das entregas feitas à sociedade, com integridade e transparência.

Os Tribunais de Contas, ao promoverem o Congresso, cumprem com o exercício de suas funções orientativas e pedagógicas, voltadas à boa gestão e governança e ao combate ao desperdício e à corrupção, proporcionando uma visão mais ampla da democracia, contribuindo para que o cidadão brasileiro possa assumir um papel protagonista na tomada de decisões.

1.2.9 CONGRESSO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS



Nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2023, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), em Florianópolis-SC, realizou-se o I Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas (CNCTC).

O congresso é uma realização conjunta entre a Corte de Contas catarinense, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

A programação proporcionou o debate acerca de temas como enfrentamento à desinformação, experiência do usuário (UX), jornalismo de dados e estratégias e políticas de informação digitais.

1.2.10 FIBE REALIZOU O FÓRUM “FUTURO DA GOVERNANÇA FISCAL” REALIZADO EM LISBOA COM A PARCERIA DO IRB





A governança fiscal pode ser entendida como o conjunto de regras, regulamentos e procedimentos que ditam como a política fiscal e orçamentária é planejada, aprovada, executada, monitorizada e avaliada, garantindo assim a gestão prudente dos recursos financeiros do setor público.

Para debater as diversas temáticas relacionadas ao assunto, o Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE) promoveu o Fórum "Futuro da Governança Fiscal", entre os dias 22 e 24 de fevereiro de 2023, em Lisboa, com a parceria do Instituto Rui Barbosa (IRB), onde foram debatidas as questões fiscais do cenário mundial, com especial atenção aos temas do Federalismo, Governança Digital e Políticas Fiscais.

O fórum abordou questões do debate fiscal atual no cenário mundial e, especialmente, no brasileiro. Este caso específico reclama uma atenção especial para o federalismo fiscal, que passa a lidar com os desafios trazidos pela revolução digital e o pós-covid. A transformação digital dos governos pode constituir uma solução para muitos dos desafios. Um novo arcabouço institucional para as finanças públicas já vinha sendo discutido na Europa e no resto do mundo e agora se tornou exigência legislativa no Brasil. Aspectos conceituais e teóricos, experiências internacionais selecionadas e perspectivas brasileiras, compuseram os três painéis de cada dia temático da agenda do evento.

O Instituto Rui Barbosa integrou a programação do dia dedicado ao tema das Políticas Fiscais. O Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do IRB, foi um dos palestrantes no painel temático: Experiências de Governos subnacionais com regras fiscais, debatendo acerca do assunto com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Ministério das Finanças da Áustria e do Tribunal de Contas da União (TCU).

1.2.11 IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLE PÚBLICO E LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

No período de 29 de maio a 1º de junho de 2023, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Universidade de Salamanca promoveram o "IV Congresso Internacional de Controle Público e Luta Contra a Corrupção", com o lema: Fiscalização e Valores Democráticos.

A programação do Congresso foi dividida em quatro dias temáticos que abordaram as principais ferramentas jurídicas, econômicas e sociológicas de combate à corrupção, a partir da análise das experiências espanhola, portuguesa e brasileira.



O Presidente do Instituto Rui Barbosa e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), Conselheiro Edilberto Pontes, proferiu palestra marcando o encerramento dos quatro dias de intensos debates e intercâmbio de informações e conhecimentos.



“A Justiça e as Instituições de Controle” foi a temática central das apresentações compartilhadas pelos palestrantes deste último dia de Congresso.

Edilberto Pontes discorreu sobre a jurisdição dos Tribunais de Contas, destacando os pontos controversos e os principais desafios do Sistema de Controle Externo brasileiro, face aos avanços tecnológicos e as ferramentas de Inteligência Artificial (I.A).

O Presidente do IRB deu importante destaque, também, à avaliação de políticas públicas como aspecto fundamental na atuação das Cortes de Contas, conferindo-lhes caráter técnico e apartidário, subsidiando importantes avanços sociais.

“Esse Congresso, onde discutimos o controle das contas públicas, o combate à corrupção, o futuro do controle externo, temas que estão na ordem do dia dos debates internacionais, foi extremamente importante e proveitoso. Nós que fazemos o Instituto Rui Barbosa estamos felizes e satisfeitos com esses dias de relevantes trocas de conhecimentos”, concluiu o Conselheiro Edilberto Pontes.

Acompanhou o Presidente do IRB, nas palestras do último dia do “IV Congresso Internacional de Controle Público e Luta Contra a Corrupção”, o representante do Centro de Investigação para a Governança Global da Universidade de Salamanca, José Antonio Fernández, que apresentou o tema: A Nova Fronteira: A Auditoria Ética.

O Procurador Especial Contra a Corrupção e o Crime Organizado do Ministério da Justiça da Espanha, Alejandro Cabaleiro Armesto, e a Conselheira da Seção de Acusação do Tribunal de Contas da Espanha, Elena Hernández Salgueiro, finalizaram as exposições.



1.2.12 SEMINÁRIO CONTROLE EXTERNO E O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO



Ocorreu no período de 07 a 09 de agosto de 2023, no Auditório do Edifício ION, sede do Instituto Rui Barbosa (IRB), em Brasília-DF, o seminário "O Controle Externo e o Novo Marco Legal do Saneamento Básico". As inscrições foram disponibilizadas e puderam ser realizadas por meio do hotsite do evento.

Membros e servidores dos Tribunais de Contas, representantes de entidades que atuam na área do saneamento básico e demais interessados na temática debateram, durante os três dias de evento, sobre controle e fiscalização das ações e políticas públicas no contexto do Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020).

A programação do evento apresentou painéis temáticos, com palestras abordando o panorama do Novo Marco Legal do Saneamento Básico e seus aspectos de regionalização, concessão e regulação, além de espaços para intercâmbio de conhecimentos, a partir da exposição de boas práticas e diálogos institucionais.

O seminário é uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa, por meio dos seus Comitês Técnicos de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas e de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA; com o apoio institucional dos Tribunais de Contas dos Estados do Rio de Janeiro (TCE-RJ), do Amazonas (TCE-AM) e do Ceará (TCE-CE), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

A iniciativa atende, ainda, ao disposto no Acordo de Cooperação firmado entre o IRB e ANA que tem por objetivo a promoção de ações educacionais que fomentem o intercâmbio de experiências, o compartilhamento de informações e metodologias entre os técnicos da Agência e os membros e servidores dos Tribunais de Contas brasileiros, de modo que, conjuntamente, contribuam para garantia do cumprimento da Lei 14.026/2020, assegurando o atendimento às normas de referência, e a fiscalização do processo de regularização da prestação do serviço de saneamento básico, na transição para um modelo que atenda às novas regras e garanta a sua universalização.



1.2.13 II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO FINANCEIRO E CIDADANIA

O II Congresso Internacional de Direito Financeiro e Cidadania, promovido conjuntamente pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Instituto Rui Barbosa (IRB), Instituto de Direito Financeiro (IDFin), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), Fundação Arcadas e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ocorreu de 04 a 06 de outubro de 2023, em São Paulo, com as palestras dos Ministros Bruno Dantas, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), e Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O evento teve como objetivo ampliar o estudo do Direito Público, envolvendo, sobretudo, o Direito Financeiro e Constitucional em suas relações com a cidadania e o ideal democrático.



O Presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Edilberto Pontes, ministrou a palestra sobre “Eficácia das Políticas Públicas como Dimensão do Controle”, debatendo questões como a modernização da Administração Pública, a avaliação de Políticas Públicas e como o Controle Externo pode contribuir com as ações governamentais.

“O Tribunal de Contas tem que evitar a todo custo se tornar um ‘palpiteiro’. Não adianta fazer uma avaliação do que é superficial ou do que é óbvio para todos, porque a gente não vai contribuir. Para realmente ingressar bem nesse campo, é preciso muito preparo e saber que a avaliação de políticas públicas não é trivial”, declarou.

Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB e Presidente dos Comitês Técnicos de Saúde e de Gestão da Informação e do Conhecimento, o Conselheiro Sebastião Helvecio discorreu sobre o “Controle da Efetividade das Políticas Públicas”.



Durante três dias, 18 palestrantes debateram, entre outros temas, democracia, reforma tributária, transparência, efetividade de políticas públicas e a Nova Lei de Licitações e direitos fundamentais. Todas as conferências estão disponíveis, na íntegra, no canal do TCE-SP, no YouTube.

1.2.14 SEMINÁRIO ICMS EDUCAÇÃO



A cidade de Belém, capital do estado do Pará, sediou nos dias 07 e 08 de novembro de 2023 o “Seminário ICMS Educação”. O evento foi promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico de Educação, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios do Estado do Pará (TCE-PA e TCM-PA) e o Todos Pela Educação, com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas do Municípios (Abracom) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

O seminário, destinado a gestores públicos da área de educação, profissionais da área contábil e financeira, representantes de entidades educacionais, representantes legislativos, acadêmicos e demais interessados no tema, proporcionou dois dias de estudos e debates acerca da importância do ICMS Educação para o financiamento da educação básica nos estados e municípios de todo o país.

A programação do evento contou com a exposição de painéis temáticos, onde foram abordados a visão geral do ICMS Educação; critérios de distribuição dos recursos; desafios e perspectivas; e a apresentação de boas práticas na utilização dos recursos do ICMS Educação.

1.2.15 III CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (CITC)



Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, é o objetivo fundamental sobre o qual se assenta a nossa Constituição Republicana, premissa reforçada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e replicada em diversos debates e compromissos internacionais.

Mas como conciliar o equilíbrio das contas estatais com as políticas públicas que garantem e efetivam direitos fundamentais à dignidade humana? Para esse fim, de interesse comum, os Tribunais de Contas possuem destacado papel, mediante o constante aperfeiçoamento nos processos de controle e fiscalização dos recursos públicos. A plena execução dessa missão representa uma relevante contribuição para uma gestão pública mais eficiente, proba, transparente e efetiva, harmonizando os postulados da responsabilidade fiscal e do desenvolvimento sustentável, com potencial impacto na melhoria da qualidade de vida da população.

É sob essa inspiração que se realizou o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro de 2023, no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza, para discutir o tema central “Desafios da governança, das responsabilidades fiscal e social e da sustentabilidade na era digital”.

O III CITC foi promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) em conjunto com o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), além do apoio de outros parceiros.



O evento buscou debater temas centrais do ambiente público atual, abordando, de forma transversal, a importância e a influência das inovações tecnológicas e da era digital nos processos de trabalho.

Vale destacar que o seu conteúdo científico foi concebido em estrito alinhamento com os debates atuais, nos âmbitos nacional e internacional, promovidos pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, na sigla em inglês) e pelos seus órgãos regionais, especialmente a Olacefs, que congrega os entes sediados na América Latina e no Caribe.

A programação, que disponibilizou oficinas e capacitações técnicas aos participantes, em temas estratégicos ao controle externo brasileiro, também contemplou sessões de homenagem aos 50 anos do Instituto Rui Barbosa e às três décadas de atuação da Atricon pelo Sistema Tribunais de Contas do Brasil nos planos corporativo e institucional.

Por fim, merece destaque o caráter colaborativo, transparente e fraterno que presidiu a construção do conteúdo científico do evento e o detalhamento das suas partes, com a participação ativa de todas as entidades promotoras.

Encontros com o Futuro

A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas, o Instituto Rui Barbosa (IRB), completou 50 anos em 2023. Para celebrar a data, como parte das ações comemorativas, o IRB realizou em Fortaleza (CE), dia 28 de novembro de 2023, os "Encontros com o Futuro".

A programação dos Encontros com o Futuro reuniu três eventos em simultâneos:

1. XIV Encontro Técnico de Educação Profissional dos Tribunais de Contas (Educontas) - Tema: "As Escolas de Contas no novo cenário da Inteligência Artificial";

2. XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil - Tema: "Relações Humanizadas: Criando conexões e engajando pessoas"; e

3. VIII Jurisprudência e Processos nos Tribunais de Contas (JurisTCs) - Tema: "Jurisprudência e Inovação na Era Digital".

O presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Edilberto Pontes (TCE-CE), destacou que o cinquentenário do IRB é "um caminho que foi pavimentado a partir do trabalho colaborativo entre os que fazem o Sistema Tribunais de Contas do Brasil, na honrosa missão diária de convergir saberes e ampliar o conhecimento".



A programação fez parte do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), que aconteceu de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2023, no Centro de Eventos do Ceará, com o tema “Desafios da governança, das responsabilidades fiscal e social e da sustentabilidade na era digital”.

Reuniões dos Comitês Técnicos do IRB

As reuniões dos Comitês Técnicos (CT's) do Instituto Rui Barbosa (IRB) ocorreram em paralelo às atividades dos Encontros com o Futuro e integraram a programação do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC).

Na reunião da Instância de Conselheiros do Comitê Técnico de Educação do IRB, sob a presidência do Conselheiro Rodrigo Coelho, foram apresentados os resultados consolidados dos trabalhos realizados na área da alimentação escolar.

Em seguida, construiu-se um espaço colaborativo para debates e construção do plano de ações dessa instância, durante o ano de 2024, com especial atenção para os temas: salário educação e desigualdades regionais.



Por fim, deu-se início aos preparativos para realização da próxima edição do Simpósio Nacional de Educação (SINED), que será sediado no estado do Piauí.

O Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB e Membro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Conselheiro Edson Ferrari, conduziu a reunião do CT com o objetivo de apresentar os projetos para 2024, debater e acolher sugestões para as programações de eventos na área.



Inicialmente, o Conselheiro Ferrari compartilhou a proposta para realização da primeira edição do Encontro Nacional da Primeira Infância, a ser sediado em Manaus-AM, no final do primeiro semestre do próximo ano.



A nova edição do livro *A Primeira Infância e os Tribunais de Contas*, tendo como tema principal as desigualdades e os seus reflexos sobre as crianças de zero a seis anos, foi o segundo projeto apresentado. A exemplo da primeira edição, o livro deverá contar com artigos de especialistas e boas práticas dos órgãos de controle externo de todo o país.

O terceiro projeto em debate foi a instituição, pelo IRB, do Selo Tribunais de Contas e Primeira Infância, destinado a reconhecer e premiar as melhores iniciativas e ações voltadas à garantia dos direitos das crianças, tanto por entidades públicas quanto por outros atores sociais.

A reunião finalizou com a apresentação das boas práticas de Tribunais de Contas em matéria de primeira infância. Compartilharam suas experiências as Cortes de Contas dos Estados de Pernambuco (TCE-PE), Tocantins (TCE-TO), Mato Grosso (TCE-MT), Amapá (TCE-AP), Roraima (TCE-RR), Espírito Santo (TCE-ES), Ceará (TCE-CE), Rondônia (TCE-RO), Mato Grosso do Sul (TCE-MS), Amazonas (TCE-AM), Alagoas (TCE-AL), Pará (TCE-PA), Piauí (TCE-PI), além do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA) e Tribunais de Contas goianos.

A pauta da reunião do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas, que tem como Presidente o Conselheiro Rodrigo do Nascimento, teve início com as atualizações acerca da revisão da Nota Técnica sobre a atuação dos Tribunais de Contas na Fiscalização de Projetos de Desestatizações.



Na sequência, foram deliberadas as providências para a condução da Oficina Técnica Virtual, marcada para o dia 04 de dezembro, com o tema “Reflexos da Gestão de Recursos Hídricos sobre Concessões em Saneamento Básico”, evento que encerra o calendário de atividades do CTPPP/IRB em 2023.



Em seguida, conduziu-se o debate e o planejamento de atividades para 2024, tratando dos temas sugeridos pelos integrantes do grupo, a saber: inclusão, no próximo ciclo de avaliação de desempenho dos Tribunais de Contas, realizada pela ATRICON, de indicador relativo a Concessões e PPP; debate sobre a utilização do valor da outorga, em licitações de concessões de saneamento básico, com base no contido no Acórdão nº 245/23 – Plenário – TCU; considerações sobre concessões de transporte público com a modelagem de tarifa zero para o usuário; verificação da viabilidade de criação de hospedagem virtual de todo o material produzido pelo Comitê, além de relatório de análises de concessão e PPPs.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) foi o tema central da reunião entre os integrantes do Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública IEGE/IEGM, presidido pela Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).





Foi apresentada a Avaliação dos trabalhos de 2023, com apontamentos dos pontos positivos, negativos e possíveis melhorias. Compartilhou-se, ainda, a ferramenta de modernização do IEGM de ponta a ponta (coleta, recepção, cálculo, consolidação e disponibilização). Por fim, os participantes da reunião puderam propor ações para o fortalecimento do IEGM.

1.3 EVENTOS E INICIATIVAS APOIADOS PELO IRB

1.3.1 WORKSHOP “TRIBUNAL DE CONTAS E A PERSPECTIVA DE NOVOS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”



“Tribunal de Contas e a Perspectiva de Novos Modelos de Administração Pública” foi o tema central do workshop realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), no dia 07 de julho de 2022, com o apoio institucional do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP).

A cerimônia de abertura do evento foi iniciada com a composição da mesa de honra, integrada pelas seguintes autoridades: Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá e Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB; Conselheiro Gilberto de Oliveira Jales, Presidente do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do IRB; Conselheira Dulcineia Benício de Araújo, Ouvidora do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC); Rodrigo Pimentel, Procurador do Estado do Amapá; Dr. Paulo Celso Ramos, Procurador do Ministério Público do Estado do Amapá (MP-AP); e Claudio Renan da Costa Dias, Secretário do Tribunal de Contas da União no estado do Amapá (SEC-AP).



Na oportunidade, o Termo de Instalação do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB, foi assinado pelo Conselheiro Gilberto de Oliveira Jales, representando o Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, e o Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes, que presidirá o Comitê.

"Vamos discutir a Administração Pública, não apenas nos Tribunais de Contas, mas com a participação de todos os órgãos públicos e da academia", destacou o Conselheiro Reginaldo Parnow, ao discorrer sobre os objetivos e as metas do Comitê, que conta com a participação de 36 integrantes de 17 Tribunais de Contas do país.

O Conselheiro Gilberto Jales reforçou a eficiente atuação do Instituto Rui Barbosa no fomento ao conhecimento técnico-científico, desenvolvido pelos Tribunais de Contas, com vistas à melhoria dos serviços públicos ofertados à sociedade, "Nós somos a casa do conhecimento dos tribunais de contas, onde geramos conhecimento, e com conhecimento se gera participação social, efetividade, atuação pública de qualidade", finalizou o Conselheiro.

Programação

A programação do workshop foi composta por três palestras sobre a temática da Administração Pública, com foco em novos modelos de atuação na área, apresentando casos práticos que estão sendo desenvolvidos em órgãos públicos e compartilhamento de estudos e reflexões contemporâneos.

A primeira palestra foi conduzida pela Procuradora do Estado do Amapá, Jeane Alessandra Teles Martins, que apresentou o estudo de caso sobre a centralização das compras públicas como estratégia de planejamento e eficiência na administração pública no estado do Amapá, que baseia-se em reunir, em uma única licitação, a aquisição de bens e serviços congêneres solicitados por secretarias estaduais distintas. Em 2019, com a adesão de todas as secretarias estaduais, o estado do Amapá teve uma economia de 62 milhões de reais em processos licitatórios, e 321 milhões, no ano de 2020. "Para atender às demandas sociais precisamos evoluir e, não há evolução sem progresso, e não existe progresso sem assumir riscos", considerou a Procuradora ao encerrar sua palestra.

Com o tema: Administração Pública do Século XXI, o Diretor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amapá, Marcelo Nonato da Costa Farias, compartilhou um histórico das teorias administrativas e suas implicações na



vida em sociedade, ao longo dos anos, fazendo referência à relação entre Estado-Governo-Administração Pública. O Diretor-Geral considerou que as instituições públicas necessitam pensar e aplicar novas perspectivas de administração, abolindo o modelo burocrático ineficiente, adotando processos gerenciais e modernos, sempre aberto aos anseios da sociedade, e ponderou que "a forma como as políticas públicas são pensadas, são totalmente diferentes da forma como elas chegam aos cidadãos."



Encerrando a programação do workshop, o Pós-Doutor em Direito, Rodrigo Pironte Aguirre de Castro, palestrou sobre Governança, Compliance, Gestão de Riscos e Previsibilidade. "Os órgãos públicos, e as instituições em geral, são formados por pessoas, que desenvolvem relações assimétricas, a partir de interesses distintos, mas válidos em sua essência", explicou Rodrigo Pironte, ao destacar a importância da implantação de sistemas de integridade nas instituições. O palestrante destacou, também, os princípios do consequencialismo e da realidade, abordados na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB 13.66/18, e ponderou que "as decisões tomadas no âmbito da Administração Pública não deve ser efetivadas no papel, e sim, na vida das pessoas."





1.3.2 XXXIV FÓRUM NACIONAL DO INAE (ESPECIAL – PERSPECTIVAS)

Com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), o Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), realizou no dia 26 de setembro de 2022, a primeira sessão do “XXXIV Fórum Nacional do INAE (Especial – Perspectivas)”, que foi transmitida ao vivo pelo canal do Instituto, no YouTube, e abordou o tema “Equacionamento previdenciário, retomada dos investimentos subnacionais e Reforma Tributária”.

A sessão foi conduzida pelo Economista e Presidente do Fórum Nacional INAE, Raul Velloso, e teve como participantes: Jorge Priori, jornalista do Monitor Mercantil; Leonardo Rolim, Ex-Secretário de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência; Mário Rattes, Sócio-Diretor da Vesting Consultoria Atuarial; Everardo Maciel, Consultor Tributário; e o Ex-Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias.

Os participantes, desta primeira sessão, analisaram o crescente desarranjo fiscal que tem estado presente no cenário econômico brasileiro, diante de um endividamento público que praticamente triplicou nos últimos 10 anos, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) nominal subia apenas 1,8%. Trataram, ainda, sobre os efeitos desfavoráveis ocasionados em decorrência da Covid-19 e da guerra Ucrânia-Rússia, sobre a inflação e o emprego.



1.3.3 IV SEMINÁRIO NACIONAL EDUCAÇÃO É DA NOSSA CONTA

Os Tribunais de Contas do Estado (TCE-BA) e dos Municípios da Bahia (TCM-BA), com o apoio institucional do Instituto Rui Barbosa (IRB), realizaram nos dias 30 e 31 de agosto de 2022, na sede do TCE-BA, o "IV Seminário Nacional Educação é da Nossa Conta", com transmissão simultânea pelos canais do TCE-BA e TCM-BA, no Youtube.

Nesta quarta edição, o Seminário trouxe como temática os esforços realizados pelos Tribunais de Contas para o aprimoramento dos instrumentos concernentes à atuação do Controle Externo na área da educação, proporcionando o compartilhamento de iniciativas, estudos, projetos e intervenções artísticas sobre o tema do Seminário.

Programação

O primeiro dia do Seminário teve, na abertura, palestra de apresentação dos resultados do estudo de impacto sobre a inserção de critérios educacionais para distribuição de ICMS no Estado da Bahia. Além desse trabalho, foram lançadas a versão impressa da 1ª Coletânea "Educação é da Nossa Conta: Construções, Palavras e Produtos" e a Cartilha Eletrônica das atividades do Projeto, as quais representam, respectivamente, produções e contribuições teóricas relativas à temática educacional, bem como as ações institucionais desenvolvidas nos Tribunais de Contas baianos.

Já o segundo dia contou com a participação de representantes do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), nos painéis da manhã, para a apresentação dos métodos e resultados sobre o monitoramento das metas dos Planos de Educação no âmbito estadual, além da exposição sobre a experiência do estado catarinense com o uso de critérios educacionais para distribuição do ICMS. À tarde, representantes do Tribunal de Contas dos Municípios do Rio de Janeiro (TCM-RJ) apresentaram painéis sobre a relação da gestão com a avaliação da qualidade educacional, bem como o relato acerca do Programa de Visita às Escolas, desenvolvido pelo TCM-RJ.



1.3.4 CAMPANHA DO STF EM DEFESA DA DEMOCRACIA



O Instituto Rui Barbosa (IRB), como entidade representativa do Sistema Tribunais de Contas e que atua promovendo o contínuo aprimoramento do Controle Externo da Administração Pública em benefício da sociedade, reconhece e defende a Democracia como a base de qualquer sociedade livre, justa e solidária, o que, por sua vez, se constitui como pilar fundamental e valor inegociável da República Federativa do Brasil.

Nesse sentido, o IRB tem apoiado a campanha Democracia Inabalada (#Democraciainabalada), iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) em resposta aos atos de vandalismo praticados, em 8 de janeiro de 2023, no edifício-sede da Corte.

A campanha contou com a exibição de vídeos na TV Justiça, em outras emissoras e sites, e a postagem de mídias nas redes sociais do STF e instituições parceiras, com o objetivo de chamar a atenção para o lamentável episódio, para que ele nunca seja esquecido e nem se repita, e destacar que a democracia e a Suprema Corte saem fortalecidas desses acontecimentos.

Nota de Repúdio

Em resposta aos atos praticados contra os Poderes da República Federativa Brasileira e a Democracia, no dia 8 de janeiro de 2023, que culminaram na violência ao Estado Democrático de Direito e na depredação do Patrimônio Público de valor incalculável, o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) publicaram conjuntamente



uma Nota de Repúdio aos atos de vandalismo e apoio ao Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e à Presidência da República.

Leia a nota na íntegra: <https://irbcontas.org.br/entidades-representativas-dos-tribunais-de-contas-brasileiros-publicam-nota-de-repudio-aos-atos-praticados-contra-os-poderes-da-republica-e-a-democracia/>.

Combate à desinformação

Além da campanha Democracia Inabalada (#DemocraciaInabalada), o Instituto Rui Barbosa (IRB), desde maio de 2022, formalizou seu apoio ao Programa de Combate à Desinformação. Iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Programa foi criado com objetivo de combater práticas que afetam a confiança das pessoas no Supremo, distorcem ou alteram o significado das decisões e colocam em risco direitos fundamentais e a estabilidade democrática.

Além disso, está inserido no contexto do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), que estabelece a meta de promover instituições fortes, inclusivas e transparentes em todos os níveis: o desenvolvimento de uma sociedade pacífica e baseada no respeito aos direitos humanos; e a expansão do acesso efetivo à Justiça.

Manifesto de Apoio à Democracia

Durante a sessão de abertura do Ano Judiciário de 2023, ocorrida no dia 01 de fevereiro, no Supremo Tribunal Federal (STF), o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Nacional), Beto Simonetti, realizou a leitura do "Manifesto em apoio ao Estado Democrático de Direito"; documento produzido por iniciativa do Conselho Federal da OAB, em defesa do fortalecimento da democracia brasileira e solidariedade aos Poderes Constituídos da República, após os atos antidemocráticos de 08 de janeiro, deste ano.

"Só teremos democracia, traduzida em liberdade e garantia de direitos, se tivermos instituições fortes. E, nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal exerce papel fundamental para que a Constituição seja respeitada, ação imprescindível para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Rechaçamos qualquer retrocesso em nossa sociedade", relatou Simonetti.

O Manifesto foi assinado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e mais 302 entidades da sociedade civil, reiterando a necessidade urgente de pacificação e união de todos em prol da construção de uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária.



1.3.5 V SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - SINED

No período de 10 a 12 de maio de 2023, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), foi realizada a quinta edição do Simpósio Nacional de Educação, e contou com a participação de agentes que atuam diretamente na política pública da educação, gestores públicos, profissionais da educação, servidores do controle externo, conselheiros de educação, membros e servidores dos Tribunais de Contas e representantes de entidades da sociedade civil.

A programação abordou temas relevantes para a educação pública como a qualidade do ensino, o controle externo, a inteligência artificial e a articulação e colaboração nos ambientes educativos.

Ao final do Simpósio, foi aprovada a "Carta de Goiânia", documento que contempla um resumo dos painéis, conferências, debates e deliberações ocorridas durante o evento.

No texto da Carta, abordou-se a existência de direitos não garantidos, ao mesmo tempo em que foram apresentadas oportunidades para a gestão, boas práticas estabelecidas e a necessidade de múltiplas ferramentas institucionais em sinergia para a obtenção dos resultados esperados para uma educação pública de qualidade.

A quinta edição do Simpósio Nacional de Educação foi promovida conjuntamente pelos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios do Estado de Goiás (TCE-GO e TCM-GO) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico da Educação (CTE-IRB), com apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

Sobre as Reuniões Técnicas

As reuniões técnicas marcaram o primeiro dia do V Simpósio Nacional de Educação (SINED) realizado no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Foram três encontros: um do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), outro com os técnicos articuladores regionais do CTE-IRB, além da primeira Reunião Extraordinária da Instância de Conselheiros Membros do CTE-IRB.



O conselheiro Rodrigo Coelho (TCE-ES), que é presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa, iniciou os trabalhos citando a importância da fiscalização ordenada nacional, realizada no fim de abril, por todos os Tribunais de Contas do país. O conselheiro agradeceu o comprometimento e generosidade de todos que participaram da fiscalização.

Na parte técnica do encontro, a auditora Aline Kazuko Sonobe (TCE-BA) explicou o planejamento da fiscalização ordenada, a metodologia utilizada, a apresentação dos resultados e as considerações sobre o trabalho.



Finalizando esta primeira reunião, foram feitos diversos relatos sobre a fiscalização e apresentadas inúmeras contribuições para as próximas auditorias e trabalhos permanentes. Participaram tanto integrantes do CET-IRB quanto demais convidados que puderam acompanhar os debates tanto na forma presencial quanto virtualmente.

Na parte da tarde, foram realizadas outras duas reuniões. A primeira delas foi com os técnicos articuladores regionais do CTE-IRB, que teve como tema "Conselhos sociais e gestão democrática na Educação: Guia prático para o aperfeiçoamento de ações de acompanhamento e fiscalização".

Entre os pontos levantados pelos articuladores estiveram a importância de políticas multinível no que diz respeito à educação, a relevância de uma operação coordenada, as possibilidades de melhoria no entendimento das equipes, capacitação, e os encaminhamentos e acompanhamentos necessários após as informações coletadas.

Por fim, foi realizada a primeira Reunião Extraordinária da Instância de Conselheiros Membros do CTE-IRB. A pauta do encontro foi a Compatibilidade das Peças Orçamentárias (PPA, LDO e LOA) com os Planos de Educação. O material foi relatado pela conselheira Carolina Matos (TCE-BA).



“Ressalte-se que o planejamento orçamentário, composto pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), é um dos processos mais importantes da administração pública, pois possui o objetivo de detalhar e programar a execução orçamentária dos próximos exercícios de acordo com os programas e ações estabelecidas no PPA e nas diretrizes e programações constantes na LDO e na LOA”, destacou a relatora em seu trabalho.

O material recebeu uma série de contribuições dos demais conselheiros participantes do encontro. Por fim, o documento final foi encaminhado à diretoria do Instituto Rui Barbosa e demais entidades temáticas.

Sobre a Solenidade de abertura



Ao falar na solenidade de abertura do V SINED, antes da conferência, o presidente do TCE-GO, Saulo Mesquita, destacou que o Estado tem o dever de promover e incentivar a educação, garantindo, assim, a dignidade do cidadão. “Valorizar a educação é valorizar o ser humano”, sentenciou. O presidente fez uma homenagem aos professores. “A base do que temos, o fundamento da nossa formação, tem alicerce nos conhecimentos adquiridos através do ministério de cada professor que passou por nossas vidas. Vocês são o alicerce da educação neste país”, disse.

Ainda na solenidade de abertura do SINED, foram apresentados os resultados da Operação Educação, ação ordenada nacional que fiscalizou 1082 escolas, em 26 estados e o Distrito Federal, no final de abril. A operação envolveu 785 servidores dos 32 tribunais de contas brasileiros, em 537 municípios.



Durante a conferência de abertura, a ministra da Educação em exercício, Izolda Cela, apresentou um panorama da educação no país e demonstrou que apenas 5% dos estudantes concluem a educação básica, com aprendizagem adequada em matemática, por exemplo. Destacou também a problemática vivenciada pelos alunos que não conseguem permanecer ou concluir o ensino fundamental e médio, situação que se agravou durante o afastamento gerado pela pandemia da Covid-19.



1.3.6 XXXV FÓRUM NACIONAL DO INAE

Foi realizada no dia 12 de maio de 2023, de forma virtual, a 3ª sessão do 35º Fórum Nacional INAE, de iniciativa do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) e que conta com o patrocínio do Instituto Rui Barbosa (IRB).



“Equacionamento previdenciário: até onde chegamos?” foi tema debatido durante o encontro, que teve como convidados: o Ex-Secretário de Previdência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Rolim; o Sócio Diretor da Vesting Consultoria Atuarial, Leonardo Rolim; e o Presidente da Piauí Prev, Flávio Chaib, representando o Governador do Estado do Piauí, Rafael Fonteles.

Sob a coordenação do Economista Raul Velloso, Presidente do INAE, os participantes, desta 3ª sessão do Fórum, discutiram sobre a experiência do estado do Piauí na área da previdência social e política atuarial, em relação ao contexto geral do país.

O encontro pode ser assistido na íntegra, por meio do canal do INAE, no YouTube.

Sobre o Fórum Nacional INAE

O Fórum Nacional é a associação dos principais economistas, sociólogos e cientistas políticos do país, iniciada em 1988 com a finalidade de oferecer propostas concretas para a modernização da sociedade brasileira. Em 1991, o Fórum Nacional foi formalizado e adquiriu permanência, com a criação do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE, sociedade civil sem fins lucrativos.

O Fórum Nacional não é uma simples instituição de pesquisa, ou órgão de debates. Funciona como agente da sociedade civil, em caráter independente e apartidário e com sentido pluralista. Sua preocupação é contribuir para



o diálogo das lideranças nacionais, públicas e privadas (Poder Executivo, Congresso, Poder Judiciário, organizações empresariais, sindicais, acadêmicas, confessionais, comunitárias, personalidades de prestígio e influência). O Fórum se constitui a partir do diálogo, orientado pela busca de caminhos para o desenvolvimento do país, em suas múltiplas dimensões: econômica, social, política, ambiental, cultural, voltado para o processo de tomada de decisões relevantes para o futuro nacional.

1.3.7 CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA E NOVAS ECONOMIAS

O compromisso com a sustentabilidade marcou a abertura da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, realizada no dia 30 de agosto de 2023, no auditório principal do Hangar Centro de Convenções & Feiras da Amazônia, em Belém-PA. A programação do evento seguiu até o dia 1º de setembro, reunindo lideranças governamentais, de povos e comunidades tradicionais, de organismos internacionais, embaixadores, academia, autoridades militares e do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

Apoiador da Conferência, o Instituto Rui Barbosa (IRB) esteve representado durante a solenidade de abertura do evento pelo seu Presidente, Conselheiro Edilberto Pontes; a Conselheira Rosa Egídia Calheiros Lopes, Membro da Diretoria do IRB e Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA); e o Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes, Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB e Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP).



Ao abrir o evento, o Diretor-Presidente do IBRAM, Raul Jungmann, destacou o compromisso do setor mineral em superar o maior desafio enfrentado pela atual e pelas futuras gerações: a crise do clima. “A superação da crise climática é algo que nos toca e convoca a responsabilidade de todos. A Amazônia é algo que nos pertence, mas também é algo que importa a todo o mundo. É nesse cruzamento do nacional e do global que emerge a importância da Amazônia para todos nós. E ela se traduz na manutenção da floresta viva, no respeito aos povos tradicionais, mas também tem a ver com as cidades cada vez mais sustentáveis”, concluiu.

María Alexandra Moreira López, Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), lembrou que aconteceu no mesmo local – Hangar Centro de Convenções – a Cúpula da Amazônia, evento que reuniu lideranças dos oito países que abrigam a floresta amazônica. Ao destacar que 50 milhões de pessoas habitam a região, a representante da OTCA ressaltou que “não existe só uma Amazônia, mas várias delas, portanto, soluções diferenciadas”.

Na sequência, o Governador do Pará, Helder Barbalho, ressaltou a oportunidade trazida pelo evento de demonstrar ser possível a construção efetiva de uma ampla mobilização a favor da transição econômica da Amazônia. “Nosso estado apresenta um mosaico de desafios, um mosaico de oportunidades. Devemos valorizar nossa população, cerca de 9 milhões de brasileiros”, destacou. Ele também chamou a atenção para a importância de valorizar a biodiversidade como o maior patrimônio do meio ambiente paraense. “É fundamental que possamos enxergar a floresta viva como uma nova commodity para que possamos tornar a floresta viva ainda mais valiosa, resultando em desenvolvimento para os amazônidas e os paraenses”.

Durante a solenidade de abertura, também se pronunciaram o CEO do ICMM, Rohitesh Dhawan, e o Diretor-Presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo. A cerimônia contou, ainda, com a participação de crianças e adolescentes, do Projeto Vale Música Belém, que cantaram os hinos Nacional e do Pará.

O 8º Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki Moon, foi o responsável por conduzir a palestra magna neste primeiro dia do evento.



1.3.8 SEMINÁRIO “COMBATE À DESINFORMAÇÃO E DEFESA DA DEMOCRACIA”

O evento, organizado em conjunto com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Colégio de Gestores de Comunicação das Universidades Federais (Cogecom), contou com a participação de ministros, professores e grandes especialistas no tema.

Ao todo, foram realizados sete painéis, sendo que cada um contou com a abertura de um Ministro do STF, a coordenação de um representante da organização e três palestrantes, representantes de universidades ou de entidades da sociedade civil. Além dos debates foi lançado o livro “Desinformação - O mal do século (Distorções, inverdades e fake news: a democracia ameaçada)”, com artigos sobre o tema desinformação. A publicação é resultado da parceria entre o STF e a Universidade de Brasília (UnB).

A presidente do STF, Ministra Rosa Weber, fez a abertura do seminário a partir das 10h, na Sala da Primeira Turma.

Em seguida, teve início o primeiro painel, aberto pelo Ministro Luís Roberto Barroso, com o tema “O Fortalecimento do sistema de justiça e suas instituições para o combate à desinformação”. Entre os palestrantes estava a diretora de Tecnologia, Mídia e Comunicações da Escola de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia e professora de mídia global, inovação e direitos humanos, Anya Schiffrin.

O segundo painel, com a abertura do Ministro Luiz Fux, debateu sobre “Os contornos da verdade em tempos de algoritmo”, seguido do debate sobre “Pacto da educação pela democracia”, com abertura da Ministra Cármen Lúcia, que contou com a participação de especialistas em educação.

Na sexta-feira, foi abordado o tema “Regulamentação das plataformas sociais digitais e a monetização da desinformação”, aberto pelo Ministro Alexandre de Moraes. Na ocasião, os palestrantes debateram sobre a desmonetização da desinformação e sobre as experiências em outros países. O painel em seguida abordou “Jornalismo e agências de checagem na defesa da democracia”.

O sexto painel, aberto pelo Ministro Gilmar Mendes, discorreu sobre o tema “Educação midiática, comunicação inclusiva e divulgação científica no combate à desinformação”, enquanto o último, com a abertura do Ministro Luiz Edson Fachin, abordou as “Boas práticas no combate à desinformação”.

O encerramento aconteceu com o lançamento do Edital do Concurso de Audiovisual promovido pelo Cogecom e Andifes com a temática da desinformação.



1.3.9 SEMINÁRIO TRANSPARÊNCIA EM FOCO

O Instituto Rui Barbosa (IRB) apoiou a realização do Seminário Transparência em Foco, que reuniu especialistas na área para debater os avanços e os desafios da efetividade da disponibilização de dados públicos no Brasil. O encontro ocorreu no dia 13 de novembro de 2023, na sede do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília-DF, tendo sido divulgada a avaliação do nível de transparência de pelo menos 8 mil portais públicos.

O seminário foi promovido pela Atricon em conjunto com os Tribunais de Contas da União (TCU) e do Estado do Mato Grosso (TCE-MT). Entre os temas que foram debatidos estão a indução da transparência pelos órgãos de controle, os mecanismos de estímulo à ampliação da disponibilização de dados pelo Poder Público e a compatibilização entre a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do Instituto Rui Barbosa (CTESAP-IRB) e Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes, representou o Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, durante a solenidade de abertura, e participou como mediador no painel temático: "Desafios para o incremento da transparência pública".



A metodologia da avaliação dos portais prevê a verificação de pelo menos cem itens em cada um dos sites. Os dados foram disponibilizados na página do Radar da Transparência Pública. No local, é possível verificar o nível de transparência dos Poderes Executivo, Legislativos, Judiciário, dos Ministérios Públicos, dos Tribunais de Contas e das Defensorias Públicas das três esferas



de governo: União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Os portais públicos são classificados nas categorias diamante, ouro, prata, intermediário, básico, inicial ou inexistente, de acordo com o índice de transparência alcançado.

Além do IRB, apoiam à iniciativa a Associação Brasileira de Tribunais de Contas de Municípios (Abracom), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

1.4 PARTICIPAÇÃO DO IRB EM OUTROS EVENTOS

1.4.1 FOMENTA 2022 E BRASIL MAIS SIMPLES

O Instituto Rui Barbosa (IRB) esteve representado pelo seu vice-presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão, conselheiro Sebastião Helvecio (TCE-MG), no evento “Fomenta 2022”, que aconteceu entre os dias 26 e 28 de julho de 2022, em Brasília.

O Encontro é uma realização do SEBRAE e parceiros estratégicos, tendo como objetivos criar condições para a ampliação da participação das micro e pequenas empresas no volume de compras dos governos, nas diferentes esferas, promover a capacitação das microempresas e gestores públicos sobre os principais instrumentos jurídicos e operacionais, além de disseminar as boas práticas de acesso ao mercado de compras governamentais e indução ao desenvolvimento local.

Nessa edição, o evento uniu o “Fomenta 2022” e o “Brasil Mais Simples”, iniciativas que são referências quando se trata em aumentar a participação de micro e pequenas empresas nas compras públicas e a desburocratização do ambiente de negócios.



Conselheiro Sebastião Helvecio e o Presidente do Sebrae Nacional Carlos Melles



No dia 26 de julho de 2022, o vice-presidente do IRB, Conselheiro Sebastião Helvecio, presidente dos Comitês Técnicos de Gestão da Informação e de Saúde, discorreu sobre o tema: “Controle Externo e Desenvolvimento: um diálogo necessário”.

1.4.2 SEMINÁRIO DE GESTORES PÚBLICOS PREFEITOS CEARÁ

1.4.2.1 SEMINÁRIO DE GESTORES PÚBLICOS PREFEITOS CEARÁ 2022

A décima edição do Seminário de Gestores Públicos – Prefeitos Ceará 2022 aconteceu no dia 23 de junho de 2022, com uma programação dividida em dois palcos, com a realização de palestras simultâneas, e utilizando a tecnologia de transmissão silenciosa, onde cada participante recebe um headphone individual para ser sintonizado no canal referente à palestra que pretende ser assistida.



O segundo dia de Seminário, iniciou com um momento destinado à visita aos estandes das instituições parceiras do evento, onde os participantes tiveram a oportunidade de conhecer propostas inovadoras e construir networking nas mais diversas áreas voltadas à Administração Pública.

Instituto Rui Barbosa – Parceiro Institucional do Seminário

“O Instituto Rui Barbosa tem a honra de ser parceiro do Seminário. Um evento importantíssimo, com troca de experiências e boas práticas, um evento tradicional no Estado do Ceará e que tem dado bons resultados”, mencionou o Conselheiro Edilberto Pontes – Presidente do Instituto Rui Barbosa.

Lançamento do livro “Federalismo e Democracia em tempos difíceis”

O livro, “Federalismo e Democracia em Tempos Difíceis”, escrito pelo Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), Conselheiro Edilberto Pontes, com lançamento no dia 22 de junho de 2022, durante o “X Seminário de Gestores Públicos – Prefeitos Ceará 2022”.



O lançamento do livro integrou a programação do primeiro dia do Seminário, e foi realizado logo após o painel institucional de abertura, que teve como palestrantes a Governadora do Estado do Ceará, Izolda Cela, e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Evandro Leitão.

A obra, publicada pela Editora Fórum, tem como objetivo analisar a democracia e o federalismo em conjunto, estudando, contudo, os fenômenos separadamente. “Ao debater o federalismo, o livro busca aprofundar as controvérsias sobre democracia, déficit democrático, centralização e descentralização”, ressalta o Conselheiro Edilberto Pontes.

Edições IPC



Durante a programação do segundo dia de Seminário, o Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), Escola de Gestão do TCE Ceará, lançou o Edições IPC, iniciativa que visa compartilhar as obras técnico-científicas produzidas no âmbito da Escola de Contas.

A primeira publicação, intitulada “Riscos e Fraudes no Setor Público: Ensaio e Estudos de Casos para o Estado do Ceará”, apresenta um compilado do trabalho realizado pelo Núcleo de Pesquisas do IPC (NUPESQ), com o apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ceará (FUNCAP), a partir do Programa Cientista Chefe.

1.4.2.2 XI EDIÇÃO SEMINÁRIO DE GESTORES PÚBLICOS PREFEITOS CEARÁ 2023

No dia 06 de junho de 2023, no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza-CE, foi realizada a 11ª edição do Seminário de Gestores Públicos – Prefeitos Ceará 2023, um dos maiores eventos do Brasil na área da Gestão Pública, com foco na administração municipal.

O seminário reuniu, até o dia 07 de junho, gestores públicos de todo o estado do Ceará, personalidades políticas, acadêmicas, Membros de Tribunais de Contas e dos três Poderes da Administração Pública, e especialistas nas áreas da Gestão, proporcionando um ambiente de debates acerca do tema “Inovação e Sustentabilidade: Novos Caminhos para a Gestão”.



“Esse evento é muito importante. Uma oportunidade para discutir sobre inovação, a partir de uma troca de experiências de boas práticas entre prefeitos,



administradores municipais e estadual, trabalhando em rede e construindo grandes atalhos para uma atuação boa e eficaz na Administração Pública”.

A declaração foi proferida pelo Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), Conselheiro Edilberto Pontes, durante seu discurso no Painel Institucional de Abertura do Seminário.

Edilberto Pontes destacou, também, a importância de ações que promovam o contínuo aperfeiçoamento técnico e profissional dos agentes públicos, bem como, o alinhamento às modernas práticas de gestão que se baseiam nos pilares da inovação e desenvolvimento sustentável.



“Os prefeitos, assim como os gestores e administradores públicos de uma forma geral, quando assumem seus cargos na Administração Pública, é como se acionassem uma ampulheta, com o tempo urgindo, desde o primeiro momento, junto a uma série de desafios, como: fazer licitação, projeto básico, contratação. Por isso a importância de compartilharmos boas experiências e conhecer os bons caminhos já trilhados, para não reincidirmos nos mesmos erros”, pontuou.

Presidente do TCE Ceará e Membro da Diretoria do IRB, o Conselheiro Valdomiro Távora integrou, também, o Painel Institucional de Abertura do evento, ressaltando o papel pedagógico e orientador da Corte de Contas Cearense, por meio do seu Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), que tem chegado aos 184 municípios cearenses, com a oferta de cursos presenciais e na modalidade a distância, seminários e parcerias institucionais.



“O TCE Ceará tem atuado para além do cumprimento do seu papel constitucional que é fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos. Por meio da sua Escola de Contas, o Instituto Plácido Castelo, temos chegado aos 184 municípios cearenses com a oferta de cursos de capacitação e orientação sobre os temas mais sensíveis da Administração Pública, de modo que o gestor se sinta seguro em sua lida diária e, conseqüentemente, a população receba serviços públicos de qualidade”, destacou o Presidente do TCE Ceará.



O Painel Institucional de Abertura do Seminário foi mediado pelo Editor de Política do Sistema Verdes Mares de Comunicação, Inácio Aguiar, e a Palestra Magna foi proferida pelo Governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas, que discorreu sobre “Inovação e Sustentabilidade: Novos Caminhos para a Gestão”.

Integraram o painel, também, as seguintes autoridades: Ruy do Ceará Filho, Diretor Superintendente do Sistema Verdes Mares; Enid Câmara, Diretora-Geral da Prática Eventos; Júnior Castro, Presidente da Associação dos Municípios do Ceará (APRECE); José Sarto, Prefeito de Fortaleza; Deputado Evandro Leitão, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE); Manuel Pinheiro, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Esther Dweck, Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Brasil; Vereador Gardel Rolim, Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza; Toim Braga, Presidente da União dos Vereadores do Ceará (UVC); Ricardo Cavalcante, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC); Paulo Henrique Saraiva Câmara – Presidente do Banco do Nordeste; Marcelo Bomfim, Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica; Joaquim Cartaxo Filho, Diretor Superintendente do Sebrae Ceará; e José Cid Sousa Alves do Nascimento, 1º Vice – Presidente do Sistema Fecomércio/CE.



Selo TCE Ceará Sustentável

O Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, esteve presente no lançamento do Selo, e elencou em sua fala algumas iniciativas adotadas no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, voltadas à sustentabilidade e preservação do meio ambiente. "A principal forma de inteirar é pelo exemplo, e por isso a Corte cearense se empenha em realizar e promover ações sustentáveis. Nós nos comprometemos com uma série de políticas públicas ao longo dos anos para estimular a sustentabilidade", ressaltou.



"O que nós realizamos de bom, devemos divulgar e incentivar a ampliação. O zelo com os recursos ambientais é um processo, é necessário nos reeducarmos. Em vista disso, o Tribunal de Contas promove a certificação dos órgãos que possuem projetos e ações sustentáveis", afirmou o coordenador do Comitê de Sustentabilidade da Corte de Contas Cearense, Conselheiro Substituto Itacir Todero, durante o lançamento, que ocorreu no estande conjunto do TCE Ceará, Instituto Plácido Castelo (IPC) e Instituto Rui Barbosa (IRB).





1.4.3 IV SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SINED) E O III ENCONTRO DE PROMOTORES E PROMOTORAS DE JUSTIÇA DA EDUCAÇÃO

A abertura do 4º Simpósio Nacional de Educação (SINED) e o do 3º Encontro de Promotores e Promotoras de Justiça da Educação, foi realizada no dia 10 de agosto de 2022, no auditório Antonieta de Barros, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.



Sob a organização do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) e do Ministério Público do Estado (MPSC), os eventos ocorreram até o dia 11 de agosto, com o propósito de estabelecer uma agenda comum entre gestores públicos e atores da educação e do controle público, em atenção às diretrizes, às metas e às estratégias do Plano Nacional de Educação e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).



O Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Presidente do Tribunal de Contas Catarinense, em sua fala, destacou que “o evento representa a união de esforços em prol de um bem comum tão valioso para a nossa sociedade, que é a educação”, e enfatizou que as instituições de controle externo possuem papel essencial na construção de soluções para os desafios de educação.

Junto ao Conselheiro Adircélio de Moraes, compuseram a mesa de honra: o Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Conselheiro Cezar Miola; o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Fernando da Silva Comin; o Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo, representando o Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do IRB; o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Mauro Luiz Rabelo; o Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, Alisson de Bom de Souza; o Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Moacir Sopelsa; o Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli, representando a Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; o Promotor de Justiça Lucas Sachsida Junqueira, representando o Grupo Nacional de Direitos Humanos; o Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Osvaldir Ramos; e a Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime-SC), Patrícia Lueders.

Programação

Logo após a cerimônia de abertura, a presidente-executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, proferiu a palestra com o tema “Cooperação federativa e garantia de qualidade na educação: possibilidades e desafios”. A mediação foi realizada pelo presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



Nos dias 10 e 11, foram realizados oito painéis, que abordaram controle social e a formação e valorização dos professores, acesso à escola e aspectos controvertidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). No dia 10 de agosto, realizou-se palestra com Élide Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, e Catarina de Almeida Santos, professora da Universidade de Brasília, e mediação de Darli de Amorim Zunino, coordenadora do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina.

O IV Simpósio Nacional de Educação (Sined) e o III Encontro de Promotores e Promotoras de Justiça da Educação contam com o apoio do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM) e do Instituto Rui Barbosa (IRB).

Também teve a parceria do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE), da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (AUDICON), da Associação Nacional dos Ministérios Públicos de Contas (AMPCON), do Ministério Público de Contas (MPC), do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira.

1.4.4 ENCONTROS DA ASUR

1.4.4.1 ENCONTRO DA ASUR 2022

O Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do IRB, proferiu palestra sobre Inteligência Artificial na Avaliação de Políticas Públicas, durante o 3º Encontro da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul (ASUR), no dia 11 de agosto de 2022, tendo como anfitrião o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), sendo realizado na cidade de Foz do Iguaçu, com uma programação de dois dias.





Fabíola Bianco, Presidente da ASUR e do Tribunal de Contas da Província de Misiones (Argentina), abriu o Encontro ressaltando a importância da integração entre as entidades de controle externo do Mercosul, no sentido de elevar a eficiência ética do recurso público.

Na sequência, o Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de Relações Institucionais do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, destacou que, há 25 anos, nesta mesma data e cidade, foi realizada a criação da ASUR. Na oportunidade, o Conselheiro Bonilha agradeceu ao Vice-Governador do Estado do Paraná, Darci Piana, por sempre estar disponível a recepcionar e apoiar os encontros voltados ao aprimoramento do controle das contas públicas.

Em sua fala, o Vice-Governador Darci Piana, ressaltou a importância dos Tribunais de Contas, no exercício do controle dos gastos públicos, e destacou o trabalho e dedicação desempenhados pelo TCE-PR.

O Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), considerou em seu pronunciamento que o encontro reforça a importância das entidades atuarem em rede. "Para irmos bem, temos que atuar em rede, em cooperação, pois as Instituições são vivas e precisam dessas trocas de experiências para se manterem atuantes", finalizou o Conselheiro.

Programação

A programação da tarde do Encontro iniciou com a exposição do Subcontrolador do Paraguai, Augusto José Felix Paiva, sobre o sistema de controle externo dos gastos públicos paraguaios.

Na sequência, foi compartilhado um diagnóstico do exercício do controle externo na Argentina, apresentado pelo Secretário Permanente dos Tribunais de Contas argentino, Martin Diaz.

O presidente da ATRICON, Conselheiro Cezar Miola, em sua apresentação, destacou a importância das novas tecnologias utilizadas pelos Tribunais de Contas para proporcionar uma melhor fiscalização preventiva nas contas públicas dos órgãos públicos.





Homenagem

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Conselheiro Fábio Camargo, recebeu duas homenagens, o diploma pelo apoio logístico dado ao evento e o título de "gaudérico", entregue pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Conselheiro Alexandre Postal. Foi homenageado, também, o Conselheiro Nestor Baptista, Decano do TCE-PR, por ser um dos fundadores da ASUR.

1.4.4.2 ENCONTRO DA ASUR 2023

O Presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Edilberto Pontes, participou da Primeira Reunião Anual da Secretaria Permanente de Tribunais de Contas, Órgãos e Organismos Públicos de Controle Externo da República Argentina, que está sendo realizado na cidade de El Calafate, no período de 15 a 17 de março de 2023.

A solenidade de abertura do encontro foi conduzida pelo Presidente do Tribunal de Contas da Província de Santa Cruz, Carlos Javier Ramos.



A mensagem de boas-vindas aos participantes foi proferida pelo Ministro da Economia, Finanças e Infraestruturas do Governo de Santa Cruz, Ignacio Perincioli, que desejou a todos os presentes "uma recepção calorosa e desfrutem desta terra que é El Calafate e que pertence à nossa província", finalizou.

Por sua vez, o Presidente da Associação Argentina de Orçamento e Administração Financeira Pública, Gonzalo Martín Lecuona, destacou a diversidade de origens dos presentes, provenientes de diferentes províncias argentinas e de outros países.



Durante a programação do evento foram realizadas, também, reuniões da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul (ASUR), nas quais serão discutidos assuntos relacionados à região e ao Instituto de Estudos e Investigações Técnicas dos Tribunais de Contas da República Argentina e da Rede de Controle Público Federal.

Além do Presidente do IRB, estiveram presentes no evento, representando a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), os Conselheiros: Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), Vice-Presidente Executivo; Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (TCE-SC), Vice-Presidente de Relações Internacionais; e os Membros da Diretoria, Marco Peixoto (TCE-RS), Wanderley Geraldo de Ávila (TCE-MG) e Otávio Lessa (TCE-AL).





Integraram, ainda, a delegação brasileira do evento, os Conselheiros Presidentes dos Tribunais de Contas dos Estados: de Alagoas (TCE-AL), Fernando Toledo; do Amapá, Michel Houat Harb; e do Rio Grande do Sul, Alexandre Postal; além do Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Conselheiro Fábio Nogueira.

1.4.5 FÓRUM NACIONAL DE CONTROLE

O objetivo do Fórum consiste em abordar as principais novidades aplicadas ao Controle Externo e Interno, especificamente relacionadas aos temas “Centro de Governo”, “Governança das Contratações” e “Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD”, viabilizando debates em relação aos desafios a serem enfrentados e as oportunidades de aprimoramento e melhoria.

1.4.5.1 FÓRUM NACIONAL DE CONTROLE 2022

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, no dia 11 de agosto de 2022, a sexta edição do Fórum Nacional de Controle, abordando como tema central as “Novas perspectivas da Governança aplicada ao Controle”. O evento aconteceu no Auditório Ministro Pereira Lira, na sede do TCU, com transmissão simultaneamente pelo canal do Tribunal, no YouTube.





Compuseram a mesa de abertura do Fórum as seguintes autoridades: os Ministros do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas (Vice-Presidente, no exercício da Presidência do TCU), Augusto Nardes (Coordenador Científico do Seminário) e Jorge Oliveira; os Ministros de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, e da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário; e o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Rodrigo Medeiros.

A programação do evento foi composta por quatro painéis temáticos centrados nos seguintes assuntos: centro de Governo e acesso do Brasil à OCDE, adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a transparência e a proteção de dados no setor público e a Governança da Nova Lei de Licitações.

O Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, foi representado durante o evento pelo Conselheiro Sebastião Helvecio, Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão, e Presidente dos Comitês Técnicos de Saúde e de Gestão da Informação do IRB.

Na oportunidade, o Conselheiro Helvecio participou do Painel 1, com o tema: Centro de Governo e acesso do Brasil à OCDE, fazendo uma explanação sobre a descentralização do centro de Governo para o fortalecimento da Federação.

O histórico do trabalho desenvolvido pelo IRB, na elaboração e execução, juntos aos Tribunais de Contas de todo o país, na aplicação dos instrumentos que mensuram os Índices de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e Estadual (IEGE), foi apresentado pelo Conselheiro Sebastião Helvecio.

“O Desafio é enorme, mas nada é mais encantador do que essa possibilidade de transformarmos a nação brasileira, a partir da união de todos nós nesse projeto de governança para o aprimoramento do controle”, considerou o Vice- Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, ao concluir sua apresentação.



1.4.5.2 FÓRUM NACIONAL DE CONTROLE 2023

O Tribunal de Contas da União(TCU), com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), promoveu nos dias 05 e 06 de outubro de 2023, o 7º Fórum Nacional de Controle, que teve como tema central “Desenvolvimento Sustentável e o Controle – Conectando Fiscalizações, Governança e Sustentabilidade”. Nessa edição do encontro foram debatidas questões internacionalmente expressivas como mudanças climáticas, transição energética, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Inteligência Artificial.

Solenidade de Abertura

O Presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Edilberto Pontes, esteve representado, durante o evento, pelo Conselheiro Severiano Costandrade, Membro da Diretoria do IRB e Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO).

O Presidente do TCU, Ministro Bruno Dantas; o também Ministro do TCU e Coordenador do Fórum Nacional de Controle, Augusto Nardes; os Ministros da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa, da Fazenda, Fernando Haddad, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; e o Ministro- Chefe da Advocacia Geral da União (AGU), Jorge Messias, compuseram o dispositivo de honra durante a cerimônia de abertura.

Palestras

Durante a programação do primeiro dia do evento, o Presidente do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa e Membro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), Conselheiro Júlio Pinheiro, ministrou palestra sobre o tema: A implementação da Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.





Acompanharam o Conselheiro Júlio Pinheiro nos debates, o Presidente da Associação dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (AUDICON), Ministro Marcos Bemquerer; Sérgio Godoy, Secretário- Executivo da Comissão Nacional para os ODS da Presidência da República; o Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU), Ronald Balbe; e o representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Gustau Máñez.

Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB e Presidente dos Comitês Técnicos de Saúde e da Gestão da Informação e do Conhecimento, Conselheiro Sebastião Helvecio, discorreu acerca do tema “A hora da sustentabilidade no levantamento de Governança do TCU”, durante o último painel do evento.

“Os Tribunais de Contas têm hoje novas competências, além das duas funções clássicas: fiscalização e jurisdição. Hoje nós somos avaliadores de políticas públicas, indutores de boas práticas e articuladores das políticas públicas. Nessa perspectiva, como um cão-guia, o controle deve dar a mão para o gestor e entenderem que quem patrocina ambos são os cidadãos”, refletiu.



O momento foi mediado pelo Coordenador do Levantamento de Governança do TCU, Daniel Jezini, com a participação da Secretária-Geral Adjunta de Administração do TCU, Fabiana Ruas; o Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz; e a Assessora Chefe da Unidade de Gestão Sustentável do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ketlin Feitosa.



1.4.6 ESTRUTURAÇÃO DE CURSO DE INTELIGÊNCIA APLICADA AO CONTROLE EXTERNO

Os Presidentes do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, foram recebidos pelo Comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Marco Antônio Freire Gomes, em cumprimento à agenda institucional, em reunião, no dia 29 de agosto de 2022 na sede do Quartel General daquela Força Armada, em Brasília.

Durante o encontro, os Presidentes trataram com o General Freire Gomes acerca da estruturação e oferta de curso específico em Doutrina de Inteligência Aplicada ao Controle Externo, a ser realizado de forma conjunta entre as instituições, visando a capacitação dos integrantes dos grupos de auditorias dos Tribunais de Contas.

A customização de um estágio específico, em doutrina de inteligência aplicada ao controle externo, ministrado a turmas exclusivas dos Tribunais de Contas, com foco, também, na preparação de multiplicadores do conteúdo compartilhado, integra os objetivos da iniciativa.

Na ocasião, também foi discutida a realização de evento, voltado aos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Brasil, a integrar a programação do Curso de Estudos Avançados do Instituto Rui Barbosa.

Estiveram presentes, também, na reunião: o General de Brigada, Pedro Celso Coelho Montenegro, Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército e o Coordenador-Geral do IRB, Juraci Muniz Júnior.





1.4.7 17º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO E CONTROLE - CONIP

“As lições tecnológicas que os Tribunais de Contas aprenderam com a pandemia” foi o tema do case apresentado pelo Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes durante a 17ª edição do Congresso de Inovação no Poder Judiciário & Controle – CONIP, que ocorreu, em agosto de 2022, de forma presencial, em Brasília-DF.

A explanação realizada pelo Conselheiro Edilberto Pontes integrou a programação do evento e foi antecedida pelas palestras: Gestão de Tecnologia: Processo automatizado de Comunicação Processual do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), apresentada pelos servidores Antonio Moreira da Silva Filho, Secretário de Tecnologia da Informação, e Marcus Vinícius de Sousa Lemos, Chefe da Divisão de Desenvolvimento de softwares; e a Secretária-Geral Adjunta de Administração do Tribunal de Contas da União (TCU), Fabiana Rusa, apresentou a temática “Produtos vs Projetos: como transformar sua instituição”.

Ao tratar das lições tecnológicas que os Tribunais de Contas aprenderam com a pandemia, tema do case apresentado, o Presidente do IRB destacou que os desafios da Administração Pública nesse período foi fundamental para que as instituições aprendessem, não apenas nos aspectos tecnológicos, mas em todos os campos de atuação.

“Basicamente, todos nós que atuamos na Administração Pública sabemos que, de forma geral, independente de pandemia, a Administração Pública é muito complexa, pois não lidamos com problemas simples. Eles são ambíguos e de múltiplas causas”, destacou o Conselheiro Edilberto Pontes, ao elencar as características dos problemas que a Administração Pública enfrentou durante a pandemia, considerando-os como: ambíguos, de múltiplas causas, de respostas conflitantes e com ausência de soluções padronizadas.

As palestras foram mediadas pelo Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) e Membro da Diretoria do IRB, Severiano Costandrade.



1.4.8 IMERSÃO AO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO EM BARCELONA

O Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), participou da imersão "Inovação Disruptiva no Mundo Digital", uma iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Ceará), em parceria com a Universidade La Salle, realizada com o objetivo de aproximar o Ceará das experiências mais inovadoras e disruptivas do mundo. A imersão aconteceu de 12 a 16 de setembro de 2022, em Barcelona, considerada um case de sucesso mundial nesse assunto.



Participaram da imersão representantes das seguintes instituições: Governo do Estado do Ceará, Sebrae, Fecomércio, Facic, Associação Comercial do Ceará, FAEC, Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapi), Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Estado do Ceará (Sedet), Universidade Federal do Ceará (UFC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Centro Industrial do Ceará (CIC), Femicro, Sistema Verdes Mares, Engaja, entre outros.

Nesta jornada de cinco dias, os participantes receberam capacitação em temáticas como transformação digital, inovação, empreendedorismo, liderança e desenvolvimento humano. O quadro de professores foi composto por especialistas da La Salle, uma das mais bem conceituadas universidades da Europa. O grande diferencial dessa iniciativa está na realização de diversas visitas técnicas às instituições e empresas de referência da Espanha e da Europa, onde os participantes puderam conhecer, na prática, novos modelos de inovação, conduzidos tanto por startups quanto por grandes empresas internacionais, e a aplicabilidade dos conceitos aprendidos em sala de aula.



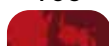
1.4.9 19º ENCONTRO INTERNACIONAL DE JURISTAS

O Instituto Rui Barbosa (IRB) esteve representado durante o 19º Encontro Internacional de Juristas que ocorreu nos dias 22 a 26 de janeiro de 2023, em Funchal, na Ilha da Madeira – Portugal, em edição especial de celebração do jubileu de diamantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (75 anos), trazendo como patrono do evento o pacifista Mahatma Gandhi.



Promovido pela Rede Internacional de Excelência Jurídica, que neste ano completa 25 anos de atuação, o Encontro foi realizado no Salão Nobre da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, reunindo mais de 120 participantes provenientes de Portugal, Brasil, Itália e Grécia, sendo esses Membros de Tribunais de Contas, juristas, advogados, professores universitários e acadêmicos da área de direito.

O Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, participou da solenidade de abertura do evento, compondo a mesa de autoridades acompanhado pelo representante do Conselho Superior da Ordem dos Advogados de Portugal, Dr. Costa Amorim; o Presidente da Rede Internacional de Excelência Jurídica, Professor Léo da Silva Alves; o Deputado José Manuel Rodrigues, Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira; e o Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Juiz Conselheiro José Tavares.





Homenagens

Logo após a solenidade de abertura do Encontro, foi realizada a entrega de homenagens a personalidades de relevância no contexto jurídico internacional. O Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, recebeu o troféu Excelência Jurídica Nacional – Brasil, e o troféu de Excelência Jurídica Internacional foi entregue ao Dr. José Jardim Mendonça Prada, referência da advocacia na Ilha da Madeira-Portugal. O professor Kiyoshi Harada, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário, foi condecorado com uma placa em homenagem a sua obra “Direito Financeiro e Tributário”. Por fim, o professor José Armando da Costa foi agraciado com a placa comemorativa pelos 42 anos de publicação da sua primeira obra sobre Direito Disciplinar no Brasil.



Palestras

No dia 23 de janeiro de 2023, segundo dia de programação do 19º Encontro Internacional de Juristas, foi apresentada a mesa temática: Os Tribunais de Contas como instituições essenciais à democracia, presidida pelo Conselheiro Wanderley Ávila, do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG).



“O federalismo como antídoto à autocracia” foi tema da palestra ministrada pelo Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, discorrendo acerca da atuação autônoma, mas colaborativa, entre as Unidades da Federação num contexto voltado ao fortalecimento da Democracia.

O Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Juiz Conselheiro José F.F. Tavares, iniciou a mesa temática palestrando sobre: Tribunal de Contas de Portugal e valores democráticos. Na sequência, o Conselheiro Érico Desterro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE- AM), discorreu acerca do tema “Democracia, Governança e Controle”.



“A hibridez material das Cortes de Contas e a metamorfose institucional dos Tribunais de Governança Pública” foi o tema abordado pelo Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC), Adircélio Ferreira de Moraes Júnior. O Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC), Antonio Malheiro, abordou em sua palestra o tema: O julgamento no Tribunal de Contas. Encerrando as atividades da mesa, o Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE- MT), Antonio Joaquim, palestrou acerca dos Tribunais de Contas como indutores de boas práticas.



1.4.10 CONGRESSO NACIONAL DE LIDERANÇA E GOVERNANÇA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS



O Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão e Presidente dos Comitês Técnicos de Gestão da Informação e de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro, foi o grande homenageado do “Congresso Nacional de Liderança e Governança em Licitações e Contratos”, promovido pelo Premium Leadership Events, em parceria com o Instituto Protege Escola Brasil.

Durante a solenidade de abertura do Congresso, realizado no dia 07 de fevereiro de 2023, em Brasília/DF, o Conselheiro Sebastião Helvecio proferiu a conferência especial do evento, discorrendo sobre o tema: Um novo desafio para os agentes públicos e para a informatização. Além do homenageado desta edição, palestraram, também, os Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas (Presidente do TCU) e Benjamin Zymler.

O Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, integrou a programação do segundo dia (8) do Congresso, proferindo palestra na 6ª conferência a qual tratou da temática “Âmbito jurídico das regulamentações e atuação dos Tribunais de Contas”, acompanhado do Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), Marcos Antônio da Nóbrega.

A programação do Congresso prosseguiu até o dia 09 de fevereiro, com a realização de conferências e aulas temáticas voltadas ao debate da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), que entrou em vigor a partir de 1º de abril.



1.4.11 IV SEMINÁRIO DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DO TCE-CE

O Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic) foi o ponto central dos debates na quarta edição do Seminário dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, realizado no dia 5 de maio de 2023, na sede da Corte de Contas cearense.

O evento marcou o Dia do Auditor de Controle Externo, celebrado em todo o país na data de 27 de abril.

“Os órgãos de controle, entre eles os Tribunais de Contas, precisam dialogar e se aperfeiçoar. E é justamente a ideia desse tipo de evento, de debate. Precisamos reforçar que o controle é parceiro do desenvolvimento econômico, isso aumenta a confiança no governo e nas instituições. Não somos instituições extrativistas, que mais atrapalham do que ajudam, somos relevantes. Precisamos nos aperfeiçoar sempre, o treinamento permanente é um dos requisitos fundamentais para nos manter atualizados, acompanhando a celeridade das informações, da tecnologia, do mundo”.

A declaração foi proferida pelo Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, que integrou a mesa de autoridades na solenidade de abertura do evento.



O Presidente da Associação dos Auditores de Controle Externo (AUD/TCE-CE), Carlos Sérgio Mororó e a Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Thaisse Craveiro (servidora do TCE Ceará), acompanharam o Presidente Edilberto Pontes na composição da mesa de autoridades.

O seminário contou com palestra do Diretor de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), Vitor Maciel,



que discorreu sobre a Implantação do SIAFIC: informações confiáveis para uma gestão fiscal transparente.

A mediação foi realizada pela servidora da Diretoria de Contas de Gestão II - unidade da Secretaria de Controle Externo do TCE Ceará, Edna Xavier.



O IV Seminário dos Auditores de Controle Externo é uma realização da Associação dos Auditores de Controle Externo do TCE Ceará (AudTCE/CE), com o apoio institucional da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, do Instituto Plácido Castelo (IPC) e do Instituto Rui Barbosa (IRB).

1.4.12 SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA EURORAI

O Instituto Rui Barbosa participou do Seminário Internacional da EURORAI - Organização Europeia das Instituições Regionais de Controle Externo do Setor Público, realizado de 04 a 06 de maio de 2023, na cidade de Santiago de Compostela, Espanha.

O evento abordou como tema central: "Organismos Regionais de Controle Externo e a Avaliação de Resultados – uma troca de experiências". O Conselheiro Sebastião Helvecio, Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão e Presidente dos Comitês Técnicos de Saúde e de Gestão da Informação e do Conhecimento do Instituto Rui Barbosa (IRB), representou o Presidente do Instituto, Conselheiro Edilberto Pontes, durante a programação do Seminário.

Programação

O Seminário Internacional da EURORAI teve início com a reunião entre os representantes das instituições que compõem o *Steering Committee*, órgão executivo responsável por presidir a Entidade.

A programação teve continuidade com a realização de três sessões temáticas, compostas por palestras ministradas pelos representantes das Entidades Fiscalizadoras Superiores de países como a França, Espanha, Áustria, Escócia e Suíça.



A programação contou com a Assembleia Geral das Instituições Membros da EURORAI, tendo no encerramento das atividades do Seminário, uma visita à cidade portuária e histórica da Corunha, localizada na região espanhola da Galiza.

1.4.13 CURSO DE INTELIGÊNCIA APLICADA AO CONTROLE EXTERNO

Aconteceu entre os dias 19 a 23 de junho de 2023, o curso: Doutrina de Inteligência aplicada ao Controle Externo, promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), a Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx) e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). As aulas foram ministradas pelos oficiais da EsIMEx.

A capacitação ocorreu de forma presencial, na sede do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Escola de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília-DF.

O curso, voltado aos servidores dos Tribunais de Contas brasileiros, foi desenvolvido com o propósito de fomentar o contínuo aperfeiçoamento do processo de fiscalização, a partir da adoção de ações integradas de inteligência.



Abertura

A solenidade de abertura foi realizada pelo Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do IRB, que saudou a todos os presentes, destacando a relevância do tema para o desenvolvimento do Controle Externo brasileiro, ressaltando, ainda, a importância das parcerias institucionais que possibilitaram a realização do curso.





Participaram, também, da solenidade: o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e Coordenador Científico do curso, Conselheiro Rodrigo Nascimento; o Comandante da Escola de Inteligência Militar do Exército Brasileiro, Coronel Jorge Gonçalves Visconti; e o Conselheiro Carlos Neves, Presidente do Comitê Técnico de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos Tribunais de Contas do IRB, Coordenador da Rede InfoContas e Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

O curso contou ainda com o apoio institucional da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Rede InfoContas), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM) e do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).





1.5 PUBLICAÇÕES

1.5.1 LIVRO PRIMEIRA INFÂNCIA

A publicação se destina a registrar e disseminar as boas práticas, tanto no Brasil quanto dos tribunais, sobre a primeira infância, apresentando indicadores sobre a primeira infância dos estados (ranking dos estados) e indicadores de todos os municípios brasileiros.

1.5.2 LIVRO OS TRIBUNAIS DE CONTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS - CHAMADA DE TRABALHOS

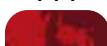
O Instituto Rui Barbosa (IRB) atua com o objetivo de aprimorar as atividades exercidas pelos Tribunais de Contas do país, voltadas ao competente exercício de sua missão constitucional e o atingimento de suas metas institucionais, promovendo ações educacionais de cunho técnico-científico, dentre elas: capacitação, debates, seminários e congressos; fomentando iniciativas que busquem a aprendizagem de novos modelos de políticas públicas; estimulando a publicação de trabalhos, monografias, revistas, relacionados aos seus objetivos, além de reconhecer e premiar as boas práticas de governança.

Nesse sentido, o IRB promoveu a chamada de trabalhos para composição do livro "Os Tribunais de Contas e as Políticas Públicas", coordenado pelo Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do Instituto, e lançado durante o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), em Fortaleza-CE, por ocasião das comemorações alusivas aos 50 anos do Instituto Rui Barbosa.

Submetidos por Membros e servidores de Tribunais de Contas, pesquisadores, professores, estudantes, jornalistas e demais interessados, os 22 trabalhos aprovados e que compõem a obra versaram sobre experiências e reflexões acerca de assuntos inerentes aos Tribunais de Contas e às Políticas Públicas, como estudo de casos, ensaios e pesquisas de campo quantitativas e/ou qualitativas.

1.5.3 ARTIGO NA REVISTA TCMRio

A convite do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ), o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, escreveu o artigo "Parecer Prévio pelos Tribunais de Contas, instrumento de cidadania", sendo publicado na edição de nº 77 da Revista TCMRio, periódico produzido pela Corte de Contas carioca.





“Um dos principais documentos produzidos pelos Tribunais de Contas, o parecer prévio das contas do gestor máximo de cada ente federado, reveste-se de singularidades que o torna extremamente relevante. Nele, um órgão autônomo, sem agenda política, verifica o cumprimento das principais exigências para a Administração previstas na Constituição Federal, nas Leis e nas respectivas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas.”

A partir dessa conceituação sobre o Parecer Prévio das Contas de Governo, o Conselheiro Edilberto Pontes inicia seu artigo elencando e descrevendo as fases que constituem a elaboração do documento, desde o arcabouço legal, até o envio para o Poder Legislativo, a quem compete julgar as contas do chefe do Poder Executivo.

O Presidente do IRB destacou, ainda, que, ao Tribunal de Contas, cabe uma avaliação técnica, manifestando-se conclusivamente a fim de subsidiar o julgamento político que será exercido nas Casas Legislativas. Todavia, na elaboração do Parecer Prévio, as Cortes de Contas não têm se limitado a analisar apenas os aspectos formais dos demonstrativos contábeis. Muito mais do que isso, os relatórios têm avaliado políticas e programas governamentais em áreas como Saúde, Educação, Desenvolvimento Regional, Previdência Social, Distribuição de Rendas, entre outros.

A repercussão nos meios de comunicação das conclusões emitidas no Parecer Prévio foram, também, abordadas no artigo. O Conselheiro Edilberto Pontes apresentou recortes com notícias sobre o assunto, através dos



quais se apresenta à sociedade diagnósticos elaborados pelos Tribunais de Contas sobre a avaliação de políticas públicas em diversas áreas, a exemplo da avaliação realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na política educacional, apresentada no Parecer Prévio de 2013.

Realizando todo esse panorama, que abrange os aspectos legais, técnicos e sociais que envolvem a elaboração do Parecer Prévio, o Conselheiro Edilberto Pontes conclui seu artigo asseverando que o documento “trata-se, portanto, de instrumento para a cidadania ativa, a fomentar o debate público qualificado por informações e análises técnicas distanciadas de agendas políticas”.

1.5.4 LIVRO 50 ANOS DO IRB



Palavra do Presidente

Em 2023, o Instituto Rui Barbosa alcançou um marco histórico, o seu cinquentenário, e é com imensa satisfação que anunciamos o lançamento deste livro, que narra a sua respeitosa trajetória.

O livro não é apenas uma compilação de datas e eventos, é uma tapeçaria rica em histórias, lutas, conquistas e, sobretudo, comprometimento com a excelência na administração pública.



O Instituto Rui Barbosa tem sido uma pedra angular na evolução dos Tribunais de Contas brasileiros, e seu papel, na promoção de técnicas de auditoria inovadoras, de publicação de revistas técnicas, de livros, e de promoção de conhecimento, por meio de debates, colóquios, seminários, congressos e cursos e treinamentos, é inestimável. As páginas que o Instituto Rui Barbosa escreveu não apenas ilustram nossa história, mas também servem como um manual para aqueles que aspiram a aprimorar a eficácia do controle externo e a integridade da gestão pública.

Neste meio século de existência, fomos pioneiros no fomento ao diálogo entre os Tribunais de Contas e as universidades, estimulando o intercâmbio de conhecimentos técnicos e acadêmicos. Nosso compromisso com a educação e com o avanço do saber tem sido um dos pilares para garantir que as fronteiras do conhecimento sejam continuamente expandidas e que suas repercussões no âmbito da administração pública e no controle externo, sejam profundamente positivas.

Não posso deixar de mencionar e agradecer a cada um que contribuiu para o nosso crescimento. Aos ex-presidentes que, com sua visão e liderança, nos conduziram por caminhos de sucesso; aos diretores e servidores, cuja dedicação e competência são os alicerces de nossa instituição; e aos integrantes dos Tribunais de Contas de todo o país, cujo trabalho diligente e ético reforça o valor e a importância do nosso propósito comum.

Conforme olhamos para o passado com respeito e admiração, também focamos no futuro com determinação e esperança. Os desafios que enfrentamos são numerosos, incluindo a necessidade contínua de adaptação às novas tecnologias, a permanente luta contra a desadministração e irregularidades, e a constante busca pela transparência e eficiência governamental. No entanto, a história que construímos juntos nos fornece uma base sólida para enfrentar esses desafios e qualquer outro que possa surgir.

O livro que lançamos é mais do que uma retrospectiva, é uma afirmação de nosso compromisso com um futuro em que os Tribunais de Contas continuem a ser sustentáculos de justiça e integridade. É uma promessa de que permaneceremos incansáveis na busca pela excelência e na promoção de práticas que assegurem a boa gestão dos recursos públicos.

Celebramos, portanto, meio século de existência com a certeza de que o Instituto Rui Barbosa permanecerá como um farol de conhecimento e inovação para os Tribunais de Contas e para a sociedade brasileira.



Agradecemos a todos que fizeram parte dessa jornada até aqui e convidamos cada um a se juntar a nós enquanto traçamos o caminho para os próximos cinquenta anos.

Com sincera estima e gratidão.

Conselheiro Edilberto Pontes - Presidente do Instituto Rui Barbosa

1.5.5 LIVRO “OS TRIBUNAIS DE CONTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS”



A obra coletiva “Os Tribunais de Contas e as Políticas Públicas”, coordenada por Edilberto Pontes, foi lançada no III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC). Para o Conselheiro, “essa é uma reunião de trabalhos de profissionais de várias áreas, que atuam em outros âmbitos além dos Tribunais de Contas. Entre os autores também temos pesquisadores, acadêmicos, gestores, mas sempre olhando a ótica dos das Cortes de Contas e como elas podem atuar nas políticas públicas”, pontuou Edilberto.

Para composição da obra, o IRB publicou Edital de chamada de trabalho no intuito de que os Membros e servidores de Tribunais de Contas, pesquisadores, professores, estudantes, jornalistas e demais interessados apresentassem artigos envolvendo experiências e reflexões acerca de assuntos inerentes aos Tribunais de Contas e às Políticas Públicas, como estudo de casos, ensaios e pesquisas de campo quantitativas e/ou qualitativas, conforme orientações definidas no Edital.

Os 22 trabalhos selecionados e inéditos discorreram sobre pelo menos um dos seguintes conteúdos:

- Políticas públicas (saúde, educação, segurança, gestão ambiental, assistência social, cultura, geração de emprego e renda,

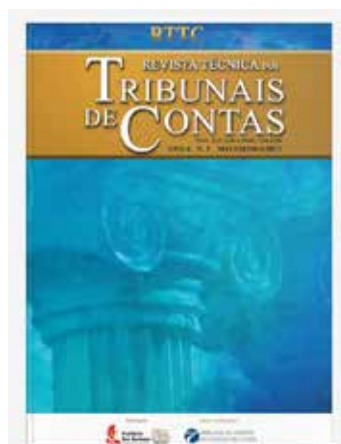


racionalização de gastos, obras paralisadas, primeira infância, novos arranjos institucionais, combate à pobreza, fome e desigualdades.); Implementação de políticas públicas (fiscalização, metodologias, processos de trabalho, tecnologias.);

- Avaliação de políticas públicas (fundamentos, metodologias, casos práticos, experiência internacional, Guid 9020, NBASP 9020);
- Auditorias operacionais e avaliação de políticas públicas (estrutura, princípios: ISSAI-NBASP 300, normas: ISSAI-NBASP 3000, orientações complementares: GUIDs-NBASPs 3910 e 3920);
- Indicadores de desempenho do setor público; e
- Políticas públicas para implementar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Maiores informações: <https://irbcontas.org.br/publicado-o-resultado-dos-trabalhos-aprovados-para-o-livro-os-tribunais-de-contas-e-as-politicas-publicas/>

1.5.6 REVISTA TÉCNICA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - 6ª EDIÇÃO



A Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC) tem por objetivo divulgar de forma sistemática artigos doutrinários sobre controle público. A 6ª edição aborda o tema das políticas públicas e respectiva interface com o controle externo.

Dentre as iniciativas do IRB e suas instituições parceiras, encontra-se a publicação da Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC), caracterizando-se como um veículo substancial na divulgação de trabalhos de natureza técnica e científica dos diversos profissionais das Cortes de Contas, assim como de professores, pesquisadores, alunos e demais interessados.

A RTTC tem possibilitado, continuamente, a troca de informações e experiências desenvolvidas nos Tribunais de Contas, despertando também o interesse geral da sociedade quanto à difusão de boas práticas e de esforços relacionados ao aprimoramento e à inovação na administração pública.



Esse número da RTTC aborda como tema central “políticas públicas e respectiva interface com o controle externo”, sendo composta por 18 artigos de denso contributo ao entendimento das políticas públicas e respectivos diálogos com instituições e pessoas.

1.5.7 COLEÇÃO TRILOGIA DO RUYZINHO

Os livros são dirigidos a crianças matriculadas no Ensino Fundamental - séries iniciais, contam três histórias: “Rui, o silêncio do fogo”, de Demitri Túlio; “Rui, o homem que vestia palavras”, de Kelsen Bravos; e “Rui, o menino-águia que tinha um vulcão na cabeça”, de Efigênia Alves.



Disponível em <https://irbcontas.org.br/biblioteca/>

1.5.8 CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA A REDE BIBLIOCONTAS: PORTFÓLIO DE FERRAMENTAS E PRÁTICAS

O livro “Contribuições para a gestão do conhecimento para a Rede Bibliocontas: portfólio de ferramentas e práticas” é fruto da dissertação de mestrado da coordenadora do Comitê Técnico de Gestão da Informação e do Conhecimento do IRB, Michele Rodrigues Dias.

1.6 BANCO DE ARTIGOS

O Banco de Artigos é um espaço para que Membros, Servidores dos Tribunais de Contas e autores convidados possam publicar seus textos para debater e discutir ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas áreas de auditoria e controle, gestão de pessoas, gestão de políticas públicas, gestão estratégica, governança e gestão de riscos, governo digital e transparência, inovação, logística e compras públicas, orçamento e finanças, políticas públicas setoriais e tecnologia da informação.





1.7 BANCO DE TALENTOS

O Banco de Talentos é uma ferramenta criada e desenvolvida pelas Escolas de Contas e Comitê de Aperfeiçoamento Profissional do IRB para registro de docentes, de suas especialidades, dos cursos que ministram, no tocante às matérias e temas de interesse dos currículos pedagógicos e programa de formação dos auditores de controle externo, de jurisdicionados, membros e do controle social.

Talentos por Temáticas:

✓ Auditoria e Controle	(26)
✓ Dados, Informação e Conhecimento	(7)
✓ Desenvolvimento Gerencial	(5)
✓ Direito e Legislação	(4)
✓ Educação e Docência	(5)
✓ Ética e Cidadania	(9)
✓ Gestão de Pessoas	(5)
✓ Gestão de Políticas Públicas	(13)
✓ Gestão Estratégica	(4)
✓ Governança e Gestão de Riscos	(14)
✓ Governo Digital e Transparência	(7)
✓ Inovação	(5)
✓ Logística e Compras Públicas	(10)
✓ Orçamento e Finanças	(21)
✓ Políticas Públicas Setoriais	(9)
✓ Tecnologia da Informação	(2)
✓ Transferências Voluntárias	(5)



1.8 PORTAL DAS REVISTAS TÉCNICAS

Com o objetivo de divulgar a produção de conhecimento, de disseminar a rede de controle externo e de difundir o trabalho técnico das Escolas, o IRB criou o Portal para facilitar o acesso de todos os interessados ao conteúdo das importantes Revistas Técnicas editadas pelos Tribunais de Contas do país.

Essas Revistas Técnicas visam dar ampla publicidade aos estudos acadêmicos relacionados à administração pública, ao controle externo e à atuação em geral das Cortes de Contas (<https://irbcontas.org.br/portal-das-revistas-tecnicas/>).

Revistas Técnicas

Com o objetivo de divulgar a produção de conhecimento, de disseminar a rede de controle externo e de difundir o trabalho técnico das Escolas, o IRB criou o Portal que certamente facilitará o acesso de todos os interessados ao conteúdo das importantes Revistas Técnicas editadas pelos Tribunais de Contas do país. Essas Revistas Técnicas visam dar ampla publicidade aos estudos acadêmicos relacionados à administração pública, ao controle externo e à atuação em geral das Cortes de Contas.

Filtrar por Região:

Centro-Oeste Nordeste Norte Sudeste Sul

1.9 SITE: IRB TERRITÓRIO BIBLIOTECA E VIDEOTECA

Em constante evolução, o portal do Instituto (irbcontas.org.br) tem buscado entregar ao público, de forma moderna e intuitiva, a interação entre a diretoria e os órgãos executivos, além de possibilitar sua utilização como plataforma de coordenação de ações de ensino e de promoção do compartilhamento e otimização de das Cortes de Contas e Entidades Parceiras.

A busca do material ofertado na biblioteca e videoteca podem ser realizadas por filtros, pesquisando por temática, coleção, título ou tipo, conforme exposto nas figuras a seguir:



a) BIBLIOTECA



Biblioteca

Filtrar por Tipos

Filtrar por Coleção

Filtrar por Temática

Filtrar por Autor

Pesquisar por título...

b) VIDEOTECA



Videoteca

Filtrar por Eventos

Pesquisar por nome...

1.10 PREMIAÇÕES IRB

1.10.1 PRÊMIO IRB DE MONOGRAFIA





O Prêmio tem o propósito de expandir as fronteiras do conhecimento no tema DESAFIOS PARA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO MUNDO DIGITAL, tendo como subtemas:

- Os desafios dos Tribunais de Contas na era digital;
- Governo digital e a interação com o cidadão;
- Aprofundamento da Transparência Pública.

O Prêmio tem ainda o objetivo de estimular a produção científica com base no tema proposto no site do IRB, reconhecendo os trabalhos de maior qualidade técnica.

Um total de 23 monografias concorreram aos prêmios do Concurso, e os trabalhos que lograram as primeiras colocações foram:

1º lugar – Planejamento governamental e transparência: práticas dos municípios de pequeno porte do estado de Minas Gerais;

2º lugar – Transformação digital no controle externo: capacitação como fator fundamental; e

3º lugar – Estatística inferencial e índice de dano ao erário decorrente de sobrepreço: uma metodologia em auxílio do controle externo.

A premiação ocorreu durante a programação do VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, realizado em Salvador-Bahia, nos dias 1, 2 e 3 de março de 2023.

A premiação para as monografias vencedoras foi de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o 1º colocado; R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o 2º colocado; e o 3º colocado recebeu o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

1.10.2 PRÊMIO IRB DE JORNALISMO



O Prêmio IRB de Jornalismo é uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB) e tem por objetivo estimular jornalistas dos veículos de comunicação de todo o Brasil a abordarem temas que tratem do trabalho educacional realizado pela entidade.

O Prêmio IRB se desenvolveu nas categorias de telejornalismo, radiojornalismo e webjornalismo, abordando como tema central: A atuação dos Tribunais de Contas para a melhoria das políticas públicas do País.

Lançamento

O Prêmio IRB de Jornalismo foi lançado, em agosto em um encontro com jornalistas e radialistas representantes dos veículos de imprensa dos estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Pernambuco. O momento integrou um calendário de ações comemorativas aos 50 anos do IRB.



Durante o encontro, os jornalistas tiveram a oportunidade de conhecer a relevante atuação do Instituto Rui Barbosa no contexto do Sistema Tribunais de Contas do país, com destaque para as atividades desenvolvidas pelos seus Comitês Técnicos, as parcerias institucionais firmadas, em âmbito nacional e internacional para o aperfeiçoamento do Controle Externo, e suas contribuições para o aprimoramento das Políticas Públicas em benefício da sociedade.

“Representando os 33 Tribunais de Contas de todo o país, o Instituto Rui Barbosa atua na promoção de ações educacionais, com publicação de livros, realização de eventos técnicos sobre diversas áreas da Administração Pública, como saneamento básico, educação, primeira infância, meio ambiente, dentre outros. Nessa perspectiva, o IRB tem pensado e debatido os grandes temas e desafios nacionais e internacionais, para tornar o Controle Externo cada vez mais eficiente e com relevância social”, discorreu o Conselheiro Edilberto Pontes.



Resultado

Os trabalhos submetidos foram analisados e avaliados por uma Comissão Julgadora composta pelos Conselheiros Edson Ferrari, Membro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), representando as Cortes de Contas do Brasil; e Inaldo Araújo da Paixão, Membro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), como representante do IRB; e os jornalistas Salomão de Castro, representando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e Inês Aparecida, representando a Associação Brasileira de Imprensa (ACI).

Após a análise de critérios como a adequação dos trabalhos ao tema, multiplicidade e qualidades das fontes, bem como a inovação e criatividade das informações, a Comissão Julgadora homologou o seguinte resultado, por categoria:

Categoria	Colocação	Título da matéria	Autor
Telejornalismo	1º Colocado	"Obras do Canal do Frago- so ainda estão pela meta- de depois de dez anos"	Wagner Sarmiento (PE)
	2º Colocado	"Mulheres no Controle: TCE-RN faz auditoria sobre violência de gênero e rede feminina de apoio"	Sérgio Henrique Santos (RN)
Radiojornalismo	1º Colocado	"A fiscalização dos Tribu- nais de Contas nos Planos de Educação"	Mateus Bitencourt (SC)
	2º Colocado	"O enfrentamento dos Es- gotamentos Sanitários"	Kayo Passos (CE)
Webjornalismo	1º Colocado	"Maria vai à creche: com 30 mil crianças na fila por escola em MS primeira infância vira prioridade"	Aliny Mary Corrêa (MS)
	2º Colocado	"Água e esgoto: como os Tribunais de Contas irão fiscalizar o novo Marco do Saneamento"	Alessandra de Oliveira (CE)

Os primeiros colocados em cada categoria receberam premiação no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), acompanhado de certificado de participação, e os segundos colocados receberam premiação no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

A premiação ocorreu no dia 1º de dezembro de 2023, durante a programação do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), em Fortaleza-CE, integrando o calendário de ações comemorativas aos 50 anos do Instituto Rui Barbosa.



2 DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 REDE INDICON (IEGE/IEGM)

A Rede Indicon é coordenada pelo Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública – IEGE/IEGM, que tem como Presidente a Conselheira Cristiane de Castro Moraes, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

Esta tem por objetivo o compartilhamento de conhecimentos acerca da utilização de indicadores na fiscalização de políticas públicas, sendo responsável pela metodologia, aplicação, apuração e disseminação dos resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE).

Nas reuniões ocorridas em 2022, foram apresentados os sistemas utilizados pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) e do Estado do Piauí (TCE-PI), com a finalidade de coletar os dados relativos aos IEGM. A Corte de Contas catarinense utiliza o sistema "LimeSurvey", enquanto o TCE-PI faz uso do sistema "Capture – Sistema de captura de evidências".

Os integrantes da Rede Indicon deliberaram, também, sobre os aspectos de aplicação do IEGM 2022/2023, além das ferramentas que serão utilizadas para apresentação e divulgação dos resultados, sugerindo como proposta de encaminhamento, a realização de capacitações técnicas, voltadas ao estudo das dimensões avaliadas no Índice, bem como, os seus aspectos de validação.

Em 2023 foi realizada a revisão dos questionários do IEGM Brasil que faz parte das ações de modernização do IEGM, promovidas pelo IRB e que conta, também, com a contratação de uma empresa que fará o processo do referido indicador de ponta a ponta (coleta, recepção, cálculo, consolidação e disponibilização).

Ao todo, em 2023 foram realizadas reuniões sistemáticas divididas por grupos temáticos relacionados às dimensões do IEGM: saúde, educação, planejamento, fiscal, ambiente, cidades e governança de TI.

O processo de revisão do IEGM Brasil teve a participação de 60



técnicos de 11 Tribunais de Contas brasileiros, sendo eles integrantes da Rede INDICON, sob a condução da Presidente do Comitê.

Nos dias 24 e 25 de agosto de 2023, o grupo se reuniu no TCE-SP para o fechamento e deliberações finais do IEGM Brasil.

A apresentação do IEGM Brasil 2023 ocorreu durante o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Fortaleza, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2023.

Sobre o IEGM

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é um indicador de processo que mensura o grau de aderência da gestão municipal a determinados processos e controles em sete áreas: educação, saúde, gestão fiscal, planejamento, meio ambiente, defesa civil e governança em tecnologia da informação. O grau de aderência é mensurado a partir da pontuação atribuída às questões pelos Tribunais de Contas, e os processos e controles são inquiridos a partir de questionários respondidos pelos municípios.

2.2 GAEPE BRASIL (GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL)

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) é uma instância de diálogo e cooperação entre atores do setor público e sociedade civil, envolvidos na garantia do direito à Educação com o objetivo de fomentar maior interlocução entre essas instituições de forma que possam ser propostas ações articuladas e pactuadas para a garantia do direito à Educação. Idealizada e coordenada pelo Instituto Articule, a iniciativa é operacionalizada em cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB).

2.3 REDE INTEGRAR



A Rede Integrar de Políticas Públicas Descentralizadas, ou somente Rede Integrar, é uma rede colaborativa, formada pelos Tribunais de Contas



do Brasil, por meio do Acordo de Cooperação Técnica entabulado entre IRB, ATRICON, TCU e Tribunais de Contas aderentes, com o objetivo de estabelecer cooperação técnica para fiscalização e aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas públicas descentralizadas no Brasil.

Esta rede surgiu após o êxito dos trabalhos do Projeto Integrar, que foi um piloto realizado na área de educação, para a construção colaborativa de metodologia para a coordenação das fiscalizações nesta política pública descentralizada e que contou com a consultoria da OCDE.

Agora, com escopo amplo envolvendo qualquer política pública descentralizada, os Tribunais de Contas do Brasil cooperam em rede para:

- Promover estudos e avaliar a oportunidade de seleção de fiscalizações de políticas públicas descentralizadas, com base em indicadores e informações que apontem para problemas e fatores críticos associados ao objeto de análise;
- Realizar trabalhos conjuntos de fiscalização de políticas descentralizadas quando houver interesse recíproco dos Tribunais;
- Compartilhar e desenvolver conjuntamente metodologias, processos de trabalho e tecnologias específicas que apoiem a avaliação e fiscalização de políticas públicas descentralizadas;
- Viabilizar o intercâmbio de informações;
- Compartilhar bancos de dados com a finalidade de incorporá-los a um painel de indicadores que integra a metodologia de seleção das fiscalizações;
- Fomentar a realização de cursos, seminários, simpósios, encontros e outros eventos voltados à capacitação e ao desenvolvimento profissional em avaliação e fiscalização de políticas públicas descentralizadas.

2.3.1 AUDITORIA OPERACIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DO SEMIÁRIDO

A Auditoria Operacional em Políticas Públicas de Combate à Desertificação do Semiárido, coordenada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), contou com a participação dos Tribunais de Contas dos Estados do Ceará (TCE-CE), Rio Grande do Norte (TCE-RN), Pernambuco (TCE-PE) e Sergipe (TCE-SE), e com o apoio do Núcleo de Supervisão de Auditorias do Tribunal de



Contas da União (NAS-TCU), do Instituto Rui Barbosa (IRB), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e da Rede INTEGRAR.

No mês de agosto de 2022, técnicos dos Tribunais de Contas que participaram da Auditoria, estiveram reunidos no TCE-PB, debatendo sobre questões relacionadas ao processo de desertificação das áreas secas do Nordeste, com objetivo de sobre as etapas da Auditoria Coordenada e validar a matriz de planejamento para execução da auditoria. A próxima etapa será elaborar a matriz de achados. O relatório final será apresentado durante um seminário programado para acontecer em novembro, no Tribunal de Contas da Paraíba, retratando a realidade de cada estado participante.

Durante o Painel de Referência, de forma híbrida, foram ouvidos especialistas sobre o tema. O evento foi transmitido ao vivo pela TV TCE-PB, canal da Corte de Contas, no YouTube.



O presidente do TCE-PB, Conselheiro Fernando Catão, destacou no momento inicial da apresentação do Painel de Referência, a importância do tema da Auditoria Coordenada. "A auditoria constitui uma oportunidade importante para a Região Nordeste, pela possibilidade de apontar caminhos e alternativas para os principais problemas do Semiárido, a exemplo da gestão e qualidade das águas e do abastecimento e recuperação de áreas", ressaltou.

O resultado da auditoria operacional foi apresentado no Encontro Nacional dos Tribunais de Contas que ocorreu entre os dias 16 a 18 de novembro de 2022.

Coordenam a Auditoria Operacional os auditores do controle externo da Diretoria de Auditoria e Fiscalização (Diafi), do TCE-PB, Adriana Rego, Lúcia Patrício e Júlio Uchoa Cavalcanti. Além de Éric Campos, do Núcleo de Supervisão de Auditorias (NSA), do TCU.

A fiscalização faz parte do plano de trabalho da Rede Integrar, composta pelos Tribunais de Contas brasileiros para avaliação de políticas públicas descentralizadas.





2.3.2 PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT

A Rede INTEGRAR reflete a importância do trabalho próximo entre Tribunais de Contas, do debate e da participação ativa na tomada de decisão sobre prioridades estratégicas para o sistema de controle externo. O planejamento de atividades da Rede ocorre anualmente, pautando-se pela premissa da atuação colaborativa e democrática dos Tribunais de Contas brasileiros.

Desde 2021, o planejamento realizado de modo conjunto trouxe ganhos substanciais ao sistema de controle externo como, por exemplo, a melhor organização de atividades ao longo do ano, considerando as capacidades operacionais dos Tribunais; a crescente adesão dos Tribunais, por poderem organizar sua participação com antecedência; e a maior diversidade das Cortes de Contas com capacidades para coordenar ações da Rede.

a) PAT 2022

O ano de 2022 marcou o primeiro ciclo de atividades da Rede INTEGRAR com representação de todos os 33 tribunais de contas brasileiros. Nesse período, o Comitê Técnico realizou quatro reuniões ordinárias, conforme previsão regimental, acompanhou a execução das atividades previstas no PAT 2022 e planejou as iniciativas para o ano seguinte. Foram dezoito ações aprovadas, nas mais diversas áreas, contemplando as variadas formas de cooperação valorizadas na Rede, a exemplo de auditorias, compartilhamento de dados e realização de estudos.

O Relatório de Atividades de 2022 consolida as atividades realizadas e os resultados alcançados em cada ação aprovada no Plano tais informações no site do IRB:

<https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Relatorio-Anual-de-Atividades-2022.pdf>



b) PAT 2023

Após a conclusão do processo de planejamento que envolveu todos os Tribunais de Contas brasileiros, durante o período de setembro a dezembro de 2022, a Rede INTEGRAR iniciou 2023 tornando público o seu Plano Anual de Trabalho (PAT).

Partindo de levantamento junto às Cortes de Contas e articulação com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), foram consolidadas 23 ações de cooperação, incluindo iniciativas de capacitação, fiscalização, realização de estudos e compartilhamento de dados e informações, distribuídas ao longo do ano.

A diversidade de áreas temáticas reflete a abrangência de atuação da Rede: compras públicas, controle social, educação, imputação de débito, infraestrutura, meio ambiente, orçamento e finanças, pessoal, previdência e assistência, saúde, segurança pública e tecnologia da informação.

No documento estão descritos o processo de elaboração, as áreas prioritárias identificadas e cada ação aprovada, com as respectivas formas de cooperação, cronograma de execução, nível de abrangência (nacional ou regional) e os Tribunais de Contas envolvidos diretamente. O PAT 2023 foi considerado o instrumento orientador para o fortalecimento das parcerias e execução dos trabalhos e encontra-se disponível em: <https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2023/05/plano-anual-de-trabalho-2023v4.pdf>.

O Relatório de Atividades de 2023 consolida as atividades realizadas e resultados alcançados em cada ação aprovada no Plano encontra-se disponível no site do IRB:

<https://redeintegrar.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Relatorio-de-Atividades-2023.pdf>

c) Aprovação do PAT 2024

O Comitê Técnico da Rede Integrar aprovou o Plano Anual de Trabalho 2024 (PAT 2024), no dia 29 de novembro de 2023. As propostas de ações foram votadas durante o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, que ocorreu de 28 de novembro a 1º de dezembro, no Centro de Eventos do Ceará, na cidade de Fortaleza.

A elaboração do PAT 2024 foi coordenada por um grupo de representantes dos Tribunais de Contas Estaduais da Bahia (TCE-BA), do Maranhão (TCE-MA), do Mato Grosso do Sul (TCE-MS), do Piauí (TCE-PI),



do Rio de Janeiro (TCE-RJ), de Rondônia (TCE-RO), do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ao longo do processo de elaboração do PAT, Tribunais e entidades foram convidados a contribuir com propostas de ação e informações sobre trabalhos de interesse da Rede Integrar, voltados para a atuação coordenada do controle externo e para a fiscalização de políticas públicas que envolvam recursos públicos de mais de uma esfera da federação. Foram recebidas 62 propostas de ações, organizadas e categorizadas e, por fim, analisadas pelo Comitê Técnico da Rede.

As 30 propostas selecionadas para compor o PAT 2024 estão agrupadas por formas de cooperação:

- 8 fiscalizações, sendo duas piloto;
- 16 ações de compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias;
- 3 capacitações;
- 1 ação de compartilhamento de dados;
- 1 estudo para seleção de fiscalizações; e
- 1 ação de intercâmbio de informações em casos de sobreposição de competências.

As áreas definidas como prioritárias foram: saúde, educação, primeira infância, tecnologia da informação, saneamento básico, compras públicas, controle social, segurança pública e meio ambiente – diversidade temática que reflete a abrangência de atuação da Rede Integrar.

O documento aprovado descreve, além do processo de elaboração e as áreas prioritárias identificadas de cada ação aprovada, as respectivas formas de cooperação, o cronograma de execução, o nível de abrangência (nacional ou regional) e os Tribunais de Contas (TCs) envolvidos. No entanto, embora o PAT aponte os Tribunais interessados em participar de cada iniciativa, o Plano não vincula a participação de cada TC – que será confirmada no momento de lançamento de cada trabalho de cooperação no próximo ano.



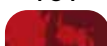
2.3.3 LANÇAMENTO DO SUMÁRIO EXECUTIVO DO NOVO ENSINO MÉDIO – CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA COORDENADA

A Rede INTEGRAR realizou na manhã do dia 21 de novembro de 2023, de forma virtual, o evento de lançamento do “Sumário Executivo do Novo Ensino Médio – Consolidação dos Resultados da Auditoria Coordenada”, com transmissão simultânea pelo canal do Tribunal de Contas da União (TCU), no YouTube.



Na oportunidade, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes representou o Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, na composição da mesa de honra durante a abertura do evento.

“É muito interessante o fato de que a Rede Integrar nasceu a partir de um projeto-piloto na área da educação e hoje, neste momento, estamos colhendo os bons frutos de mais um relevante projeto na área da educação, em especial no Ensino Médio”, refletiu a Conselheira Cristiana de Castro, ao iniciar sua fala na abertura do evento.



Presidente do Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública – IEGE/IEGM do IRB, Cristiana de Castro ressaltou que a auditoria coordenada multinível que ora se consolida na publicação deste Sumário Executivo irá contribuir significativamente para melhoria do debate nacional acerca da reformulação do Ensino Médio.

“Essa auditoria que retrata a realidade do Ensino Médio, em vários estados do Brasil, é muito oportuna, uma vez que tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei, em regime de urgência, que pretende reestruturar a Reforma do Ensino Médio aprovada em 2017. Esse trabalho realizado pela Rede Integrar irá contribuir e muito com o trabalho que está sendo feito, no sentido da melhoria do ensino público, gerando benefícios para sociedade de modo geral”, concluiu.

A auditoria operacional coordenada multinível avaliou ações governamentais desenvolvidas pela União, por intermédio do MEC, e ações capitaneadas pelos estados fiscalizados, por meio das respectivas Secretarias Estaduais de Educação (SEE), na implementação do Novo Ensino Médio. O objetivo foi avaliar o processo e os resultados da implementação estabelecida pela Lei nº 13.415/2017.

As auditorias foram realizadas ao longo de 2022 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas dos Estados do Acre (TCE-AC), Alagoas (TCE-AL), Amapá (TCE-AP), Bahia (TCE-BA), Ceará (TCE-CE), Mato Grosso do Sul (TCE-MS), Mato Grosso (TCE-MT), Pará (TCE-PA), Paraíba (TCE-PB), Paraná (TCE-PR), Pernambuco (TCE-PE), Piauí (TCE-PI), Rio de Janeiro (TCE-RJ), Rondônia (TCE-RO) e Rio Grande do Sul (TCE-RS).

O lançamento do Sumário Executivo visa contribuir com o aprimoramento da política educacional para o Ensino Médio. A publicação busca colaborar com as discussões sobre as dificuldades vivenciadas pelas redes de educação, bem como possibilitar espaço de comunicação junto ao Ministério da Educação nas ações de reestruturação do Ensino Médio.

2.4 REDE CAPACITA COMPRAS

A Rede Capacita Compras tem como objetivo eleger o Comitê Gestor, alinhamento do entendimento sobre governança, tratativas sobre o regimento interno e como as instituições interessadas podem estabelecer uma interlocução com o propósito da Rede.



A Subsecretária do Centro de Serviços Compartilhados, da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais (SEPLAG-MG), Virgínia Bracarense Lopes, apresentou para os presentes na reunião a estrutura da Rede Capacita Compras, suas competências, as atribuições de cada parceiro integrante e como as instituições interessadas podem participar.

As orientações para adesão à Rede podem ser acessadas no link: [participe da rede Capacita Compras](#).

Comitê Gestor

Conforme o art. 5º do Protocolo de Intenções que instituiu a Rede Capacita Compras, o Comitê Gestor será composto pela eleição de: 01 (um) vice-coordenador, eleito dentre os representantes das instituições partícipes-membros; e até 06 (seis) representantes titulares, eleitos entre as instituições partícipes-membros da REDE CAPACITA COMPRAS.

Nesses termos, a coordenação do Comitê Gestor da Rede foi eleita com a seguinte representação: coordenação, Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais; vice-coordenação, Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro (SEPLAG-RJ). Assumindo as vagas de representantes titulares do Comitê, foram eleitas as seguintes instituições: Instituto Rui Barbosa (IRB), Tribunal de Contas da União (TCU), Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco (SAD-PE), Secretaria de Administração do Estado de Santa Catarina (SEA-SC) e Secretaria Municipal de Gestão da Prefeitura de São Paulo (SEGES-PMSP).

Sobre a Rede Capacita Compras

A Rede é resultado de um Protocolo de Intenções celebrado entre as Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG) e do Rio de Janeiro (Seplag-RJ), a Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco (SAD-PE), a Fundação João Pinheiro (FJP), O Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de compartilhar e disseminar programas e iniciativas de capacitação, formação contínua e modernização das compras públicas entre diversos entes e poderes da Administração Pública e outras organizações interessadas.



3 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

3.1 ACORDO ENTRE IRB E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

O IRB e o Tribunal de Contas do Estado do Ceará assinaram Acordo de Cooperação para o estabelecimento de mecanismos que permitam a instalação e o funcionamento da sede do IRB nas dependências do TCE-CE, com vistas ao desenvolvimento dos projetos de capacitação profissional oferecidos pelo IRB e à disponibilização do conhecimento produzido, possibilitando o aprimoramento institucional na área de atuação dos partícipes.

3.2 CONSELHEIROS VALDOMIRO TÁVORA E EDILBERTO PONTES OFICIALIZAM SUBSEDE DO IRB NO TCE CEARÁ

Em ato simbólico, no final da manhã do dia 04 de março de 2022, o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conselheiro Valdomiro Távora, entregou ao presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Edilberto Pontes (vice-presidente da Corte cearense), a sala onde está funcionando a subsede do Instituto Rui Barbosa (IRB), biênio 2022-2023.

“É um momento de muita alegria e honra para o Tribunal de Contas do Ceará ser subsede do IRB, até pela competência e nível do conselheiro Edilberto, um dos nomes respeitados do controle externo, acadêmico, a pessoa certa para dar continuidade ao trabalho dos ex-presidentes do Instituto, que é a casa do saber dos Tribunais. Tenho certeza de que sua gestão vai engrandecer os Tribunais, por ser o braço acadêmico e pelo perfil do conselheiro Edilberto Pontes. O que for preciso, pode contar com a presidência deste Tribunal”, ressaltou Valdomiro Távora.

Localizada no 1º andar do Edifício 5 de Outubro, a nova sede do IRB no TCE Ceará tem sido destinada ao desenvolvimento dos projetos de capacitação profissional, oferecidos pela entidade, e à disponibilização do conhecimento produzido. Além do espaço exclusivo e adequado, o TCE Ceará fornece total infraestrutura física, tecnológica, de logística e de pessoal, dentre outras ações necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades.



3.3 ACORDO ENTRE IRB, IETel e ASUR

Durante o 3º Encontro da ASUR foi realizada a assinatura do Acordo de Colaboração Técnica e Científica entre o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Instituto de Estudos Técnicos e Investigação (IETel) e a Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul (Asur), com o objetivo de realizar intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências, bem como a realização de ações conjuntas.

3.4 OLACEFS

A Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS) é uma organização internacional, autônoma, independente, apolítica e permanente, que remonta suas origens ao Primeiro Congresso Latino-Americano de Entidades Fiscalizadoras – CLADEFS, realizado em Caracas, Venezuela, em 1963, diante da necessidade de um fórum superior para trocar ideias e experiências relacionadas à fiscalização e ao controle governamental, bem como à promoção das relações de cooperação e desenvolvimento entre essas instituições. Nesse Congresso, recomendou-se a criação de um instituto latino-americano de controle fiscal, que desempenhasse funções de pesquisa especializada e servisse como um centro de informação, educação, coordenação e assistência mútua entre as entidades fiscalizadoras.

Atualmente, a OLACEFS é um dos sete grupos de trabalho regionais da INTOSAI.

A Vice-Presidência de Relações Institucionais do Instituto Rui Barbosa (IRB), conduzida pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), tem por objetivo construir relações de parceria com Instituições nacionais e internacionais, por meio de acordos ou convênios, para o desenvolvimento de ações e projetos.

Nesse sentido, o Instituto Rui Barbosa, também participa de associações internacionais de Entidades Fiscalizadoras para fomentar o intercâmbio de experiências e boas práticas relacionadas à fiscalização e ao controle externo governamental, bem como ampliar as ações de cooperação e desenvolvimento profissional dos membros destas instituições.

Dessa forma, para conferir publicização às ações desenvolvidas no âmbito dessas parcerias com associações internacionais, a Vice-Presidência de Relações Institucionais do IRB divulga os Boletins Informativos números 02, 03 e 04, onde estão compiladas informações referentes ao primeiro semestre de 2022.



Nos boletins estão ações desenvolvidas em parceria com: a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS); a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI); e a Organização Europeia das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EUROSAI).

O inteiro teor dos Boletins Informativos pode ser acessado, por meio dos arquivos a seguir:

- BOLETIM INFORMATIVO nº 2/2022
- BOLETIM INFORMATIVO nº 3/2022
- BOLETIM INFORMATIVO nº 4/2022

3.5 PARCERIA IRB E SEBRAE

Na sede do Sebrae Nacional, em Brasília, no dia 11 de março de 2022, aconteceu o encontro entre o diretor técnico nacional do Sebrae, Bruno Quick, e o presidente do Instituto Rui Barbosa, Edilberto Pontes, acompanhado pelos cinco vice-presidentes, para alinhamento das parcerias e cooperação entre as instituições.



Na agenda foram abordadas importância das ações desenvolvidas em conjunto para o Sistema de Controle Externo nacional, em especial as realizadas diretamente com o IRB.

Na ocasião, os representantes do IRB e Sebrae reforçaram o compromisso com a manutenção e ampliação das atividades e parcerias, pela relevância do trabalho em conjunto e do alcance que possuem junto ao público interessado em temas sobre políticas públicas e afins.



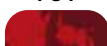
Estiveram presentes: o vice-presidente de relações institucionais, conselheiro do TCE-PR, Ivan Lelis Bonilha; o vice-presidente de desenvolvimento institucional, o conselheiro do TCE-AM, Mário Manoel Coelho de Mello; o vice-presidente de ensino, pesquisa e extensão, o conselheiro do TCE-MG, Sebastião Helvécio Ramos de Castro e também o vice-presidente de auditoria, o conselheiro do TCE-BA, Inaldo da Paixão Santos Araújo e ainda, a vice-presidente de desenvolvimento e políticas públicas, a conselheira do TCE-SP, Cristiana de Castro Moraes.

3.6 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICO - CONACI

Dirigentes do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), Presidentes Edilberto Pontes e Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda, reuniram-se no dia 28 de abril de 2022, na sede do Instituto em Brasília, com foco na ampliação e fortalecimento de ações em parceria.

Na pauta a apresentação da nova gestão do CONACI para o biênio 2022-2023, tratativas sobre o aprimoramento de mecanismos de cooperação, publicações e eventos conjuntos.

O êxito da reunião foi coroado com a assinatura do Acordo de Cooperação entre o CONACI e o IRB, que dentre outros objetivos contempla a cooperação técnica por meio do desenvolvimento de projetos, capacitações e ações integradas, com objetivo de contribuir para a prevenção e o combate à corrupção, para a promoção da transparência e da ética pública, para o fomento do controle social e para o fortalecimento da gestão pública e da integridade, com maior efetividade na proteção dos recursos.



A ocasião serviu, ainda, para o alinhamento de eventos, como o Encontro Nacional de Controle Interno a se realizar em setembro na cidade de Cuiabá – MT, evento promovido pelo CONACI, bem como o VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.

3.7. CNPTC, ATRICON E IRB

O CNPTC, a ATRICON, o IRB e a ABRACOM emitiram Resolução Conjunta (Nº 01/2022) com as diretrizes a serem seguidas pelos Tribunais de Contas, nos processos relativos à Lei de Improbidade Administrativa (LIA) que envolvem o Ministério Público (MP).

As diretrizes são relacionadas aos procedimentos da apuração do valor do dano a ser ressarcido, quando solicitada a oitiva dos Tribunais de Contas pelo MP, em processos judiciais e administrativos que tenham como escopo a apuração de ato de improbidade administrativa.

Dentre as recomendações, está a formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o MP ou Conselho Nacional do Ministério Público (CNPM) para uniformização de parâmetros e de metodologia específica para apuração de eventual dano em negociação de acordo de não persecução civil.

Acesse aqui a íntegra da Resolução Conjunta. (https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Resolucao-Conjunta-CNPTC-Atricon-IRB-Abracom-n-01_2022.pdf)

3.8 AMBRA UNIVERSITY

Em convênio firmado com o IRB, a Ambra University iniciou processo seletivo para os cursos de mestrado voltados aos Membros e servidores dos Tribunais de Contas.

A Ambra University, por meio do convênio firmado com o Instituto Rui Barbosa (IRB), realizou o processo seletivo para os cursos de mestrado destinados aos membros e servidores dos Tribunais de Contas brasileiros. O programa de mestrado será realizado totalmente de forma virtual e com titulação conferida por uma Instituição de Ensino americana, optando por um dos programas ofertados: Mestrado em Direito; Mestrado em **Compliance**; Mestrado em Administração; Mestrado em Resolução de Conflitos. As aulas iniciaram no dia 07 de novembro de 2022.



AMBRA UNIVERSITY | **Instituto Rui Barbosa**
www.ambra.education

**AGORA OS PROFISSIONAIS
DOS TRIBUNAIS DE CONTAS
PODEM FAZER MESTRADO
100% ONLINE COM
CONDIÇÕES ESPECIAIS**

Sobre o convênio

Com a meta de eliminar as fronteiras para formação complementar e permanente de servidores dos Tribunais de Contas de todo o Brasil, o Instituto Rui Barbosa (IRB) firmou parceria com a Ambra University – Universidade americana que há mais de 10 anos atua, na modalidade a distância, em cursos de mestrado para profissionais brasileiros interessados em formação no exterior.

A Ambra University, sediada no estado americano da Flórida, é credenciada e tem cursos reconhecidos pelo Florida Department of Education (Departamento de Educação da Flórida) sob o registro CIE-4001. O Acordo prevê a oferta de cursos de mestrado, on-line, para servidores dos Tribunais de Contas brasileiros.

Em função da capilaridade das Cortes de Contas, o IRB buscou o programa de excelência na formação de mestres, inclusive na área jurídica brasileira, oferecido pela Ambra University. Agora, de forma remota, todos os integrantes dos tribunais que estejam em todo o território nacional podem se qualificar para programas de mestrado e obtenção de diploma da universidade nos Estados Unidos.

“A Ambra é uma instituição de excelência reconhecida. Tive a oportunidade de participar de bancas de conclusão de mestrado e constatei a extrema qualidade dos trabalhos apresentados, dos alunos e dos professores. O convênio com o Instituto Rui Barbosa será uma ótima oportunidade de os integrantes dos Tribunais de Contas aperfeiçoarem seus conhecimentos”, afirmou o Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do IRB.



3.9 TERMO ADITIVO FEA-USP e IRB

O termo aditivo ao acordo de apoio institucional entre a Universidade de São Paulo, no interesse da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e o Instituto Rui Barbosa, visa a cooperação institucional entre as partes para a viabilização do Curso de Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu): MBA em Auditoria e Inovação no Setor Público.

3.10 ACORDO DE PARCERIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E O IRB

Acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação que entre si celebram a Universidade Federal de Goiás e o Instituto Rui Barbosa – IRB, com a interveniência da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON e o Instituto Articule durante o ano de 2022.

Este Acordo tem por objeto a continuidade de cooperação mútua (inaugurado no Acordo de Parceria 004/2021 SEI UFG), visando a execução do projeto de pesquisa-ação “Desenvolvimento da articulação nacional entre poderes e esferas de governo para maior efetividade das políticas públicas de educação no Brasil: construindo subsídios para a experiência de implantação dialogal do GAEPE Brasil a partir de pesquisa-ação”.

3.11 ADESÃO AO PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal (STF) foi criado com objetivo de combater práticas que afetam a confiança das pessoas no Supremo, distorcem ou alteram o significado das decisões e colocam em risco direitos fundamentais e a estabilidade democrática.

Para o cumprimento de suas finalidades, foram desenvolvidos projetos, ações e produtos com diversos parceiros, visando difundir informações corretas e explicar sobre o funcionamento e competências do tribunal de forma mais clara, com foco em aproximar o STF da sociedade.

A estratégia se apoia no tripé: explicar, traduzir e humanizar, usando site, redes sociais e TV Justiça como plataformas de relacionamento com o público.

A Resolução nº 742, de 27 de agosto de 2021, que instituiu o Programa de Combate à Desinformação (PCD), foi editada em harmonia com o sistema de proteção das liberdades de comunicação, previsto na Constituição Federal de 1988, e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que determina



que toda pessoa possui o direito a informações e ideias de toda natureza, mas ressalva a necessidade de coibir apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

O Programa também observa Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tendo em vista que os efeitos negativos produzidos pela desinformação podem ser potencializados pelo uso distorcido dos recursos proporcionados pelas tecnologias da informação e das comunicações (TICs), sobretudo a Internet.

A criação do programa está inserida no contexto do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), à qual o Supremo aderiu integralmente, que estabelece a meta de promover instituições fortes, inclusivas e transparentes em todos os níveis: o desenvolvimento de uma sociedade pacífica e baseada no respeito aos direitos humanos; e a expansão do acesso efetivo à Justiça.

O programa é coordenado por um Comitê Gestor, integrado por membros de áreas do tribunal relacionadas à sua temática e atua em duas frentes principais: atuação organizacional e ações de comunicação.

As ações do programa são de médio e longo prazo, com parcerias firmadas com diversas entidades e órgãos, em favor da circulação de informações oficiais e verídicas sobre a Corte.

O STF está ampliando parcerias com instituições públicas e privadas para a execução das ações de combate à desinformação, mediante acordo de cooperação técnica, de maneira não onerosa ao Supremo Tribunal Federal.

O Instituto Rui Barbosa – IRB considera que o papel na defesa da ampla informação e fortalecimento da democracia é pressuposto intrínseco à missão das instituições, especialmente, das que atuam no sistema de controle externo brasileiro.

Desta forma, encaminhou, por meio da Presidência, expediente que versa sobre o apoio ao programa, ao mesmo tempo em que manifesta interesse em instrumentalizar a parceria com o Supremo Tribunal Federal, com vistas a atuar conjuntamente em tão relevante iniciativa.

3.12 SENSE - CONTROLE DO FUTURO

O Controle do Futuro é uma iniciativa apoiada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), e foi direcionada aos profissionais de auditoria, acadêmicos



e pesquisadores interessados em considerar novas habilidades de liderança e o impacto do uso da tecnologia nas atividades de controle no Brasil. As discussões abordaram questões como dados, nuvem, inteligência artificial e segurança, além de inovação, transformação digital e liderança.

3.13 IRB e ABEL



O Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, recebeu na sede do Instituto, em Brasília-DF, os representantes da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), Florian Madruga (Presidente) e Kézia Rodrigues Medeiros (Vice-Presidente), que também é Diretora Técnica da Escola de Gestão do Tribunal de Contas de Alagoas (TCE-AL).

Construir uma relação institucional de aproximação entre as entidades representadas, foi o objetivo geral que pautou toda a reunião, resultando na idealização de diversas iniciativas conjuntas, com vistas ao aperfeiçoamento das ações educacionais que são desenvolvidas no âmbito das escolas de governo.

Deliberou-se na reunião, também, a instrumentalização de acordo de cooperação técnica entre o IRB e a ABEL, para consecução de eventos com maior alcance nacional e fomento à integração entre as escolas de governo e do legislativo.

A parceria entre o IRB e a ABEL reforça a necessidade da atuação em rede entre as entidades que promovem o aperfeiçoamento técnico-científico e educacional da Administração Pública.



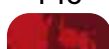
3.14 COMISSÃO ESPECIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, integrou o grupo de experts, formado por economistas, tributaristas e especialistas em contas públicas, convidados pelo Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a participar, da reunião da Comissão Especial que discute, no âmbito da Suprema Corte, os impactos da Lei Complementar 192/2022, que trata sobre a “definição dos combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior.”



A Comissão Especial foi constituída pelo Ministro Gilmar Mendes, como parte dos trabalhos desenvolvidos na relatoria da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7191 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 984, sendo composta por representantes dos Estados, Distrito Federal e da União; do Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados) e Tribunal de Contas da União (TCU); da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Os experts, durante a reunião, responderam aos questionamentos formulados pelo Ministro Gilmar Mendes e pelos representantes dos



Estados, Distrito Federal e da União, que integram a Comissão Especial. Um dos temas abordados na reunião foi a competência para definir a modalidade de alíquota do ICMS sobre combustíveis (fixa, sobre a unidade de quantificação do produto, ou variável, de acordo com a oscilação de preço do produto).

Nesse contexto, o Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do IRB, destacou o texto constitucional, o qual assevera que "as alíquotas dos impostos serão definidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal". Corroborando a fala do Conselheiro Edilberto, o Ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, afirmou que, "houve invasão de competência para tratar de alíquotas, o que torna, para mim, essas normas francamente inconstitucionais".

Para o economista Clóvis Panzarini, o artigo 7º da Lei Complementar 192/2022, que estabelece como base de cálculo do imposto, até 31/12/2022, a média móvel dos preços praticados ao consumidor final nos 60 meses anteriores à sua fixação, agride o princípio da autonomia federativa e representa enorme renúncia fiscal aos entes subnacionais.

Ainda sobre a competência para definir a modalidade de alíquotas do ICMS, o professor Fernando Rezende avaliou, como solução para o problema federativo que se apresenta nas ações, "desfazer o que foi feito e devolver aos estados a competência para fixar a alíquota de acordo com suas necessidades e gastos".

A respeito do impacto da redução da arrecadação nas execuções das políticas sociais nos estados e no Distrito Federal, a especialista em controle de contas públicas, Élica Graziane Pinto, apontou que há a necessidade de manutenção de um mínimo existencial fiscal, percebido no elenco de despesas que não podem ser contingenciadas, ainda que haja queda de arrecadação ou do Produto Interno Bruto (PIB) ou crises econômicas.

Em complemento, a professora Misabel Derzi destacou que a redução de arrecadação poderá concretizar um estado de necessidade administrativa, ou seja, "uma crise fiscal tão grave que os estados se colocam em estado de necessidade, sem meios de arcar com todas as suas obrigações".

A comissão, ao final da reunião, incluiu os nomes dos economistas Isaias Coelho e Paulo de Barros Carvalho no grupo de especialistas que auxiliarão os debates.



3.15 CONIP GESTÃO PÚBLICA

O “CONIP Judiciário e Controle” possui mais de 20 anos de mercado, gerando discussões, debates, inspirando tendências e apresentando inúmeros projetos e estudos de caso de todo o Brasil, objetivando contribuir para a conscientização da necessidade da transformação da jornada dos operadores do Poder Judiciário e dos Órgãos de Controle, auxiliando no uso das melhores ferramentas e apresentando estudos de casos e tecnologias para maior fluidez nos processos.

Em 2022 lançou a 17ª edição do Congresso de Inovação no Poder Judiciário & Controle – CONIP, evento que reuniu as principais autoridades nas áreas de Tecnologia da Informação, com uma programação voltada a demonstrações e casos práticos das principais iniciativas de Transformação Digital no setor.

3.16 PARCERIA ENTRE IRB E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Representantes da Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública (CONAP), do Ministério Público do Trabalho (MPT), foram recepcionadas pelo Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, na sede do Instituto em Brasília.

Participaram da reunião, a Procuradora Andrea da Rocha Carvalho Gondim, Coordenadora Nacional da CONAP, e a Subprocuradora-Geral do Trabalho e Vice-Coordenadora da CONAP, Ileana Neiva Mousinho; o Coordenador-Geral do IRB, Juraci Muniz Júnior, e a Gerente Administrativa e de Planejamento do Instituto, Sandra Valéria de Moraes Santos, também participaram do momento.

Na pauta da reunião, tratou-se acerca da parceria entre as instituições representadas, com foco no intercâmbio de conhecimentos, experiências e atividades em temas de interesse comum, viabilizado por meio de ações educacionais e eventos de abrangência nacional.

A parceria firmada entre o IRB e o MPT proporcionará o desenvolvimento de competências com relevância significativa ao aperfeiçoamento dos membros e servidores das instituições de controle, gestores e servidores estaduais e municipais, sociedade civil, objetivando ao fortalecimento do exercício do controle externo e controle social.



3.17 ACORDO USTDA E ENTIDADES PARA MELHORIA DAS AUDITORIAS OPERACIONAIS EM COMPRAS PÚBLICAS



O Acordo firmado entre o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA) prevê a realização do serviço de assistência técnica, por meio de um Comitê de Projetos, para a avaliação das práticas de auditoria de compras do Governo brasileiro que estão em curso, apresentando recomendações práticas relacionadas aos processos e às políticas públicas, desenvolvendo ferramentas para realização de auditoria baseada em desempenho, assim como, o levantamento das necessidades de capacitação.

O Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA), assinaram em 29 de março de 2023, o Termo de Contratação do Serviço de Assistência Técnica voltada à avaliação das práticas em compras públicas no Brasil, conforme previsto no Acordo firmado entre as Entidades.

A cerimônia de assinatura ocorreu na sede do IRB, em Brasília – DF, contando com a presença e assinaturas do Presidente do Instituto, Conselheiro Edilberto Pontes, do Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB, Conselheiro Reginaldo Parnow, o Diretor da Decision Analysis Partners e Gerente do Projeto de Consultoria para o IRB, Raymond Barber; e a Senhora Cônsul Comercial do Governo Americano em Brasília, Alexandra Holmgren.





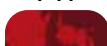
Na oportunidade, o evento contou com a participação dos Conselheiros Presidentes dos Tribunais de Contas selecionados: Valdomiro Távora (TCE-CE); Rodrigo Chamoun (TCE-ES); Ivens Linhares (Vice-Presidente do TCE-PR), representando o Presidente Fernando Augusto Guimarães; e Maria Elizabeth Picanço (Controladora do TCE-AP), representando o Presidente Michel Houat Harb; além dos representantes da Diretoria do IRB, os Conselheiros: Sebastião Helvecio, Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão; Inaldo da Paixão, Vice-Presidente de Auditoria; e Mario Manoel de Mello, Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional.



A contratação é resultado do Acordo firmado entre o IRB e a USTDA, objetivando a realização do serviço de assistência técnica, por meio de um Comitê de Projetos, que realizará a avaliação das práticas de auditoria de compras do Governo brasileiro, que estão em curso, apresentando recomendações práticas relacionadas aos processos e às políticas públicas, desenvolvendo ferramentas para realização de auditoria baseada em desempenho, assim como, o levantando das necessidades de capacitação.

O Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, destacou que o Acordo firmado com a USTDA representa a atuação sinérgica do IRB em proporcionar ao Sistema Tribunal de Contas brasileiro o conhecimento e compartilhamento das mais modernas práticas em compras públicas.

"Esse projeto do Instituto Rui Barbosa com a USTDA será um ponto de inflexão na atuação dos Tribunais de Contas na área das compras públicas. É um projeto alinhado ao que o IRB acredita, que é o controle externo funcional, aquele que ajuda o desenvolvimento econômico. Com esse projeto, trabalharemos para que os Tribunais de Contas incentivem e estimulem a



Administração Pública a conduzir o processo de aquisições, considerando sempre o valor, o ciclo de vida útil e a qualidade do produto”, pontuou.

A escolha da empresa prestadora do serviço de assistência técnica, objeto do Acordo firmado entre o IRB e a USTDA, seguiu a um rigoroso processo seletivo conduzido pelo Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB (CTESAP-IRB), por meio de um Grupo de Trabalho (GT) multiprofissional designado especificamente para esse fim, e que procedeu à seleção e análise do plano de trabalho, conforme os requisitos previstos em Edital, realizando um levantamento das práticas de auditoria em compras nos Tribunais brasileiros.

“Esse projeto é extremamente importante para o Controle Externo brasileiro, por apresentar uma nova metodologia a ser aplicada na análise dos processos de aquisições e compras públicas, promovendo um alinhamento com o previsto na Nova Lei de Licitações, e o mais importante de tudo está na entrega de serviços de qualidade para população brasileira”, ressaltou o Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB e Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes.

Para este momento inicial da prestação do serviço de assistência técnica, foram selecionados quatro Tribunais de Contas brasileiros que trabalharão em conjunto com o IRB, USTDA e a Decision Analysis Partners, empresa vencedora do processo seletivo.

Os Tribunais de Contas selecionados foram: Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP); Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE); Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES); e Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).





Desenvolvimento do Trabalho

A assistência técnica tem se desenvolvido a partir do trabalho de consultoria para avaliar e tecer recomendações sobre o custo-benefício das auditorias de desempenho nas compras públicas, com base na Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, melhorar a capacidade das equipes de auditoria dos Tribunais de Contas do Brasil, através de treinamentos e implementação do projeto piloto nas quatro Cortes de Contas selecionadas.



Os integrantes do Grupo de Trabalho (GT4) do CTESAP-IRB e os representantes dos Tribunais de Contas selecionados (Amapá, Ceará, Espírito Santo e Paraná) passaram a compor o "Comitê Projetos", ponto focal das atividades, enquanto os secretários ou diretores de controle externo das Cortes de Contas brasileiras e os representantes da Rede Integrar assumiram o papel do "Grupo Técnico de Apoio" ao serviço.

As atividades desenvolvidas no âmbito do serviço de assistência técnica foram sistematizadas nas seguintes ações: Revisão das Práticas de Auditoria de Aquisição e Reunião Inicial; Avaliação do Beneficiário; Recomendações de Modernização da Auditoria de Aquisições; Implantação das Recomendações de Modernização da Auditoria de Aquisições; Programa de Treinamento de Modernização da Auditoria de Aquisições; Relatório sobre Recomendações; e Avaliação do Impacto no Desenvolvimento.



Início dos trabalhos técnicos

Foi realizada em 16 de maio, no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), em Curitiba, a reunião de Kick Off que marca o início dos trabalhos relativos ao Termo de Acordo de Assistência Técnica firmado entre o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA).

O momento foi conduzido pelo Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB (CTESAP-IRB), Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP).



“Um aspecto importante deste trabalho é promover a discussão sobre a adoção da metodologia do melhor preço nas compras públicas, pois a administração pública no Brasil segue, em grande parte, fixada na metodologia do menor preço. Estamos atrasados e desperdiçando recursos”, pontuou o Conselheiro Reginaldo.

O Presidente da Corte de Contas paranaense, Conselheiro Fernando Guimarães, refletiu sobre a importância da iniciativa. “Há muito tempo venho dizendo que um dos grandes problemas da administração pública brasileira é o desperdício de recursos observado em compras públicas mal executadas. Por isso, me orgulha muito que o TCE-PR seja um dos quatro escolhidos para dar início a esse importante projeto-piloto”, concluiu.

O objetivo da parceria é analisar as auditorias realizadas pelos Tribunais de Contas brasileiros a respeito das compras públicas feitas pelos órgãos sob sua jurisdição. O acordo resultou na contratação da empresa norte-



americana Decision Analysis Partners, que prestará a assistência técnica necessária para a execução dos trabalhos.



Nesta etapa inicial, as atividades serão realizadas na forma de um projeto-piloto, junto aos quatro Tribunais de Contas dos Estado previamente selecionados: Amapá (TCE-AP), Ceará (TCE-CE), Espírito Santo (TCE-ES) e Paraná (TCE-PR). A assistência técnica será desenvolvida a partir de um trabalho de consultoria voltado à avaliação e à emissão de recomendações a respeito do custo-benefício das auditorias de desempenho sobre compras públicas promovidas com base na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

A aplicação das novas técnicas será posteriormente ampliada, pelo IRB, aos demais Tribunais de Contas estaduais e municipais de todo o país.

Durante a reunião, o representante da empresa Decision Analysis Partners, Raymond Barber, apresentou os objetivos e expectativas do projeto, bem como seu cronograma, plano de trabalho, equipe técnica e avaliação de riscos, entre outras informações relevantes.



3.18 PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES

O Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas Brasil (ATRICON), o Conselho de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM) enviaram correspondência aos Presidentes dos Tribunais de Contas, destacando a importância da atuação dos órgãos de controle quanto ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). O documento ressalta as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na execução das ações.

O objetivo da orientação é estimular o acompanhamento e a fiscalização acerca das medidas efetivamente adotadas pelos Entes Federativos para que as campanhas de vacinação alcancem as metas previstas, a fim, inclusive, de se evitar a reintrodução de vírus já erradicados no Brasil. As entidades também recomendam que as Cortes de Contas divulguem, em seus próprios portais, redes sociais e outros espaços de comunicação, as campanhas de imunização, de forma a estimular a adesão da população à vacinação. A meta do PNI é chegar à imunização de 95% dessa faixa etária.

3.19 PARCERIA COM EDITORA FÓRUM

O Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), em cumprimento de agenda institucional, recebeu no dia 25 de agosto DE 2022, na sede do IRB em Brasília-DF, representantes da Editora Fórum.





Durante a reunião, que contou com a presença do Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP) e Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública (CTESAP) do IRB, Reginaldo Parnow Ennes, os representantes da Editora Fórum, Luis Claudio e Marina Tavares, reforçaram a importância da parceria com o IRB para o fomento e disseminação do conhecimento técnico-científico nas áreas de atuação dos Tribunais de Contas.

3.20. ADESÃO DO TCU ÀS NBASP

As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público têm como objetivo promover uma auditoria independente e eficaz e apoiar os Tribunais de Contas no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, em benefício da sociedade.

A utilização de padrões de auditoria, reconhecidos internacionalmente fortalece institucionalmente os Tribunais de Contas e constitui importante instrumento de melhoria do controle e da gestão pública brasileira.

As NBASP foram elaboradas seguindo um devido processo, que abrangeu a elaboração de propostas de minutas pelo Subcomitê de Normas de Auditoria do IRB, constituído por servidores do TCU e de outros tribunais de contas, assim como consulta pública a todos os Tribunais de Contas brasileiros e aprovação pela Assembleia do IRB.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aderiu formalmente às Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público (NBASP) editadas e publicadas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB). A adesão foi efetivada por meio da Portaria TCU nº196, publicada no dia 27 de dezembro de 2022, assinada pelo então Vice-Presidente da Corte de Contas federal, no exercício da presidência, Ministro Bruno Dantas.

As Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público (NBASP) são traduções dos Pronunciamentos Profissionais da Organização das Instituições Superiores de Controle (INTOSAI), trabalho conduzido pelo Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público do IRB, presidido pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), Inaldo da Paixão Santos Araújo.

A adesão às NBASPs confere às Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT) maior agilidade, flexibilidade e atualização junto aos pronunciamentos da INTOSAI, cuja presidência está sendo exercida pelo TCU desde novembro de 2022.



Representantes do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Tribunal de Contas da União (TCU) reuniram-se em 25 de outubro de 2023 em Brasília-DF, para tratarem acerca da conclusão dos trabalhos de tradução e revisão de normas e manuais de auditoria que serão lançados durante a programação do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), em Fortaleza-CE, como parte das ações comemorativas aos 50 anos do IRB.

A reunião foi conduzida pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) e Vice-Presidente de Auditoria do IRB, Inaldo da Paixão Araújo, que também preside o Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público do IRB, responsável por fomentar as discussões referentes às Normas Internacionais de Auditoria, com a finalidade de traduzi-las e publicá-las no formato de Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP.

O Coordenador-Geral do IRB, Juraci Muniz Junior, e o Coordenador do Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público, José Raimundo Bastos, também estiveram presentes na reunião.

O Tribunal de Contas da União esteve representado durante a reunião pelos Auditores Federais de Controle Externo Renata Carvalho, Marcelo Eira e Salvatore Palumbo.



Na oportunidade, foi definido o cronograma de ações para conclusão dos trabalhos de tradução e revisão de normas e manuais de auditoria, com a previsão de lançamento das traduções dos Manuais da IDI – Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai.

Destacou-se, ainda, que estão em fase final de revisão e diagramação os Manuais de Auditoria de Conformidade, Auditoria Operacional e Auditoria Financeira.

Por fim, deliberou-se como prioridade para as próximas traduções e publicações as NBASP 200 e 2000, que tratam de Auditoria Financeira.



O acesso às Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público (NBASP) pode ser realizado no site do IRB, por meio do link: <https://nbasp.irbcontas.org.br/>.

3.21 IBRAOP

O Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, recebeu, no dia 13 de janeiro de 2023, na sede do IRB em Brasília-DF, a Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), Adriana Portugal, Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF).

Estabelecer estratégias de ações em conjunto, foi o tema central da reunião, onde a Presidente do Ibraop apresentou os projetos que estão sendo desenvolvidos pelo Instituto, com o objetivo de construir um plano de ações que favoreça o apoio e a participação do IRB.

Na oportunidade, Adriana Portugal parabenizou o Conselheiro Edilberto Pontes por sua atuação à frente do Instituto Rui Barbosa, destacando a oferta do curso de “MBA em PPP e Concessões”, em parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e a assinatura do acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

“Eu fico muito feliz em saber que o IRB, na pessoa do seu presidente, Conselheiro Edilberto Pontes, tem sido nosso parceiro e que podemos trabalhar juntos para melhorar o controle externo, em especial na área das obras públicas”, ressaltou a Presidente do Ibraop.

O importante papel exercido pelo Ibraop na área de obras públicas foi destacado pelo Presidente do IRB, que classificou a parceria entre as instituições como estratégica. “O Ibraop exerce um papel importante na área de obras públicas. O Instituto Rui Barbosa pretende criar um Comitê de Obras Públicas, sendo essa parceria estratégica, dado o acúmulo de experiências do Ibraop nesse campo tão relevante”, concluiu o Conselheiro Edilberto Pontes.

3.22 DIRETORIA DA ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS DO TCU RECEBE VISITA INSTITUCIONAL DO PRESIDENTE DO IRB

No dia 18 de janeiro de 2023, o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, em cumprimento de agenda institucional, realizou visita ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC), a escola superior de contas



do Tribunal de Contas da União (TCU). Na oportunidade, o Presidente do IRB foi recepcionado pelo Diretor-Geral do ISC, Adriano Amorim, acompanhado da Diretora de Relações Institucionais, Flávia Lacerda.

A visita foi realizada com o objetivo de reconhecer e agradecer a parceria do Instituto Serzedello Corrêa pela disponibilização de seu espaço físico e apoio operacional, durante a realização de cursos e eventos promovidos pelo IRB; além de reafirmar e fortalecer os laços institucionais, visando ao aperfeiçoamento das atividades de controle externo desenvolvidas pelos Tribunais de Contas brasileiros, por meio de ações educacionais e aprimoramento profissional.



O Instituto Serzedello Corrêa (ISC) é a Escola Superior do TCU. Sua atuação alia Educação, Informação, Inovação e Cultura para a construção de conhecimentos que possam apoiar a atuação do controle externo e o aprimoramento da Administração Pública em benefício da sociedade. Para isso, o Instituto atua internamente na capacitação e especialização do corpo técnico do TCU, bem como em ações para o público externo que possam contribuir para a efetividade do controle e a promoção da cidadania.

Conheça mais sobre as ações do ISC-TCU em: <https://portal.tcu.gov.br/instituto-serzedello-correa/>.

3.23 ACORDO ENTRE IRB E O FIBE





Na tarde de 27 de janeiro de 2023, em Lisboa – Portugal, o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes e o Presidente do Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE), Vitalino Canas, acompanhado do Vice-Presidente, José Roberto Afonso, assinaram Acordo de Cooperação Técnica objetivando a realização conjunta de ações que promovam e fortaleçam as relações internacionais, em especial entre Brasil e Europa, a partir de iniciativas de natureza cultural, social, científica e econômica.

Entre as ações previstas no acordo, está a realização de congressos, seminários, intercâmbios e estudos relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento das atividades de Controle Externo, bem como o fomento e suporte para pesquisas científicas e acadêmicas sobre o desenvolvimento econômico, social e institucional dos países englobados no acordo.

O acordo assinado entre o IRB e o FIBE dispõe, ainda, sobre a efetiva participação das Instituições na agenda global da inovação, sustentabilidade ambiental e governança, com foco nas ações educacionais continuadas.

Considerando as modernas legislações que tratam acerca da probidade, ética e governança na Administração Pública, o acordo apresenta uma cláusula exclusiva sobre a política anticorrupção, em atendimento à Lei 12.846/2013 e suas regulamentações, e o United States Foreign Corrupt Practices (FCPA), de 1977.

O momento de assinatura do acordo foi prestigiado pelo Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Consultivo do FIBE e pelos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Brasil:

- Conselheiro Inaldo da Paixão, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) e Vice-Presidente de Auditoria do IRB;
- Conselheiro Severiano Costandrade, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) e Membro da Diretoria do IRB;
- Conselheiro Mário de Mello, Coordenador-Geral da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) e Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional do IRB;
- Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP) e Presidente do Comitê Técnico de Estudo e Sistematização da Administração Pública do IRB;
- Conselheiro Ernesto Sabóia, Diretor-Presidente do Instituto Escola



- Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo e Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE);
- Conselheiro Durval Ângelo, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG);
 - Conselheiro Ari Jorge Moutinho, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM);e
 - Conselheiro Bismarck Dias de Azevedo, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR).

3.24 ACORDO ENTRE IRB E FGV EAESP

No dia 27 de abril de 2023, o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes e o Diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) Professor Luiz Artur Ledur Brito, assinaram Acordo de Cooperação entre as instituições para promoção de ações que viabilizem o intercâmbio do conhecimento e a cooperação mútua didático-científico e cultural.



A Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP), será a responsável por representar a Fundação na operacionalização dos termos constantes do Acordo em parceria com o IRB.

Compõe o documento do Acordo, Plano de Trabalho que norteará a realização de estudo com foco na temática sobre Controle da Administração Pública, com o objetivo de construir um programa de integridade e boas práticas para ser aplicado no âmbito dos Tribunais de Contas.



O momento foi prestigiado pelos Conselheiros Membros da Diretoria do IRB: Ivan Bonilha (TCE-PR), Vice-Presidente de Relações Institucionais; Mário de Mello TCE-AM), Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional; Inaldo da Paixão (TCE-BA), Vice-Presidente de Auditoria e Presidente do Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público; Reginaldo Ennes (TCE-AP), Presidente do Comitê Técnico de Estudo e Sistematização da Administração Pública; e Cristiana de Castro Moraes (TCE-SP), Vice-Presidente de Desenvolvimento de Políticas Públicas e Presidente do Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública.



O Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), Conselheiro Eduardo Tuma, que também preside o Comitê Técnico de Inovação, Transição Digital de Governos e Avaliação de Políticas Públicas; e o Diretor da Escola de Contas do TCM-SP, Conselheiro João Antônio da Silva Filho, estiveram presentes na solenidade.

Participaram, também, a equipe de professores que atuam na coordenação dos cursos de pós-graduação da FGV EAESP.



3.25 IRB, ATRICON e GAEPE

Em junho de 2023, o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) assinam a Nota Pública Conjunta defendendo que a Câmara dos Deputados acolha as alterações promovidas pelo Senado Federal, mantendo-se, assim, a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como exceção ao limite de gastos determinado pelo arcabouço fiscal, previsto no Projeto de Lei Complementar nº 93/2023.

As entidades afirmam, no posicionamento, que a inclusão dos recursos no marco fiscal pode ser interpretada como retrocesso, notadamente diante do delicado contexto em que a educação ficou inserida após os últimos anos, agravado pela pandemia de Covid-19. O documento reafirma o conteúdo da Nota Pública Conjunta, publicada quando a matéria tramitou na Câmara dos Deputados inicialmente.

A regulamentação do Fundeb foi aprovada pelo Congresso em 2020. O Fundo, que financia a educação básica pública, é composto por 20% da receita de oito impostos estaduais e municipais e valores transferidos de impostos federais. A previsão, a partir da regulamentação, é de que até 2026, o governo federal aumente a complementação a cada ano, começando com 12% do montante até atingir 23%. O texto proposto na nova regra fiscal, contudo, altera essas garantias.

3.26 SNT, ATRICON E IRB

O Vice-Presidente de Auditoria do Instituto Rui Barbosa (IRB), Presidente do Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público e Membro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), Conselheiro Inaldo da Paixão, realizou, no dia 21 de março, a abertura do "2º Treinamento em Práticas de Auditoria Financeira: conformidade com as IPSAS/MCASP/MDF". A capacitação é realizada com o intuito de construir, no âmbito dos Tribunais de Contas, mecanismos de enforcement para a efetiva aplicação das normas contábeis e fiscais.

Para o alcance desse objetivo, o curso será ofertado na modalidade virtual, no período de 21 de março a 06 de junho de 2023, com carga horária de 48 horas-aula, destinado aos servidores dos Tribunais de Contas que atuam diretamente com as atividades de controle externo das contas das entidades da administração pública.



Durante o treinamento serão trabalhados meios para que as Cortes de Contas executem auditoria financeira baseadas nos Pronunciamentos Profissionais da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (IFPP/INTOSAI) e nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), destinada à verificação dos procedimentos normatizados pelas International Public Sector Accounting (IPSAS), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

A ação faz parte do projeto Fortalecendo a Gestão das Finanças Públicas no Brasil e do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com o apoio do Banco Mundial.

3.27 TCM-SP e IRB

A parceria objetiva a realização da capacitação técnica na temática da NLLC e conta ainda com o apoio dos Tribunais de Contas dos Estados do Amapá (TCE-AP), do Maranhão (TCE-MA) e de Minas Gerais (TCE-MG); Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO); Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF); e as Escolas de Contas dos Tribunais de Contas do Estado do Maranhão (ESCEX) e do Distrito Federal (ESCON).

"Descomplicando as Licitações: oportunidades e práticas da Nova Lei de Contratações Públicas" foi o tema do aulão promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), no dia 29 de junho de 2023, na sede do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Escola de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília-DF; com transmissão simultânea pelo canal do IRB, no YouTube.

A capacitação foi ministrada pelos Professores Doutores Alessandra Sales, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP); Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo, da Universidade de São Paulo (USP); e Márcia Walquiria Santos, da Universidade Estadual Paulista (UNESP).



Com metodologia interativa, os discentes conduziram a aula abordando temas como: mecanismos extrajudiciais de solução de controvérsias nas licitações; tecnologia e inovação na NLLC; novidades em destaque da Lei 14.133/21; e o dia a dia dos agentes e gestores públicos: atenção, alertas e cuidados da licitação à contratação pública.

Intercalando os blocos de conteúdos ministrados pelos professores, os alunos presentes presencialmente e os que acompanharam o momento de forma virtual, participaram de dinâmicas onde foram sorteadas diversas obras técnico-científicas sobre o tema central do aulão.

4 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

4.1 AÇÕES DOS COMITÊS TÉCNICOS

4.1.1 COMITÊ TÉCNICO DAS CORREGEDORIAS, OUVIDORIAS E CONTROLES INTERNO E SOCIAL

O Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa é presidido pelo Conselheiro Antônio Gilberto de Oliveira Jales, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, e coordenado pela servidora Teresa Cristina Dias Diógenes, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

O Comitê tem como objetivo principal estudar e pesquisar os métodos e procedimentos de controles, externo e interno, para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades de controle nas áreas das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, referenciando as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público - NBASP e os Indicadores de acompanhamento de políticas públicas (IEGM, IEGE) sempre que possível. Além disso, o Comitê visa incentivar e publicar obras e trabalhos técnicos acerca de controle nas áreas das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, bem como auxiliar o IRB na assistência técnica aos Tribunais de Contas acerca das atividades de controle nas áreas das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social. Outra finalidade precípua do Comitê é a sugestão de padrões para implantação das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público para a área das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, e ainda auxiliar o IRB no desenvolvimento das ações do Planejamento Estratégico.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- OUVIDORIA DAY



Para celebrar o Dia do Ouvidor, em 16 de março, foi realizado o evento nacional Ouvidoria Day, com apoio do Instituto Rui Barbosa, (IRB) por meio do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social. Este evento faz parte do calendário do IRB pelas celebrações do Dia do Ouvidor.

A ação conjunta foi organizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, TCE-RN e demais Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil.

O encontro foi na modalidade virtual com transmissão ao vivo pelos canais do TCE-RN.

Em sua fala de abertura, o presidente do IRB, conselheiro do TCE-CE, Edilberto Pontes destacou pontos da ordem do dia, como o equilíbrio “entre dois valores: o da necessidade da transparência e de outro lado o da proteção e privacidade dos dados pessoais que precisam ser compatibilizados”.

Suas observações serviram como preâmbulo para a Palestra Magna: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a sua aplicação na Administração Pública: desafios e perspectivas, ministrado por Adriana Carla Silva de Oliveira, pós-doutora em Direito e Doutora em Ciência da Informação.



- REGULAMENTAÇÃO DOS CONSELHOS DE USUÁRIOS NO ÂMBITOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS



Nos dias 21 e 22 de julho, o Grupo de Trabalho do Comitê Técnico de Ouvidorias, Corregedorias e Controle Social do IRB, se reuniu em Vitória – ES para cumprir a sua agenda de trabalho.

Durante estes dois dias, no período das 8h às 18 horas, os servidores que compõem o grupo estão apresentando resultados de estudos feitos, bem como estão expondo e discutindo propostas de textos normativos.

O grupo de trabalho do Comitê tem como objetivo apresentar proposição de um modelo de regulamentação dos Conselhos de Usuários no âmbito dos Tribunais de Contas. O Conselho dos Usuários encontra respaldo na Lei nº 13.460 de 2017 que trata da participação, proteção e defesa dos usuários dos serviços públicos.

Todo o material produzido está sendo revisado pelos membros do Grupo de trabalho composto por servidores das Ouvidorias dos TCEs: TCE-PR, TCE-ES, TCE-MT, TCE-PA, TCE-RS, TCE-RO.

Como resultado das reuniões do grupo, o trabalho desenvolvido foi consolidado e apresentado aos Conselheiros Gilberto Jales, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e Presidente do Comitê Técnico, e Antônio Joaquim, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Mato



Grosso (TCE-MT) e Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho. O documento apresentado foi aprovado e deliberado para entrega durante o Encontro Nacional de Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCO 2022.

- ENCONTRO NACIONAL DAS CORREGEDORIAS E OUVIDORIAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ENCO/2022

Nos dias 19, 20 e 21 de setembro, no auditório Vivaldi Moreira, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), foi realizado o Encontro Nacional das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCO 2022, uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, presidido pelo Conselheiro Gilberto de Oliveira Jales, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN).

O Encontro, que é realizado desde 2018, tem por objetivo fomentar e disseminar o conhecimento na área de Controle Externo e Controle Social, promovendo o compartilhamento de ideias, informações e experiências, na busca pelo aprimoramento e fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do país e, com isso, a melhoria crescente e contínua dos resultados efetivos das instituições.

ENCO – Edição 2022

As atividades da edição, deste ano, do Encontro Nacional das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCO tiveram início, com a realização de duas reuniões técnicas, direcionadas aos membros e servidores das corregedorias e ouvidorias dos Tribunais de Contas, e uma reunião com os integrantes do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, do IRB.

Nas reuniões, que foram conduzidas pelo Conselheiro Gilberto Jales, discutiu-se acerca da utilização da inteligência artificial (IA) para melhoria dos serviços prestados pelas ouvidorias e corregedorias dos Tribunais de Contas brasileiros. Outros temas foram abordados durante as reuniões técnicas, entre eles a difusão da cartilha de combate ao assédio moral e sexual dentro dos Tribunais, bem como a integração das temáticas de controle interno dos tribunais na discussão, inter-relacionada com a atividade de corregedoria. Também foi definido a elaboração de planos de correção anual, baseados em mapeamento de riscos, além da aproximação das ouvidorias dos Tribunais de Contas com a população, através de estratégias de comunicação, como forma de tornar mais efetivo o controle social.



Cerimônia de Abertura

A cerimônia oficial de abertura do ENCO 2022 foi realizada na manhã do dia 20 de setembro, com a composição da mesa de honra, integrada pelas seguintes autoridades: Conselheiro Wanderley Ávila, Ouvidor do TCE-MG, representando o Presidente da Corte de Contas mineira, Conselheiro Mauri José Torres; Conselheiro Durval Ângelo, Corregedor do TCE-MG; Conselheiro Cláudio Couto Terrão, Diretor da Vice-Presidência de Relações Jurídico-institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), representando o Presidente da ATRICON, Conselheiro Cezar Miola; Conselheiro Gilberto Jales, Presidente do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do IRB; e o Conselheiro Sebastião Helvecio, Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, representando o Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do Instituto.

O “Manual de Orientações Técnicas para a Criação do Conselho de Usuários nos Tribunais de Contas” foi lançado na terça-feira (20), durante o segundo dia do Encontro Nacional das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas (ENCO). O manual foi apresentado pelo presidente do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Gilberto Jales.

Editado pelo IRB, o material conta com 92 páginas, divididas em 11 capítulos, que explicam todas as etapas de instituição dos conselhos de usuários, que têm o objetivo de acompanhar a prestação dos serviços, avaliá-los e propor as melhorias necessárias.

Segundo o manual, “o Conselho deve ser visto como um colegiado de entidades representativas da comunidade usuária dos serviços dos tribunais de contas, ou seja, mais um importante canal de participação popular”.

O material foi distribuído aos participantes do ENCO, que poderão compartilhar as ideias em seus respectivos Tribunais, com a recomendação de que sejam instalados os conselhos. O conselheiro Gilberto Jales garantiu que o manual também será encaminhado oficialmente aos presidentes dos Tribunais de Contas brasileiros e também será publicado no portal do IRB.

- IRB DIVULGA AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS



Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- REUNIÕES TÉCNICAS PRESENCIAIS

a) Pauta de fevereiro: apresentação dos novos integrantes – composição 2023 e exposição de alguns produtos entregues pelo Comitê; Plano de ações e diretrizes para o ano de 2023; Ouvidoria Day 2023; Grupos de Trabalhos do Comitê; Dia Nacional da Ética – Corregedoria Day 2023; Banco de Boas Práticas; ENCCO 2023; ações Integradas com Comitê Técnico de Gestão de Pessoas; e apresentação de ações sobre Controle Interno.

As principais deliberações destacadas foram: O levantamento dos oito grupos temáticos e a coleta dos nomes dos integrantes do comitê que se interessaram em compor. Estes dados foram encaminhados à coordenação do Comitê a fim de que fossem submetidos ao Instituto Rui Barbosa para fins de expedição de portaria de nomeação. Os produtos oriundos dos grupos de trabalho serão divulgados no ENCCO 2023. Na oportunidade houve a definição a respeito do local e data do referido evento.

b) Pauta de setembro: ENCCO 2023.

As principais deliberações se situaram nos temas: ações de 2023; Portaria de Composição do Comitê; Portaria dos GT's; ENCCO 2024 e Planejamento para 2024.

c) Pauta de novembro: III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas

As temáticas abordadas foram: Portaria de Composição do Comitê: definição dos novos integrantes e/ou exclusão para atualização da Portaria; composição dos GTs - Integrantes e Coordenadores: discussão sobre os grupos de trabalho, seus integrantes e líderes; ENCCO 2024 - Sergipe: Discussão sobre as expectativas e preparativos para o ENCCO 2024 e Plano de Ações para 2024: Planejamento das atividades e objetivos a serem alcançados no próximo ano.

- CRIAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO

a) GT Corregedorias - Proposição do Dia do Corregedor

- Atribuição/Objetivo: Instituir o Dia do Corregedor

- Produtos Desenvolvidos: Projeto de Lei

b) GT Corregedorias - Atuação preventiva no tempo de tramitação dos processos de controle externo



- Atribuição/Objetivo: Apresentar boas práticas no controle e acompanhamento dos prazos dos processos de controle externo; Divulgar as estratégias e mecanismos adotados para agilizar o tempo de tramitação dos processos; Apresentar resultado do diagnóstico das Corregedorias na atuação preventiva no controle de prazos e estoque de processos.

- Produtos Desenvolvidos: Cartilha

c) GT Ouvidorias - Planejamento e execução de ações de sensibilização

d) GT Ouvidorias - Cartilha sobre Impactos da LGPD x LAI nas atividades da Ouvidoria

- Atribuição/Objetivo: Objetivo do grupo é que todos os colaboradores, em especial das Ouvidorias, possam desenvolver as suas atividades em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, e contribuir diariamente com as atividades dos Tribunais.

- Produtos Desenvolvidos: material orientativo

e) GT Controle Social - Tratamento das denúncias no âmbito dos Tribunais de Contas

f) GT Ouvidorias/Corregedorias/Controles Internos - Monitoramento de Desempenho - MMD/QATC

- Atribuição/Objetivo: Monitorar o desempenho das unidades de Ouvidorias, Corregedorias e

- Controles Internos quanto ao atendimento dos critérios de avaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas MMD TC.

- Produtos Desenvolvidos: Apresentação de Diagnóstico das Corregedorias.

g) GT Controles Internos Diagnóstico dos Controles Internos dos TCs

- Produtos Desenvolvidos: Diagnóstico do Sistema de Controle Interno dos Tribunais de Contas.

h) GT Controles Internos Evento em comemoração ao controle interno – auditoria interna



i) GT PL nº 3080/2022

- Atribuição/Objetivo: Grupo de Trabalho para propor sugestões de melhorias ao PL nº 3080/2022 que regulamenta o sistema de controle interno dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios previsto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

- EVENTOS

a) ENCCO 2023 – Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas



Com tema central “Ética, Participação e Controle”, foi aberto na noite da do dia 11 de setembro, o Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil – ENCCO 2023, no auditório do Praiamar Hotel, em Natal, reunindo em torno de 300 participantes das 33 Cortes de Contas do país e entidades do Sistema dos Tribunais de Contas.

O evento foi promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), com apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).



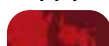
“Daqui sairão cartas de compromissos, notas técnicas, cartilhas que vão subsidiar o trabalho dos Tribunais de Contas”, enfatizou o Presidente da Corte de Contas potiguar, Conselheiro Gilberto Jales, na abertura do ENCCO 2023, lembrando que os temas abordados no evento integram um rol de questões debatidas na contemporaneidade. “É fundamental que as instituições entreguem à sociedade aquilo a que se propõem. É preciso ter coragem de debater estes assuntos com clareza”, enfatizou.

A solenidade de abertura foi marcada ainda pela assinatura de um termo de acordo de cooperação técnica com a Presidência da República, que ocorre por meio da Comissão de Ética Pública, para a promoção de ações integradas, de apoio mútuo e intercâmbio de experiência, informações, tecnologias e metodologias relacionadas à gestão da ética no serviço público.

O termo foi assinado pelo Presidente da Comissão de Ética Pública, Edson Leonardo Dalescio Sá Teles, e os Conselheiros Edilson de Sousa Silva, representando a Atricon; Ivan Lelis Bonilha, representando o Instituto Rui Barbosa; e o Presidente do TCE-RN, Gilberto Jales. O Tribunal potiguar é o primeiro a assinar a adesão ao referido termo.



A mesa de abertura dos trabalhos, além do anfitrião, Conselheiro Gilberto Jales e dos Conselheiros potiguares, foi composta ainda pelas seguintes autoridades: Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, Vice-Presidente de Relações



Institucionais do Instituto Rui Barbosa; Controladora-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, Luciana Daltro de Castro Pádua; Conselheiro Substituto Antonio Ed de Souza Santana, representando a Audicon; Procurador João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello, presidente da Ampcon; Rodrigo Fontenelle, Presidente do CONACI; e o Deputado Estadual Luiz Eduardo Silva, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN).

A programação foi encerrada com apresentação do poeta Antônio Francisco. Natural de Mossoró, ele é reconhecido como uma das melhores revelações da poesia popular no formato de cordéis. Atualmente ocupa a cadeira de número 15 da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, cujo patrono é o poeta cearense Patativa do Assaré. No momento, para surpresa de todos os presentes, foi acompanhado pelo seu neto, Segundo Neto, que, com maestria, recitou um dos versos do avô.

b) Encontro Nacional da Ética – Curitiba/PR

O Corregedoria Day, em celebração ao Dia Nacional da Ética, é sediado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e transmitido, pelo YouTube, para os membros e servidores dos demais TCs brasileiros.

O evento, que tem o objetivo de sensibilizar o público interno dos TCs quanto à importância de se prevenir e combater todas as formas de assédio - moral, sexual, racial e de gênero - em suas esferas de atuação, é realizado em parceria entre a Escola de Gestão Pública (EGP) do TCE-PR e o Instituto Rui Barbosa (IRB), entidade de capacitação do Sistema Tribunais de Contas.

• PUBLICAÇÕES

a) Diagnóstico do Sistema de Controle Interno dos Tribunais de Contas - Material apresentado no ENCCO 2023 e enviado para ser inserido no site do IRB;

b) Diretrizes para Consolidação de Ouvidorias Públicas à Luz do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público;

Disponível em: <https://irbcontas.org.br/comites/comite-tecnico-das-corregedorias-ouvidorias-e-controles-interno-e-social/#168-3526-wpfd-nota-tecnica>;

c) Construção de Planos Anuais de Correição Baseados em Risco - Material apresentado no ENCCO 2023;



d) Diagnóstico das Corregedorias dos Tribunais de Contas;

Disponível em: <https://irbcontas.org.br/comites/comite-tecnico-das-corregedorias-ouvidorias-e-controles-interno-e-social/#168-3528-wpfd-diagnostico>.

e) A LGPD e a LAI nas atividades de Ouvidorias

Disponível em: <https://irbcontas.org.br/comites/comite-tecnico-das-corregedorias-ouvidorias-e-controles-interno-e-social/#168-2762-wpfd-diversos-bienio-2022-2023-corregedorias-ouvidorias-e-controles-interno-e-social>.

- RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

a) Realização do ENCCO 2023

Instituições Envolvidas: CNPTC, ATRICON, ABRACOM, AMPCON, AUDICON e CONACI.

- INICIATIVAS DO COMITÊ

a) Ouvidoria Day

Objetivo Estratégico: Promover e Fomentar a realização do Ouvidoria Day junto às Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil

Descrição: Ações como cursos, seminários, palestras, campanhas e afins integraram o rol das atividades desenvolvidas pelos Tribunais, sob à coordenação de suas respectivas Ouvidorias e tendo como público-alvo os órgãos jurisdicionados, o corpo de servidores internos e a sociedade em geral.

b) Dia Nacional da Ética

Objetivo Estratégico: Promover e Fomentar a realização do Dia Nacional da Ética junto às Corregedorias dos Tribunais de Contas do Brasil (02 de maio). Tendo como objetivo disseminar os princípios, deveres e vedações previstos no Código de Ética dos Servidores do TCE-RN e no Regime Jurídico Único – LC 122/1994.

Descrição: Em alusão ao Dia Nacional da Ética, celebrado em 2 de maio, o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e a sua Escola de Gestão Pública (EGP), realizaram o evento nacional “Ética Sim, Assédio Não”.



Na ocasião, diversos Tribunais, sob coordenação de suas Corregedorias, realizaram ações em alusão ao Dia Nacional da Ética.

c) Divulgação de Cartilhas

Objetivo Estratégico: Busca consolidar e disseminar, em âmbito institucional, boas práticas, informativos, melhores formas de realizar determinada tarefa, com vistas à disponibilização ampla e servindo como referência para os Tribunais de Contas.

Descrição: Promover ações de divulgação das Cartilhas já produzidas pelo Comitê, tanto de Corregedorias como de Ouvidorias, junto aos Tribunais de Contas do Brasil.

- OUTRAS ATIVIDADES DO COMITÊ

a) Promoção de ações de integração com demais Comitês do IRB para discussão de temas transversais;

b) Realização de reuniões com o objetivo de integração dos representantes dos Controles Internos dos Tribunais de Contas e levantamento de temas e proposta de ações;

c) Apresentação da servidora Patrícia Marques, do TCE/RJ, sobre o tema "O Papel da Auditoria Interna no Sistema de Controle Interno", com exposição de propostas para atuação do Comitê na área de Controle Interno dos Tribunais de Contas.

4.1.2 COMITÊ TÉCNICO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

O Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional do Instituto Rui Barbosa é responsável pela coordenação da Rede de Escolas de Contas - REDUCONTAS, sendo presidido pela Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, e coordenado pela auditora Maria Valéria Santos Leal do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- XIII ENCONTRO NACIONAL DOS TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DAS ESCOLAS DE CONTAS (EDUCONTAS)

Nos dias 01 e 02 de Setembro ocorreu o XIII Encontro Nacional dos Técnicos de Educação Profissional das Escolas de Contas (EDUCONTAS),



uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional, e que está sendo realizada em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL) e a Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça, em Maceió-AL, abordando a temática: "A atuação das Escolas de Contas na Era da Inovação".



A abertura oficial do evento teve início com a apresentação do coral Contas e Cantos, formado por 30 servidores do TCE-AL, que na oportunidade reproduziram as canções regionais daquele estado e da cultura nacional. Em seguida, foi composta a mesa de honra do evento com as seguintes autoridades: Conselheiro Fernando Ribeiro Toledo, Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas; Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do Instituto Rui Barbosa; Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, Diretor-Geral da Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça; a Conselheira Lilian de Almeida Veloso, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional do IRB e o Diretor Técnico da Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça, José Marçal Aranha Falcão Filho.

"É muito importante esse XIII EDUCONTAS, que já se incorporou à agenda dos Tribunais de Contas brasileiros. As escolas de contas têm um papel decisivo, um papel-chave, na missão de tornar os Tribunais de Contas mais orientadores, não só para os seus técnicos, como para seus jurisdicionados e sociedade", assim considerou o Conselheiro Edilberto Pontes, durante sua fala, a importância do evento.

Na oportunidade, o Presidente do IRB realizou o lançamento oficial do I Prêmio IRB de Monografia, que apresenta como tema central "Os desafios para as Instituições Públicas no mundo digital".



Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

• REUNIÕES TÉCNICAS

a) Pauta de janeiro (reunião online): Discutir sobre as principais ideias para elaboração dos Planos de Ação para o ano de 2023, alinhados ao Planejamento Estratégico do IRB.

b) Pauta de fevereiro (reunião online): Resumo das ações do Comitê no ano de 2022; Aprovação dos Planos de Ação para 2023; decidir sobre a viabilidade de Reunião Técnica do Comitê durante o Congresso Internacional de Políticas Públicas em Salvador/BA.

As principais deliberações se situaram na aprovação dos Planos de Ação 1, 2, 3 e 4 com suas respectivas equipes e coordenadores;

- Plano de Ação 1 – Aprimoramento do banco de talentos;
- Plano de Ação 2 – Alinhamento com o Comitê de Gestão de Pessoas as ações de capacitação no desenvolvimento das competências; Capacitação das Escolas de Contas e XIV Educontas;
- Plano de Ação 3 – Alinhamento com o Comitê de Gestão de Auditoria ações de capacitação das NBASPs;
- Plano de Ação 4 – Aperfeiçoamento do portal de capacitação do IRB.

c) Pauta de março (reunião online): Andamento dos Planos de Ação 2023 e Cronograma das ações futuras do Comitê, com destaque no(a):

- Duas oficinas, no formato presencial, tendo como público-alvo, os servidores das Escolas de Contas. No primeiro semestre de 2023, Planejamento de Cursos e Aulas, em Brasília/DF e no segundo semestre, Metodologias Ativas, como parte da programação do XIV EDUCONTAS, em Fortaleza/CE;
- Levantamento de quais as Escolas possuem o seu banco de talentos e aproveitar essas experiências para aprimorar o Banco de Talentos do IRB;
- Programa de capacitação ou formação de liderança para os Tribunais, em conjunto com o Comitê de Gestão de Pessoas;



- XIV EDUCONTAS;
- Melhorias no sistema de busca, formas de acesso e ampliação da divulgação no site do IRB.

d) Pauta de abril (reunião online): Ações para aprimorar o Portal de Conhecimento do IRB, com destaque no(a):

- Melhoria na estruturação do Portal IRB conhecimento;
- Criação de uma Curadoria;
- Reclassificação do rol de eixos temáticos das capacitações;
- Solicitação da colaboração de todas as Escolas no sentido de incluir as suas ações de capacitação no Portal, bem como, divulgar perante a sociedade;
- Dar destaque a algumas capacitações que estão na ordem do dia;
- Criação de um banner padrão para constar nos Portais das Escolas de Contas, levando direto para o Portal do IRB;
- Nas divulgações dos novos cursos, marcar o IRB para publicizar mais as ações;
- Melhoria na usabilidade do Portal, criando novos filtros (tipo de curso, temporalidade etc), bem como, aplicando mais de um filtro ao mesmo tempo;
- Criação de trilhas de aprendizagem;
- Designação do Subgrupo Plano de Ação 4 – Portal de Capacitação do IRB como um elo de ligação entre as Escolas e o IRB, com vistas a aprimorar o portal de conhecimento;
- Informes gerais relativos ao XIV EDUCONTAS e a Reunião Presencial do Comitê em maio;
- Andamento dos Planos de Ação de 2023.

d) Pauta de abril (segunda reunião online): Ações para aprimorar o Portal de Conhecimento do IRB, com destaque no(a):

- Levantamento com o objetivo de extrair informações sobre a existência ou não de Banco de Talentos nas Escolas de Contas. A



partir desse diagnóstico pretende-se aproveitar as experiências dos Tribunais para aprimorar o Banco de Talentos do IRB.

- Levantamento junto às Escolas de Contas e os Departamentos de Gestão de Pessoas dos TC's, sobre as Competências de Lideranças. A partir desse resultado, os subgrupos dos dois comitês atuarão conjuntamente, trabalhando nas competências, com base no Programa de Desenvolvimento de Lideranças no setor Público para Estados e Municípios, elaborado pela ENAP. O link do formulário foi disponibilizado no chat da reunião para que seja divulgado junto aos setores de Gestão de Pessoas dos TC's e as Escolas de Contas e todos respondam com a maior brevidade possível.
- Oficina sobre "Plano de Ensino-Aprendizagem de Disciplinas e Cursos", dia 24/05 no ISC, em Brasília/DF, com o objetivo de conferir habilidade técnica em planejamento de ensino-aprendizagem e em organização de cursos e de aulas que sejam considerados necessários ao atendimento da gestão pública educacional das Escolas de Contas, no atendimento das demandas sinalizadas pelos cidadãos, pelos jurisdicionados e pelo próprio público interno dos Tribunais de Contas. Será enviado em breve, um ofício a todos os Tribunais de Contas disponibilizando até 03 vagas por Escola.

e) Pauta de maio (reunião presencial): Planos de Ação 2023 (andamento dos trabalhos), Sugestões de melhorias do QATC 7 (Desenvolvimento Profissional) do MMD-TC 2024; Apresentação da proposta do XIV EDUCONTAS.





Na ocasião, foram deliberados sobre os seguintes assuntos:

- Plano de Ação 2 - Capacitação das Escolas está em execução com a realização da oficina "Plano de ensino-aprendizagem de disciplinas e cursos, no dia 24/05/2023, em Brasília/DF.
- Levantamento junto às Escolas de Contas para saber quais delas possuem um Banco de Talentos. Com base nas respostas ao questionário, apenas três Tribunais possuem, são eles: TCU, TCE/BA e TCE/RS.
- A partir de um levantamento feito pelo Comitê de Gestão de Pessoas sobre as Competências de Lideranças, os subgrupos dos dois Comitês, estão atuando conjuntamente, trabalhando nas Competências, com base no Programa da ENAP. No dia 29/05, acontecerá uma reunião virtual, para consolidar o Mapa de Competências da Trajetória de Liderança e Gestão, elaborada pelos dois comitês.
- Será disponibilizado, no grupo de whatsapp deste Comitê, link de uma planilha no google drive para que todos os membros possam contribuir com as suas sugestões de melhorias do QATC 7 (Desenvolvimento Profissional). As contribuições do Comitê serão remetidas a ATRICON com o intuito de aprimorar o MMD-TC 2024;
- XIV EDUCONTAS terá como tema central "As Escolas de Contas no novo cenário da Inteligência Artificial" e será realizado em Fortaleza/CE, no dia 28/11/2023.
- Realização de Mapeamento das Escolas de Contas, por meio de

um questionário virtual, a ser enviado por ofício, para aferir as suas realidades atuais, contemplando os principais pontos de atuação.

f) Pauta de julho (reunião online): Mapeamento das Escolas de Contas para aferir as suas realidades atuais, contemplando os principais pontos de atuação. O IRB encaminhará um ofício contendo o link com o formulário.

g) Pauta de setembro (reunião online): Mapeamento das Escolas de Contas para dar conhecimento aos membros do Comitê a respeito dos dados coletados, junto às Escolas de Contas, e consolidados pela equipe de TI do TCE/PI, gerando um Relatório intitulado Mapeamento das Escolas de Contas.

h) Pauta de setembro (segunda reunião online): Discussão sobre a realização de uma Oficina sobre Metodologias Ativas, durante o Congresso Internacional em Fortaleza/CE. Na oportunidade foi deliberado sobre a expedição de ofício aos Tribunais, convidando os membros e servidores que participam do Comitê de Aperfeiçoamento Profissional, para participar da Oficina sobre Metodologias ativas, a ser realizada no dia 30/11/2023, no Centro de eventos do Ceará, na cidade de Fortaleza/CE

- EVENTOS

a) Oficina Presencial: "Plano de Ensino-Aprendizagem de Disciplinas e Cursos", em parceria com a USP, em 24 de maio, em Brasília/DF. Participaram 58 servidores, de 26 Escolas de Contas do país.





b) 6ª SAEG - Semana de Avaliação das Escolas de Governo - Tema: "Cooperação para Capacitação e Avaliação da Agenda 2030 no Serviço Público", realizada nos dias 14 e 15 de setembro em Genebra, Suíça. A Presidente do Comitê de Aperfeiçoamento Profissional do IRB, Cons. Lilian Martins, apresentou Relato de experiência, na 6ª SAEG com o tema: "A experiência do Plano de Logística Sustentável (PLS)", implantado no TCE/PI em 2021, sob sua responsabilidade.



c) Oficina Presencial: "Metodologias Ativas de Ensino no Cenário da Educação Profissional", em 30 de novembro, em Fortaleza/CE. Participaram da oficina 70 servidores das Escolas de Contas de todo país.



d) XIV EDUCONTAS "As Escolas de Contas no novo cenário da Inteligência Artificial", Fortaleza/CE, em 28 de novembro.



- DEMAIS INICIATIVAS DO COMITÊ

a) Aprimoramento do Banco de Talentos já existente no IRB, visando aperfeiçoar o processo de planejamento e implementação do desenvolvimento de competências e capacidades profissionais.

Cabe destacar as iniciativas e progressos significativos realizados pelo Comitê de Aperfeiçoamento Profissional, com relação ao aperfeiçoamento do banco de talentos. Iniciamos o ano com uma ação estratégica, conduzindo uma pesquisa, junto aos Tribunais de Contas para identificar aqueles que já possuem um banco de talentos e estão dispostos a compartilhar suas experiências. Tivemos a participação de 13 Tribunais, nessa pesquisa, e constatamos que apenas o TCE/BA, TCE/RS e TCU possuem um banco de talentos estabelecido.

Em 2024, está prevista uma reunião virtual com as Escolas de Contas. Nesse encontro, as escolas terão a oportunidade de compartilhar suas experiências e práticas. Com base nesses valiosos insights, iniciaremos a elaboração de uma proposta de regulamento para o banco de talentos. Essa ação é um passo fundamental para estruturar e formalizar o processo de compartilhamento e aproveitamento dos talentos disponíveis nos diversos Tribunais de Contas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento e a eficiência das atividades realizadas por essas instituições. Este esforço conjunto demonstra o compromisso do Comitê em promover a colaboração e o aperfeiçoamento contínuo nas Escolas de Contas.

b) Atuação em conjunto com o Comitê de Gestão de Pessoas trabalhando nas Competências, com base no Programa da ENAP, para construir o Mapa de Competências da Trajetória de Liderança e Gestão.

Como objetivo, a iniciativa visa aprimorar o processo de planejamento e implementação do desenvolvimento de competências e capacidades profissionais.

Na era da constante evolução digital e do trabalho remoto, os Comitês de Gestão de Pessoas e Aperfeiçoamento Profissional deram um importante passo adiante, reunindo-se através de encontros virtuais para desenvolver instrumentos fundamentais na jornada de aprimoramento profissional. Com dedicação e colaboração, esses comitês conseguiram elaborar o "Mapa de Competências da Trajetória de Liderança e Gestão", baseado no Programa de Desenvolvimento de Lideranças no Setor Público para Estados e Municípios, elaborado pela ENAP, um guia detalhado que identifica as habilidades e conhecimentos essenciais para profissionais aspirantes a posições de liderança e gestão.



Além disso, formularam as “Diretrizes para as Competências de Liderança e Gestão”, estabelecendo um conjunto de princípios e práticas recomendadas que orientam o desenvolvimento dessas competências cruciais. Esses esforços marcam um avanço significativo na preparação de líderes atuais e futuros, refletindo um compromisso com a excelência e a inovação no campo do desenvolvimento profissional.

c) Capacitação dos servidores das Escolas de Contas.

A capacitação visa aprimorar o processo de planejamento e implementação do desenvolvimento de competências e capacidades profissionais.

A realização das oficinas presenciais, promovidas pelo Comitê de Aperfeiçoamento Profissional representa um marco significativo no fortalecimento e na evolução das Escolas de Contas no Brasil. Esses eventos, essenciais para o desenvolvimento profissional, focaram na capacitação de membros e servidores das Escolas, visando elevar a qualidade e eficácia do ensino nas instituições.

A primeira oficina, realizada em Brasília/DF, no dia 24 de maio, abordou o “Plano de Ensino-Aprendizagem de Disciplinas e Cursos”, reunindo 58 membros e servidores de 26 Escolas de Contas de todo o país. Este encontro destacou-se pela sua relevância em estruturar e aprimorar os planos de ensino, um componente vital para o sucesso educacional.

Posteriormente, a segunda oficina ocorreu em Fortaleza/CE em 30 de novembro, com foco em “Metodologias Ativas de Ensino no Cenário da Educação Profissional”, contando com a participação de 70 membros e servidores. Este evento foi igualmente crucial, pois enfatizou abordagens pedagógicas inovadoras, fundamentais para adaptar as Escolas de Contas às demandas contemporâneas de educação profissional. Ambas as oficinas são passos decisivos para assegurar que as Escolas de Contas se mantenham na vanguarda da educação, equipando seus membros e servidores com conhecimentos e habilidades atualizadas e relevantes para a excelência no serviço público.

d) Realização do XIV EDUCONTAS

O evento se desenvolveu no sentido de aprimorar o processo de planejamento e implementação do desenvolvimento de competências e capacidades profissionais.

O XIV Encontro Técnico de Educação Profissional dos Tribunais de Contas (EDUCONTAS) teve como objetivo estabelecer o intercâmbio de conhecimentos sobre temas relevantes, aperfeiçoar práticas e políticas implementadas pelos Tribunais de Contas.



No ano de 2023, o EDUCONTAS teve como tema central "As Escolas de Contas no novo cenário da inteligência artificial." Foi realizado em Fortaleza/CE, no dia 28 de novembro, no Centro de Eventos do Ceará, das 7 às 19 h. Iniciando com a palestra magna do Professor Vasco Furtado, sobre o tema "Inteligência Artificial e os Tribunais de Contas", seguida de duas sessões temáticas. No segundo momento, aconteceu uma mesa redonda sobre "As Escolas de Contas no novo cenário da Inteligência Artificial", na sequência, uma palestra de apresentação do case "Disciplina Eletiva Controle Social das Contas Públicas nas Escolas e finalizando com uma palestra de encerramento com o Professor Fernando Abrucio com o tema: "Desafios para a Gestão pública brasileira do Século XXI e o papel das Escolas de Contas".

e) Aperfeiçoar o portal de conhecimento do IRB, melhorando o sistema de busca, formas de acesso e ampliando a sua divulgação.

Destacaram-se as melhorias recentes realizadas no portal IRB Conhecimento, fruto das propostas elaboradas pela nossa equipe do Comitê de Aperfeiçoamento Profissional, e nossa equipe de Desenvolvimento do Site. Primeiramente, implementamos uma mudança significativa no design do portal, visando uma interface mais moderna e amigável para os usuários. Em segundo lugar, otimizamos os filtros de busca, uma melhoria técnica importante para facilitar e tornar mais eficiente a localização de informações específicas por parte dos usuários. Por último, fizemos a inserção de um novo ícone na seção de acesso rápido. Esta adição é estratégica, pois destaca as buscas mais relevantes do site, proporcionando um acesso mais ágil e direto às informações mais procuradas pelos usuários. Essas atualizações são reflexo do nosso compromisso contínuo em aprimorar a experiência dos usuários e a eficiência do portal.

f) Mapeamento das Escolas de Contas dos 33 Tribunais de Contas.

Diante do cenário atual, a realização de um mapeamento abrangente nas Escolas de Contas dos 33 Tribunais de Contas do Brasil surge como uma iniciativa que oferece uma oportunidade única para compreender as especificidades, desafios e necessidades de cada uma dessas escolas. Através dessa análise detalhada, será possível identificar as áreas mais vulneráveis e carentes de apoio, permitindo, assim, a implementação de programas de capacitação e projetos educacionais direcionados. Estes programas, ao serem adaptados às realidades locais, tendem a ser mais efetivos, maximizando o impacto e a eficiência das ações educativas e formativas. Além disso, esse conhecimento aprofundado contribuirá significativamente para a tomada de decisões estratégicas, possibilitando a alocação de recursos de maneira



mais assertiva e orientada. Como produto gerado, destaca-se o Diagnóstico completo das Escolas de Contas na temática proposta.

4.1.3 COMITÊ TÉCNICO DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

O Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público do Instituto Rui Barbosa é presidido pelo Conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, e coordenado pelo auditor José Raimundo Bastos de Aguiar, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

O Comitê é responsável pela condução das discussões acerca das Normas Internacionais de Auditoria que devem ser traduzidas e publicadas no formato de “Normas Brasileiras de Auditoria Aplicadas ao Setor Público – NBASP”.

Os objetivos do Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público são:

- I – Estudar e pesquisar os métodos e procedimentos de controle para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas atividades na área de normas de auditoria no setor público;
- II – Incentivar e publicar, por meio físico e eletrônico, obras e trabalhos técnicos acerca de normas de auditoria no setor público;
- III – Auxiliar o IRB na assistência técnica aos Tribunais de Contas acerca das atividades de normas de auditoria no setor público;
- IV – Sugerir padrões para implantação das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público;
- V – Auxiliar o IRB, no que couber, no desenvolvimento das ações do Planejamento Estratégico.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- ELABORAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO – NBASP



Na sede do Instituto Rui Barbosa, em Brasília, no dia 05 de agosto, o Comitê Técnico de Auditoria do Setor Público do IRB realizou reunião presencial com extensa pauta focada em normas técnicas.

A abertura do encontro foi realizada pelo presidente do CT, conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo (TCE-BA), que traçou um histórico dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos desde 2014 para elaboração das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP.

Em seguida, o Conselheiro Paixão tratou sobre o futuro panorama para as normas profissionais de auditoria e o cenário internacional com a presidência da organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI, que terá no comando um membro do TCU, a partir de novembro deste ano.

Na pauta da reunião, foram debatidos o acompanhamento e atualização do andamento das atividades do Comitê, como a tradução e incorporação das ISSAI 200 e 2000; a tradução e incorporação da GUID 5290, com o desenvolvimento e uso de indicadores nacionais; o levantamento de outras normas já traduzidas pelo TCU e outras instituições para incorporação pelas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Integrando, ainda, o rol de assuntos tratado: a tradução do Manual de Auditoria Financeira do IDI/ INTOSAI pelo projeto mantido junto ao Banco Mundial para incorporação ao acervo do Instituto Rui Barbosa; página das ISSAI em português no site do TCU e incorporação da GUID 5270 sobre fraude e corrupção.

Após debates do grupo, ficou estabelecida a incorporação ao acervo das NBASP das traduções do TCU para as Guias de Boas Práticas – GUID 9030 e GUID 9040, que tratam respectivamente da independência, transparência e accountability.

Acerca da tradução do manual de auditoria financeira da IDI – Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai, o Conselheiro Inaldo da Paixão explanou a situação, informando que o projeto do Banco Mundial que tinha assumido a empreitada trabalhou sobre arquivo que não é o mais recente.

Desta forma, será feito um trabalho de comparação para verificar as alterações ocorridas na versão final, para o aproveitamento do trabalho já realizado.

Sobre a GUID 5270 (combate à fraude e à corrupção), verificou-se que não existe nenhuma tradução disponível para o português.



Dessa forma, será avaliada a melhor maneira de encaminhamento, para decidir quanto à viabilidade para o lançamento da NBASP correspondente ainda neste ano.

Acerca da disponibilização de página na internet pelo TCU com a apresentação das NBASP, conforme a nova estrutura adotada pelo IRB, o TCU informou que teria como viabilizar após consulta técnica para a devida efetivação.

Na pauta, ocorreram, também, debates sobre a viabilidade do IRB passar a adotar as traduções das ISSAI como NBASP, sem a necessidade de convergência e adaptações para adequação à realidade nacional. O grupo fez diversas ponderações quanto às vantagens e desvantagens.

O tema seguirá em debate, nas próximas reuniões, com tendência à opção pela adoção das traduções das ISSAI, fazendo-se apenas notas de tradução quando necessárias.

Ao final, Nelson Ney Granato, do TCE/PR, apresentou o resultado do seu trabalho de tradução para GUID 5290 – Orientações para a auditoria do desenvolvimento e utilização dos indicadores-chave nacionais, além de encaminhar a norma traduzida para a avaliação dos membros do comitê, apresentou também considerações sobre a importância de uma norma sobre os indicadores chaves para o setor público brasileiro e, conseqüentemente, também para o controle externo.

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- REUNIÕES TÉCNICAS

a) Pauta: Estágio dos trabalhos de publicação das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Realizadas reuniões durante o VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, tiveram como principais deliberações a aplicação de questionário para levantamento sobre as melhores formas de disseminação e treinamento sobre as NBASP nos Tribunais de Contas brasileiros, resultando em encontros presenciais regionais e curso intensivo presencial, além da sugestão de criação de um programa EAD, com instrutoria e tutoria sob a supervisão do IRB. Outras ações sugeridas: implementação de fórum virtual para os auditores; a criação de grupos de discussão pelo WhatsApp; e ações de intercâmbio de profissionais de auditoria dos TCs sobre as normas de auditoria.



b) Pauta: Revisão dos Indicadores do MMD-TC.

A reunião deu ênfase à simplificação dos indicadores do MMD-TC, assegurando maior aderência às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP). Participaram também da reunião representantes do Comitê do MMD-TC.

- PUBLICAÇÕES

a) Manual de Implementação das ISSAI de Auditoria de Conformidade



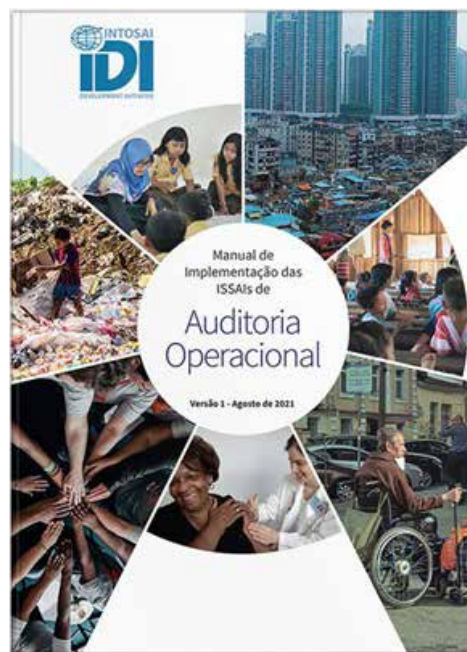
Disponível em: <https://irbcontas.org.br/biblioteca/manual-de-implementacao-das-issais-de-auditoria-conformidade/>

b) Manual de Implementação das ISSAI de Auditoria Financeira



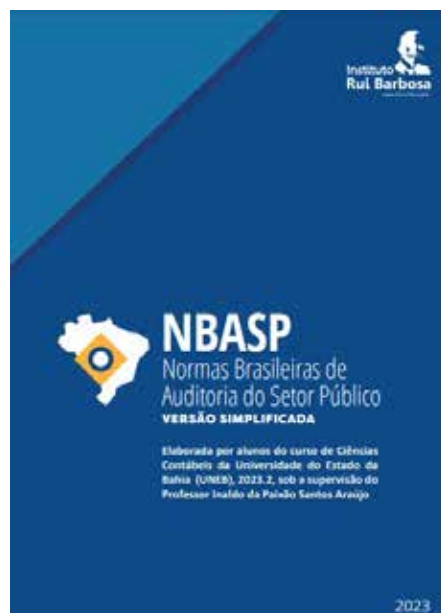
Disponível em: <https://irbcontas.org.br/biblioteca/manual-de-implementacao-das-issais-de-auditoria-financeira/>

c) Manual de Implementação das ISSAI de Auditoria Operacional



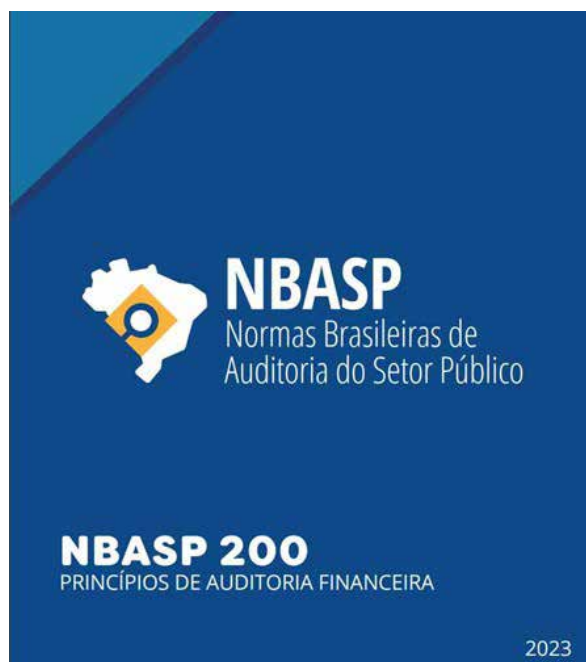
Disponível em: <https://irbcontas.org.br/biblioteca/manual-de-implementacao-das-issais-de-auditoria-operacional/>

d) Versão Simplificada das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público



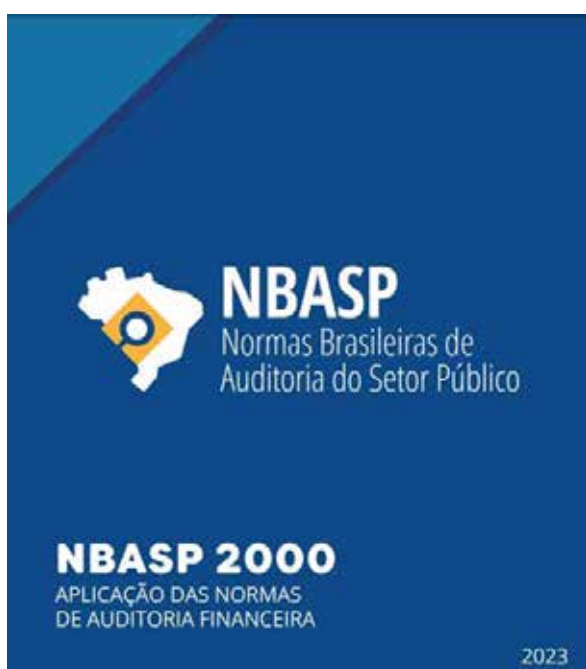
Disponível em: <https://irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2023/11/nbasp-vs.pdf>

e) NBASP 200 – Princípios de Auditoria Financeira



Disponível em: <https://nasp.irbcontas.org.br/nasp/principios-de-auditoria-financeira/>

f) NBASP 2000 – Aplicação das Normas de Auditoria Financeira



Disponível em: <https://nasp.irbcontas.org.br/nasp/normas-de-af-nasp-2000-2899/>



g) NBASP 2200-2899 – Normas de Auditoria Financeira

Disponível em: <https://nbasp.irbcontas.org.br/nbasp/incorporado-mediante-consulta-publica-a-estrutura-da-nbasp-em-2023-traducao-para-o-portugues-do-texto-da-issai-2000-em-ingles-sem-alteracoes-de-conteudo/>

- RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

a) Acordo de Cooperação nº 30/2023.

Objetivo: Conjugação de esforços entre a STN, a Atricon e o IRB para fomentar a transparência da gestão fiscal; apoiar o exercício do controle social; racionalizar os custos de controle e regulação; reduzir as divergências e duplicidades de dados e informações: promover a transferência de conhecimentos e harmonizar conceitos e procedimentos entre os entes governamentais na aplicação de normas atinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à contabilidade pública e à gestão fiscal.

Instituições Envolvidas: União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e os Tribunais de Contas, representados pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB).

b) Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica no III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC).

- Com Portugal

Objetivo: Intercâmbio de tecnologia, troca de experiências e fortalecimento dos laços institucionais entre o IRB e a Corte de Contas de Portugal. Instituições Envolvidas: Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Tribunal de Contas de Portugal.



- Com Angola

Objetivo: Intercâmbio de tecnologia, troca de experiências e fortalecimento dos laços institucionais entre o IRB e a Corte de Contas de Angola. Instituições Envolvidas: Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Tribunal de Contas de Angola.

4.1.4 COMITÊ TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO PÚBLICA - IEGE/IEGM

O Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública - IEGE/IEGM do Instituto Rui Barbosa é presidido pela Conselheira Cristiana de Castro Moraes, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e coordenado pela servidora Marília Gonçalves de Carvalho, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

São objetivos do referido Comitê Técnico:

- I - Gerenciar as atividades da Rede Nacional de Indicadores Públicos;
- II - Criar, capacitar servidores dos Tribunais de Contas e disseminar padrões de utilização de indicadores para fiscalização de políticas públicas e análise de contas de governo
- III - Capacitar servidores dos Tribunais de Contas, divulgar e apoiar a utilização das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) e da Estrutura de Pronunciamentos Profissionais da INTOSAI (IFPP) nos trabalhos relacionados à fiscalização e avaliação de políticas públicas;
- IV - Avaliar propostas de fiscalizações coordenadas de políticas públicas que cheguem ao IRB, exceto em áreas de tema em que haja um comitê técnico especializado no assunto;
- V - Gerenciar e/ou apoiar as fiscalizações coordenadas de políticas públicas atribuídas ao comitê técnico por ato de ofício do Presidente do IRB Comitê Técnico IEGM e IEGE.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

IEGM BRASIL

- Revisão/aperfeiçoamento do questionário;
- Abrangência nacional e local;

- Fundamento para avaliação do risco da má aplicação do recurso público;
- Fonte para melhoria dos resultados das políticas públicas;
- Estreitar laços com a Rede Integrar.

CÁLCULO E CONSOLIDAÇÃO DO IEGM

- Validação dos quesitos -> Buscar o máximo de padronização de análise;
- Levantamento das principais dúvidas ou dificuldades para harmonização dos resultados;
- Fundamento com evidências mais "robustas ou rigorosas" quando couber;
- Consolidação.

MELHORIA DOS RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Associar o IEGM à busca por melhores resultados na gestão das políticas públicas;
- Periodicidade de aplicação.

IEGM 2022/2023

- Consolidação dos consolidados;
- Aplicação do novo IEGM de forma uniforme (2022-2023);
- Divulgar a diferença com o novo questionário para uma consolidação nacional.

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- REUNIÕES TÉCNICAS

a) Pauta de Maio (reunião virtual):



Apresentação dos resultados do levantamento situacional do IEGM, realizado no 1º trimestre de 2023, visando a atualização e aprimoramento do indicador; Nova sistemática de coleta, recepção, cálculo, consolidação e disponibilização IEGM 2023; Novo questionário IEGM 2023; Calendário / Planejamento de aplicação 2023; Adesão dos TCs à Rede Indicon.

Durante a reunião, a Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Cristiana de Castro Moraes, Presidente do Comitê, trouxe ao conhecimento de todos a contratação, aprovada na Reunião do Conselho Fiscal e da Diretoria do IRB, de empresa que fará o processo de ponta a ponta do processo do IEGM Brasil: coleta, recepção, cálculo, consolidação e disponibilização IEGM Brasil.

Esta contratação foi realizada em resposta ao levantamento situacional, e representa uma vitória importante da Rede Indicon uma vez que padroniza o processo nacional conferindo segurança e confiabilidade aos dados, fomenta o engajamento dos Tribunais e permite a existência de uma base de dados nacional, hospedada do site do IRB, com informações das gestões municipais com perenidade, fácil acesso e inteligíveis a todos os interessados: controle externo, gestão municipal, academia e sociedade. Apesar das vantagens já listadas, considera-se o maior benefício desta nova sistemática o fato dela permitir que os Tribunais direcionarem seus esforços para os produtos e análise dos dados do IEGM.

Apresentou-se, também, o novo questionário, o calendário de 2023 e os próximos passos a serem implementados, iniciando com a formação de grupos temáticos para analisar os questionários do IEGM.

b) Pautas de Junho e Julho (reuniões virtuais):





Na primeira reunião virtual do mês de junho foram abordados os temas: Contextualização da revisão dos questionários; Diretrizes para revisão; Apresentação das equipes (confirmação de nomes e temáticas); Disponibilização de ferramentas de compartilhamento de documentos; Calendário e encaminhamentos.

O Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública – IEGE/IEGM do Instituto Rui Barbosa (IRB) deu início aos trabalhos de revisão dos questionários do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).

A revisão faz parte da modernização do processo do IEGM, promovido pelo IRB, que conta, também, com a contratação de uma empresa que fará o processo do IEGM de ponta a ponta (coleta, recepção, cálculo, consolidação e disponibilização).

Os trabalhos começaram na reunião do dia 27 de junho, com a presença de técnicos da Rede Indicon e daqueles indicados para compor os grupos temáticos da revisão. O plano de trabalho tem continuidade com reuniões paralelas divididas por temáticas, visando a entrega dos questionários revisados para a deliberação da Rede Indicon.

Após aprovação da Rede, os questionários foram disponibilizados para a coleta dos dados, apuração e posterior consolidação do IEGM Brasil, na segunda quinzena de setembro.

Ainda em junho, seguindo no mês de julho, foram realizadas reuniões temáticas para a revisão dos questionários do IEGM. Foram realizadas 19 reuniões divididas nas 07 temáticas que compõe o IEGM: saúde, educação, planejamento, gestão fiscal, governança de TI, meio ambiente e cidades, visando a revisão dos questionários do IEGM apresentados pelo TCESP, conforme previsão do Parágrafo 1º, da Cláusula Primeira, do Acordo de Cooperação Técnica IRB TCESP 01/2021, com a adesão dos Tribunais de Contas.

O processo de revisão teve a participação de 60 técnicos de 11 Tribunais de Contas brasileiros, sendo eles integrantes da Rede Indicon e / ou indicados pelo respectivo presidente.

O objetivo principal da revisão do questionário IEGM foi a definição de um rol de quesitos padrão aplicável a todos os municípios brasileiros.

Os grupos cumpriram o prazo e fizeram a entrega da proposta de questionários a serem deliberados na reunião presencial da Rede no TCESP, em agosto. Cabe destacar que esta foi a primeira etapa da revisão, que seguirá em 2024.



c) Pauta de Agosto (reunião presencial):

O Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública – IEGE/IEGM do Instituto Rui Barbosa (IRB) se reuniu, presencialmente, no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), nos dias 24 e 25 de agosto para deliberar sobre o novo IEGM Brasil e os últimos arranjos para sua aplicação nacional.

A reunião contou com a presença de técnicos de 19 Tribunais que debateram sobre os sete questionários que compõem o IEGM, assistiram à apresentação da nova ferramenta de coleta, do processo de apuração e da disponibilização dos dados, assim como esclareceram dúvidas e apresentaram suas demandas.



Várias ideias surgiram, ao longo do encontro, sendo uma delas a validação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) através dos dados do IEGM. As respostas aos quesitos do IEGM impactam muitas das metas dos ODS, podendo indicar caminhos que os gestores devem ter atenção ao planejar e executar as suas políticas públicas, a fim de alcançar essas metas até o ano de 2030; assim com a estratificação dos dados dos IEGM por temas afetos aos Comitês Temáticos do IRB.

Em sendo o primeiro ano da nova sistemática do IEGM, 2023 será o ano piloto e contará com a participação de alguns Tribunais das cinco regiões do país. Para o próximo ano, o IRB espera a participação de todos os Tribunais, construindo e disponibilizando a todos os interessados – controle externo, gestores, academia e sociedade – informações das gestões municipais brasileiras.



d) Pauta de Setembro (reunião virtual):

A Coordenadora do Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública – IEGE/IEGM do Instituto Rui Barbosa (IRB), Marília Gonçalves de Carvalho, apresentou aos secretários de controle externo dos Tribunais de Contas o processo de modernização do IEGM Brasil, conduzido pelo Comitê Técnico do IRB, e que resultou na construção de uma nova ferramenta para coleta, apuração e disponibilização dos dados.

O objetivo foi demonstrar as melhorias do trabalho, proporcionando mais força aos IEGM, através da uniformidade do processo de coleta, recepção, cálculo, consolidação e disponibilização, permitindo aos Tribunais de Contas se concentrarem no uso dos dados obtidos. O engajamento dos Tribunais se faz necessário para a construção de uma base nacional, unificada, contendo informações das gestões municipais.

e) Pauta de Novembro (reunião presencial):



Apresentação das ações do Comitê em 2023, apresentação do IEGM 2023 e demonstração dos dados. Apresentação das atividades realizadas com apontamentos dos pontos positivos, negativos e possíveis melhorias; apresentação dos dados dos tribunais participantes; apresentação do Infosite que será disponibilizado no portal do IRB com os dados do IEGM dos Tribunais participantes e que será lançado no primeiro trimestre de 2024, início do planejamento das atividades de 2024.

- INICIATIVAS DO COMITÊ - Índice de efetividade da Gestão Municipal – IEGM.

Acompanhando as transformações da gestão pública e compreendendo a complexidade na qual as políticas públicas estão inseridas, os Tribunais de Contas evoluíram do controle apenas de conformidade para avaliação dos aspectos qualitativos dos gastos públicos, visando um melhor uso dos recursos públicos e a garantia da entrega de resultados aos cidadãos.



Nesta esteira, criar indicadores para conhecer a qualidade do gasto e avaliar as atividades exercidas pelos governos municipais e estaduais foi uma das estratégias adotadas pelos Tribunais de Contas, no sentido de aferir e condensar dados das administrações municipais, visando mensurar políticas públicas de qualidade.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM é um indicador construído através do esforço dos Tribunais de Contas com a gestão e participação direta do TCE-SP e do IRB, e que vão ao encontro das diretrizes e recomendações nacionais e internacionais focadas em avaliação de políticas públicas.

Em relação a revisão, de acordo com Parágrafo 1º da Cláusula Primeira, do Acordo de Cooperação Técnica IRB TCE-SP 01/2021, o questionário padronizado do IEGM foi elaborado pelo TCE-SP e adotado pelos Tribunais de Contas partícipes, que podem revisá-lo com a finalidade de viabilizar sua aplicação nos Municípios sujeitos à sua jurisdição. Assim, o objetivo da revisão do questionário IEGM 2023 foi a definição de um rol de quesitos padrão aplicável a todos os municípios brasileiros.

O IEGM passou por uma importante reestruturação considerando sua importância e grandeza. A partir de 2023, o IRB passa a incorporar e disponibilizar aos tribunais todo o ciclo do IEGM: coleta – recepção – tratamento – consolidação e disponibilização, trazendo mais segurança e confiabilidade dos dados através da padronização de todo o processo.

Tal incorporação trata-se de contratação de empresa especializada em serviços de desenvolvimento de software com o objetivo de coleta, extração, transformação, cálculos, apuração e carga dos dados relativos ao IEGM Brasil, além da (re)criação e alimentação de área específica no site para disponibilização dos dados.

Vale ressaltar que o serviço prestado pelo IRB aos Tribunais está sendo acompanhado e validado por alguns Tribunais, a saber: TCE-SP, TCE-MG, TCE-PI, TCE-MA, TCM-GO e TCE-MS.

O IEGM, principal produto do Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública, contempla banco de dados nacional com informações das gestões municipais do Brasil, fortalecendo o uso de indicadores nas rotinas de trabalhos dos Tribunais, através de metodologia padronizada de medição do desempenho da gestão pública brasileira, conferindo benefícios, tais quais: (a) subsidiar as ações de controle externo e análises das contas públicas; (b) estimular gestores e implementadores de políticas



públicas a priorizarem a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões; (c) identificar desafios e oportunidades para a gestão municipal; (d) instrumentalizar a sociedade com informações no âmbito municipal; (e) empoderar os cidadãos por meio da ampliação do conhecimento sobre sua gestão local e; (f) produzir estudos das políticas públicas e identificação de programas e experiências bem-sucedidas e replicáveis

Para o ano de 2023, o Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública – IEGE/IEGM estabeleceu como prioridade a revisão dos questionários, a reestruturação do processo e o retorno do engajamento dos Tribunais ao IEGM.

Para 2024, o Comitê espera ampliar a discussão dos questionários com os Tribunais, incentivar a aplicação do IEGM por todos do TCs, auxiliar os Tribunais nas análises e uso dos dados do IEGM, assim como retomar o debate sobre o Índice de Efetividade da Gestão Estadual – IEGE.

4.1.5 COMITÊ TÉCNICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa é presidido pelo Conselheiro Edson Ferrari, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e coordenado pelo servidor Halim Antonio Girade, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- 1º SEMINÁRIO NACIONAL A PRIMEIRA INFÂNCIA E OS TRIBUNAIS DE CONTAS - TEMA: A CRIANÇA COMO PRIORIDADE

O Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico da Primeira Infância, e em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), realizou, no período de 03 a 05 de agosto o “1º Seminário Nacional – A Primeira Infância e os Tribunais de Contas”, com a temática: Criança como prioridade. O Evento aconteceu de forma presencial sediado em Fortaleza, capital do estado do Ceará.

Uniformizar a compreensão e a importância da primeira infância, bem como, reconhecer o papel dos Tribunais de Contas sobre o assunto, proporcionando o compartilhamento de boas práticas e a construção de temas prioritários e estratégias de ação, são os objetivos que nortearam as atividades que se desenvolveram durante os três dias de seminário.





No primeiro dia de programação, foram abordados assuntos acerca dos conhecimentos científicos sobre a primeira infância, além do Pacto Nacional pela Primeira Infância, e as ações a serem desenvolvidas no âmbito do Comitê Técnico do IRB. Durante o segundo dia, foi aprofundado sobre os indicadores da primeira infância no Brasil, o papel dos Tribunais de Contas e a avaliação das políticas existentes no assunto. No terceiro, e último dia, além de se conhecer boas práticas que estão sendo desenvolvidas no país, em defesa da garantia dos direitos das crianças, serão definidas estratégias sobre as possíveis prioridades de atividades nacionais, regionais e locais de cada Tribunal.

O Seminário contou, ainda, com o apoio do Pacto Nacional pela Primeira Infância, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



- CARTA DE FORTALEZA

Os integrantes do Comitê Técnico de Avaliação do Pacto Nacional pela Primeira Infância, do Instituto Rui Barbosa (IRB), debateram acerca das ações e estratégias, voltadas aos Tribunais de Contas, em apoio ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, que constituem a “Carta de Fortaleza – Cuidar da primeira infância: prioridade dos Tribunais de Contas”.

O documento foi produzido durante o 1º Seminário Nacional A Primeira Infância e os Tribunais de Contas, realizado em Fortaleza-Ceará, promovido pelo IRB, em parceria com os Tribunais de Contas dos Estados do Ceará (TCE-CE) e de Goiás (TCE-GO).

De acordo com o presidente do IRB, conselheiro Edilberto Pontes (vice-presidente do TCE Ceará), a primeira tarefa quando se quer que uma política pública seja implementada é sensibilizar as pessoas e as instituições. “São tantos problemas, tantas questões no País e políticas públicas a serem feitas, mas a gente vê claramente, com os dados apresentados, os estudos e os debates, que este é um tema extremamente relevante. Se fosse elencar um tema importante, este seria o tema. Todos saíram com essa ideia com muita clareza de que é preciso mobilizar, articular e que as instituições estejam atentas a essa questão tão relevante da primeira infância”.

O presidente do TCE Goiás e do Comitê pela Primeira Infância do IRB, Edson Ferrari, explicou o processo de consolidação da Carta de Fortaleza. “Coletamos, no seminário, as opiniões dos técnicos, membros e conselheiros sobre o que devemos fazer para a primeira infância. Agora, essa Carta vai ser consolidada e, imediatamente, vamos encaminhar a cada presidente de Tribunal de Contas para que faça a adesão, que é de muita importância para que possamos executar a política em defesa da primeira infância”.

Na reunião, conduzida pelo Conselheiro Edson Ferrari, Presidente do Comitê e do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, os integrantes do Comitê avaliaram as ações e estratégias, sugeriram mudanças e estruturaram a redação da Carta, a qual será encaminhada para assinatura dos presidentes dos Tribunais de Contas de todo o país.

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- VISITAS TÉCNICAS

a) Visita ao Ministério da Educação



Em fevereiro de 2023, em visita técnica com o Dr. Camilo Santana, Ministro da Educação, e Dra. Izolda Cela, Secretária Executiva do MEC, os Conselheiros Edilberto Carlos Pontes Lima, Presidente do IRB, e Edson José Ferrari, Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, discutiram os assuntos referentes à Primeira Infância, especialmente às creches e pré-escolas e entregaram o livro A Primeira Infância e os Tribunais de Contas.



b) Visita da Conselheira Renata Calheiros à sede do IRB.

Ocorreu em março, em Brasília, a visita da Conselheira Renata Calheiros à sede do IRB. Em reunião com o conselheiro Edson Ferrari, presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância, foram articuladas ações voltadas ao tema, junto aos Tribunais de Contas dos Estados, e foram debatidas iniciativas na gestão pública para efetivação de políticas para crianças e gestantes, como ampliação da oferta de creches e da rede de atendimento à saúde, e espaços públicos voltados ao público infantil e suas famílias.



- PACTO ESTADUAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Tribunal de Contas de Alagoas, no primeiro semestre de 2023, deu início a importantes ações voltadas à Primeira Infância. Em março deste ano, o Presidente do TCE-AL, Conselheiro Fernando Toledo, e a Conselheira Renata Calheiros, responsável pelo Comitê Técnico da Primeira Infância do TCE-AL, participaram da assinatura de renovação do Pacto Estadual pela Primeira Infância, juntamente com outros oito órgãos participantes: Tribunal de Justiça (TJ-AL), Governo de Alagoas, Assembleia Legislativa (ALE), Ministério Público (MP-AL), Defensoria Pública de Alagoas, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Alagoas (OAB/AL), Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e a Rede da Primeira Infância de Alagoas. O objetivo do Pacto é garantir a efetivação das políticas públicas destinadas às crianças de zero a seis anos, assegurando direitos como proteção integral e seu pleno desenvolvimento, bem-estar social e emocional em um ambiente seguro, saudável e no seio da família.



- REUNIÕES TÉCNICAS REALIZADAS EM EVENTOS DO IRB

a) Reunião técnica durante o VIII Congresso Internacional de Políticas Públicas, em Salvador – BA.

Pauta: Apresentação das possíveis atividades dos Tribunais de Contas para o ano de 2023.

Ocorreu no dia 1 de março, foi um momento em que no Comitê Técnico da Primeira Infância, os Tribunais de Contas informaram possíveis atividades para o ano de 2023. Foi definida a cidade de Florianópolis como a sede do II Seminário Nacional dos Tribunais de Contas com o tema de Desigualdades, entre 18 e 19 de abril de 2023.

b) Reunião técnica durante o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas de Fortaleza – CE.

Pauta: Avaliar os avanços dos Tribunais de Contas em Primeira Infância, no assunto de sensibilização e mobilização no tema que era a prioridade para 2023, além da apresentação das Boas Práticas dos Tribunais de Contas em Primeira Infância.

- EVENTOS

a) Palestra “A proteção à saúde como diretriz na atuação do Controle Externo” no 18º Encontro Internacional de Juristas.

A programação do 19º Encontro Internacional de Juristas, realizada em janeiro de 2023, em Funchal, Ilha da Madeira, Portugal, contou com a participação do Conselheiro Edson Ferrari que abordou a atuação dos Tribunais de Contas para a proteção à primeira infância.

b) VIII Congresso Internacional de Políticas Públicas, em Salvador – BA - Painel sobre a Primeira Infância.

No painel sobre primeira infância, a secretária-executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela, apresentou ações de políticas públicas em educação que contribuem para a garantia dos direitos das crianças na primeira infância. “Não existe zona de conforto, mas temos alguns avanços muito significativos. Um deles é a continuidade da política. O Ceará não teria conseguido traçar uma linha ascendente no resultado de políticas educacionais, se não tivesse continuidade. É preciso estimular essa mentalidade da continuidade política e do foco em resultados”.



A representante do Unicef, Helena Oliveira Silva, fez uma abordagem sobre as ações desenvolvidas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância. Já o conselheiro do TCE Goiás e presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, Edson Ferrari, mostrou como o Tribunal de Contas tem lançado foco sobre a temática. “Cabe a cada um de nós, como agentes públicos ou cidadãos, a parcela de responsabilidade social que exige de todos nós e de alguma medida de contribuição para a mitigação desse vergonhoso quadro em que se encontram milhões de gestantes e crianças pelo Brasil”, afirmou. O painel foi mediado pela conselheira do TCE-SP, Cristiana de Castro Moraes.

c) 2º Seminário Nacional: A Primeira Infância e os Tribunais de Contas.

É nosso dever exigir da administração pública que a legislação que garante os direitos à criança e ao adolescente seja cumprida. E, além disso, olhar a legitimidade e a economicidade e a qualidade do gasto público.” A declaração foi proferida pelo Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes, durante a solenidade de abertura do 2º Seminário Nacional A Primeira Infância e os Tribunais de Contas, em Florianópolis-SC, no dia 18 de abril.



O Seminário, promovido conjuntamente pelo IRB e os Tribunais de Contas dos Estados de Santa Catarina (TCE-SC) e Goiás (TCE-GO), está sendo realizado na sede da Corte de Contas catarinense e segue com a programação até quarta-feira (19), promovendo o amplo debate sobre o papel do controle externo na avaliação das políticas relacionadas à primeira infância.

Na oportunidade, o Presidente do TCE de Santa Catarina, Conselheiro Herneus João De Nadal, destacou que o controle exercido pelos Tribunais de Contas deve ir além da verificação da aplicação do percentual mínimo do orçamento estabelecido pela Constituição.





"Temos a missão e a obrigação de identificar os resultados concretos da aplicação dos recursos, de verificar se as famílias que mais precisam foram atendidas, se os vulneráveis e os invisíveis, aqueles que dependem integralmente da mão do Estado, de fato estão tendo as oportunidades que as políticas públicas devem ofertar", pontuou o Conselheiro Herneus.

O Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall (TCE-SC), um dos organizadores da programação científica do evento, apontou que, ao longo dos anos, mesmo com a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância, em 2016, "pouco se implementou até o momento, e isso fez surgir, no âmbito dos Tribunais de Contas, não só uma iniciativa, mas quase uma obsessão pelo desenvolvimento de ações que melhorem os indicadores de educação, saúde, saneamento e assistência social inerentes a essa faixa etária".





Membro do TCE Goiano e Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, o Conselheiro Edson José Ferrari, em seu discurso, lembrou o artigo 227 da Constituição Federal, que diz que é obrigação da família, da sociedade e do poder público a garantia à vida digna das crianças e dos adolescentes. "Nós fazemos parte da sociedade, mas também do poder público, então, precisamos fazer uma reflexão muito profunda sobre isso", comentou.



Também prestigiaram a abertura do 2º Seminário Nacional da Primeira Infância e os Tribunais de Contas: a secretária-adjunta da Educação, Patrícia Lueders; o deputado estadual Pepê Collaço; o desembargador Álvaro Luiz Pereira de Andrade; o promotor de Justiça João Luiz de Carvalho Botega; o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE/SC, Diogo Ringenberg; o secretário de Educação de Florianópolis, Maurício Fernandes Pereira; o presidente do Conselho Nacional dos Presidentes de Tribunais de Contas (CNPTC), conselheiro Luiz Antônio Guaraná (TCM/RJ); a coordenadora-geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maristela Cizeski; e a presidente da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) e prefeita de Vargem, Milena Lopes.

O evento contou com o apoio da Atricon, do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e do Pacto Nacional pela Primeira Infância.



No painel “A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades”, o coordenador do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB), o médico Halim Antônio Girade, destacou, em sua palestra, os números que revelam a situação do Brasil de acordo com o Laboratório de Desigualdades Mundial e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Na avaliação de Girade, os Tribunais de Contas podem fazer a diferença: “Os TCs têm instrumentos para ajudar a combater essa desigualdade a partir da avaliação da relação de orçamentos com as políticas públicas relevantes, da avaliação da utilidade e da relevância dessas ações, na medição do desempenho e na apresentação de resultados”.

d) V SINED - Painel Educação e a Primeira Infância

A Conselheira Cilene Lago, mediadora do Painel, enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Conselheiro Edson Ferrari à frente do Comitê Técnico do IRB para a Primeira Infância, fez um breve relato da sua atuação frente ao programa do TCE de Roraima para a Primeira infância e elogiou o TCE-GO pela criação do Portal da Primeira Infância.

Ao falar sobre a intersetorialidade e primeira infância, desafios para o controle externo o Conselheiro Edson Ferrari, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás afirmou que o próprio evento é mostra de como atores com visões diferentes sobre um mesmo tema buscam soluções formatadas pelo consenso para aumento da efetividade de uma política pública, por exemplo.



O conselheiro, que preside o Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa, enalteceu a reunião, em Goiânia, de especialistas em ensino, em gestão escolar, em controle externo e em áreas afins, vindos dos mais diferentes rincões do país, “para uma riquíssima troca de conhecimento e de experiências na gestão e no controle da educação pública brasileira. Aqui, a um tempo ensinamos o que sabemos e logo em seguida aprendemos com aqueles que nos ouviram, sobre o tema global da educação e de suas diferentes vertentes”.



Ferrari reportou-se inicialmente ao artigo 227 da Constituição Federal, que fixa como prioridade absoluta os direitos das crianças, adolescentes e jovens – como saúde, alimentação e educação – e o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar tudo isso. “O constituinte se preocupou em abrigar no caput deste artigo não só aquilo que é direito da criança, conferindo-lhe prioridade absoluta, como também a responsabilidade compartilhada de três setores distintos: família, sociedade e Estado. Isso é intersetorialidade, cuja definição é a articulação entre os saberes e esforços dos diferentes setores públicos como forma de garantir a efetivação de políticas públicas.”

e) XI Seminário de Gestores Públicos - Painel 06

O Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB se fez presente no Painel 06 com o tema “A importância da primeira infância e os municípios”, que teve como palestrante o coordenador do CT, Dr. Halim Antonio Girade.





f) Painel “Aprimorando a gestão de demandas por vagas em creches” na Fundação Getúlio Vargas.

Em junho, o Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância participou de um debate virtual da Fundação Getúlio Vargas em que defendeu que o financiamento de construção e manutenção das creches não é apenas uma responsabilidade do município, pois o artigo 227 fala em responsabilização do Estado, e isso significa participação das três instâncias de governo, incluindo o ente estadual e federal.

g) III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas em Fortaleza, Ceará.

A Primeira Infância foi destaque em dois momentos do evento. Primeiro uma reunião do CTPI, em 28 de novembro, onde houve a apresentação de 16 boas práticas dos Tribunais de Contas e posteriormente na programação relacionada à “Contribuição dos Tribunais de Contas para a efetividade da Política Pública de Educação: experiências de atuação em rede”, em que foi abordado sobre o Pacto Nacional da Primeira Infância.

O painel contou com a participação do presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, Edson Ferrari, a 2ª vice-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (Soceop), Anamaria Cavalcante, e a secretária de Educação de Fortaleza, Dalila Saldanha. Os ministrantes destacaram a importância da dedicação à criança em seus primeiros anos de vida, tanto no suporte à sua saúde como na promoção da educação de qualidade.



O Conselheiro Edson Ferrari contemplou as experiências que a primeira infância têm no processo de capacitação das crianças, elencando as principais preocupações do Comitê técnico do IRB com pessoas de 0 a 6 anos de idade: a oferta e qualidade de creches e a saúde. “Vimos, na exposição dos profissionais aqui presentes, a importância da Primeira Infância. Nossas orientações são absolutamente confiáveis e técnicas sobre o tema, com pessoas dedicadas à causa”, afirmou na conclusão da mesa.

- PUBLICAÇÕES

- a) A Primeira Infância e os Tribunais de Contas.

“A Primeira Infância e os Tribunais de Contas”. Este é o título do livro produzido em parceria entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), lançado nesta quinta-feira (2/3), em Salvador (BA), durante o encerramento do segundo dia do VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.

“A primeira infância é única, a hora que se passa dela não tem retorno”, me alertou o Conselheiro Sebastião Helvecio. Sejam os benefícios, sejam os malefícios, que são muitos nessa época. O controle está se posicionando sobre isso. E tem que se posicionar mesmo, para não termos indicadores piores do que os registrados nesta publicação”, destacou o conselheiro Edson Ferrari, que preside o Comitê da Primeira Infância do IRB.



O livro permite a consulta do desempenho de cada um dos 5.570 municípios brasileiros em alguns dos principais indicadores da primeira infância, como percentual de grávidas com acesso a pelo menos sete consultas pré-natal; mortalidade materna; percentuais de partos cesáreos, de crianças de até três anos em creches e imunizadas contra a poliomielite; mortalidade infantil, entre outros. A publicação também traz rankings dos Estados para cada um dos indicadores e dos municípios para dados de pré-natal.

O livro é resultado de um esforço iniciado a partir da criação do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB, dirigido pelo presidente do TCE de Goiás, conselheiro Edson Ferrari, com apoio do presidente do Instituto Rui Barbosa, conselheiro Edilberto Pontes. De lá para cá, o Tribunal goiano lançou o Portal da Primeira Infância, com indicadores que demonstram a situação em todo o Brasil. Essa ferramenta, por sua abrangência e funcionalidade, foi adotada pelo Pacto Nacional pela Primeira Infância, do Conselho Nacional de Justiça, como fonte de consulta para os interessados no tema.

No ano de 2023, havia a decisão de sensibilizar e mobilizar os Tribunais de Contas, estados e municípios no tema da primeira infância. No entanto, por decisão de alguns Tribunais de Contas, houve um avanço significativo no sentido de fazer esforços para alocar recursos para a Primeira Infância, assim como para se ter os Planos Municipais para a Primeira Infância. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/biblioteca/a-primeira-infancia-e-os-tribunais-de-contas/>



4.1.6 COMITÊ TÉCNICO DE CONCESSÕES, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E PRIVATIZAÇÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

O Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Conta é presidido pelo Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e coordenado pelo servidor Laelio Andrade, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Tem como objetivo principal estudar e pesquisar os métodos e procedimentos de controles, externo e interno, visando promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades fiscalizatórias nos processos de desestatização. Outra finalidade do Comitê se situa em promover atividades de capacitação e encontros nacionais, bem como participar na elaboração e desenvolvimento de eventos promovidos por terceiros, na área de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- **DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DOS TCs**

No dia 25 de julho, o Comitê Técnico do Instituto Rui Barbosa (IRB), que trata de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas, realizou reunião sobre a apresentação do esboço dos resultados do questionário on-line, que coletou informações para o diagnóstico da estrutura e forma de atuação das Cortes de Contas na Fiscalização de Concessões e PPPs.

Durante a reunião, o Comitê presidido pelo Conselheiro Rodrigo Nascimento, presidente do TCE-RJ, deliberou sobre a organização do 4º Encontro Técnico. Dentre os pontos: prazos de inscrição, estratégias de divulgação e agenda paralela ao evento.

No próximo encontro do CT, acontecerá a apresentação de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) na Agência Reguladora do Estado (ARSP-ES). A exposição ficará a cargo do servidor Guilherme Abreu.

- **APRESENTAÇÃO SOBRE AUDITORIA DE CONFORMIDADE**

Foi realizada, na manhã do dia 08 de agosto, reunião deliberativa entre os integrantes que compõem o Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas, do Instituto Rui Barbosa (IRB), que é presidido pelo Conselheiro Rodrigo Nascimento, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).



Na reunião, o servidor do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), Guilherme Abreu, compartilhou a experiência da auditoria de conformidade realizada pela Corte de Contas capixaba na Agência Reguladora de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP-ES). A apresentação serviu para promover o intercâmbio de experiências, metodologias, técnicas e conhecimentos, e suscitou debate sobre a fiscalização de agências reguladoras.

Após a apresentação da auditoria, a reunião teve continuidade com os debates sobre o monitoramento das Diretrizes do Comitê para o biênio 2022-2023, em especial a Diretriz nº 03, que trata da elaboração de notas técnicas orientativas aos Tribunais de Contas a fim de colaborar para o aperfeiçoamento do Sistema de Controle Externo.

- **4º ENCONTRO TÉCNICO SOBRE FISCALIZAÇÃO DE CONCESSÕES E PPPS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS**



O Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), realizou o 4º Encontro Técnico de Fiscalização de Concessões e PPP pelos Tribunais de Contas, nos dias 17 a 21 de outubro, na sede do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O evento se destina aos técnicos dos Tribunais que atuam na fiscalização de PPPs e Concessões, estudiosos do tema e comunidade jurídica em geral e tem como objetivo ampliar o conhecimento da doutrina e da jurisprudência dos TCS na referida área. Durante a programação, os servidores irão compartilhar experiências e boas práticas, permitindo o estreitamento da relação entre os técnicos das Cortes subnacionais.



Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- REUNIÕES TÉCNICAS

a) Pauta de abril: calendário de ações do Comitê.

Os participantes da reunião iniciaram a pauta debatendo sobre a relação entre a contratação tradicional para execução de serviços de saneamento e a possibilidade dessas contratações ocorrerem por meio de Concessões e/ou Parceria Público-Privadas (PPPs).

O tema discutido tem como referência legal as alterações no artigo 10 da Lei Federal nº 11.445/07, que foi alterada pelo Novo Marco do Saneamento Básico.

Na continuidade, foi deliberado acerca dos ajustes pendentes na atualização do Regimento Interno do Comitê, em especial, a periodicidade das reuniões e o alinhamento dos eventos ao calendário geral de ações do IRB.

Por fim, deu-se continuidade à organização do 5º Encontro Técnico que está previsto para acontecer em setembro e que será sediado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

b) Pauta de maio: Levantamento sobre a prestação dos serviços de água e esgoto, considerando a sua forma de concessão no estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa pautou-se em coletar dados acerca da universalização dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, de acordo com a modalidade de execução destes serviços: concessões, empresa estatal (Cedae) ou prestação direta (Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAE).

Os dados do levantamento foram apresentados durante reunião entre os integrantes do Comitê, no dia 15 de maio, onde se verificou que os municípios atendidos pela modalidade de concessões possuem maior índice de universalização dos serviços de distribuição de água potável e de coleta e tratamento de esgoto:

Serviço	Concessões	Prestação direta (SAAE)	Empresa estatal (Cedae)
Distribuição de água	universalização de 95%	universalização de 93%	universalização de 74%
Coleta de esgoto	universalização de 80%	universalização de 75%	universalização de 77%
Tratamento de esgoto	universalização de 69%	universalização de 19%	universalização de 39%

Dando continuidade à reunião, foi realizado o monitoramento das Diretrizes do Comitê para o biênio 2022-2023, onde se verificou que todas estão em pleno atendimento e execução.

Por fim, deliberou-se acerca da organização de reuniões e eventos nacionais sobre a temática do Comitê.

c) Pauta de novembro: Reunião técnica no evento Encontros com o Futuro, com atualizações acerca da revisão da Nota Técnica sobre a atuação dos Tribunais de Contas na Fiscalização de Projetos de Desestatizações.

Na sequência da pauta, conduziu-se o debate e o planejamento de atividades para 2024, tratando dos temas sugeridos pelos integrantes do grupo, a saber: inclusão, no próximo ciclo de avaliação de desempenho dos Tribunais de Contas, realizada pela ATRICON, de indicador relativo a Concessões e PPP; debate sobre a utilização do valor da outorga em licitações de concessões de saneamento básico, com base no contido no Acórdão nº 245/23 – Plenário – TCU; considerações sobre concessões de transporte público com a modelagem de tarifa zero para o usuário; verificação da viabilidade de criação de hospedagem virtual de todo o material produzido pelo Comitê, além de relatório de análises de concessão e PPPs.

- 5º ENCONTRO TÉCNICO SOBRE FISCALIZAÇÃO DE CONCESSÕES E PPPS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS

A fiscalização, além do processo licitatório, para garantir a qualidade da prestação de serviços aos usuários, foi um dos principais desafios apontados para os Tribunais de Contas (TCs) na abertura do "5º Encontro Técnico sobre Fiscalização de Concessões e PPPs pelos Tribunais de Contas". Realizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Privatizações dos Tribunais de Contas.

O encontro reuniu cerca de 200 participantes entre servidores públicos, auditores de controle externo, secretários de Estado, procuradores e membros de Tribunais de Contas.

Em sua fala de abertura, o Presidente do TCE-RJ deu boas-vindas aos participantes, demonstrou satisfação em sediar o encontro e reforçou que o evento tem se consolidado no calendário dos Tribunais de Contas. O Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento fez uma breve



descrição do encontro ao explicar que, entre os dias 18 e 22 de setembro, nove painéis, com palestras proferidas por diversos especialistas de diferentes áreas de atuação, vão permitir o compartilhamento de conhecimentos sobre a temática.



"A ação efetiva dos Tribunais de Contas tem a capacidade de fazer a diferença na qualidade dos serviços públicos concedidos. A atuação do controle externo não se pode limitar ao processo licitatório, mas deve se estender à prestação do serviço contratado. São concessões que duram décadas e somente com uma fiscalização coordenada vamos alcançar a implantação plena das políticas públicas", afirmou o Presidente do TCE-RJ, que complementou sua fala com o caso da concessão da Cedae.

O Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro, Bruno Dubeux, comentou a importância do diálogo institucional entre os Tribunais e os jurisdicionados: "Quero parabenizar o conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento pela sua liderança, que tem feito uma grande diferença na busca por soluções na administração pública. O amadurecimento das instituições mostra que o controle externo exercido de forma pedagógica e dialógica é mais benéfico do que quando se assume uma postura de afrontamento".

Nicola Miccione, Secretário de Estado da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, citou o caso da Cedae: "A concessão é de 35 anos, é uma grande oportunidade para o Estado e para a sociedade. O gestor precisa entender que a fiscalização está ao lado dele para corrigir possíveis erros. Essa interação entre gestor, fiscais e fiscalizados faz com que haja a modernização dos contratos".





O Secretário de Estado de Energia e Economia do Mar, Hugo Leal, chamou a atenção para a experiência que a concessão pode proporcionar ao usuário final: "O cidadão quer o serviço bem prestado. O êxito do processo de concessão é apenas uma das etapas, o que vem depois é a parte mais difícil. O processo de controle precisa ser racional, não deve colidir ou enfrentar, mas olhar para dentro da perspectiva de um contrato ativo que dura décadas. As concessões são uma tendência no país e os Tribunais de Contas têm exercido cada vez mais protagonismo".

Para o Vice-Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), Conselheiro Daniel Augusto Goulart, o encontro é uma oportunidade de multiplicação de conhecimentos: "Em nosso Estado, temos alguns casos de PPPs em andamento que têm dado resultados positivos para a sociedade. Uma iniciativa que fez muita diferença foi a abertura de diálogo com os gestores municipais. A criação de uma comissão exclusiva para tratar a temática também foi uma experiência que deu certo".





O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG), Marcílio Barenco Corrêa de Mello, fez uma breve citação ao caso de concessão do Complexo do Mineirão: "Temos situações que se repetem em vários Estados pelo Brasil. Aqui podemos discutir casos e buscar soluções. Voltaremos para nossas instituições diferentes de quando saímos".

Também estiveram presentes na abertura do encontro o Conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, (TCM Rio), Bruno Maia; o Procurador-Geral da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera), Marcus Vinícius Barbosa, representando o Conselheiro-Presidente da instituição, Rafael Menezes; o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), Rodrigo Cavalcanti Novaes; o Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), Ronaldo Nascimento Sant'Anna; o Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), Antonio Ed Souza Santana; e a Procuradora de Contas do TCE-RJ, Aline Pires Carvalho Assuf.

Os impactos da NLLC sobre Concessões E PPPs

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade de São Paulo, o Assessor Técnico-Procurador do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Guilherme Jardim Jurksaitis, ministrou a palestra de abertura do evento, com o tema "Os impactos da Nova Lei de Licitações e Contratos nas concessões e PPPs". Ele traçou uma linha do tempo da legislação de licitações e contratos e apontou a eficiência nas contratações públicas, o dever de transparência, a inversão de fases, o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e a alocação de riscos como pontos de influência da Lei de Concessões na legislação de contratações públicas.



“Em primeiro lugar, é preciso perder o medo da Nova Lei de Licitações. O sistema de concessões não é só uma lei, é um conjunto delas, que influencia e sofre influência das demais legislações. A Lei nº 14.133/2021 é a legislação do mundo digital e traz inovações como o portal nacional de contratações públicas e a habilitação por meio eletrônico. A participação dos Tribunais de Contas é fundamental nesse momento de transição. Somos nós que percebemos as dificuldades da administração pública, principalmente na esfera municipal”, concluiu o especialista.

** Com fotos e informações do TCE-RJ.*

- OFICINA: CONCESSÃO DE PARQUES E ASPECTOS PRÁTICOS DA FISCALIZAÇÃO

“Concessão de Parques e aspectos práticos da fiscalização” foi o tema central da oficina promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas, na tarde do dia 04 de agosto.

O evento foi realizado de forma virtual e com transmissão simultânea pelo canal da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, no YouTube, onde foram apresentados diferentes casos de concessões de parques públicos à iniciativa privada, abordando os aspectos da fiscalização dessas privatizações e experiências de processos de auditorias realizadas no cenário nacional.



O Conselheiro Rodrigo Nascimento, Presidente do TCE-RJ e do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas do IRB, realizou a abertura da oficina, contextualizando o tema e agradecendo aos integrantes do Comitê Técnico e palestrantes convidados pelos esforços e disponibilidade empreendidos na execução do evento.



“Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para manifestar os meus agradecimentos especiais aos integrantes do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas do IRB, que é a Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas, e aos palestrantes que se disponibilizaram a apresentar abordagens diversas acerca do que há de mais relevante e atual na temática desta oficina. Acredito que este momento será uma boa oportunidade para compartilharmos nossas valiosas experiências e melhores práticas sobre a concessão de parques”, destacou.

A programação de palestras da oficina teve início com a exposição do tema “Concessão de Parques: quais os principais desafios para o Controle Externo?” proferida pelos Auditores Públicos de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS): Ben-Hur Kummer Bittencourt, Felipe Wagner da Rosa e Gabriela Nunes Haenssgen.

Na sequência, a Gerente de Projetos do Instituto Semeia, Bárbara Matos, discorreu sobre a exploração de parques urbanos por concessionários privados, na perspectiva da garantia de uma boa gestão, acesso da população e sustentabilidade econômica do negócio.



O Assessor da Companhia Paulista de PPP do Governo do Estado de São Paulo, Adriano Alexander Sundfeld, compartilhou a experiência do Governo paulista na concessão de parques, finalizando a programação das palestras.

A oficina foi encerrada com um debate entre os palestrantes, a partir de perguntas realizadas pelos participantes que acompanharam o evento de forma on-line, no canal da ECG/TCE-RJ, no YouTube. O momento foi mediado pelo Assessor Técnico da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), Guilherme Jardim Jurksaitis.



4.1.7 COMITÊ TÉCNICO DE EDUCAÇÃO

O Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa tem caráter permanente na estrutura organizacional do Instituto. Este é presidido pelo Conselheiro Rodrigo Coelho do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, e coordenado por Eliane Cabrini Ramalho, servidora do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O Comitê objetiva desenvolver estudos e propor medidas capazes de induzir o atendimento das metas e estratégias dos planos de educação nacional, estaduais e municipais, sugerindo parâmetros nacionais de controle aos Tribunais de Contas brasileiros, com a finalidade precípua de melhorar a oferta e a qualidade dos serviços de educação à população, abrangendo diferentes modalidades de ensino, das creches às universidades.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- MINUTA PARA DEBATER COMPATIBILIDADE DE PLANOS DE EDUCAÇÃO COM LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Em paralelo à realização do XIII Encontro Nacional dos Técnicos de Educação Profissional das Escolas de Contas – EDUCONTAS, realizado nos dias 1 e 2 de setembro, em Maceió-AL, e promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL) e sua Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça, o Comitê Técnico de Educação (CTE-IRB) promoveu oficinas entre os representantes dos Tribunais Contas, com o objetivo de propor ações de controle na compatibilidade entre as peças de Planejamento Governamental e os Planos de Educação.





As oficinas foram conduzidas pelo Presidente do Comitê Técnico de Educação do IRB e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), Conselheiro Rodrigo Coelho, onde foi produzida uma minuta de proposta para debater a possibilidade de tornar compatíveis os planos de educação estaduais e municipais com os respectivos Planos Plurianuais (PPA's), além das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO's) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA's). Dessa forma, esses instrumentos passarão a apresentar dotações orçamentárias compatíveis com os planos de educação.



"Para que, de maneira clara, por meio de um ato normativo próprio, os Tribunais de Contas possam orientar os seus jurisdicionados para o envio dos respectivos PPA's e orçamentos, com a devida compatibilização com o plano de educação", considerou o Conselheiro Rodrigo Coelho, ao ressaltar que, apesar de a vigência do Plano Nacional de Educação estar no final (2014 a 2024) e, conseqüentemente, os planos subnacionais de educação também, o aprendizado será extremamente importante para que nas próximas peças de planejamento governamental, de médio prazo, estejam contemplados os planos, as metas e as estratégias definidas em debate para atingimento dos objetivos dessa política pública.

Ao final da oficina, o conselheiro fez questão de agradecer aos técnicos e a todos os TC's que contribuíram para a produção da minuta. E salientou que, após análise dos conselheiros do CTE-IRB, esse documento, por objetivo, será encaminhado a todas as Cortes de Contas.



- REUNIÃO PRESENCIAL DA COMISSÃO GERAL DE TRABALHOS TÉCNICOS E DA INSTÂNCIA DE CONSELHEIROS QUE COMPÕEM O COMITÊ TÉCNICO DE EDUCAÇÃO E ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

O Comitê Técnico de Educação, do Instituto Rui Barbosa (IRB), realizou no dia 09 de agosto a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Geral de Trabalhos Técnicos do Comitê, reunindo os seus integrantes de forma presencial, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), com programação das 09h às 17h.

A abertura da reunião foi iniciada com as palavras do Presidente do Comitê, Conselheiro Rodrigo Coelho, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES). Na sequência, foram apresentados a proposta de estudos e trabalhos sobre quatro eixos temáticos voltados à área da educação.

O Eixo 1, que trata do tema infraestrutura e padrão de qualidade, foi apresentado pela servidora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Rachel Campos. Base curricular e estratégias pedagógicas é o tema do Eixo 2, apresentado por Jumara Sotto Maior, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA). Ketzá Cardoso, servidora do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ), foi a responsável por apresentar o Eixo 3, que aborda a seleção de ações de controle para o PACE-2022. Encerrando a programação da manhã, a servidora do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), Priscila de Castro, apresentou o tema do Eixo 4: intersectorialidade na perspectiva da integralidade cidadã.





O sistema Informatizado de Auditoria em Programas de Educação – Sinapse, do Tribunal de Contas da União (TCU), foi compartilhado com os integrantes do Comitê, na programação da tarde da reunião. Por fim, “a ausência de condições adequadas de oferta educacional” foi escolhida como tema norteador das fiscalizações que serão realizadas pelos Tribunais de Contas, na área da educação.

Reunião de Conselheiros Membros do Comitê Técnico de Educação do IRB

Na manhã do dia 09 de agosto, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), com a condução do Conselheiro Rodrigo Coelho, Presidente do Comitê Técnico de Educação do IRB, foi realizada a 4ª Reunião Ordinária da Instância de Conselheiros que integram o referido Comitê.

A pauta da reunião foi iniciada com a apresentação do tema: “a ausência de condições adequadas de oferta educacional”, escolhido pela Comissão Geral dos Trabalhos Técnicos, para nortear as fiscalizações realizadas pelos Tribunais de Contas na área da educação.



A alimentação na perspectiva da política educacional e a necessária intersectorialidade para o alcance de integralidade do estudante-cidadão, foi a matéria debatida pelos Conselheiros presentes na reunião, e que originou-se de um caso concreto apreciado pelo plenário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES).

Na oportunidade, foi deliberado acerca da alteração no Regimento Interno do Comitê, no que trata sobre a realização de dia e horários das reuniões ordinárias. A reunião foi encerrada com a fala do Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, Diretor-Geral da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Como destaque da atuação do Comitê, foi elaborada uma matriz de planejamento para as fiscalizações abaixo ainda em 2022 (por eixo) e suas modalidades, as quais foram disponibilizadas no site do comitê para acesso durante todo ano de 2023: <https://irbcontas.org.br/comites/comite-tecnico-de-educacao/#100-2370-wpfd-projetos-e-fiscalizacao-2022>

As matrizes e planilhas desenvolvidas pelo corpo técnico do comitê já registraram mais de 500 acessos, demonstrando o interesse e a utilidade desses recursos para os envolvidos. Segue: Eixo 1 – Infraestrutura e Padrão de Qualidade: Em 2023, o corpo técnico do CTE-IRB definiu como linha de ação para o Eixo 1 a abordagem sobre a “Ausência de Condições Adequadas de Oferta Educacional,” com o intuito de avaliar e melhorar a base estrutural e os padrões de qualidade nas instituições educacionais.

Eixo 1 – Infraestrutura e Padrão de Qualidade:

Em 2023, o corpo técnico do CTE-IRB definiu como linha de ação para o Eixo 1 a abordagem sobre a “Ausência de Condições Adequadas de Oferta Educacional,” com o intuito de avaliar e melhorar a base estrutural e os padrões de qualidade nas instituições educacionais. Auditoria Coordenada – Operação Educação.

Eixo 2 – Currículo e Estratégias Pedagógicas:

Para o Eixo 2, a linha de ação escolhida pelo corpo técnico do CTE-IRB em 2023 é voltada para o “Cumprimento das Diretrizes Decorrentes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008,” visando assegurar a aderência às normativas e promover a qualidade do currículo e das estratégias pedagógicas.

Eixo 3 – Formação, Avaliação e Verificação de Resultados:

A linha de ação selecionada pelo corpo técnico do CTE-IRB para o Eixo 3 em 2023 aborda o “Não Cumprimento da Carga Horária do Ano Letivo”, concentrando-se na fiscalização e avaliação do tempo dedicado ao ensino.



Eixo 4 - Intersetorialidade na Perspectiva da Integralidade Cidadã:

Para o Eixo 4 em 2023, o corpo técnico do CTE-IRB optou por abordar a "Intersetorialidade para Alcançar a Atenção Integral à Criança e ao Desenvolvimento na Primeira Infância", visando promover a colaboração entre diferentes setores para garantir o desenvolvimento integral das crianças.

Demais ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- REUNIÕES TÉCNICAS

O Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) realizou, no dia 07 de novembro, em Belém-PA, reunião entre seus integrantes para discussão e deliberação acerca do planejamento das ações que serão realizadas pelo Comitê no decorrer do ano de 2024.

A reunião foi conduzida pelo Conselheiro Rodrigo Coelho, Presidente do CTE-IRB e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), e integra à programação do "Seminário ICMS Educação", que será realizado nos dias 07 e 08 de novembro, no Hotel Grand Mercure.



Ao iniciar sua fala, Rodrigo Coelho enalteceu o trabalho do Instituto Rui Barbosa em contribuir para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas na área da educação, bem como explicou os temas a serem abordados na pauta da reunião.

"Durante este encontro trataremos das pautas vigentes deste ano de 2023, especificamente, teremos uma discussão sobre alimentação escolar, e também debateremos acerca das ações que serão executadas no decorrer do ano de 2024, como a especificidade regional da alimentação escolar, além de uma possível definição dos patronos para cada eixo que os técnicos estão trabalhando em suas instâncias relativas às políticas públicas em educação", concluiu.



Para o ano de 2024, ficou definido que o Comitê realizará seu plano de trabalho a partir de quatro eixos de atuação: eixo 1 – Ação de monitoramento da Fiscalização Ordenada – Operação Educação; eixo 2 – Diagnóstico dos Planos de carreira e remuneração do magistério público municipal; eixo 3 – Estudo e produção de indicadores com base no Censo Demográfico 2022 e a Prova Brasil 2021 para subsidiar a fiscalização; e eixo 4 – Governança Colaborativa no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Ficou consignado a futura designação de um Conselheiro Membro do Comitê para atuar como patrono de cada um dos eixos que compõem o plano de trabalho.

- GRUPO DE TRABALHO ORÇAMENTO X PNE:

Dentro do Eixo 4, o Grupo de Trabalho Orçamento X PNE escolheu a linha de ação focada na “Compatibilidade entre as Peças de Planejamento Governamental e os Planos de Educação” para o ano de 2023, visando assegurar a convergência entre os planos educacionais e os instrumentos de planejamento governamental.

- AUDITORIA COORDENADA – OPERAÇÃO EDUCAÇÃO



A iniciativa, uma parceria entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), tem o apoio técnico do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê de Educação (CTE-IRB), e ainda o suporte institucional da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC). A participação do TCU inclui a possibilidade de fornecimento de dados relativos à educação básica do país e de acesso, pelas equipes, a trabalhos

já desenvolvidos pela Corte no âmbito de suas competências. A metodologia dos modelos de fiscalização e de consolidação de dados da iniciativa foi cedida pelo TCE-SP.

Para o presidente do IRB, Edilberto Pontes, ao lado das boas práticas pedagógicas e de professores qualificados e motivados, escolas limpas, com mobiliário adequado, com infraestrutura de bibliotecas e espaços para práticas esportivas são questões extremamente relevantes para a melhoria da oferta da educação pública. "A auditoria coordenada dos Tribunais de Contas se concentra, neste momento, nas questões estruturais. Verificar as condições das escolas públicas em todo o País e oferecer um diagnóstico nacional, que ajudará os governos, nas três esferas, a corrigir equívocos e aperfeiçoar práticas."

- SEMINÁRIO ICMS EDUCAÇÃO



O destaque do semestre foi a realização do Seminário ICMS Educação, realizado, nos dias 07 e 08 de novembro, em Belém/PA, em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA) e o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA). Durante o evento, foram apresentados os eixos e temas escolhidos para nortear as ações do CTE-IRB, além da definição da modalidade de fiscalização a ser proposta.

- V SINED – GO



No mês de maio, o Comitê esteve presente no V Seminário Nacional de Educação (SINED), em Goiânia, participando ativamente das discussões e contribuindo para o fortalecimento das políticas educacionais. Essa participação reforça o compromisso do CTE-IRB em estar atualizado e alinhado com as melhores práticas no campo da educação.

"Nós somos autônomos, mas isso não é sinônimo de apartados, e a fiscalização ordenada nos ensinou a caminhar de mãos dadas. Minha gratidão imensa aos 785 técnicos envolvidos na fiscalização. O que vocês fizeram foi extraordinário", disse o conselheiro em seu cumprimento inicial.

- APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO 2024 POR EIXO

Em evento ocorrido no dia 28 de novembro, o Comitê Técnico de Educação apresentou o planejamento estratégico por eixo, delineando as ações a serem implementadas para a melhoria da fiscalização educacional. Essa apresentação foi essencial para alinhar as diretrizes do CTE-IRB e promover uma abordagem mais eficaz no acompanhamento das instituições educacionais.

- III CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Encerrando o ano com chave de ouro, o CTE-IRB marcou presença no III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, sediado em Fortaleza/CE. Este evento proporcionou uma oportunidade valiosa para troca de conhecimentos e experiências, consolidando a atuação do Comitê no cenário nacional.

O Comitê Técnico de Educação (CTE-IRB) reafirmou seu compromisso em contribuir para o aprimoramento da gestão educacional no Brasil, através de ações proativas, parcerias estratégicas e constante atualização. Estamos confiantes de que as iniciativas empreendidas durante este período terão impacto positivo na promoção da qualidade e eficiência no setor educacional

4.1.8 COMITÊ TÉCNICO DE ESTUDOS E ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

O Comitê Técnico de Estudos e Acompanhamento Legislativo do Instituto Rui Barbosa é presidido pelo Conselheiro Waldir Neves Barbosa do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

4.1.9 COMITÊ TÉCNICO DE ESTUDOS E SISTEMATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do Instituto Rui Barbosa é presidido pelo Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes, do Tribunal de Contas do Estado do Pará, e coordenado pela servidora Dacicleide Sousa Cunha Gatinho, do Tribunal de Contas do Amapá.



Ações desenvolvidas em 2022 pelo Comitê:

- PALESTRA MACROTENDÊNCIAS DO CONTROLE EXTERNO

O Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do Instituto Rui Barbosa – IRB e a Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE-AP, realizaram no dia 15 de julho, palestra com a temática “Macrotendência do Controle Externo”.

O tema foi apresentado pela Dra. Heloisa Helena Nascimento Rocha, Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas de Minas Gerais, TCE-MG.

Dentre as informações compartilhadas, as etapas da III Pesquisa de Macrotendências de Controle Externo que nortearam as diretrizes para a Estratégia 2026 do TCE MG e os eixos basilares do processo de Planejamento Estratégico.

O estudo contemplou, além das tradicionais áreas de controle externo, temas sobre Economia, Responsabilidade Fiscal dos governos, prestação de serviços do Estado, Infraestrutura, Meio-ambiente e Social, no âmbito mundial e nacional.

Na pesquisa, também foram usados dados das entidades superiores de fiscalização, INTOSAI P-12 e a NBASP 12.

Um dos objetivos do trabalho se situou no fortalecimento da accountability, da transparência e da integridade do governo e das entidades públicas sob o ponto de vista da promoção de benefícios para a vida dos cidadãos.



A palestra ocorreu em ambiente virtual e contou com a participação de servidores dos Tribunais de Contas de todo o país.

A coordenadora do CT de Estudos e Sistematização da Administração

Pública, Dacicleide Sousa Cunha Gatinho, finalizou a palestra conjuntamente com a Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo, que representou o presidente do Comitê, Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes do TCE-AP.

- PROJETO DE UNIFORMIZAÇÃO PROCESSUALÍSTICA PARA A REDE TRIBUNAIS DE CONTAS



Foi realizada no dia 26 de julho, reunião on-line do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do Instituto Rui Barbosa (IRB). O encontro foi dirigido pelo presidente do CT, conselheiro Reginaldo Parnow Ennes (Tribunal de Contas do Estado do Amapá, TCE-AP) e teve como ponto principal o debate acerca da elaboração de projeto de instrumento jurídico de uniformização processualística para a rede de Tribunais de Contas.

Para auxiliar na elaboração do protótipo, os integrantes do CT estabeleceram a necessidade de conhecer o projeto, que já vem sendo desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT), assim como as leis orgânicas e os regimentos internos dos 33 Tribunais de Contas brasileiros. Após essa fase, o grupo realizará um seminário de âmbito nacional, reunindo todas as Cortes de Contas para discutir sobre o tema.

Durante a reunião, a conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC) e membro do Comitê, Dulcinéia Benício de Araújo, destacou que "a proposta de uniformização do processo de contas pode ser considerada uma das mais importantes contribuições do IRB, neste momento, padronizando nomenclaturas e tramitação processual. A rede de Tribunais de Contas falará uma só linguagem processual. Esse trabalho afetará positivamente toda sociedade, pelo cumprimento constitucional do princípio do devido processo legal de forma sistêmica e integrada em todos os tribunais de contas do Brasil".



- APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA “ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COM OKRS (OBJETIVE AND KEY RESULTS)”



Em 04 de agosto, os participantes do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública (CTESAP), do Instituto Rui Barbosa (IRB), estiveram reunidos para discutir a apresentação da metodologia “Estratégia e Organização do Trabalho com OKRs (Objective and Key Results)”, que foi realizada pela auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), Márcia Soares Marques.

O grupo também realizou uma avaliação das atividades realizadas no primeiro mês de instalação do Comitê.

Os integrantes do CTESAP dividiram-se em três grupos (GT1; GT2 e GT3) na primeira reunião do CT e neste encontro apresentaram o balanço de suas atividades.

O GT1 realizou o levantamento de 80% das leis orgânicas e regimentos internos dos tribunais, visando o estudo do material para a elaboração do projeto de código de contas para a uniformização da processualística dos tribunais de contas.

Já o GT2 apresentou a coleta de dados de boas práticas da administração pública para estudo de viabilidade de implantação no Sistema Tribunais de Contas.

Finalizando as exposições dos grupos, o GT3 confeccionou proposta de metodologia de elaboração do Plano Estratégico do IRB com o Projeto de Monitoramento e Controle das Etapas.

Para o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará e membro do Comitê, Odilon Inácio Teixeira, a reunião foi muito produtiva



e manifestou: “a velocidade com que as novas demandas vêm se apresentando às organizações, e aqui se inclui os Tribunais de Contas, gera um desafio para que os gestores deem uma resposta rápida e efetiva, e a ferramenta de trabalho das OKRs (Objective and Key Results) vem ao encontro dessa necessidade, traz a possibilidade do administrador ter maior agilidade na tomada de decisões sem prejuízos nos resultados esperados, mantendo o foco organizacional nas estratégias estabelecidas e nas prioridades a serem realizadas”.

- LEVANTAMENTO DAS BOAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS



O Grupo de Trabalho 2 (GT2), do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública (CTESAP), realizou uma programação de reuniões técnicas envolvendo os seus integrantes, com o objetivo de debaterem acerca do ponto de controle do projeto de catalogação das boas práticas, estabelecimento do modelo para operacionalização dos trabalhos e avaliação dos resultados das atividades realizadas pelos membros do GT2.

O escopo das boas práticas, a serem levantadas pelo Grupo de Trabalho, utilizará como fonte o banco de dados da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), que está sendo atualizado pelo Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC 2022), o qual se propõe a avaliar as boas práticas e qualidade das Cortes de Contas.

Na oportunidade, foram apresentados os temas sugeridos pelos membros, por meio do preenchimento de formulário, para coleta de boas práticas, ficando definido que o grupo trabalhará as seguintes temáticas: Planejamento, Utilização de Ferramenta Digitais e Desburocratização.



Por fim, deliberou-se como próximas ações do Grupo de Trabalho, o levantamento do banco de dados da ATRICON, com a finalidade de se obter sugestões de critérios para validação das boas práticas, a construção de mecanismos para disseminação dessas ações e construção, junto ao Instituto Rui Barbosa (IRB), de plataforma on-line para apresentação do produto final produzido pelo Comitê.

O Conselheiro Francisco Brito, Presidente da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR) e membro do Grupo de Trabalho, encerrou a reunião parabenizando a equipe pela excelente decisão em estabelecer como escopo do trabalho as boas práticas validadas pela ATRICON, através do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, edição de 2022, consolidando a parceria entre os órgãos que apoiam a rede de tribunais de contas, IRB e ATRICON.

- REUNIÕES VIRTUAIS

Ao longo de 2022 foram realizadas reuniões virtuais de modo sistemático com o objetivo de dar andamento nas atividades do Comitê.

- ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A elaboração do PE do IRB está integrada ao Grupo de Trabalho 3 (GT3), do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública (CTESAP), presidido pelo Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), Reginaldo Parnow Ennes.

O GT3 foi instituído com a finalidade de atender ao disposto no art. 2º, inciso V, da Portaria Nº 10/2022 – IRB, que trata da criação do Comitê, e elenca como um de seus objetivos “auxiliar o IRB, no que couber, no desenvolvimento das ações do Planejamento Estratégico”.



O Grupo esteve à frente da construção do formulário eletrônico que será utilizado para coleta dos dados que subsidiarão a elaboração do Planejamento Estratégico do IRB 2023/2026, de acordo com a temática de cada subgrupo.

Os subgrupos se responsabilizaram pelas informações acerca das seguintes áreas: subgrupo 1, informações das áreas de atuação da própria organização; subgrupo 2, informações das áreas de atuação de organismos similares ao IRB; e o subgrupo 3, informações sobre possíveis sobreposições na atuação de organismos representativos da área de controle.

Dentro do cronograma de ações realizou-se ainda, nos dias 19 e 20 de outubro, a partir das 08h, na sede do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), da Escola de Contas do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília-DF, a oficina de validação da Identidade Organizacional (Missão, Visão e Valores), Objetivos e Iniciativas Estratégicas, do Instituto Rui Barbosa (IRB), como parte da elaboração do Plano Estratégico do IRB – 2023/2027.

A oficina é uma iniciativa do Grupo de Trabalho nº 3 (GT3), do Comitê Técnico de Estudo e Sistematização da Administração Pública do IRB (CTESAP), presidido pelo Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes.

Foram convidados a participar da oficina os membros da Diretoria do IRB, os Presidentes e Coordenadores dos Comitês Técnicos e os integrantes do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública.

A atividade realizada pelo GT3 atende ao disposto no art 2º, V da Portaria nº 10/2022 – IRB que instituiu a criação do CTESAP, e que dispõe como um dos objetivos do Comitê: "auxiliar o Instituto Rui Barbosa, no que couber, no desenvolvimento das ações do Planejamento Estratégico".





- VISITA TÉCNICA AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO

Os Membros e integrantes do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública, do Instituto Rui Barbosa (IRB), presidido pelo Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), Reginaldo Parnow Ennes, visitaram o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT) com a finalidade de conhecer as boas práticas desenvolvidas na Corte de Contas mato-grossense, em especial no âmbito da Escola Superior de Contas, Ouvidoria-Geral e Corregedoria-Geral.



Os representantes do Comitê foram recepcionados pelo Vice-Presidente do TCE-MT, Conselheiro Valter Albano, que destacou a importância do intercâmbio de informações entre as Cortes de Contas. “Entendo que os Tribunais de Contas vão crescendo no seu conjunto para, assim, cumprir bem o seu papel e ir ao encontro do que a sociedade deseja”, declarou o Conselheiro.

Durante a visita técnica, os integrantes do Comitê puderam conhecer os sistemas “Mesa Técnica” e “Sistema Radar”, desenvolvidos pelo TCE-MT com o objetivo de mediar assuntos de alta densidade jurídica e técnica, propondo a melhor solução em termos de proteção do erário e celeridade por parte das organizações públicas que possuem a prerrogativa de realizar obras e serviços em benefício da sociedade.

O Ouvidor do TCE-MT, Conselheiro Antonio Joaquim, compartilhou o trabalho realizado pela Ouvidoria do órgão, focando na humanização e agilidade no atendimento. Na oportunidade, os integrantes do Comitê conheceram o plano de trabalho da Corregedoria-Geral, apresentado pelo Secretário Executivo, Edson Palma.



“Estamos aqui para averiguar as boas práticas e discutir assuntos que possam ser levados para outras cortes de contas. As informações também são importantes para o planejamento estratégico do Instituto Rui Barbosa. Estamos extremamente satisfeitos com o que vimos”, avaliou o Conselheiro Reginaldo Parnow.

Componentes do Comitê

Além do Conselheiro Reginaldo Parnow, compuseram a comitiva de representantes do Comitê Técnico: Antônio Clesio Cunha, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCE-AP; Conselheiro Odilon Inácio Teixeira, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA); Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG); Conselheiro Substituto Antônio Emanuel Andrade de Souza, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA); Conselheiro Gilberto Jales, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), que preside o Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do IRB; Conselheiro Francisco José Brito Bezerra, Presidente da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR); Dacicleide Sousa Cunha (TCE-PA), coordenadora do Comitê; e os servidores Dácio Rijo Rossiter (TCE-PE), Ana Sophia Besen (TCE-SC) e Fernando Cardoso Dourado (TCM-PA).

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

REUNIÕES TÉCNICAS

a) Pautas de janeiro.

- Reunião online: Participação do GT1 no VIII Congresso de Internacional de Controle e Políticas Públicas e organização dos procedimentos para elaboração do Plano de Ação dos Grupos de Trabalho. Teve como principais deliberações: Divisão das tarefas entre os membros do Grupo de Trabalho para finalização dos dois trabalhos, a serem apresentados no congresso, “Termo de Ajuste de Gestão” sob a coordenação de Ana Sophia (TCE/SC) e “Indução da Governança na Rede de Tribunais de Contas Através da Uniformização Processual” sob a coordenação de Antônio Emanuel (TCM/BA) e estipulação de prazo de entrega; Divisão das tarefas para elaboração do Plano de Ação e estipulação de prazo de entrega; Recepção de novos membros e Definição da Pauta de reunião presencial, no VIII Congresso Internacional de Controle Políticas Públicas.



- Segunda Reunião online: Participação do GT4 na análise da minuta do contrato com a DAP. Na oportunidade, foi realizado o levantamento dos pontos a serem debatidos no contrato e Atualização do Plano de Ação do Projeto.

b) Pautas de março.

- Reunião presencial: Discussão do Plano de Ação dos GTs, novos membros, divisão dos temas entre os membros e definição de prazos. Teve como principais deliberações: Redivisão das temáticas de trabalho dos GTs frente a entrada e saída de membros e estipulação de prazo de entrega e Recepção de novos membros.
- Reunião online: Participação do GT4 no alinhamento das cláusulas do contrato com a DAP. Teve como principais deliberações: Participação do GT1 na aprovação da minuta do contrato; encaminhamento para USTDA e agendamento do evento para assinatura do contrato.
- Segunda reunião online: Discussão do Plano de Ação do GT1, novos membros, divisão dos temas entre os membros e definição de prazo. Na ocasião foi apresentada a proposta de nova reestruturação do plano de trabalho, incluindo a abordagem de trabalho para cada tema, produto final a ser entregue pelo GT e definição de prazos.
- Segunda reunião presencial: Reunião de apresentação do DAP. Como ponto central, foi realizada a apresentação dos representantes da DAP e deliberado acerca do encaminhamento das primeiras ações do Comitê.

c) Pautas de abril.

- Reunião online: Participação do GT4 na reunião com a Decision Analysis Partners (DAP). Na oportunidade, foram debatidas com representantes da empresa Decision Analysis Partners (DAP) as ações que serão realizadas no contrato de consultoria.
- Segunda reunião online: Participação do GT1 na reestruturação da execução dos trabalhos, definição dos produtos a serem entregues e prazos. Na ocasião, foi dado início ao levantamento de sugestões dos integrantes sobre o que, ao seu modo de ver, seriam questões essenciais para um processo constitucional de controle externo (a independência das três funções do controle externo, investigação, acusação e julgamento, a própria constitucionalidade de uma lei dessa natureza, por exemplo).



- Terceira reunião online: Participação do GT4 na apresentação do projeto no Fórum de Secretários de Controle Externo. O momento se desenvolveu no sentido de realizar a mobilização para o envolvimento dos Secretários de Controle Externo dos tribunais de contas participantes do Projeto Piloto – TCE-AP, TCE-PR, TCE-ES, TCE-CE e TCU.
- Quarta reunião online: Participação do GT4 na organização da reunião KICK OFF e Proposta de Regimento Interno. Teve como principais deliberações: definição das ações preparatórias para reunião de “Kick off”, conhecendo as necessidades da Decision Analysis Partners e discussão da proposta de Regimento Interno do Projeto IRB-USTDA.

d) Pautas de maio

- Reunião online: Participação do GT1 na reestruturação da execução dos trabalhos, definição dos produtos a serem entregues e prazos. Devido a novas propostas de execução dos trabalhos apresentados durante a reunião, foi ajustado o plano de trabalho e ampliados os prazos para sugestão de datas e escolhas dos temas pelos membros do GT para aprovação na próxima reunião.
- Segunda reunião online: Organização da reunião KICK OFF. A reunião teve como foco a organização dos detalhes da reunião de “Kick off” com a escola de contas do TCE-PR.
- Terceira reunião online: Participação do GT1 na reestruturação da execução dos trabalhos, definição dos produtos a serem entregues e prazos. Na oportunidade, foi dada continuidade à pauta da reunião realizada no princípio do mês.
- Quarta reunião online: Participação do GT4 na reunião de acompanhamento do Projeto. A reunião teve como foco a apresentação de novos consultores da DAP e a definição dos encaminhamentos após a reunião KICK OFF.

e) Pautas de junho.

- Reunião online: Realização da 1ª reunião do núcleo de coordenação do GT4. Teve como principais deliberações: a finalização do regimento interno do projeto; a organização da secretaria; a preparação para reunião de aprovação do regimento e avanços nos encaminhamentos do Acordo.



- Segunda reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up com a DAP, destinada à organização da reunião de entrevistas para primeiro diagnóstico dos tribunais.
- Terceira reunião online: Participação do GT1 para aprovação do Plano de Trabalho. Deliberou-se sobre a aprovação dos temas, método de trabalho e cronograma para as atividades do referido GT em 2023.
- Quarta reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up, visando a organização das entrevistas com secretários de controle externo.
- Quinta reunião online: Participação do GT1 na aprovação do Plano de Trabalho. Deliberou-se sobre a divisão das tarefas aos membros de acordo com o novo Plano de Trabalho aprovado; a disponibilização da tabela para que os membros que não puderam participar da reunião escolhessem os temas e as datas da apresentação.

f) Pautas de julho.

- Reunião online: Realização da 2ª reunião do núcleo de coordenação do GT4, visando dar encaminhamentos após oitiva dos Secretários de Controle Externo.
- Segunda reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up com a DAP, em que foi apresentado o MMDTC e a proposta sobre o escopo da consultoria, para mitigar os desafios apresentados pelos TCs, considerando o objeto do contrato.
- Terceira reunião online: Participação do GT1 na aprovação do Plano de Trabalho. Foi deliberado que cada membro do GT1 deveria acessar a planilha no grupo do Teams do TCM-BA, na aba Divisão de Temas, e analisar e escolher qual(uais) tema(s) se proporia a estudar e redigir uma minuta de texto. O(s) tema(s) escolhido(s) foram preenchidos na planilha, e esta equipe formaria um subgrupo. Os subgrupos que fossem se formando deveriam eleger um coordenador e definir uma proposta de data para entregar uma primeira minuta de texto. Sugerimos que sejam datas de setembro ou outubro. As datas propostas foram consideradas para agendamento dos encontros para apresentação do texto e deliberação quanto à aprovação deste.



- Quarta reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up com a DAP, visando a análise da Melhoria da Apresentação das Auditorias de Desempenho dos Contratos Públicos; a revisão da Metodologia de Avaliação das Necessidades de Auditoria de Aquisições (PANA) - DRAF.
- Quinta reunião online: Participação do GT4 na apresentação do projeto no grupo dos secretários de Controle Externo do Projeto Piloto.

g) Pautas de agosto.

- Reunião online: Participação do GT4 na 3ª reunião do núcleo de coordenação do GT4. Foi deliberado sobre o Núcleo de Coordenação a leitura e a revisão dos documentos da última reunião follow up e resumo da reunião "kick off"; organização da reunião com Grupo dos TCs, após a reunião de follow up; apresentação dos docs: resumo kick off (para aprovação), docs melhoria e pana (para comentários), novo cronograma; reunião com os representantes dos TCs e grupos de apoio online pelo canal teams; Notificar o grupo de aceite sobre a aprovação dos documentos resumo "kick off".
- Segunda reunião online: Participação do GT4 na 3ª reunião do núcleo de coordenação do GT4. Na ocasião, houve a definição do uso da Metodologia de Avaliação das Necessidades de Auditoria de Aquisições (PANA) – DRAF e agendamento das novas entrevistas com os Tribunais.
- Terceira reunião online: Participação do GT4 na 4ª reunião do núcleo de coordenação do GT4. Foi realizado o resumo da reunião kick off para aprovação; apresentada a proposta de escopo da consultoria; desenvolvido metodologia PANA; dentre os assuntos gerais.
- Quarta reunião online: Participação do GT4 na 5ª reunião do núcleo de coordenação, núcleo e grupo de aceite. Atua na aprovação dos documentos e Relatório reunião kick off , incluindo a aprovação da metodologia PANA.
- Quinta reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up. Foram deliberadas: a Metodologia de Avaliação das Necessidades de Auditoria de Aquisições (PANA) – DRAF; o agendamento das novas entrevistas com os Tribunais e as propostas de escopo da consultoria.



- Sexta reunião online: Participação do GT4 na 6ª reunião do núcleo de coordenação do GT4. Houve deliberação sobre a definição do Ponto focal da DAP; definição da comunicação externa e notícias sobre o acordo; avaliação PANA; entrevistas PANA.
- Sétima reunião online: Participação do GT4 na apresentação do tema da competência do Ministério Público de Contas. Houve o primeiro debate sobre as competências do Ministério Público de Contas essenciais a construção de um processo constitucional de controle externo.

h) Pautas de setembro.

- Reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up com a DAP. Na ocasião, houve a confirmação das entrevistas; solicitação de conversa com responsáveis e usuários dos sistemas citados pelo professor de TI da Universidade da BA.
- Segunda reunião online: Participação do GT4 na Entrevistas PANA
- Terceira reunião online: Participação do GT4 na Reunião periódica de follow up com a DAP. Na oportunidade foi abordada a listagem dos sistemas; a programação de reuniões sobre TI; definição de pessoas e pontos focais dos TCs; busca de mapas dos processos de auditoria nos TCs.

i) Pautas de outubro.

- Reunião online: Apresentação do Tema: Competência das Unidades Técnicas de Controle Externo, essenciais a construção de um processo constitucional de controle externo.
- Segunda reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up com a DAP. Foi debatido sobre o acompanhamento das entrevistas e definição dos próximos passos.
- Terceira reunião online: Apresentação do Tema: Competência dos Conselheiros Substitutos, essenciais a construção de um processo constitucional de controle externo.

j) Pautas de novembro.

- Reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up com a DAP. Teve como principais deliberações: Comentários do Relatório da Tarefa 1, Progresso do Relatório da Tarefa 2, Cronograma



do Relatório da Tarefa 3, Cronograma do Workshop a realizar-se em dezembro em Curitiba e Acompanhamento da Entrevista com o Tribunal de Contas – materiais recebidos de: TCE-AP, TCE-ES, TCE-PR e TCU, Discussão do Fluxos do Processo de Auditoria

- Segunda reunião online: Apresentação do Tema: Competência do Ministério Público de Contas, segundo debate sobre o tema.
- Terceira reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up com a DAP. Na ocasião, foram debatidos os temas: Comentários aos Relatório da Tarefa 1, Discussão do Relatório da Tarefa 2, Cronograma do Relatório da Tarefa 3, Definição da Programação do o Workshop a realizar-se em dezembro em Curitiba, apresentação da Agenda provisória do Workshop e definição dos fluxos do processo de Auditoria.
- Quarta reunião online: Participação do GT1 na apresentação do Relatório de Atividades de 2023 e Plano de Trabalho para 2024.

k) Pautas de dezembro.

- Reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up com a DAP. Foi deliberado sobre os temas: Relatório da Tarefa 2, Cronograma do Relatório da Tarefa 3, Agenda provisória do Workshop e Discussão das metas de curto e longo prazos do IRB.
- Segunda reunião online: Encerramento das atividades de 2023. Houve a recepção dos novos membros do CT e inclusão de novos temas para 2024.
- Terceira reunião online: Participação do GT4 na reunião periódica de follow up com a DAP. Teve como principais deliberações: Discussão dos Relatórios das Tarefas 2 e 3, discussão de acompanhamento do Workshop, Desenvolvimento de um plano de execução gradual e definição de prioridades para Tarefa 4.
- Quarta reunião online: Participação do GT2 na 7ª reunião do núcleo de coordenação do GT4. Na oportunidade foi deliberado acerca do envio do Relatório da Tarefa 3 para os Secretários comentarem; atualização do plano de trabalho do Acordo: Definição da Planilha Modelo - Plano de Ação IRB 2023 - Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública.xlsx, Definição de agenda do Evento online de divulgação dos relatórios da tarefa



1 e 2 - no 1º semestre - a ser organizado pelo IRB; Evento de divulgação do diagnóstico sobre sistemas para equipe de TI - a ser organizado pelo IRB; Inclusão no plano de trabalho das seguintes ações: seminários de divulgação das recomendações (junto com tarefa 5); Curso de formação em auditoria (buscar patrocínio e auditor externo); Ação IRB para participação do IDI / INTOSAI.

• EVENTOS

a) Assinatura do contrato com DAP-USTDA, em março em Brasília.

b) Reunião Kick Off, em maio no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Foi realizada, no dia 16 de maio, a reunião de Kick Off que marca o início dos trabalhos relativos ao Termo de Acordo de Assistência Técnica firmado entre o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA). O encontro aconteceu no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), em Curitiba.

O momento foi conduzido pelo Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB (CTESAP-IRB), Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes.

"Um aspecto importante deste trabalho é promover a discussão sobre a adoção da metodologia do melhor preço nas compras públicas, pois a administração pública no Brasil segue, em grande parte, fixada na metodologia do menor preço. Estamos atrasados e desperdiçando recursos", pontuou o Conselheiro Reginaldo.

O Presidente da Corte de Contas paranaense, Conselheiro Fernando Guimarães, refletiu sobre a importância da iniciativa. "Há muito tempo venho dizendo que um dos grandes problemas da administração pública brasileira é o desperdício de recursos observado em compras públicas mal executadas. Por isso, me orgulha muito que o TCE-PR seja um dos quatro escolhidos para dar início a esse importante projeto-piloto", concluiu.

O objetivo da parceria é analisar as auditorias realizadas pelos Tribunais de Contas brasileiros a respeito das compras públicas feitas pelos órgãos sob sua jurisdição. O acordo resultou na contratação da empresa norte-americana Decision Analysis Partners, que prestará a assistência técnica necessária para a execução dos trabalhos.

Nesta etapa inicial, as atividades serão realizadas na forma de um projeto-piloto, junto aos quatro Tribunais de Contas dos Estados previamente



selecionados: Amapá (TCE-AP), Ceará (TCE-CE), Espírito Santo (TCE-ES) e Paraná (TCE-PR). A assistência técnica será desenvolvida a partir de um trabalho de consultoria voltado à avaliação e à emissão de recomendações a respeito do custo-benefício das auditorias de desempenho sobre compras públicas promovidas com base na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

A aplicação das novas técnicas será posteriormente estendida, pelo IRB, aos demais Tribunais de Contas estaduais e municipais de todo o país.

Durante a reunião, o representante da empresa Decision Analysis Partners, Raymond Barber, apresentou os objetivos e expectativas do projeto, bem como seu cronograma, plano de trabalho, equipe técnica e avaliação de riscos, entre outras informações relevantes.

Na oportunidade, os presentes na reunião discutiram, ainda, as próximas ações que serão efetuadas para dar continuidade à iniciativa.



c) Entrevistas com Secretários de Controle Externo, em maio no Tribunal de Contas dos Municípios de São Paulo.

d) Encontros com o Futuro.

O Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP) e Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB (CTESAP/IRB), reuniu os integrantes do Comitê na programação dos Encontros do Futuro, no dia 28 de novembro, em Fortaleza/CE, com a finalidade de apresentar a prestação de contas dos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2023 e construir colaborativamente o Plano de Trabalho para 2024, propondo uma discussão



dos grupos de trabalho, para implementação de melhorias nas ações planejadas para o novo exercício.

Na continuidade da reunião, tratou-se da implementação do Termo de Assistência Técnico-Financeira entabulado entre o IRB e a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA), cujos trabalhos estão sendo desenvolvidos pela consultoria da empresa americana Decision Analysis Partners, com objetivo de avaliar e tecer recomendações sobre o custo-benefício das auditorias de desempenho, nas compras públicas brasileiras, e melhorar a capacidade das equipes de auditoria dos Tribunais de Contas do Brasil, através de treinamentos e implementação de projeto-piloto em quatro tribunais de contas previamente selecionados.



e) Workshop da tarefa 1, em dezembro, no Tribunal de Contas dos Municípios de São Paulo.

- PUBLICAÇÕES

a) Relatórios das Tarefas 1 e 2, disponíveis no grupo Teams do IRB.

Teve como objetivo o aperfeiçoamento das auditorias das contratações públicas.

- RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

a) Indicação de servidores para desenvolvimento das atividades do GT.

Tribunais envolvidos: TCE-AP, TCE-BA, TCM-BA, TCE-CE, TCE-ES, TCE-PE, TCE-PR, TCM-RJ, TCE-SP, TCE-SE, TCU.

- DEMAIS INICIATIVAS DO COMITÊ EM 2023



a) Elaboração da Proposta de Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) para o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o intuito de fortalecer o Instituto Rui Barbosa.

Foi gerado como produto uma minuta de Resolução que visa instituir um Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) para o Instituto Rui Barbosa (IRB). O produto desenvolvido encontra-se alinhado às iniciativas do Plano Estratégico 2023-2027: a) normatizar o processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação do plano estratégico; b) institucionalizar e aprimorar os processos e procedimentos de trabalho do IRB; e c) aprimorar a estrutura organizacional e as atribuições das instâncias administrativas e dos comitês do IRB.



b) Busca pela coordenação de ações com a Rede Integrar e com outras ações do Comitê (GT1, GT2).

c) Consolidação das propostas de Plano de Ação 2023 dos Comitês técnicos.

d) Colaboração com a equipe técnica do IRB na elaboração do modelo de Relatório de Atividades dos Comitês Técnicos

4.1.10 COMITÊ TÉCNICO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

O Comitê Técnico de Gestão da Informação e do Conhecimento dos Tribunais de Contas do Brasil foi criado em decorrência de várias demandas do IRB inerentes à gestão da informação.

O Comitê é presidido pelo Dr. Sebastião Helvecio Ramos de Castro, Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e coordenado pela servidora Michele Rodrigues Dias, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



Além de auxiliar o IRB em sua finalidade institucional de manter, em seu banco de dados, informações sobre doutrina, documentação e legislação relevantes aos Tribunais de Contas, esse mais novo comitê do IRB também é responsável pela manutenção do apoio informacional às ações de pesquisa desenvolvidas pelo IRB, coleta e melhoria do acesso aos conteúdos produzidos pelo IRB e pelos Tribunais de Contas, preservação da memória institucional das Cortes de Contas, promoção do intercâmbio de informações, conhecimentos e boas práticas entre as Unidades de Informação dos Tribunais de Contas, fortalecimento e cooperação entre os serviços de informação, pesquisa e documentação, com vistas a apoiar as atividades de controle externo, entre muitas outras demandas de grande relevância para as Cortes de Contas brasileiras.

Também merece destaque as ações previstas pelo Comitê no que dizem respeito à atualização e manutenção do “Tesouro de Contas Nacional” (TCN), desenvolvimento das ações e apoio ao IRB em seu Planejamento Estratégico, criação e implementação das Jornadas de Enunciados do IRB e o Fórum BIBLIOCONTAS que consiste em uma rede de cooperação e intercâmbio dos profissionais de Informação (Bibliotecários, Arquivistas e Gestores da Informação), atuantes em Unidades de Informação dos Tribunais de Contas e órgãos afins dos países de Língua Portuguesa e do Mercosul e o acompanhamento do contrato e controle de acesso ao banco de Dados da ABNT Coleção.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- RENOVAÇÃO DA ABNT COLEÇÕES
- PROPOSTA DE REGISTRO DO DOI PARA AS PUBLICAÇÕES DO IRB
- CRIAÇÃO DE REPOSITÓRIO DE DADOS ABERTOS
- X FÓRUM NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - BIBLIOCONTAS

O Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico de Gestão da Informação, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), realizou o X Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas - BIBLIOCONTAS, nos dias 18 e 19 de agosto de 2022.

O BIBLIOCONTAS ocorre a cada dois anos, com a presença de membros, servidores e colaboradores dos Tribunais de Contas que atuam nas áreas de Gestão da Informação, do Conhecimento e da documentação, em especial nas bibliotecas, arquivos e centros de memórias desses Tribunais.



Participam também representantes dos Tribunais de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e das Entidades Fiscalizadoras Superiores da Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

O BIBLIOCONTAS visa proporcionar, por meio do alto nível dos palestrantes e da seletividade dos temas debatidos, atualização aos participantes, bem como a consolidação da integração entre as Unidades de Informação dos Tribunais de Contas participantes, além de permitir o compartilhamento mútuo de conhecimentos e de favorecer a disseminação de informações relativas ao controle externo exercido pelos Tribunais.

- REUNIÕES TÉCNICAS

- a) Reuniões técnicas mensais.

- Pauta de fevereiro (online): Designação dos novos membros e assistentes técnicos do comitê.
 - Pauta de março (presencial com participação online): Plano de ação do Comitê. Teve como principal deliberação a apresentação das ações propostas pelos responsáveis dos subcomitês: Gestão da Informação, Tesouros e Marco de Medição.
 - Pauta de abril (presencial): Apresentação da proposta de inclusão de indicadores para as Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação na reunião de definição de estratégias conjuntas para o aprimoramento dos Tribunais de Contas com base no MMD-TC. Como encaminhamento, foi enviado e-mail contendo as sugestões dos referidos indicadores.
 - Pauta de maio (online): Alinhamentos das ações dos subcomitês; Definição do tribunal que irá sediar o próximo Bibliocontas; Alusão aos 20 anos do Fórum, e agendamento de reuniões presenciais. Como principal encaminhamento houve a designação dos membros e assistentes técnicos do Comitê Técnico de Gestão da Informação e do Conhecimento dos Tribunais de Contas do Brasil do Instituto Rui Barbosa – IRB.
 - Pauta de agosto (online): Definição da programação da comemoração aos 20 anos de fórum do Bibliocontas que será realizada no III Congresso Internacional dos TC. Principais deliberações: Proposta de programação, palestra e palestrante, lançamento de livro e instrução para que cada responsável apresente os resultados dos subcomitês.



- Pauta de setembro (online): Definição do palestrante e temática para a reunião; renovação do contrato da ABNT; reforçar o envio dos ofícios para os TC solicitando a participação dos bibliotecários, arquivistas; reforço na divulgação do questionário que trata do diagnóstico das Bibliotecas, Arquivos e Gestão de Pessoas; envio de ofício sobre o diagnóstico para o Comitê de Gestão de Pessoas; verificação com o IRB os custos para os servidores aposentados; deliberação sobre o lançamento do livro sobre a Rede Bibliocontas; MMD-TC: solicitação resposta formal e definição da sede do próximo Fórum (2024).



Como deliberação, foram pontuados: a divulgação do diagnóstico das bibliotecas e arquivos, contemplado no Plano de Ação do CTGI/IRB, cujos resultados serão divulgados durante o evento. O estudo, no formato de questionário, foi encaminhado aos Tribunais de Contas, por meio de Ofício nº 629/2023 – IRB, que visa delinear o panorama da situação dessas unidades de informação e está dividido em 3 eixos, os quais deverão ser respondidos pelos gestores das bibliotecas, gestão de pessoas e atividades de arquivo, respectivamente. Devido a importância deste estudo, foi deliberado que o questionário deverá ser encaminhado ao Comitê de Gestão de Pessoas visando ter maior adesão aos respondentes.

Por fim, foi deliberada a renovação do Contrato, junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visando manter a continuidade de acesso às normas técnicas, que são instrumentos referenciais para o desenvolvimento das atividades dos Tribunais de Contas.

- Pauta de novembro (online): Fechamento da programação da reunião do dia 30 de novembro; mesa redonda com os precursores de forma remota, definição da sede do XI Fórum a ser anunciada na referida reunião.



- PUBLICAÇÃO

OBRA: Contribuições da gestão do conhecimento para a Rede Bibliocontas: portfólio de ferramentas e práticas.

Disponível em: <https://loja.editoraforum.com.br/contribuicoes-da-gestao-do-conhecimento-para-a-rede-bibliocontas?tag=9788545000549&page=11>

- DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DAS BIBLIOTECAS E DOS ARQUIVOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E ENCAMINHAR PARA O IRB, ATRICON, ENTIDADES DE CLASSE E PARA OS PRESIDENTES DE CADA TRIBUNAL

As ações do Subcomitê Técnico de Gestão da Informação e do Conhecimento, durante o ano de 2023, concentraram-se na elaboração do Estudo Diagnóstico das Bibliotecas e Arquivos dos Tribunais de Contas, com vistas à proposição de melhorias nos processos de gestão da informação e do conhecimento dos tribunais de contas.

A elaboração e o levantamento das questões objeto de investigação do questionário, foram feitos pela equipe que compõe o Comitê. Os membros do Comitê também participaram da validação do instrumento de coleta de dados, na fase de aplicação do pré-teste do questionário.

Oficialmente, o IRB enviou, às presidências dos Tribunais de Contas de todo Brasil, o Ofício n. 629/2023, com o intuito de divulgar o estudo em questão. A partir da disponibilização on-line do questionário, foi feito, pelo Subcomitê, o acompanhamento semanal das respostas e do número de respondentes.

Posteriormente ao período de encerramento das respostas, foi feita a padronização e a consolidação dos dados na ferramenta Microsoft Power BI, que contou com a participação efetiva do funcionário Nilton, do IRB. O Subcomitê agora trabalha no fechamento do relatório final do estudo.

- APRIMORAMENTO DA UTILIZAÇÃO DO TESAURO DE CONTAS NACIONAL

O Subcomitê Técnico de Tesouro formou o Grupo de Trabalho (GT) para atualização de terminologias utilizadas pelos Tribunais de Contas – 24/02/2023 e criou um “Fórum de Discussão do Tesouro”, no site do IRB, para validação dos termos. Para melhor andamento dos trabalhos, o GT definiu uma rotina de reunião com o grupo, sugerindo a participação dos profissionais da informação em cada Unidade da Informação. O grupo encaminhou ainda o Ofício nº631/2023 – CTGI/IRB, de 05/09/2023 que encontra-se na consultoria jurídica do TCDF para análise do ‘Termo de Cessão dos Dados’.



- INSERÇÃO DOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS EM INDICADORES

As ações do Subcomitê Técnico de MMD-TC se desenvolveram a partir da realização de reunião com os membros e elaboração dos indicadores a serem inseridos no Marco de Medição e da participação na reunião conjunta da Atricon e IRB em Brasília.

Foi enviado e-mail no prazo com a solicitação à Atricon que as Bibliotecas, os Arquivos e os Centros de Documentação do Sistema Tribunais de Contas sejam incluídos na Avaliação da Qualidade e Agilidade do controle externo. O pleito não foi atendido nesta revisão dos indicadores.

- DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS
- RENOVAÇÃO DO CONTRATO DAS NORMAS DA ABNT
- TRAJETÓRIA DE 20 ANOS DO BIBLIOCONTAS: DESAFIOS E CONQUISTAS

"Hoje os 33 Tribunais de Contas, com suas próprias palavras, afirmam que a missão desses órgãos é trabalhar em favor da sociedade, alguns vão além e falam em melhorar a vida das pessoas. Porém, nós só vamos conseguir alcançar esse objetivo se tivermos verdadeiramente a disseminação do conhecimento. E onde nós iremos beber desse conhecimento? Nos livros! Logo, o trabalho gerencial de uma biblioteca para um Tribunal de Contas é absolutamente primordial".

A declaração foi proferida pelo Conselheiro Sebastião Helvecio, Presidente do Comitê Técnico de Gestão da Informação e do Conhecimento e Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Rui Barbosa (IRB), durante a abertura do evento "Trajetória de 20 anos do Bibliocontas: Desafios e Conquistas".

O momento foi realizado no dia 30 de novembro, como uma das ações comemorativas aos 50 anos do Instituto Rui Barbosa, integrando a programação do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), sediado em Fortaleza-Ceará, no período de 28 de novembro a 1º de dezembro.

Durante o evento, o Conselheiro Sebastião Helvecio fez o anúncio do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) como sede da 11ª edição do Bibliocontas (Fórum Nacional dos Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas).

Presentes na reunião, os Conselheiros Gilberto Jales, Presidente do TCE-RN, e Tarcísio Costa, diretor da Escola de Contas Professor Severino



Lopes de Oliveira, agradeceram ao IRB pela escolha da Corte de Contas potiguar, e assumindo o compromisso de contribuir para o sucesso de mais uma edição desse importante evento que celebra o conhecimento.

Na oportunidade, foi lançado o livro “Contribuições para a gestão do conhecimento para a Rede Bibliocontas: portfólio de ferramentas e práticas”.

4.1.11 COMITÊ TÉCNICO DE GESTÃO DE PESSOAS

O Comitê Técnico de Gestão de Pessoas é o comitê que tem entre seus principais objetivos, disseminar boas práticas de Gestão de Pessoas nos Tribunais de Contas. O Comitê é presidido pelo Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto do TCMGO e coordenado pela Auditora de Controle Externo Adriana do Rocio Loro do TCEPR.

O Grupo de Gestão de Pessoas, dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios do Brasil, existe desde 2006, quando da proposta de modernização implantada pelo Programa de Modernização do Controle Externo – PROMOEX em 2006, tendo como objetivo fortalecer os mecanismos de gestão de pessoas para melhorar a qualidade das políticas de alocação, cargos e salários, avaliação e capacitação de pessoas, entre outras.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- **NORMATIZAÇÃO DO COMITÊ**

Após estudos e debates foi elaborado o Regimento Interno do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do Instituto Rui Barbosa, aprovado em 05 de setembro de 2022. Este documento consolida informações acerca da estrutura e atribuições do Comitê e de seus membros e está publicado no site do IRB [file:///profiles/usersprofiles\\$/tc507008/Downloads/2022-09-22-_-RegimentoInterno-CTGP-IRB_001_2022%20\(1\).pdf](file:///profiles/usersprofiles$/tc507008/Downloads/2022-09-22-_-RegimentoInterno-CTGP-IRB_001_2022%20(1).pdf).

- **XII ENCONTRO TÉCNICO DE GESTÃO DE PESSOAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - GESTÃO DE PESSOAS: NOVO CONTEXTO E NOVAS POSSIBILIDADES**





O Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas, e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), com o apoio institucional do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e a Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seção Goiás (ABRH-GO), realizaram a décima segunda edição do Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil.

Com o tema "Gestão de Pessoas: Novo Contexto e Novas Possibilidades", o Encontro teve por objetivo proporcionar a reflexão sobre o atual contexto do trabalho e os seus principais desafios, possibilitando que os Tribunais de Contas possam aperfeiçoar suas práticas e políticas de gestão de pessoas, constituindo-se num espaço para a difusão do conhecimento, a troca de experiências e o network entre os participantes.

A programação do evento foi constituída por palestras, apresentações de boas práticas na área da gestão de pessoas que estão sendo desenvolvidas pelos Tribunais de Contas e rodas de conversas temáticas.

A abertura do Encontro foi realizada com a composição da mesa diretiva com as seguintes autoridades: o Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO) e do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do IRB, Conselheiro Joaquim de Castro; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e do Comitê Técnico de Avaliação do Pacto Nacional pela Primeira Infância, Conselheiro Edson Ferrari, representando o Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes; o Vice-presidente do TCM-GO, Conselheiro Daniel Goulart; a Ouvidora do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC), Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo; o Procurador-Geral de Contas junto ao TCM-GO, Henrique Pandim; o Presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos-Seção Goiás, Milton Nogueira Júnior; o Presidente do Conselho Regional de Administração de Goiás, Samuel Albernaz; e Adriana Loro, Coordenadora do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do IRB e Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

A comunicação não violenta e relacionamentos interpessoais foi a palestra apresentada pela Mestre em Gestão Econômica de Indústrias de Rede pela Université Paris-Sud 11 (França) e pela Universidad Pontificia Comillas (Espanha) e Membro da Associação Brasileira de Recursos Humanos, Juliana Sardinha.



Carlos Sampaio, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), explanou sobre a liderança no contexto do trabalho híbrido. A programação contou também com a apresentação do programa de combate ao assédio sexual e moral no Tribunal de Contas da União (TCU), conduzida pela Auditora Federal de Controle Externo do TCU, Claudia Gonçalves Mancebo.

- REALIZAÇÃO DE ENCONTROS VIRTUAIS DE BOAS PRÁTICAS

Foram realizados encontros virtuais mensais para a divulgação de boas práticas entre os Tribunais. Os Tribunais que têm as boas práticas, organizaram e conduziram apresentação virtual, abordando especialmente a dinâmica de funcionamento, os pontos fortes e as oportunidades de melhoria. A partir de cada uma das apresentações estabeleceram-se grupos de estudos específicos, composto por representantes dos Tribunais. Os grupos de estudos, então, iniciaram pesquisas e debates no sentido de aprofundar o conhecimento sobre o tema para, a partir disso, definir diretrizes a fim de apoiar os Tribunais que desejarem implantar práticas semelhantes.

Os trabalhos foram acompanhados pelo Comitê de Gestão de Pessoas que prestou o suporte necessário para sua viabilização. A seguir detalhamos cada um dos encontros realizados:

- O I Encontro Virtual de Boas Práticas em Gestão de Pessoas, aconteceu no dia 29/06/2022, pela plataforma Microsoft Teams. O **case** apresentado foi o Programa de Preparação para a Aposentadoria do TCEMG.
- O II Encontro Virtual de Boas Práticas em Gestão de Pessoas, aconteceu no dia 17/08/2022, pela plataforma TEAMS, com o tema Competências de Liderança do TCEMG.
- O III Encontro Virtual de Boas Práticas em Gestão de Pessoas aconteceu no dia 09/11/2022, pela plataforma Microsoft Teams, com o tema Programa de Mentoria do TCERS.

Os resultados alcançados com a realização dos três encontros virtuais serão avaliados em um momento futuro, uma vez que os trabalhos ainda estão em andamento.

- ESTRUTURAÇÃO DE METODOLOGIA DE ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES

O grupo definiu metodologia de gerenciamento e compartilhamento das informações relevantes relativas às pesquisas informais que são realizadas



no grupo de whatsapp em que participam servidores que atuam na área de Gestão de Pessoas dos TCs. Para isso, foi criado um e-mail específico denominado ggptcsbrasil@gmail.com.

- PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES ESTRATÉGICAS DO IRB

Os representantes do Comitê participaram de duas reuniões estratégicas:

1. Reunião da Coordenação Geral do Instituto Rui Barbosa e Coordenadores dos Comitês Técnicos, que aconteceu no dia 05 de julho de 2022.
2. Oficina de Validação da Identidade Organizacional do IRB (Missão, Visão e Valores), dos seus Objetivos e Iniciativas Estratégicas, como parte da elaboração do Plano Estratégico do IRB para o período de 2023 a 2027, que aconteceu, nos dias 19 e 20 de outubro.

- RESOLUÇÃO DO COMITÊ QUE TRATA DA REGULAMENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO E AS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES

- PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

O Grupo de Estudos – Programa de Preparação para Aposentadoria, do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas, do Instituto Rui Barbosa (IRB), realizou reunião para deliberar acerca das atividades de elaboração do documento nacional com propostas de diretrizes para o desenvolvimento do Programa de Preparação para Aposentadoria, a partir de experiências já realizadas em alguns Tribunais de Contas brasileiros, e que, após consolidado, o documento pelo Grupo de Estudos, poderá ser aplicado pelas Cortes de Contas interessadas no assunto.



No decorrer da reunião, os integrantes do Grupo de Estudos debateram sobre os itens que irão compor as Diretrizes do Programa, considerando que cada Tribunal de Contas, ao se interessar em aplicá-lo, poderá decidir como deverá nomeá-lo. Tratou-se, também, sobre a fundamentação teórica e os mecanismos de abordagem do público-alvo, ao qual o Programa se destina.

Sobre o Grupo de Estudos

O Grupo de Estudos – Programa de Preparação para Aposentadoria é resultado do I Encontro Virtual de Boas Práticas em Gestão de Pessoas, iniciativa do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do IRB, que tem como objetivo proporcionar o compartilhamento e disseminação de dúvidas e boas práticas entre os Tribunais de Contas na área.

Durante a primeira edição do Encontro Virtual, foi apresentado o “Programa Aprendendo a Recomeçar – PAR, iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), que cria mecanismos que auxiliem os servidores a minimizar as dificuldades enfrentadas durante o processo de aposentadoria, bem como realizar o planejamento deste momento.

O Grupo de Estudos foi construído com a finalidade de elaborar as diretrizes sobre o tema apresentado, de modo a ser implantado pelos demais Tribunais de Contas.

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

Em 2023, foram realizados pelo Comitê: (i) Encontros Virtuais de Boas Práticas; (ii) estudos dos temas abordados nos encontros virtuais e relevantes aos Tribunais de Contas, tendo como documentos de diretrizes publicados e (iii) ações de integração com demais Comitês do IRB para discussão de temas transversais.

No sentido de aprimorar o processo de planejamento e implementação do desenvolvimento de competências e capacidades profissionais, atuamos junto com o Comitê Técnico de Aperfeiçoamento profissional durante o ano de 2023, também foi realizado apoio ao TCE-CE na organização do XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, que aconteceu no mês de novembro em Fortaleza, bem como a organização do stand de Gestão de Pessoas no III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas.

Além de todas as ações já elencadas anteriormente, o Comitê Técnico de Gestão de Pessoas realizou análise dos resultados do MMDTC na área de gestão de pessoas e revisão dos critérios para o ciclo 2024 do MMDTC

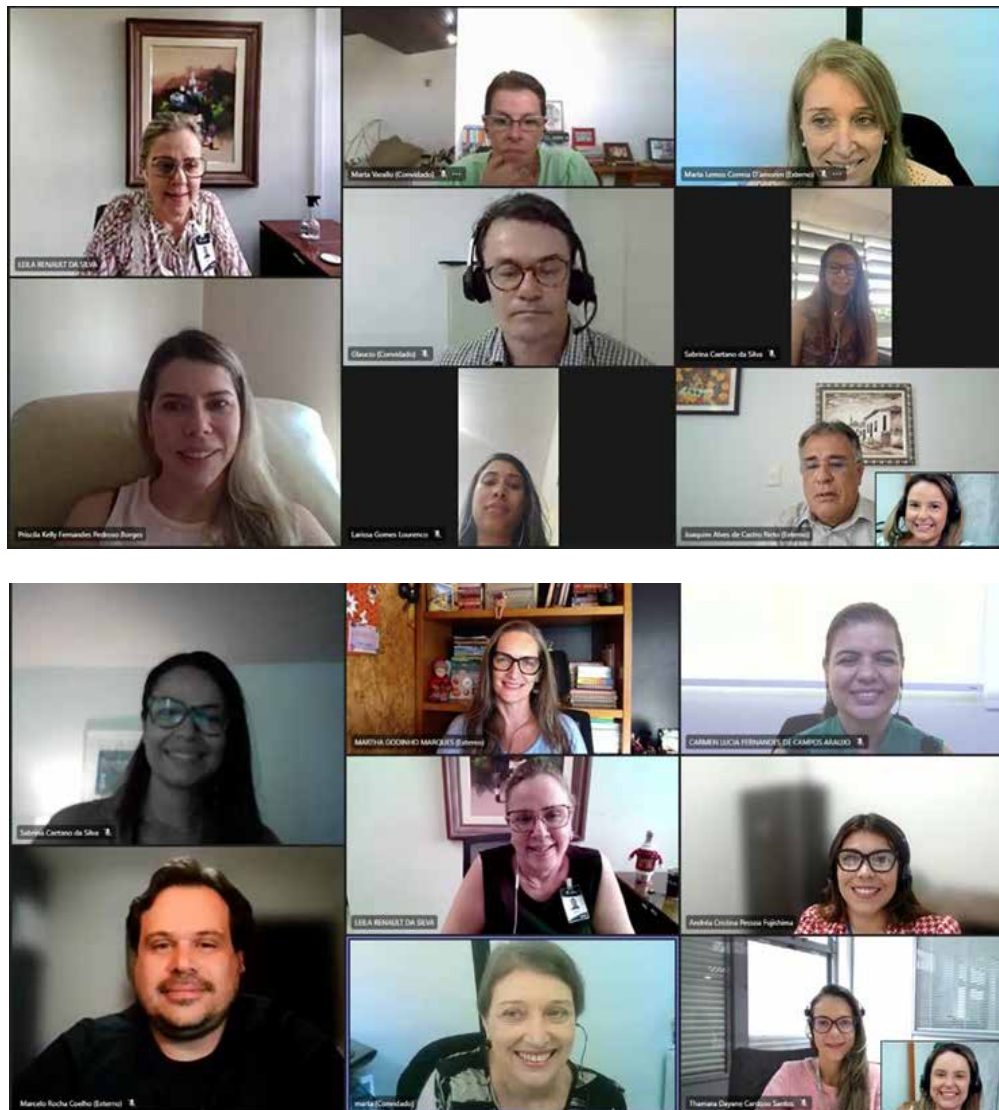


com proposição de alterações nos quesitos QATC6 e alinhamento com os critérios das Escolas QATC7 e elaborou o Regimento Interno do Comitê.

- REUNIÕES TÉCNICAS

Foram realizadas 32 (trinta e duas) reuniões online, no período de janeiro a dezembro de 2023, e 1 (uma) reunião presencial, com a participação dos integrantes do Comitê, abordando as seguintes pautas:

a) Reuniões virtuais



- Alinhamento das ações do Comitê para o ano de 2023;
- Elaboração do Plano de Ação;
- Previsão de realização de eventos do Comitê para o ano de 2023, com a elaboração de agenda conjunta de eventos: IRB, Abracom, Atricon e CNPTC;
- Definição de pauta do Comitê para o Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas a ocorrer em Salvador/BA, no início de março;



- Elaboração de pesquisa a ser realizada junto aos servidores que atuam na área de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, a fim de definição das temáticas a serem abordadas nos encontros virtuais;
- Atualização do andamento do evento VIII CIPP em Salvador;
- Validação e disponibilização no google drive da pesquisa a ser realizada junto aos servidores que atuam na área de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, a fim de definição das temáticas a serem abordadas nos encontros virtuais;
- Análise no google drive da pesquisa realizada junto aos servidores que atuam na área de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, a fim de definição das temáticas a serem abordadas nos encontros virtuais;
- Análise dos resultados do MMDTC na área de Gestão de Pessoas;
- Alinhamento com o Comitê de Aperfeiçoamento Profissional, quais as ações de capacitação no Desenvolvimento de Competências que o Comitê de Gestão de Pessoas pode implementar e como o CT pode contribuir;
- Alinhamento da reunião com o Comitê das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social, em Salvador;
- Cronograma das ações futuras do Comitê;
- Organização da pesquisa sobre teletrabalho;
- Cronograma dos encontros virtuais de boas práticas;
- Início das discussões do XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil e criação do grupo para organização do referido Encontro;
- Organização dos encontros virtuais de boas práticas;
- Ações quanto aos resultados dos indicadores do MMDTC de Gestão de Pessoas.
- Análise da pesquisa sobre teletrabalho;
- Avaliação dos encontros virtuais de boas práticas;
- Plano de ação quanto aos resultados dos indicadores do MMDTC de Gestão de Pessoas;
- Revisão dos critérios para o ciclo 2024 do MMDTC;



- Realização dos encontros virtuais de boas práticas;
- Discussões do XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil;
- Revisão dos critérios de Gestão de Pessoas que são compatíveis com o das Escolas no MMDTC;
- Elaboração de planilha com sugestões quanto aos QATCS 6 – Gestão de Pessoas – MMDTC;
- Conversa com a Prof.^a Katia Elizabeth Puente-Palacios - Docente do PSTO - Universidade de Brasília, para alinhamento e definição do escopo do que será abordado na apresentação sobre Pesquisa e Gestão do Clima Organizacional. Foi abordado:
- estratégias de diagnóstico, enfatizando as vantagens de identificação de diferenças entre grupos, sejam esses departamentos, setores ou equipes;
- as possíveis estratégias de análise de dados que permitam a adequada extração de informações úteis e relevantes; e
- algumas alternativas de intervenção que permitam uma adequada gestão do clima mapeado, enfatizando a necessidade de adaptar cada forma de atuação à especificidade da organização.
- Análise dos resultados da pesquisa sobre teletrabalho;
- Organização do próximo encontro virtual de boas práticas com o tema gestão e pesquisa de clima;
- Discussões quanto à organização do XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil;
- Discussões quanto às ações que serão tomadas e o que podemos propor como revisão das Diretrizes do teletrabalho de 2021;
- Continuidade das discussões quanto à elaboração do documento sobre teletrabalho;
- Finalização do Guia do Teletrabalho, para a última revisão do IRB e Diagramação pelo TCERN e impressão;
- Experiências sobre Comunicação não violenta para passar para a palestrante Juliana Karan;
- Alinhamento da diagramação do Guia de Teletrabalho com Cesar Glaucio – TCERN;



- Discussões e alinhamentos quanto a organização do XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil;
- Validação da diagramação do Guia de Teletrabalho com Cesar Glaucio - TCERN.
- Tratativas quanto à realização dos próximos encontros virtuais;
- Levantamento do nível de aderência às diretrizes definidas e apoio a efetiva implementação;
- Finalização do formulário de levantamento do nível de aderência às diretrizes definidas pelo Comitê;
- Estruturação do Calendário de Eventos do Comitê de Gestão de Pessoas para 2024;
- Avaliação do XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil; e
- Elaboração do relatório anual de atividades do Comitê.

Como deliberações decorrentes das Reuniões Técnicas, destacaram-se:

- Elaboração de pesquisa a ser realizada junto aos servidores que atuam na área de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, objetivando definir as temáticas a serem abordadas nos encontros virtuais;
- Análise dos resultados do MMDTC na área de Gestão de Pessoas e revisão dos critérios para o ciclo 2024 do MMDTC, com proposição de alterações nos critérios constantes do QATC6 e alinhamento com os critérios das Escolas de Contas (QATC7);
- Alinhamento com o Comitê de Aperfeiçoamento Profissional, sobre quais as ações de capacitação no Desenvolvimento de Competências o Comitê de Gestão de Pessoas pode implementar e como poderemos contribuir. Membros do Comitê de Aperfeiçoamento Profissional, participaram da elaboração do documento com as diretrizes de Competências de Liderança e Gestão;
- Organização dos Encontros Virtuais de Boas Práticas – Saúde Mental e Pesquisa de Clima Organizacional;
- Palestra da Prof.^a Katia Elizabeth Puente Palacios - Docente do PSTO - Universidade de Brasília, sobre Pesquisa e Gestão do Clima Organizacional;



- Elaboração do Guia para o Teletrabalho;
- Stand do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas durante o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas que aconteceu de 29/11/2023 a 01/12/2023, onde foram divulgadas todas as ações do Comitê;
- Levantamento do nível de aderência às diretrizes definidas e apoio à efetiva implementação pelo Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do IRB;
- Estruturação do Calendário de Eventos do Comitê de Gestão de Pessoas para 2024;
- Alinhamento com o Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social para tratar da temática de Assédio e de que maneira o Comitê de Gestão de Pessoas pode contribuir com esse trabalho;
- Tratativas da realização do XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, que, conforme o decidido no XII Encontro Técnico, foi sediado pelo TCE-CE, de forma integrada às comemorações alusivas aos 50 anos do IRB;
- Análise da pesquisa realizada, junto aos servidores que atuam na área de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, para definição das temáticas a serem abordadas nos encontros virtuais;
- Análise dos resultados do MMDTC na área de Gestão de Pessoas;
- Cronograma das ações futuras do Comitê;
- Alinhamento das ações definidas na pauta; e
- Elaboração do documento nacional com propostas de diretrizes sobre Gestão do Clima Organizacional a partir de experiências já realizadas em outros Tribunais e Organizações públicas.

c) Reunião Presencial:

Como deliberações decorrentes da Reunião Técnica ocorrida durante o VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, destacou-se a definição da realização do Evento Nacional online, no dia 2 de maio de 2024 – Dia da Ética, em que será abordado o tema assédio. Como proposição o título “Ética sim, assédio não”. O evento será realizado como uma ação conjunta entre o Comitê de Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e



o Comitê de Gestão de Pessoas. Este evento nacional online será o primeiro passo para os Tribunais darem início aos trabalhos sobre a temática.



No sentido das atividades realizadas pelos Grupos de Trabalhos, o GT que atua na Gestão do Clima Organizacional elaborou o documento nacional, com propostas de diretrizes sobre o tema, a partir de experiências já realizadas em outros Tribunais e Organizações públicas.



- EVENTOS

a) IV Encontro Virtual de Boas Práticas em Gestão de Pessoas "Nossa saúde mental importa".

O Encontro contou com exposição das servidoras Luciane Soldateli (Coordenadora de Desenvolvimento Organizacional do TRE/SC) e Simone Di Bernardi (Chefe da Seção de Saúde do TRE/SC).

A campanha institucional "Nossa Saúde Mental Importa!" do TRE-SC surgiu da necessidade de que a Justiça Eleitoral catarinense pudesse entregar seu trabalho de forma eficiente à sociedade (eleições), mas cuidando e preservando a saúde mental dos seus servidores durante o processo.

Atualmente é uma campanha perene que tem como objetivo oferecer apoio, orientação e estímulo para a promoção e manutenção da saúde mental e emocional do público interno.

b) Corregedoria Day - Ética sim, Assédio não.

Ação conjunta entre o Comitê de Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e o Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do IRB. Este evento nacional online foi o primeiro passo para os Tribunais darem início aos trabalhos sobre assédio. A iniciativa faz parte da política de prevenção de combate ao assédio moral e todas as formas de discriminação, como, também, sensibilizar o público interno quanto a importância de se prevenir e combater o assédio moral em suas esferas de atuação.

c) Encontro Virtual de Gestão de Pessoas, com o tema: Clima organizacional.



Apresentação da Professora Katia Puente-Palacios, Mestre e Doutora em Psicologia, cursados na Universidade de Brasília. Foi abordado:

- estratégias de diagnóstico, enfatizando as vantagens de identificação de diferenças entre grupos, sejam esses departamentos, setores ou equipes;
- as possíveis estratégias de análise de dados que permitam a adequada extração de informações úteis e relevantes; e
- alternativas de intervenção que permitam uma adequada gestão do clima mapeado, enfatizando a necessidade de adaptar cada forma de atuação à especificidade da organização.

d) V Encontro Virtual de Boas Práticas em Gestão de Pessoas.

Foi abordado o tema "Gestão do Clima Organizacional do TCU", cuja exposição foi conduzida pelas servidoras Brenda Tatiana Pinheiro de Almeida (Coordenadora do Projeto de Revisão da Pesquisa de Clima do TCU em 2021) e Sandra Roberta de Souza Oliveira (Chefe do Serviço de Gestão da Movimentação e Competências do TCU).

O Tribunal de Contas da União realiza periodicamente a Pesquisa de Clima Organizacional, em consonância com sua Política de Gestão de Pessoas (Resolução TCU 319/2020), a qual estabelece "a promoção de clima organizacional favorável ao bom desempenho" como um dos princípios da gestão de pessoas do órgão.

A Pesquisa de Clima é uma importante etapa do processo de gestão do clima, constituindo um amplo diagnóstico organizacional capaz de fornecer relevantes subsídios para guiar a constante busca por aperfeiçoamento no Tribunal.

Entendendo que a gestão do clima deve estar alinhada à situação atual da organização, no ano de 2021, a Secretaria de Gestão de Pessoas promoveu a reformulação completa do instrumento de pesquisa e, atualmente, está envidando esforços para incrementar a metodologia de gestão do clima do TCU. A partir da apresentação foi criado um Grupo de Estudos para elaboração do documento nacional com propostas de diretrizes sobre GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL, a partir de experiências já realizadas em outros Tribunais e organizações públicas.

e) XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil.



Apresentação do tema “Relações Humanizadas: Criando Conexões e Engajando Pessoas”, aconteceu em Fortaleza em novembro de 2023.

Nos últimos anos, os Encontros Técnicos de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil vêm se consolidando como espaço de discussão, interação, difusão do conhecimento e apresentação de experiências exitosas nos Tribunais.

O evento tem se mostrado capaz de contribuir para o aperfeiçoamento e o fortalecimento das políticas de gestão de pessoas dos Tribunais de Contas e, conseqüentemente, para o crescimento do Controle Externo no país.

Talvez em nenhum outro momento foi dada tanta relevância e atenção às pessoas, que hoje são percebidas como o grande diferencial, de vital importância para as Instituições. Sem sombra de dúvida, o progresso e o aprimoramento dos Tribunais dependem de servidores capacitados, engajados e comprometidos com o alcance dos resultados Organizacionais.

Assim, com o tema: “Relações Humanizadas: Criando Conexões e Engajando Pessoas”, a programação abordou temáticas relevantes e atuais que levaram os participantes à reflexão e à discussão, dentre elas inteligência artificial, liderança, comunicação, motivação e engajamento. O encontro propõe o intercâmbio de conhecimentos e a aproximação entre os participantes, com o intuito de aperfeiçoar práticas e políticas implementadas pelos Tribunais de Contas do Brasil. O encontro visa, ainda, conectar pessoas não apenas da área de gestão de pessoas, mas também de servidores e líderes de outras áreas interessados nas temáticas abordadas.



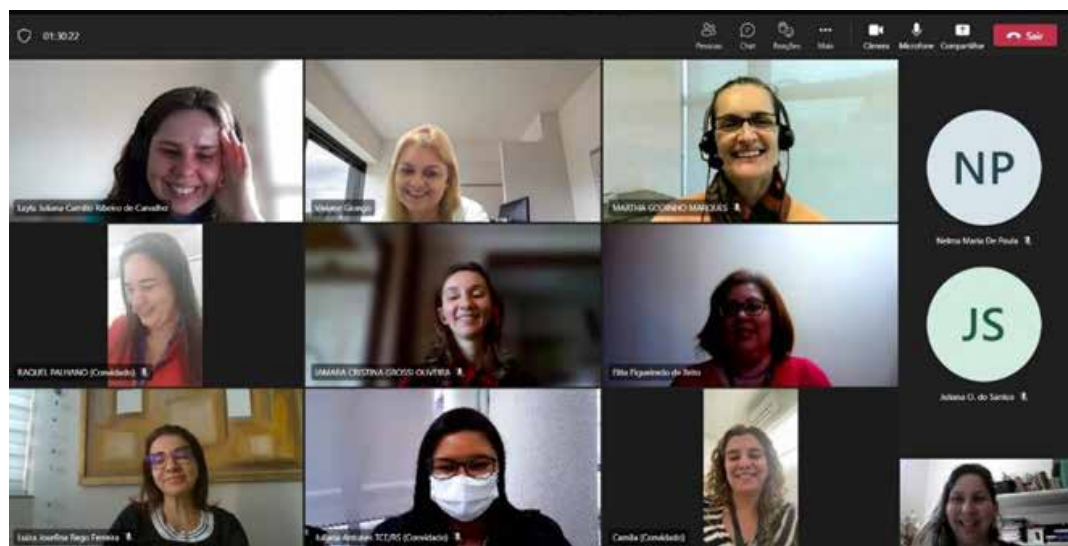


- PUBLICAÇÕES

a) Relatório de Diretrizes para Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA).

O objetivo deste trabalho é elencar norteadores que contribuam para a implementação segura e sustentável de Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) no âmbito dos Tribunais de Contas do Brasil.

Para o desenvolvimento deste relatório, sob a coordenação do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do IRB, com o apoio do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, foi constituído um Grupo de Trabalho, com 17 (dezesete) representantes de 13 (treze) Tribunais, com o objetivo de discutir assuntos relevantes acerca da temática e elaboração de um documento, contendo diretrizes para o desenvolvimento de PPAs, no âmbito dos Tribunais de Contas do Brasil. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/biblioteca/relatorio-de-diretrizes-para-programas-de-preparacao-para-aposentadoria-ppa/>





b) Programa de Mentoria.

O objetivo deste trabalho se situou em elencar norteadores que contribuam para a implementação segura e sustentável do Programa de Mentoria no âmbito dos Tribunais de Contas do Brasil.

Para o desenvolvimento deste relatório, sob a coordenação do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do IRB, com o apoio do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, foi constituído um Grupo de Trabalho, com 11 (onze) representantes de 8 (oito) Tribunais, com o objetivo de discutir assuntos relevantes acerca da temática e elaboração de um documento, contendo diretrizes para o desenvolvimento de Programa de Mentoria, no âmbito dos Tribunais de Contas do Brasil.

O grupo de trabalho foi composto por servidores que: (i) já haviam implantado e/ou normatizado o referido Programa, tais como o TCE-RS; (ii) já desenvolveram alguma ação voltada para a temática, mesmo sem normatização, tais como o TCMGO; e (iii) ainda não desenvolveram ações voltadas para o tema.

O grupo trabalhou em conjunto, por meio de reuniões semanais, com duração de 1h, utilizando a plataforma Teams. A primeira reunião foi realizada no dia 6/02/2023 e a última no dia 15/05/2023, totalizando 10 (dez) reuniões. Além das reuniões, houve a execução de trabalhos assíncronos, tendo como produto o presente relatório. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/biblioteca/programa-de-mentoria/>



c) Diretrizes para as competências de Liderança e Gestão.

A idealização da proposição de diretrizes sobre as competências da liderança e gestão ocorreu no II Encontro Virtual de Boas Práticas em Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas, realizado em agosto de 2022, cujo tema foi "Competências de Liderança". Na ocasião, foi apresentada a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), o "Programa de Competências de Lideranças", baseado em diretrizes para formação e desenvolvimento de competências de gestão, em particular as competências para liderar pessoas e equipes de trabalho e para orientar processos operacionais e ações convergentes com os valores e objetivos estratégicos daquela Corte de Contas.

Nesse sentido, diante da importância das competências de liderança e gestão para qualquer instituição, essenciais para o sucesso da organização e para o alcance de seus objetivos estratégicos, formou-se um grupo de trabalho, sob a Coordenação do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do Instituto Rui Barbosa (IRB), com apoio do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas – CNTPC e do Comitê de Aperfeiçoamento Profissional do IRB, para a condução do estudo e elaboração das diretrizes relacionadas ao tema "Competências de Liderança" para aplicação nos Tribunais de Contas.

Disponível em:

<https://irbcontas.org.br/biblioteca/diretrizes-para-as-competencias-de-lideranca-e-gestao/>

d) Cartilha - Guia para o Teletrabalho.

Realizado pelo Comitê Técnico de Gestão de Pessoas em parceria com o TCDF e TCERN.

O tema teletrabalho tem se mostrado de grande importância para o contexto social e para o desenvolvimento econômico dos países (Messenger, 2019). Os novos contornos e desenhos do trabalho, influenciados por fortes mudanças econômicas e sociais, exigem soluções para novos e antigos problemas.

A tecnologia tem se mostrado uma ferramenta importante na implementação do teletrabalho nas organizações. Porém, apesar da relevância das tecnologias de informação e de comunicação, outras questões podem e devem ter protagonismo nas discussões e debates sobre o tema. Mas como será a liderança no contexto remoto? O teletrabalho vai funcionar



da mesma forma que operou durante a pandemia? Quais são as condições ideais para implementação? O que preciso saber antes de fazer essa opção?

Este guia tem como objetivo abrir caminhos para a discussão de temas relacionados ao teletrabalho que são críticos para a implementação de uma política que seja efetivamente bem-sucedida nas organizações.

O Guia, inicialmente elaborado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, buscou reunir as principais informações sobre essa nova forma de realizar o trabalho, além de trazer dicas e boas práticas que poderiam auxiliá-los para o estabelecimento de uma rotina saudável e produtiva, caso opte pelo regime de teletrabalho.

Disponível em:

<https://heyzine.com/flip-book/bda02dae8c.html> e <https://irbcontas.org.br/biblioteca/guia-para-o-teletrabalho/>

e) Iniciativas do Comitê:

- Apoiar o TCE-CE na organização e realização do XIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil;
- Realizar Encontros Virtuais de Boas Práticas;
- Realizar estudos dos temas abordados nos encontros virtuais e relevantes aos Tribunais de Contas;
- Promover ações de integração com demais Comitês do IRB para discussão de temas transversais;
- Monitorar as ações e estudos desenvolvidos pelo Comitê; e
- Viabilizar o compartilhamento de ações e projetos entre os Tribunais.



4.1.12 COMITÊ TÉCNICO DE GOVERNANÇA DOS TCS

O Comitê Técnico de Governança dos TCs, presidido pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, e coordenado pelo servidor Francisco Antônio Pinto Neto, do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

No biênio 2022/2023, o Comitê vem desempenhando importante papel na busca e compilação de dados fundamentais para a atuação do IRB. Foi o comitê responsável, por exemplo, pela realização de levantamento prévio junto aos Tribunais de Contas buscando identificar todos que já adotaram normas de governança ou que estão em fase de implantação.

Em 2022, o Comitê se reuniu durante o Encontro dos Tribunais, realizado na cidade do Rio de Janeiro, passando por uma grande reformulação do quadro técnico de apoio, com a chegada de valiosos servidores dos Tribunais de Contas brasileiros.

Para o desenvolvimento das atividades, foram planejadas as seguintes etapas:

- Levantamento Conceitual de Integridade e Compliance. Nesta fase pretende-se formar uma base teórica consistente com o intuito de fundamentar as tomadas de decisão quanto aos documentos que servirão de modelo, as instituições escolhidas, toda e qualquer prática que seja colaboradora do compliance e integridade e justificar a adesão ou não de práticas que possam ser encontradas;
- Levantamento de práticas e documentos adotados por organizações públicas e privadas. Fase na qual serão consultados sítios eletrônicos de empresas públicas, empresas privadas, instituições de capacitação em compliance, órgãos públicos e publicações no intuito de levantar todas as possíveis práticas e documentos que podem ser adotados;
- Compatibilização das práticas e documentos com o MMD-TC. Após os levantamentos anteriores será possível comparar as práticas existentes com os requisitos já previstos do MMD-TC;
- Proposição dos padrões mínimos de Integridade para os TC's. Com base nos levantamentos anteriores será possível listar as práticas já existentes no MMD-TC, bem como perceber aquelas que não estão previstas, avaliando a conveniência e oportunidade de sugerir um padrão mínimo e novos critérios para o MMD-TC;



- Elaboração de instrumento para autodiagnóstico para submissão ao Comitê. Proposta de ferramenta de autodiagnóstico para ser incorporado ao MMD-TC.

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

Em reunião realizada em abril de 2023, ficou consignado que o Comitê faria uma avaliação dos critérios do QATC/MMDTC para apresentação por parte do IRB à ATRICON. O estudo foi finalizado e encaminhado para as providências de praxe.



Como encaminhamento futuro, o Comitê enviará proposta de questionário/pesquisa junto às Cortes para posteriormente processar uma nova coleta de informações para um melhor diagnóstico das estruturas dos órgãos de planejamento dos Tribunais de Contas, e a busca de informações complementares no que diz respeito à Governança e Compliance, para que possamos proporcionar uma visão mais ampla sobre a citada temática junto aos Tribunais de Contas do Brasil. Ainda em fase de desenvolvimento de metas e construção de um planejamento que será adotado pelo Comitê.

- VIII SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIREITO E CONTROLO

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) e do Comitê Técnico de Governança dos TCs do IRB, Conselheiro Érico Xavier Desterro, foi o responsável por dar início à sequência de palestras, no dia 21 de setembro, em Lisboa - Portugal, discorrendo sobre "Controle da Eficiência Administrativa pelos Tribunais de Contas", com a mediação do Conselheiro Otávio Lessa, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL).



4.1.13 COMITÊ TÉCNICO DE INOVAÇÃO, TRANSIÇÃO DIGITAL DE GOVERNOS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Comitê Técnico de Inovação, Transição Digital de Governos e Avaliação de Políticas Públicas - CITDAPP foi criado em fevereiro de 2022 com o objetivo de estudar e pesquisar sobre inovação, transição digital de governos e avaliação de políticas públicas, além de incentivar a publicação de obras e trabalhos técnicos na área, auxiliar o IRB em questões técnicas para os tribunais de contas e sugerir padrões de auditoria para as normas brasileiras de auditoria do setor público, atuando na promoção de capacitações e participação de eventos relacionados à área. O Comitê tem como presidente Eduardo Tuma do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

As Ações do CITDAPP no ano de 2022 foram as seguintes:

I - Atividades de Capacitação (art. 2º, V da Portaria nº 08/2022)

31/03/2022 - Presidente do IRB e outros pesquisadores realizam palestra na EACH-USP sobre Big Data e a Avaliação de Políticas Públicas. Parceria do CITDAPP, Grupo de Pesquisa SmartCitiesBr e EACHUSP.

31/03/2022 – Visita Presidente IRB a EGC para planejamento de atividades em inovação.

12/05/2022 – Abertura da Aula inaugural do MBA Auditoria e Inovação no Setor Público, com a participação do Ministro do TCU Benjamin Zymler; Edilberto Pontes e o professor da USP, Adalberto Fischman. Parceria do IRB, CITDAPP, FEAUSP.

03 a 04/06/2022 – 1º Congresso Alagoano de Direito Administrativo. Participação da Profa. Ana Carla Bliacheriene, apresentando palestra sobre “Uso de novas tecnologias na gestão pública”. Parceria do IRB, CITDAPP, com o Instituto Alagoano de Direito Administrativo.

08 a 10/06/2022 – 7º Congresso Internacional de Direito Financeiro – Participação da Profa. Ana Carla Bliacheriene, apresentando palestra sobre “Novas tecnologias na arrecadação de receita e fiscalização de despesas”. Parceria do IRB, CITDAPP, com o Instituto Brasileiro de Direito Financeiro.

15/06/2023 – Webinar com o Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Cardoso Rubin, e o Presidente do IRB Edilberto Pontes, além dos membros do Comitê - Profa. Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo.



17/08/2022 – Lançamento do Curso Completo de Capacitação Técnica da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Parceria do IRB, CITDAPP, com as Escolas de Contas do Tribunais de Contas do TCMSP, TCE-MA, TCE-MG, TCE-AP. Conta com 16.800 alunos e cobre 37.5% (2,088) dos municípios brasileiros, em todos os Estados da federação.

01 e 02/09 – Educontas, com palestras sobre inovação no setor público e projeto político pedagógico de Escolas de Contas Inovadoras e Digitais. Com palestras dos membros do Comitê, Profa. Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo. Parceria do IRB, CITDAPP, com o TCE-AL.

05 a 09/09/2022 – VI Seminário Ibero-Americano de Direito e Controle. Com palestra da membro do Comitê, Profa. Ana Carla Bliacheriene. Parceria do IRB, CITDAPP, com o Tribunal de Contas de Portugal e a Universidade de Lisboa.

13/10/2022 – Aperfeiçoamento do PPP das Escolas de Contas, considerando a transformação digital das Escolas e o ensino híbrido. Parceria entre o CITDAPP e o Comitê de Aperfeiçoamento Profissional.

11/11/2022 - 1º Seminário Internacional: Inovação e Novas Tecnologias para a Gestão e o Controle Externo em Cidades Inteligentes: Parceria do IRB, CITDAPP, com a USP, EACH-USP, FADUSP, SmartCitiesBr.

24/11/2022 - Oficina para Modelagem do Projeto Político-Pedagógico nas Escolas de Contas, visando a projetos inovadores e de educação híbrida.

II – Oficina do planejamento estratégico do IRB (art. 2º, VI da Portaria nº 08/2022)

20/10/2022 – Participou da Oficina Planejamento Estratégico do IRB, representado pela membro do Comitê, Profa. Ana Carla Bliacheriene.

III – Reuniões Institucionais do IRB

05/06/2022 – Reunião com Diretoria e Presidentes dos Comitês Técnicos em Brasília.

05/06/2022 – Reunião de Coordenadores de Comitês Técnicos em Brasília.

05/10/2022 – Reunião com o Comitê de Resíduos Sólidos no TCMSP para lançamento de uma plataforma nacional de resíduos sólidos.

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- Reunião Técnica.

O Comitê Técnico de Inovação, Transição Digital de Governos e Avaliação de Políticas Públicas se reuniu na Sala Gabriela, do Hotel Deville

Prime, na programação que antecedeu a realização do VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, em Salvador – Bahia.



- Participação em audiência no Ministério da Fazenda.

No encontro, que ocorreu em maio na sede do Ministério, em Brasília-DF, tratou-se dos temas de interesse do controle externo brasileiro e de como os Tribunais de Contas e as suas entidades representativas podem contribuir com o novo arcabouço fiscal.



Na oportunidade, o Presidente Edilberto Pontes, elencou algumas das ações desenvolvidas pelo IRB, ressaltando o trabalho desempenhado pelos Comitês Técnicos, as produções técnico-científicas, a realização de eventos, nacionais e internacionais, e as atividades de educação continuada que promovem o aperfeiçoamento da Administração Pública e que contribuem com a pauta da melhoria das políticas públicas.



A audiência foi acompanhada pelos Conselheiros: Eduardo Tuma, Presidente do Comitê Técnico de Inovação, Transição Digital de Governos e Avaliação de Políticas Públicas do IRB e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP); Edilson Silva, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) e Vice-Presidente Executivo da Atricon; João Antonio Corregedor do TCM-SP e Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos da Atricon; Fábio Nogueira, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB); Valdecir Pascoal, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE); e Humberto Lustosa, Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).



- Assinatura do Acordo de Cooperação com EAESP-FGV.

No dia 24 de abril, o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Edilberto Pontes e o Diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP), Professor Luiz Artur Ledur Brito, assinaram Acordo de Cooperação entre as instituições para promoção de ações que viabilizem o intercâmbio do conhecimento e a cooperação mútua didático-científico e cultural.



Compõe o documento do Acordo, Plano de Trabalho que norteará a realização de estudo com foco na temática sobre Controle da Administração Pública, com o objetivo de construir um programa de integridade e boas práticas para ser aplicado no âmbito dos Tribunais de Contas.

O momento foi prestigiado por Conselheiros Membros da Diretoria do IRB e por Presidentes dos Comitês Técnicos do IRB.

4.1.14 COMITÊ TÉCNICO DE JURISPRUDÊNCIA, SÚMULA E PROCESSO

O Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo, presidido pelo Conselheiro Manoel Pires dos Santos, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e coordenado pela servidora Khênia Rúbia Franco Nunes do Tribunal de Contas, do Estado de Tocantins, tem entre seus principais objetivos, o incentivo aos Tribunais de Contas para a transparência e harmonização de suas deliberações.

Desde 2012, o grupo JURISTCS (Jurisprudência nos Tribunais de Contas) atua no aperfeiçoamento das estruturas de jurisprudência dos Tribunais de Contas e na adequada divulgação das decisões, se reunindo e trocando experiências, produtos e softwares. Em 2022, os encontros nacionais do JURISTCS completaram 10 anos. Porém, desde o ano de 2020 não foi realizado o JURISTCS, considerando o momento que vivenciamos de restrição peculiar à pandemia.

Em 2022 o Comitê realizou e participou de algumas reuniões técnicas, buscando delinear suas atividades neste período, com o objetivo geral de incentivar a transparência e harmonização das deliberações dos TCs, para, dentre outras ações:

- consolidar a cultura de produção de boletins informativos e de elaboração de ementas básicas;
- desenvolver o site de jurisprudência nacional;
- disseminar o uso de sistemas de busca livre;
- aprimorar o Vocabulário de Controle Externo-VCE (Tesouro Nacional);
- atualizar e harmonizar dos processos nos TCs;
- contribuir para a melhoria dos critérios do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC, no âmbito do Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas – QATC.

No mês de agosto, destacou-se a participação no evento “X Fórum



Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas - Bibliocontas", no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com apresentação de palestra para motivação na estruturação de jurisprudência nos Tribunais de Contas.

O Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo reuniu-se presencialmente, no dia 16 de novembro de 2022, durante a realização do "VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas", na cidade do Rio de Janeiro, onde realizou-se reunião técnica para discutir sobre:

I – Elaboração do Plano de Ação para o Planejamento Estratégico do IRB:

- Revisão de atividades – definir o foco do comitê.
- Consolidação e delimitação de objetivos.
- Verificação de outros grupos com objetivos parecidos para traçar estratégias de integração.

II – Divisão do grupo em Subcomitês por temas:

- Sistemas de informática e informação.
- Eventos, capacitação e pessoal.
- Interdisciplinaridade e integração com outros TCs e Comitês (Boas Práticas).
- Boletins Informativos e Legislação Comentada.
- Diagnóstico e estruturação dos setores de jurisprudência e atualização da página do Comitê no site do IRB.
- Discussões/diagnósticos de temas relevantes de controle externo.

III – Realização de Eventos: (JURISTCs, Reuniões Temáticas, etc.)

No mês de dezembro, foi realizada uma reunião por videoconferência para elaboração do Planejamento Estratégico do Comitê.

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- CRIAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHOS - SUBCOMITÊS
- a) Subcomitê 1:
 - Atribuição/Objetivo: Diagnóstico, estruturação dos setores de jurisprudência e atualização da página do Comitê no site do IRB.
 - Produtos Desenvolvidos:
 - Realização de pesquisas e diagnósticos para identificação da:



estrutura institucional em cada Tribunal de Contas que abriga as atividades de jurisprudência, verificando, inclusive, se são permanentes ou provisórias e qual a sua composição; das boas práticas dos Tribunais de Contas na elaboração e divulgação dos boletins informativos, verificando a periodicidade e atualidade dos materiais; das boas práticas dos Tribunais de Contas na elaboração de ementas, verificando a existência de material técnico e padrões; da existência, atualidade e utilização do tesouro e/ou vocabulário de contas pelos Tribunais.

- Produção de material com os elementos estruturais necessários para um setor de jurisprudência e as respectivas boas práticas nos Tribunais de Contas.
- Indicação de necessidades de capacitação, interdisciplinaridade e integração com outros TCs e Comitês, incluindo a necessidade de realizar eventos e disseminar os conteúdos para fomentar a devida estruturação dos setores de jurisprudência.
- Estruturação da página do JURISTCS no site institucional do IRB, definindo layout, conteúdo e responsáveis pela alimentação e atualização.
- Realização de atualizações de conteúdo na página do JURISTCS no site institucional do IRB com periodicidade máxima de 06 meses.

b) Subcomitê 2:

- Atribuição/Objetivo: Compreensão e mapeamento dos sistemas de tecnologia de informação voltados a área de jurisprudência.
- Produtos Desenvolvidos:
 - Realização de diagnóstico, anualmente, acerca da existência de sistemas de consulta processual, busca de processos por assuntos, busca de jurisprudência, e demais sistemas correlatos à área de jurisprudência.
 - Organização das informações acerca dos sistemas de tecnologia da informação dos Tribunais de Contas, disponibilizando o material na página do JURISTCS no site institucional do IRB ou em apresentações.
 - Proposição de atualização de conteúdo na página do JURISTCS no site institucional do IRB ao Subcomitê 01.



- Apoio aos tribunais interessados na implementação dos sistemas por meio de intermediações e informações relevantes, bem como por meio de convênios e/ou acordos de cooperação técnica.
- Incentivo à implementação dos sistemas nos encontros realizados pelo Comitê e em eventos nacionais.

c) Subcomitê 3:

- Atribuição/Objetivo: Boletins Informativos de Jurisprudência, Legislação Comentada e Ementas.
- Produtos Desenvolvidos:
- Realização, juntamente com o Subcomitê 01, do diagnóstico anual acerca da existência de boletins informativos e legislação comentada, verificando a periodicidade e atualidade dos materiais.
- Realização, juntamente com o Subcomitê 01, do diagnóstico anual acerca da existência de materiais relacionados a elaboração de ementas e estruturação normatizada por Tribunais de Contas.
- Identificação e proposição da divulgação de materiais cujo conteúdo seja de interesse coletivo dos Tribunais de Contas na área de jurisprudência.
- Proposição atualização de conteúdo da página do JURISTCS no site institucional do IRB ao Subcomitê 01.
- Proposição da realização de cursos, eventos e reuniões relacionados à área ao Subcomitê 04.
- Elaboração de ferramenta que sirva de compêndio de jurisprudência sobre a Lei Federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos, que possa ser atualizada por todos os membros do Comitê a partir de precedentes dos respectivos tribunais, facilitando a consulta e, por consequência, a harmonização da jurisprudência dos Tribunais de Contas sobre o tema.

d) Subcomitê 4:

- Atribuição/Objetivo: Eventos, capacitação, interdisciplinaridade e integração com outros TCs e Comitês (Boas Práticas).
- Produtos Desenvolvidos:
- Estruturação de eventos e reuniões relacionadas ao Comitê de Jurisprudência, Súmula e Processo.



- Organização, em conjunto com o Tribunal que irá sediar o evento, o JURISTCS.
- Coleta e organização dos pedidos de cursos, reuniões e eventos do Comitê de Jurisprudência, Súmula e Processo.
- Mapeamento das atividades de outros Comitês dos Tribunais de Contas ou outros órgãos, verificando a possibilidade de colaboração recíproca e troca de informações.
- Incentivo à participação de integrantes do Bibliocontas nos eventos de jurisprudência e participação de membros do Comitê de Jurisprudência, Súmula e Processo.
- Incentivo à participação de integrantes do Comitê de Tecnologia da Informação nos eventos de jurisprudência e participação de membros do Comitê de Jurisprudência, Súmula e Processo nos eventos e no Comitê de TI.

e) Subcomitê 5:

- Atribuição/Objetivo: Discussões/diagnósticos de temas relevantes de controle externo.
- Produtos Desenvolvidos:
- Identificação de temas relevantes e sensíveis ao controle externo, de interesse comum aos Tribunais de Contas, a exemplo da prescrição do dano ao erário.
- Promoção de discussões sobre os temas relevantes identificados.
- Elaboração de documentos sobre os temas debatidos, para que sirva de repositório de jurisprudência para consulta dos Tribunais, indicando precedentes dos Tribunais de Contas mais atualizados.
- REUNIÕES TÉCNICAS

Subcomitê 1:

- Data: 12 de maio - Pauta: Alinhamento das atividades para execução do trabalho do Subcomitê 01, do Plano de Ação IRB.

A reunião foi realizada de modo online, com a participação de membros do Comitê e integrantes do Subcomitê 1. Teve como principais deliberações: apresentação da planilha com a divisão das atividades para preenchimento; compartilhamento da planilha para avaliação, considerações e sugestões. Na oportunidade foi dado conhecimento aos presentes que a Atividade 1b



(Quais as boas práticas dos Tribunais de Contas na elaboração e divulgação dos boletins informativos, verificando a periodicidade e atualidade dos materiais), da planilha compartilhada, se encontrava preenchida, contudo, aberta para sugestões, caso houvesse.

- Data: 17 de maio - Pauta: Alinhamento das atividades para execução do trabalho do Subcomitê 01, do Plano de Ação IRB.

A reunião foi realizada de modo online, com a participação de membros do Comitê e integrantes do Subcomitê 1. Teve como principais deliberações: revisão da planilha para divisão das atividades, preenchimento da atividade 1b (Quais as boas práticas dos Tribunais de Contas na elaboração e divulgação dos boletins informativos, verificando a periodicidade e atualidade dos materiais) da planilha, indicação de inclusão de questões para a atividade 1a (Qual a estrutura institucional em cada Tribunal de Contas que abriga as atividades de jurisprudência, verificando, inclusive se são permanentes ou provisórias e qual a sua composição) e distribuição das demais atividades para preenchimento da planilha, compartilhamento da planilha e delimitação do prazo para conclusão do preenchimento das atividades previstas.

Subcomitê 2:

- Data: 22 de maio - Pauta: Planejamento para o desenvolvimento das atividades previstas para o grupo.

A reunião foi realizada de modo online, com a participação de membros do Comitê e integrantes do Subcomitê 2. Teve como principais deliberações: debater sobre o questionário para levantamento dos sistemas dos TCs; divisão do grupo para estudo dos sites dos tribunais e elaboração de ofício a ser enviado aos Tribunais, para mapeamento dos sistemas de TI utilizados pelos setores de jurisprudência e assuntos correlatos ao escopo do Subcomitê 2.

Subcomitê 3:

- Data: 29 de junho - Pauta: Planejamento para o desenvolvimento das atividades previstas para o grupo.

A reunião foi realizada de modo online, com a participação de membros do Comitê e integrantes do Subcomitê 3. Teve como principais deliberações: validação das informações a serem levantadas e definição da forma de coleta das informações inerentes às atividades do Subcomitê.

Reunião para Verificação do Cumprimento das metas planejadas:

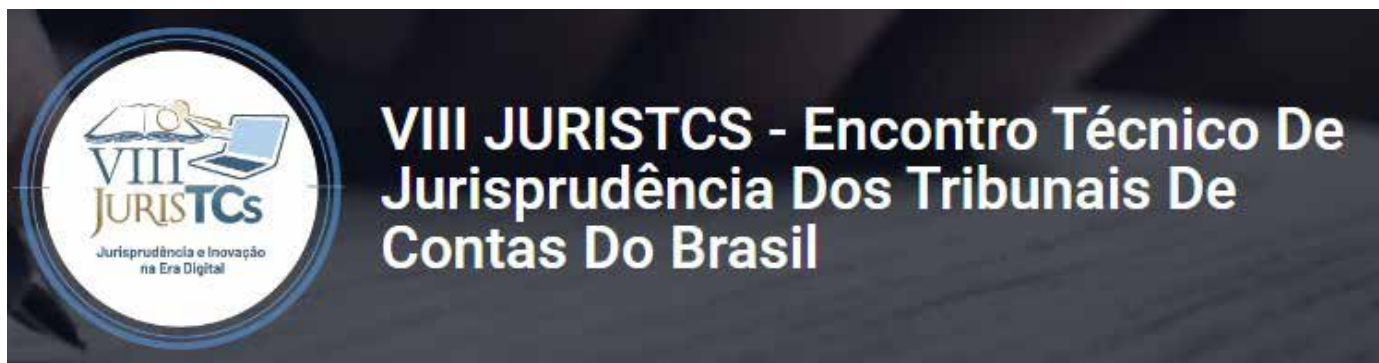
- Data: 06 de outubro - Pauta: Planejamento para o desenvolvimento das atividades previstas para o grupo.



Foram tratadas as metas com os subcomitês para consolidação dos dados com o objetivo de apresentação durante o VIII JURISTCS – Encontro Técnico de Jurisprudência dos Tribunais de Contas.

- EVENTOS

- a) VIII – JURISTCS – Encontro Técnico de Jurisprudência dos Tribunais de Contas do Brasil



Com o intuito de disseminar o conhecimento e aperfeiçoamento de forma integrada dos Tribunais de Contas Brasileiros, o Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo do Instituto Rui Barbosa – IRB realizou o “VIII Encontro JURISTCS – Jurisprudência e Processos nos Tribunais de Contas”, que ocorreu no dia 28 de novembro, na cidade de Fortaleza, trazendo como tema: “Jurisprudência e Inovação na Era Digital”.

Os debates em torno da estruturação e divulgação da jurisprudência vem sendo continuamente discutidos entre os Tribunais de Contas e Tribunais do Poder Judiciário, permitindo o aperfeiçoamento conjunto das Cortes de Contas nacionais, como a implementação e compartilhamento de softwares de jurisprudência, divulgação e debate acerca da utilização de sistemas de inteligência, criação de informativos e boletins de jurisprudência, discussão de elementos mínimos para a elaboração de ementas e uso de vocabulário controlado.

O evento ocorreu com apresentações, palestras e painéis, com assuntos de relevância, técnicos, tecnológicos e boas práticas nos Tribunais.



4.1.15 COMITÊ TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade

O Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade, presidido pelo Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e coordenado pelo Conselheiro Antônio Gilberto de Oliveira Jales do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, tem como objetivos:

- I - Estudar e pesquisar os métodos e procedimentos de controles, externo e interno, para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades de controle na área de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- II – Incentivar e publicar, por meio físico e eletrônico, obras e trabalhos técnicos acerca de controle na área do Meio Ambiente e Sustentabilidade incentivando o intercâmbio contínuo de conhecimento e atuação conjunta;
- III - Auxiliar o IRB na assistência técnica aos Tribunais de Contas, acerca da inclusão das questões ambientais, nas dimensões das auditorias de sua competência, capacitando continuamente os profissionais e proporcionando-lhes meios adequados para sua atuação em atividades de controle na área Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- IV - Propor realização de seminários presenciais e/ ou virtuais, com abordagem dos ODS e afins.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- Agenda ambiental;



- Pesquisa preliminar das atividades do controle externo na área ambiental;
- Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas e Saneamento.

A interação com a ANAS resultou na assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o IRB e a instituição, objetivando a promoção de capacitação mútua em ações de implementação do Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020), como estratégia para melhor planejamento e desenvolvimento organizacional dos TCs junto ao tema. A ação também é uma importante estratégia, a fim de assegurar o atendimento das normas de referência e a fiscalização do processo de regularização da prestação do serviço na transição para um modelo que atenda às novas regras e garanta a universalização do saneamento básico.

- Reuniões sobre auditorias operacionais na área de recursos hídricos.

Integrantes do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa (IRB) participaram de reunião, no dia 14 de julho, de forma online, para apresentação das atividades desenvolvidas pelo Comitê e de auditorias operacionais realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nas áreas de recursos hídricos e efetividade de indicadores de meio ambiente, além de outros tópicos.

Na pauta, também, foi apresentada a síntese da reunião conjunta com o Comitê de Inovação, Transição Digital de Governos e Avaliação de Políticas Públicas do IRB, com o grupo de pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) coordenado pela professora Silmara Chinelatto.

O Comitê de Inovação prevê realizar proposta de ação conjunta com o CT de Meio Ambiente e Sustentabilidade, por meio da construção de uma plataforma digital de apoio à avaliação de políticas públicas, iniciando pela temática de Gestão dos Resíduos Sólidos.

O grupo debateu ainda a relevância das duas auditorias apresentadas pelo grupo paulista, que foram apreciadas no âmbito do processo de aprovação das contas do Governador 2021.

A reunião foi conduzida pela conselheira Cristiana de Castro Moraes (TCE-SP) e contou com a participação da conselheira Daniela Zago (TCE-RS); do Procurador Ruy Marcelo Alencar de Mendonça (MPCAM); e dos servidores Anete Ferreira (TCE-AM); Carina Franceschini (TCE-RS), Manuela Leitão (TCE-SP), Meiry Mesquita (TCE-CE) e Manuela Lins Dantas (TCE-RN). Além dos técnicos do TCE de São Paulo.



- Participação no Seminário Gestão Pública de Resíduos Sólidos: Desafios e Oportunidades.

O Seminário Gestão Pública de Resíduos Sólidos: Desafios e Oportunidades foi realizado, em junho de 2022, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE-AM, em comemoração ao dia mundial do Meio Ambiente, com ênfase na gestão dos resíduos sólidos e na importância da ação dos TCs junto aos jurisdicionados, bem como na implementação da coleta seletiva como instrumento na gestão de resíduos, uma vez que a preservação do bioma passa, também, por uma política pública de gestão de resíduos sólidos para reaproveitamento, descarte consciente e sustentável e redução do consumo. Houve transmissão ao vivo e gratuita, nas redes sociais oficiais da Corte de Contas amazonense, como Facebook e YouTube.

- Participação no Seminário Resíduos Sólidos: Terra, Rios e Oceanos - Brasil & Portugal.

O evento realizado, em setembro de 2022, no Auditório do Tribunal de Contas de Portugal objetivou dar uma visão global da questão dos resíduos sólidos, observando-se os custos ambientais nos mais diversos ecossistemas, com a consequente inutilização do solo, a contaminação da água, a poluição do ar, a redução da qualidade de vida e a destruição de biomas. O evento contou com a participação do Embaixador do Brasil em Portugal, o ex-ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Raimundo Carreiro, além dos juízes-conselheiros do TC Portugal.

- Participação no Seminário "A Nova Lei do Saneamento Básico e Controle Externo".

Evento ocorrido, em outubro de 2022, no Auditório do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, em parceria com a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), destinado a uma abordagem mais específica acerca da nova lei do Saneamento Básico, sob a perspectiva do controle externo e da sociedade civil. As palestras foram enriquecidas com a participação da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANAS) e de outras instituições que destacaram os desafios para implementação do novo marco legal.

- Reunião Técnica no VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (VIII ENTC), sala do Centro de Convenções Windsor Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro .



Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- REUNIÕES TÉCNICAS

a) Pauta de fevereiro (online): Reunião com a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento para a articulação de ações conjuntas.



Realização de evento conjunto com o IRB, em Brasília; definição de temas para curso específico para o Sistema Tribunal de Contas, em especial, com vistas à formação para fiscalização das demandas estaduais de saneamento, de acordo com o novo marco regulatório.

A reunião foi conduzida pelo Presidente do Comitê, Conselheiro Júlio Pinheiro, do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), contando com a participação de sete Conselheiros representando os Tribunais de Contas dos Estados do Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Piauí e Ceará.

O primeiro tema pautado na reunião discorreu sobre a revisão das metas propostas no Plano de Ações de 2023 do Comitê, no sentido de torná-las mais factíveis e alinhadas à realidade das atividades que estão sendo realizadas pelo Sistema Tribunal de Contas, em especial, nas parcerias firmadas com organismos nacionais e internacionais.

Nesse sentido de fortalecimento das parcerias institucionais, o Conselheiro Júlio Pinheiro destacou que o Comitê será o responsável pela missão de estruturar a oferta e realização de capacitação técnica sobre o alinhamento de estratégias e procedimentos, em relação ao monitoramento e a fiscalização da adesão às normas de referência do Novo Marco do Saneamento Básico. O curso é uma das ações estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA).



b) Pauta de março (presencial): Definição e formação de 3 grupos de trabalho.



Na manhã do dia 01 de março, no Hotel Deville Prime, na cidade de Salvador, foi realizada reunião do Comitê, coordenada pelo Conselheiro Júlio Pinheiro, Gilberto Jales e Rholden Queiroz, com transmissão para os participantes do Comitê que não puderam estar presentes. A reunião contou com a participação presencial de 40 pessoas. A reunião foi relevante para definição e formação de grupos de trabalho no âmbito do Comitê.



c) Pauta de abril (híbrida): Reunião híbrida com a diretoria colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento, em Brasília, com a participação de membros do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações

Um dos principais resultados, a partir dessa reunião foi a definição de realização de evento conjunto no mês de agosto, em Brasília – DF, no formato de Seminário, acerca do tema Controle Externo e o Novo Marco Legal do Saneamento Básico.



d) Pauta da segunda reunião de abril (híbrida): Reunião presencial com a direção da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Compartilhamento de informações e experiências, acerca da operacionalização das Defesas Civas nos estados e municípios brasileiros, com foco no fortalecimento da atuação dos jurisdicionados; necessidade de atuação junto aos jurisdicionados acerca de planejamento de ações preventivas e de resiliência ou adaptação, em detrimento das ações emergenciais e climáticas.

A reunião teve como pauta a operacionalização do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o IRB e a ANA, visando ao desenvolvimento de ações educacionais direcionadas à implementação do Marco Legal do Saneamento Básico, bem como definir o cronograma de atividades para execução de cursos destinados aos servidores dos Tribunais de Contas brasileiros.

Além dos Membros do Comitê, compuseram a delegação: Adriana Portugal, Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP e Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF); Narda Consuelo Vitória Neiva Silva – Auditora Pública de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT); e Flávia Burmeinter Martins – Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS).



A agenda de reuniões teve continuidade na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, onde foram compartilhadas informações e experiências acerca da operacionalização das Defesas Civas nos estados e municípios brasileiros, com foco no fortalecimento da atuação dessas entidades.

A delegação do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do IRB foi recepcionada pelo Secretário-Executivo da Pasta, Wolnei Aparecido Wolff Barreiros.



Fotos: Assessoria de Imprensa da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

e) Pauta de maio (online): Apresentação do resultado do levantamento realizado pela Rede Sustentabilidade, sobre o IASA (Índice de Avaliação das Ações de Sustentabilidade) nos TCs.

Proposta de se trabalhar a gestão de sustentabilidade interna dos TCs, bem como incentivar a elaboração dos Planos de Logística Sustentável

- CRIAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO.

- a) GT1 - Acordo de Cooperação com a Agência Nacional de Águas (ANA)

Atribuição/Objetivo: Fomentar capacitações aos servidores dos tribunais de contas acerca do novo marco legal de saneamento e gerir o Acordo de Cooperação com a Agência Nacional de Águas e Saneamento.

Produtos Desenvolvidos (Programas/Projetos/Ações): Evento conjunto com a ANAS em agosto de 2023; identificação de cursos disponíveis na plataforma da Agência Nacional de Águas para capacitação.

Coordenação: Conselheiro Rholden Queiroz.

- b) GT2 - Sustentabilidade e Proteção do Meio Ambiente nos Tribunais de Contas

Atribuição/Objetivo: Verificar o processo de organização dos tribunais de contas quanto à promoção da sustentabilidade no âmbito interno, bem como em suas atuações.

Produtos Desenvolvidos (Programas/Projetos/Ações): elaboração de propostas para o Marco de Medição dos Tribunais (MMD-TC)¹ de atividades e aprimoramentos interligados aos ODS da Agenda da ONU para 2030, com ênfase nos ODS interligados à dimensão ambiental da Sustentabilidade.



Coordenação: Conselheira Substituta Daniela Zago.

c) GT3 - Organização das Defesas Cíveis e Atuação frente a Eventos Climáticos Extremos.

Atribuição/Objetivo: Analisar como estão sendo implementadas e aparelhadas as defesas cíveis dos entes federados para fazer face às consequências de eventos climáticos extremos.

Produtos Desenvolvidos (Programas/Projetos/Ações): elaboração de Nota Técnica a ser emitida de forma conjunta com a AMPCOM abordando a necessidade de atuação dos TCs frente ao controle externo da Defesa Civil e a implementação de políticas públicas de enfrentamento.

Coordenação: Procurador de Contas Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.

- EVENTOS

a) Seminário reflexões sobre sustentabilidade: os Tribunais de Contas, desafios e perspectivas globais na Amazônia.

A Conselheira Presidente Rosa Egídia Crispino C. Lopes fez a abertura oficial do evento, realizado em 05 de junho, no estado do Pará, destacando a importância dos participantes na reflexão sobre a atuação do poder público para buscar soluções que venham promover um meio ambiente ecologicamente equilibrado. "Os Tribunais de Contas, enquanto órgãos que trabalham monitorando a eficiência e a efetividade dos seus jurisdicionados, possuem um importante papel na jornada coletiva rumo ao desenvolvimento sustentável", ressaltou a presidente.

O primeiro palestrante foi o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que abordou o tema: "O controle ambiental e os Tribunais de Contas". Para o Conselheiro do Amazonas, os Tribunais de Contas devem estabelecer ações de trabalho com foco na prevenção dos patrimônios.





“O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 define, no parágrafo 4º, que a Floresta Amazônica é um dos patrimônios nacionais, e como sociedade, nós temos a obrigação de defendê-la, enquanto instituição de controle e fiscalização”, afirmou o Conselheiro, que possui larga experiência na coordenação de projetos ambientais na Corte de Contas amazonense. Ele também apresentou algumas experiências e resultados exitosos de auditorias ambientais na gestão de resíduos sólidos, abastecimento público de água, desmatamento e queimadas, entre outros.

b) Seminário O controle externo e o novo marco legal do Saneamento Básico.

O seminário constitui-se como uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa, por meio dos seus Comitês Técnicos de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas e de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA; com o apoio institucional dos Tribunais de Contas dos Estados do Rio de Janeiro (TCE-RJ), do Amazonas (TCE-AM) e do Ceará (TCE-CE), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

A iniciativa atende, ainda, ao disposto no Acordo de Cooperação firmado entre o IRB e ANA que tem por objetivo a promoção de ações educacionais que fomentem o intercâmbio de experiências, o compartilhamento de informações e metodologias entre os técnicos da Agência e os Membros e servidores dos Tribunais de Contas brasileiros, de modo que, conjuntamente, contribuam para garantia do cumprimento da Lei 14.026/2020, assegurando o atendimento às normas de referência, e a fiscalização do processo de regularização da prestação do serviço de saneamento básico na transição para um modelo que atenda às novas regras e garanta a sua universalização.

c) Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias.

“Desenvolvimento da Amazônia: Visão dos Tribunais de Contas na Governança Ambiental” será o tema central debatido no painel voltado às Cortes de Contas, que ocorreu no dia 01 de setembro, das 09h às 11h, integrando a programação de encerramento da “Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias”.

O Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Bruno Dantas será o palestrante principal (Keynote Speaker) do painel, que teve como moderadores o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Vice-

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), Conselheiro Edilberto Pontes.

Participaram como painelistas: o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), Conselheiro Célio Wanderley; o Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), Francisco Júnior Ferreira; o 2º Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), Conselheiro Paulo Roberto Martins; o Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), Conselheiro Fernando Ribeiro; e o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC), Antônio Fernando Malheiro.

d) 7º Fórum Nacional de Controle - Palestra sobre o tema: A implementação da Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.



No primeiro dia do evento, o Presidente do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa e Membro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), Conselheiro Júlio Pinheiro, ministrou palestra sobre o tema: A implementação da Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

“Os órgãos de controle têm uma missão fundamental nesse processo de alcance das 169 metas estabelecidas pelos ODS, para que não haja um novo retrocesso. Cabe aos Tribunais de Contas avançar no controle ambiental preventivo, sob uma perspectiva do risco, e não do dano. É obrigação do Poder Público, como diz a Constituição Federativa do Brasil, garantir a efetiva proteção do Meio Ambiente”, destacou.



4.1.16 COMITÊ TÉCNICO DE SAÚDE

O Comitê Técnico de Saúde do IRB é presidido pelo Dr. Sebastião Helvecio Ramos de Castro, Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e coordenado pelo Conselheiro Guilherme Antônio Maluf, do Tribunal de Contas do Mato Grosso.

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- REUNIÕES TÉCNICAS PRESENCIAIS

a) Implementação do Comitê Técnico de Saúde e posse dos integrantes.

Realizada em março, registrou a implementação do Comitê e a posse dos seus integrantes. Como parte da programação, houve a palestra “Perspectivas da atenção especializada da saúde”, proferida pelo Secretário Nacional de Atenção Especializada do Ministro da Saúde, Dr. Helvecio Magalhães Júnior, e apresentação das Diretrizes que nortearam a construção do Plano de Trabalho.

b) Apresentações técnicas mensais.

Pauta de abril: Apresentações técnicas dos temas: “Principais pontos de atenção na visão do gestor municipal saúde”, realizada por Blenda Pereira, Assessora Técnica do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS. Organizações Sociais e “Controle: a experiência do TCE-PB”, realizada pelo Conselheiro Nominando Diniz.

Pauta de maio: Abertura da Reunião pelo Conselheiro Sebastião Helvecio – Presidente do Comitê. Na sequência, foi apresentada a experiência do poder judiciário do estado de Mato Grosso no enfrentamento da judicialização da saúde pela Dra. Cristiane Padin - juíza Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - e debatido o tema da “Aquisição de medicamentos por órgãos públicos”, pelos Auditores Marcelo Chaves Aragão e Vinícius – Aud-Saúde do Tribunal de Contas da União.

Pauta de junho: Palestras sobre a “Aquisição de medicamentos por órgãos públicos: a tabela CMED”, realizada pelo Dr. Romilson de Almeida Volotão - Secretário Executivo da CMED e sobre “A experiência do Tribunal de Contas de Santa Catarina na fiscalização das Organizações Sociais Palestrante”, conduzida pelo Conselheiro Luiz Eduardo Cherem - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Pauta de agosto: Abertura da Reunião pelo Conselheiro Guilherme Antonio Maluf – Coordenador do Comitê, seguida da apresentação dos



temas: "Visão sistêmica de gastos em saúde", pela Professora Erika Aragão - Diretora do Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desempenho do Ministério da Saúde (Desid); "Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops): Impacto em políticas de saúde", pelo Dr. Gabriel Squeff - Coordenador Geral de Informação em Economia da Saúde e "Banco de Preços da Saúde", pelo Dr. Marcelo Castro - Diretor de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento em Saúde do Ministério da Saúde.

Pauta de setembro: Palestra com o tema: "A atenção primária na visão do Ministério da Saúde", conduzida pelo Dr Nésio Fernandes e "Piso da Enfermagem. Transferência de recursos da União: como classificar?" pelo Conasems, Conass, TCU, TCEs, TCMs.

Pauta de novembro:

- Retrospectiva dos trabalhos de 2023;
- Periodicidade das reuniões de 2024; Proposta de recomendação aos tribunais de contas de criação de coordenação de saúde nos tribunais, com a observação de servidores em destaque para atuar na área. visibilidade da saúde nos tribunais.
- Questionário aos tribunais para saber quais têm, na sua estrutura uma unidade/ um núcleo/ coordenação da temática de saúde pública.
- TCU: maturidade dos temas com a especialização da temática da saúde.
- TCMGO: constituída comissão multidisciplinar. Levantamento de planos municipais das questões orçamentárias e dos portais da transparência.
- TCMPA: 5 auditores na área da saúde. Trabalho no plano municipal de saúde/ unidades básicas de saúde.
- TCEES: painel indicadores das metas e planos municipais de saúde.
- TCEMT: instituição da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social no Tribunal como órgão colegiado técnico, consultivo e deliberativo nas suas áreas temáticas.
- Consolidação do IEGM.
- PARTICIPAÇÃO NO III CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.



4.1.17 COMITÊ TÉCNICO GESTOR DA CATEGORIA DE DOMÍNIO DOS TCS

O Comitê Técnico Gestor da Categoria de Domínio dos TCs é presidido pelo Conselheiro Marcelo Verdini Maia e pauta-se na “necessidade de melhor reconhecimento das instituições, sua identidade e transparência de suas atividades” e na “necessidade de consolidar e reafirmar a independência dos Tribunais de Contas”, entre muitas outras demandas identificadas.

Nesse início de atuação, deste importante Comitê, destacam-se as seguintes ações: “elaboração do Projeto de Regulamentação para aprovação do uso da categoria de domínio .tc.br”, “realizar a análise dos pedidos de criação de domínios pelos Tribunais de Contas”, “aprimorar a relação da sociedade com os Tribunais de Contas”, entre muitas outras.

4.1.18 COMITÊ TÉCNICO DE TECNOLOGIA, GOVERNANÇA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DOS TCS

O Comitê Técnico de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos TCs, presidido pelo Conselheiro Carlos da Costa Pinto Neves Filho, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco tem objetivos:

- Facilitar a integração e comunicação das áreas de Tecnologia da Informação dos Tribunais de Contas do Brasil;
- Reforçar o papel estratégico da Tecnologia da Informação para o efetivo exercício do Controle Externo e cumprimento das atribuições constitucionais dos Tribunais de Contas;
- Catalogar as melhores práticas adotadas pelos Tribunais de Contas nas áreas de Tecnologia da Informação, especialmente Análise de Dados, Governança e Compliance, Segurança da Informação e Tecnologias inovadoras;
- Facilitar o compartilhamento de soluções tecnológicas entre os Tribunais de Contas, prezando pelo princípio da economicidade e eficiência;
- Criar e manter um Portal atualizado com as melhores práticas de TI, disponíveis para compartilhamento no sistema de Tribunais de Contas;
- Catalisar a integração da área de Tecnologia da Informação com as áreas de negócio, administrativa e demais áreas dos Tribunais de Contas;
- Estreitar o relacionamento das áreas de Tecnologia da Informação dos Tribunais de Contas com outros órgãos do governo, em todas as esferas, e também com o setor privado;



- Identificar e propor soluções tecnológicas que podem ser implantadas no Sistema de Tribunais de Contas;
- Representar as áreas de Tecnologia da Informação dos Tribunais de Contas em congressos e seminários, disseminando as boas práticas adotadas;
- Buscar e incentivar a constante atualização tecnológica no sistema dos Tribunais de Contas;
- Incentivar a constante atualização técnica dos servidores das áreas de Tecnologia da Informação dos Tribunais de Contas.
- Buscar e propor parcerias estratégicas de interesse aos Tribunais de Contas, tanto no setor público, quanto no privado.

Ações realizadas em 2022 pelo Comitê:

- PALESTRA DO PRESIDENTE DO COMITÊ NO EVENTO ENCONTRO CONTROLE DO FUTURO



Durante os dias 23 e 24 de agosto de 2022, foi realizado o “Encontro Controle do Futuro”, sediado no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília-DF. O encontro configura-se como um espaço de *networking* e intercâmbio para relacionamento entre profissionais, mercado, academia e terceiro setor, compartilhando conteúdos elaborados, com a finalidade de influenciar a atividade de controle, discutindo alternativas para temas emergentes do cotidiano da Administração Pública, apresentando casos bem-sucedidos e de alto impacto que exploram tendências de uso das novas tecnologias e desenvolvem as competências do auditor do futuro.



O IRB foi representado no evento pelo Presidente do Comitê Técnico de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos Tribunais de Contas, Conselheiro Carlos Neves, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

O Conselheiro Carlos Neves palestrou no painel que abordou o tema: “Cenários e Tendências para o Controle do Futuro: Perspectivas Tecnológicas e Humanas”. O debate teve a participação do secretário de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), Wesley Vaz, e da conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Heloísa Godinho.

Carlos Neves destacou como fundamental o intercâmbio, a troca de ideias com setores públicos que já possuem resultados positivos dentro da área de inovação. Segundo o Conselheiro, o evento tem um propósito importante de provocar a nossa análise sobre o futuro do controle externo, e que o processo de transformação atinge não somente o auditor, mas todo o sistema. “Não existe mais espaço para que os Tribunais atuem olhando para o passado. É preciso olhar para frente, e isso não é só um compromisso da auditoria, da área técnica, mas também do corpo julgador, do Conselho, que precisa se modernizar e avançar junto”, afirmou.

Ações realizadas em 2023 pelo Comitê:

- V ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Ocorreu nos dias 15 e 16 de junho de 2023, no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pernambuco (OAB-PE), na cidade do Recife, o “V Encontro Nacional de Tecnologia da Informação dos Tribunais de Contas”, que abordou temas relacionados à Segurança e Privacidade de Dados, Inovação Tecnológica e Governança de TI, com o objetivo de facilitar a integração e comunicação das áreas de Tecnologias da Informação das Cortes de Contas de todo o país.



O Encontro foi promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos Tribunais de Contas, e pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), com o apoio institucional da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e da OAB-PE.

O Encontro Nacional de Tecnologia da Informação dos Tribunais de Contas teve início com a composição da mesa de honra, formada pelos Conselheiros Presidentes do TCE-PE, Ranilson Brandão Ramos; do IRB, Edilberto Pontes; da Atricon, Cezar Miola; do CNPTC, Luiz Antonio Guaraná; do Comitê Técnico de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos Tribunais de Contas do IRB, Carlos Neves; do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Pernambuco (MPC-PE), Gustavo Massa Lima; do Presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins; contando também com a presença da coordenadora do Comitê de Tecnologia do IRB e Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação do TCE-PE, Ana Carolina Morais

Em sua fala, de saudação aos presentes no evento, o Presidente do IRB, ressaltou a relevância do tema no cenário local e global. "Importantíssimo esse evento que discute temas candentes não só à realidade dos Tribunais de Contas, mas, que é uma pauta universal, onde todas as instituições, governamentais e não-governamentais, estão discutindo a transformação digital, considerada o grande desafio do século XXI", pontuou.





“Os recursos tecnológicos devem ser usados com responsabilidade, mas sem medo, pois vieram para facilitar a vida das pessoas. Além de dar transparência e eficácia às ações do controle externo, a TI e o mundo digital ajudam a tornar mais ágeis e eficientes os processos de trabalho e a construir políticas públicas melhores em prol da sociedade. Estes dois dias vão mostrar que é possível fazer segurança de dados, com uma boa governança e inovação”, ponderou o Presidente do Comitê Técnico de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos Tribunais de Contas do IRB, Conselheiro Carlos Neves, em seu discurso.



A programação do evento teve continuidade com a palestra proferida pelo Presidente do IRB, Conselheiro Edilberto Pontes, que discorreu acerca da inovação e a transformação digital nos Tribunais de Contas brasileiros.

- ENCCO 2023

A programação do ENCCO 2023 contou com a realização da palestra “Ouvidorias como canais de fomento à transparência e aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas”, a cargo da chefe de gabinete da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), Karina Lago, e “Fomento ao controle social e cidadania plena”, ministrada pelo Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e Presidente do Comitê Técnico de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos TCs, Carlos da Costa Pinto Neves, com mediação do Conselheiro ouvidor do TCE potiguar, Carlos Thompson Costa Fernandes.





- VII SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIREITO E CONTROLO

O Seminário Ibero-Americano de Direito e Controlo é resultado da parceria entre o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Faculdade de Direito de Lisboa, com o apoio do Tribunal de Contas de Portugal, a Instituição de Investigação Interdisciplinar (IURIS) e o Fórum de Integração Brasil-Portugal (FIBE) para construção de ambientes voltados ao intercâmbio de estudos e conhecimentos para o aprimoramento do sistema de controle externo.

Encerrando a programação do dia 19 de setembro, o Presidente do Comitê Técnico de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos TCs do IRB e Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), Conselheiro Carlos Neves, presidiu a mesa que teve como palestrante a Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL), Rosa de Albuquerque, discorrendo acerca dos "Aspectos processuais da verdade material no Controle Externo".

4.1.19 COMITÊ TÉCNICO DE OBRAS E ENGENHARIA

O Comitê Técnico de Obras e Engenharia é presidido pelo Conselheiro Antônio Fernando Jorge Ribeiro de Carvalho Malheiro, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, e tem como objetivo auxiliar a Administração Pública na construção e execução de políticas públicas, mais eficazes nesta área, e que passam a compor a estrutura organizacional do Instituto junto aos outros 18 Comitês Técnicos já existentes.



Ao lado do Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, Conselheiro Sebastião Helvecio, o Conselheiro Antônio Malheiro participou do “Painel de Referência – Melhoria da gestão da carteira de Obras Paralisadas”, realizado em fevereiro de 2023, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que reuniu especialistas na área de obras públicas e que atuam nos mais diversos segmentos da Administração Pública, além de professores universitários, representantes de empresas privadas e sociedade civil organizada, para debaterem acerca dos achados obtidos em Auditoria realizada pelo TCU com foco nas obras paralisadas em todo o país.



5 MONITOR FISCAL NACIONAL

O Instituto Rui Barbosa (IRB) estará disponibilizando, para acesso do público, o Monitor Fiscal Nacional, uma ferramenta desenvolvida com potencial para aperfeiçoar o papel institucional dos Tribunais de Contas, conferindo-lhes maior respaldo para atuarem preventivamente, por meio da emissão de alertas pedagógicos, bem como auxiliar os Estados e Municípios brasileiros a monitorarem sua situação fiscal, especialmente quanto ao alcance dos limites, e, assim, aprimorar a gestão das suas contas, em concomitância com as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.



Estarão sendo disponibilizados, no Monitor Fiscal Nacional os dados fiscais das Unidades da Federação (Ufs), a partir do monitoramento dos seguintes dimensões: Dívida; Despesas; Receitas e Previdência, a partir de técnicas de análise e integração de dados, utilizando modelos computacionais descritivos/preditivos para tentar antecipar possíveis deteriorações nas contas públicas estaduais e municipais.

Os dados que integram as informações fiscais, apresentadas no Monitor Fiscal Nacional, serão obtidos a partir do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia.

6 PROCESSOS INTERNOS

O Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio da Vice-Presidência de Desenvolvimento Institucional, realizou uma pesquisa institucional junto aos Tribunais de Contas com o intuito de compreender os avanços nos processos administrativos de prestação de contas que tramitam nas Cortes de Contas do Brasil.

Ainda como processos internos, destacam-se:

- Definição, elaboração e controle de Ofícios;
- Elaboração, publicação e controle de Portarias e Resoluções referentes aos Comitês e Grupos de Trabalho do IRB (instituição dos CTs, atuação, composição e alterações);
- Elaboração e publicação de Editais;
- Orientações aos TCs sobre assuntos de competência do Instituto;
- Registro das ações dos IRB e dos Comitês Técnicos;
- Acompanhamento de reuniões estratégicas relacionadas aos Comitês e instituições que dialogam com o IRB;
- Contribuição permanente em assuntos estratégicos dos Comitês nos aspectos técnicos, administrativos e de comunicação interna e externa;
- Desenvolvimento de matérias para divulgação das ações desenvolvidas pelo IRB e parceiros;
- Atualização e geração de conteúdo e imagens, agendamentos de posts, monitoramento de engajamentos e relacionamento com os stakeholders nas redes sociais;
- Atualização de agenda interna e agenda conjunta com parceiros estratégicos;
- Acompanhamento das atividades dos Comitês e registros realizados pelos coordenadores dos Comitês do IRB, com sistematização de relatórios consolidando a atuação do IRB;

- Estabelecimento de Acordos, Convênios e Termos de Cooperação nacionais e internacionais;
- Acompanhamento técnico e operacional de patrocínios;
- Realização e apoio acadêmico e logístico de eventos técnico-científicos programados e novas demandas nacionais e internacionais;
- Participação nas Comissões em premiações e chamadas de trabalho;
- Apreciação das submissões para o Banco de Artigos do IRB e afins;
- Atualização do Site do IRB e da plataforma de submissão de artigos - Open Journal System;
- Elaboração de procedimentos de viagem;
- Realização de procedimentos de rotina e Prestação de Contas.





**Instituto
Rui Barbosa**

A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas

